

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Relatório de Gestão do Exercício de 2015

Brasília, 2016

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

SECRETARIA-EXECUTIVA

Relatório de Gestão do Exercício de 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado ao órgão de controle externo a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN-TCU nº 72/2013, DN TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015.

Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional (SE/MI), consolidando as informações sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério.

BRASÍLIA, 2015

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIPEC	Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal –
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SIORG	Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos.
SICOM	Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal
SISCOR	Sistema de Correição
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SINIR	Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
RENER	Rede Nacional de Emergência de Radioamadores
SISPAC-MP	Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
GIDES	Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais
SIC	Serviço de Acesso à Informação

LISTA DE QUADROS

QUADRO 3.3.1- INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS – SECRETARIA EXECUTIVA	14
QUADRO 3.3.2- INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS - GABINETE DO MINISTRO	18
QUADRO 3.4.1MACROPROCESSOS.....	24
QUADRO 3.4.2- MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	26
QUADRO 4.3.1 AGRICULTURA IRRIGADA.....	36
QUADRO 4.3.2- CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	39
QUADRO 4.3.3- DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	42
QUADRO 4.3.4 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	47
QUADRO 4.3.5 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE.....	48
QUADRO 4.3.6 OFERTA DE ÁGUA	51
QUADRO 4.3.7 PESCA E AQUICULTURA	53
QUADRO 4.3.8 QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR OBRAS DE SAA - 2012 A 2015 - TOTAL (PAC-2 E PAC PREVENÇÃO).....	55
QUADRO 4.3.9 SANEAMENTO BÁSICO.....	56
QUADRO 4.3.10 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	58
QUADRO 4.3.11 OBJETIVO 0128 – PROGRAMA 2013	59
QUADRO 4.3.12 OBJETIVO 0175 – PROGRAMA 2013	63
QUADRO 4.3.13 OBJETIVO 0176 – PROGRAMA 2013	67
QUADRO 4.3.14 OBJETIVO 0180 – PROGRAMA 2013	69
QUADRO 4.3.15 OBJETIVO 0543 – PROGRAMA 2013	70
QUADRO 4.3.16OBJETIVO 0544 – PROGRAMA 2013	72
QUADRO 4.3.17 OBJETIVO 0545 – PROGRAMA 2013	74
QUADRO 4.3.18 OBJETIVO 0789 – PROGRAMA 2029	75
QUADRO 4.3.19 OBJETIVO 0790 – PROGRAMA 2029	78
QUADRO 4.3.20 OBJETIVO 0792 – PROGRAMA 2029	79
QUADRO 4.3.21 OBJETIVO 0840 – PROGRAMA 2029	82
QUADRO 4.3.22 OBJETIVO 0169 – PROGRAMA 2040	84
QUADRO 4.3.23 OBJETIVO 0172 – PROGRAMA 2040	87
QUADRO 4.3.24 OBJETIVO 0174 – PROGRAMA 2040	90
QUADRO 4.3.25 OBJETIVO 0587 – PROGRAMA 2040	92
QUADRO 4.3.26 OBJETIVO 0765 – PROGRAMA 2043	94
QUADRO 4.3.27 OBJETIVO 0989 – PROGRAMA 2044	96
QUADRO 4.3.28 OBJETIVO 0479 – PROGRAMA 2051	97
QUADRO 4.3.29 OBJETIVO 0480 – PROGRAMA 2051	102
QUADRO 4.3.30OBJETIVO 0549 – PROGRAMA 2051	104
QUADRO 4.3.31 OBJETIVO 0567 – PROGRAMA 2052	106
QUADRO 4.3.32 SECRETARIA EXECUTIVA	110
QUADRO 4.3.33 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	112
QUADRO 4.3.34 SECRETARIA EXECUTIVA	113
QUADRO 4.3.35 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	113
QUADRO 4.3.36 PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS	114
QUADRO 4.3.37 SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO	114
QUADRO 4.3.38 RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONTRATOS DE REPASSE.	115

QUADRO 4.3.39 VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	116
QUADRO 4.3.40 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	119
QUADRO 4.3.41 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	120
QUADRO 4.3.42 CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	121
QUADRO 4.3.43 UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	122
QUADRO 4.3.44 CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	122
QUADRO 4.5.1 INDICADORES DE DESEMPENHO.....	135
QUADRO 4.5.2 ÍNDICE DE EFETIVAÇÃO DO EMPENHO	137
QUADRO 4.5.3 ÍNDICE DE ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR	138
QUADRO 4.5.4 3. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DAS PROPOSTAS.- SDR.....	139
QUADRO 4.5.5 1. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DAS PROPOSTAS- SENIR.....	140
QUADRO 4.5.61. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DAS PROPOSTAS- SEDEC.	140
QUADRO 4.5.71. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DAS PROPOSTAS- SIH.....	141
QUADRO 4.5.8 FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE – FCO.....	142
QUADRO 4.5.9 FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE.....	143
QUADRO 4.5.10 FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE – FNO.....	143
QUADRO 4.5.11 ÍNDICE DE MAPEAMENTO	144
QUADRO 4.5.12 ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DOS AGENTES.....	145
QUADRO 4.5.13 ÍNDICE DE CONCESSÃO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DE DEFESA CIVIL–CPDC.....	146
QUADRO 4.5.14 ÍNDICE DE ADESÃO AO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES-S2ID.	147
QUADRO 4.5.15 ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS (OM) DE DEFESA CIVIL AO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL-SINPDEC.....	148
QUADRO 4.5.16 INDICADORES.....	149
QUADRO 6.1.1 OUVIDORIA RESPONSÁVEL- POR ÓRGÃO OU ENTIDADE	159
QUADRO 6.1.2 MANIFESTAÇÃO POR ÁREA RESPONSÁVEL.....	159
QUADRO 6.1.3 ÁREA POR TIPOLOGIA	160
QUADRO 8.1.1 FORÇA DE TRABALHO DA UPC	165
QUADRO 8.1.2 DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	165
QUADRO 8.1.3 DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC	165
QUADRO 8.1.4 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	166
QUADRO 8.1.5 FAIXA ETÁRIA DA FORÇA DE TRABALHO	166
QUADRO 8.1.6 QUADRO DE PESSOAL DO MI EM EXERCÍCIO NA UPC QUE JÁ PREENCHEU OS REQUISITOS DE APOSENTADORIA, RECEBENDO INCLUSIVE O ABONO DE PERMANÊNCIA	167
QUADRO 8.1.7 DESPESAS DO PESSOAL	168
QUADRO 8.1.8 QUANTITATIVO DE SERVIDORES.....	170
QUADRO 8.1.9 SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE CONCURSO	171
QUADRO 8.1.10 DEMONSTRATIVO DE GSISTE DISTRIBUÍDAS PARA O MI.....	175
QUADRO 8.1.11 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO NOMINAL DE GSISTE NO MI	176
QUADRO 8.1.12 QUANTITATIVO DE SERVIDORES QUE INTEGRAVA O MI NOS MESES DE DEZEMBRO DOS EXERCÍCIOS DE 2010 A 2015	180
QUADRO 8.1.13 QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DA UPC.....	181
QUADRO 8.1.14 DISTRIBUIÇÃO DE ESTUDANTES EM 2015.....	182
QUADRO 8.1.15 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE.....	184
QUADRO 8.1.16 REGISTROS DE ADMISSÃO, DE DESLIGAMENTO, DE CANCELAMENTO DE DESLIGAMENTO, E DE APOSENTADORIA.....	187
QUADRO 8.2.1 QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UPC- VEÍCULOS OFICIAIS.....	191

QUADRO 8.2.2 QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UPC- VEÍCULOS LOCADOS.....	192
QUADRO 8.2.3 MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS- VEÍCULOS OFICIAIS	192
QUADRO 8.2.4 MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS - VEÍCULOS LOCADOS	193
QUADRO 8.2.5 IDADE MÉDIA DA FROTA- VEÍCULOS OFICIAIS.....	193
QUADRO 8.2.6 IDADE MÉDIA DA FROTA- VEÍCULOS LOCADOS.....	193
QUADRO 8.2.7 DESPESAS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA- VEÍCULOS OFICIAIS.....	194
QUADRO 8.2.8 DESPESAS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA- VEÍCULOS LOCADOS.....	194
QUADRO 8.2.9 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMÓVEIS DA UNIÃO.....	196
QUADRO 8.2.10 BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO.....	199
QUADRO 8.3.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DA INFORMAÇÃO	201
QUADRO 8.3.2 RELATÓRIO INDIVIDUAL DO LEVANTAMENTO DE GOVERNANÇA DE TI DE 2014 (IGOVTI 2014)	206
QUADRO 8.4.1 QUADRO DE CONSUMO DE ENERGIA 2013, 2014 E 2015.....	212
QUADRO 8.4.2 CONSUMO DE ÁGUA 2013, 2014 E 2015.....	213
QUADRO 9.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	216
QUADRO 9.2.1 SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	235
QUADRO 9.3.1 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	242
QUADRO 9.5.1 DETALHAMENTO SOBRE OS CONTRATOS	245
QUADRO 9.6.1 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	248

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

QUADRO 10.1.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64.....	249
---	-----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 3.3.1-1 ORGANOGRAMA.....	13
FIGURA 3.3.1-2 ORGANOGRAMA GABINETE DO MINISTRO	17
FIGURA 3.3.1-1 MACROPROCESSOS.....	23
FIGURA 3.3.1-2 PROCESSOS	24
FIGURA 3.3.1-1 MAPA ESTRATÉGICO.....	30
FIGURA 4.3.1-1 INDICADORES	35
FIGURA 4.3.1-2 INDICADORES DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	41
FIGURA 4.3.1-3 INDICADORES GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	46
FIGURA 4.3.1-4 INDICADORES OFERTA DE ÁGUA	50
FIGURA 5.1.6-1 PERCENTUAL DE MANIFESTAÇÃO POR OUVIDORIA RESPONSÁVEL	159
FIGURA 5.1.6-2 PERCENTUAL DE MANIFESTAÇÃO POR ÁREA RESPONSÁVEL.....	159
FIGURA 5.1.6-3 PERCENTUAL POR TIPOLOGIA.....	160
FIGURA 8.4.1-1 CONSUMO DE ENERGIA ANUAL.....	212
FIGURA 8.4.1-2 MÉDIA DE CONSUMO DE ENERGIA MENSAL	213
FIGURA 8.4.1-3 CONSUMO DE ÁGUA ANUAL.....	214
FIGURA 8.4.1-4 MÉDIA DE CONSUMO DE ÁGUA MENSAL	214

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	10
3.1. Finalidade e Competências	10
3.1.1. Unidade Consolidada – Gabinete do Ministro	11
3.2. Ambiente de atuação	12
3.3. Organograma.....	12
3.3.1. Secretaria Executiva	12
3.4. Macroprocessos finalísticos.	23
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO OPERACIONAL.....	29
4.1. Planejamento Organizacional da Secretaria Executiva (Unidade Prestadora Contas)	29
4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	31
4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	31
4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	31
4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados alcançados	33
4.3. Desempenho Orçamentário.....	35
4.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	35
4.3.2. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados – Programas Temáticos do PPA	59
4.3.3. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	109
4.3.4. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	109
4.3.5. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	110
4.3.6. Restos a pagar em exercícios anteriores	110
4.3.7. Execução descentralizada com transferência de recursos.....	113
4.3.8. Informações sobre a realização das receitas	118
4.3.9. Informações sobre a execução das despesas.....	119
4.3.10. Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	121
4.4. Desempenho operacional	125
4.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	135
5. GOVERNANÇA.....	151
5.1. Descrição das estruturas de governança.....	151
5.1.1. Escritório de Processos (EP)	151
5.1.2. Comitê de Convênios	152
5.1.3. Comitê de Desenvolvimento de Pessoas - CDP,	152
5.1.4. Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação do MI,	153
5.1.5. Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação do MI e das Entidades Vinculadas	153

5.1.6.	Comitê Gestor do Processo Eletrônico – CGPE	154
5.2.	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	155
5.3.	Gestão de riscos e controles internos	156
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	157
6.1.	Canais de acesso ao cidadão	157
6.2.	Carta de Serviços ao Cidadão	160
6.3.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	160
6.4.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	161
6.5.	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	161
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	162
7.1.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	162
7.2.	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	164
8.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	165
8.1.	Gestão de Pessoas	165
8.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade.....	165
8.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	168
8.1.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	170
8.1.4.	Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal	174
8.1.5.	Controles internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes.....	181
8.1.6.	Estagiários	181
8.1.7.	Contratação temporária.....	186
8.1.8.	Registros de Admissão, de Desligamento, de Cancelamento de Desligamento, e de Aposentadoria	186
8.1.9.	Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	189
8.2.	Gestão do patrimônio e da infraestrutura	190
8.2.1.	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada	190
8.2.2.	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	196
8.2.3.	Gestão do patrimônio imobiliário da União	196
8.2.4.	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	198
8.2.5.	Informações sobre os imóveis locados de terceiros	200
8.3.	Gestão da tecnologia da informação (CGTI)	201
8.3.1.	Principais sistemas da informação	201
8.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	203

8.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	210
8.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	210
8.5. Gestão de fundos e de programas	215
8.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade.....	215
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	216
9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	216
9.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	235
9.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	242
9.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	244
9.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	245
9.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	247
10. ANEXOS E APÊNDICES	249
10.1. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	249

APRESENTAÇÃO

O Relatório da Secretaria Executiva (Secex) do Ministério da Integração Nacional (MI) é composto pelas ações voltadas para a gestão desenvolvidas pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2015. O documento foi elaborado em observância às disposições da IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, alterada pela IN TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, e em cumprimento ao que preceitua as Decisões Normativas TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, e a Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015.

Conforme a Portaria nº 270/2014, e alterações, Regimento Interno do MI e Decreto n.º 8.161/2013, compete à Secex/MI; auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implantação das ações da área de competência do Ministério; coordenar a representação do Ministério em órgãos colegiados e encontros técnicos, orientar e acompanhar a sua atuação; assistir o Ministro de Estado na supervisão e na coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; coordenar e acompanhar os projetos de cooperação técnica celebrados com organismos internacionais no âmbito do Ministério; planejar, coordenar e promover a execução de atividades de desenvolvimento organizacional e modernização administrativa que assegurem a eficácia e efetividade das ações do Ministério e entidades vinculadas e supervisionadas.

nar as políticas e as diretrizes de concessão na área de atuação do Ministério.

A Secex exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp, de Serviços Gerais - Sisg, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, e do Sistema Nacional de Arquivos - Sinar, por intermédio dos Departamentos de Gestão Estratégica e de Gestão Interna.

Dessa forma, o Relatório apresenta as ações das seguintes unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional: (i) Gabinete; (ii) Departamento de Gestão Estratégica – DGE; (iii) Departamento de Gestão Interna – DGI; (iv) Representação Regional do Rio de Janeiro – RRJ e (v) Representação Regional do Rio Grande do Sul – RRS.

O Relatório da Secex consolida ainda as informações sobre a gestão das unidades da estrutura do Ministério não relacionadas para apresentação de relatórios individuais, no caso, referentes ao Gabinete do Ministro e aos programas e ações geridos com apoio da Caixa Econômica Federal.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1. Finalidade e Competências

O Ministério da Integração Nacional – MI foi criado com a edição da Medida Provisória nº 1.911-8, de 28 de julho de 1999, posteriormente convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, na qual foram estabelecidas as seguintes competências:

- I - formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- II - formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;
- III - estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;
- IV - estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição;
- V - estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento regional;
- VI - estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;
- VII - acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;
- VIII - proteção e defesa civil;
- IX - obras contra as secas e de infraestrutura hídrica;
- X - formulação e condução da política nacional de irrigação;
- XI - ordenação territorial;
- XII - obras públicas em faixas de fronteiras.

Posteriormente, foram sancionadas as Leis nº 12.742, de 17 de dezembro de 2012, e nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012, que criaram cargos em comissão e funções gratificadas para o reforço das estruturas do MI e de suas Entidades Vinculadas.

A estrutura regimental do MI, em vigor no ano de 2014, foi aprovada pelo Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, que adequou a estrutura regimental e estabeleceu as seguintes competências da Secretaria Executiva – Secex:

- I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implantação das ações da área de competência do Ministério;
- II - coordenar a representação do Ministério em órgãos colegiados e encontros técnicos, orientar e acompanhar a sua atuação;
- III - assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;
- IV - coordenar e acompanhar os projetos de cooperação técnica celebrados com organismos internacionais no âmbito do Ministério;
- V - planejar, coordenar e promover a execução de atividades de desenvolvimento organizacional e modernização administrativa que assegurem a eficácia e efetividade das ações do Ministério e entidades vinculadas; e
- VI - supervisionar as políticas e diretrizes de concessão na área de atuação do Ministério.

A Secretaria Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp, de Serviços Gerais - Sisg, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, e do Sistema Nacional de Arquivos - Sinar, por intermédio dos Departamentos de Gestão Estratégica e de Gestão Interna.

O atual Regimento Interno foi aprovado pela Portaria MI nº 270, de 28 de julho de 2014, em adequação à nova estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 8.161, de 2013. Esse ato normativo passou por alteração, de acordo com a Portaria MI nº 414, de 10 de novembro de 2014 e Portaria MI nº 05, de 25 de janeiro de 2016.

3.1.1. Unidade Consolidada – Gabinete do Ministro

Conforme estrutura regimental do MI em vigor no ano de 2014, aprovada pelo Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, são competências do Gabinete do Ministro:

- I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, nas relações públicas e no preparo e despacho de expedientes;
- II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse ou iniciativa do Ministério em tramitação no Congresso Nacional, e assessorar o Ministro de Estado no atendimento às consultas e requerimentos formulados por parlamentares;
- III - exercer as atividades de comunicação social relativas às realizações do Ministério e de suas entidades vinculadas;
- IV - apoiar o Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais;
- V - planejar, coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades de ouvidoria no Ministério;
- VI - planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas e vinculadas e;

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

3.2. Ambiente de atuação

A Secretaria Executiva – Secex/ MI atua na definição de diretrizes para implantação das ações de competência do Ministério; na supervisão e na coordenação das atividades das secretarias finalísticas e das entidades vinculadas; na coordenação e no acompanhamento de projetos de cooperação técnica; no planejamento, na coordenação e na promoção da execução de atividades de desenvolvimento organizacional e modernização administrativa.

Para tanto, a Secex/MI relaciona-se com os seguintes Órgãos, dentre outros:

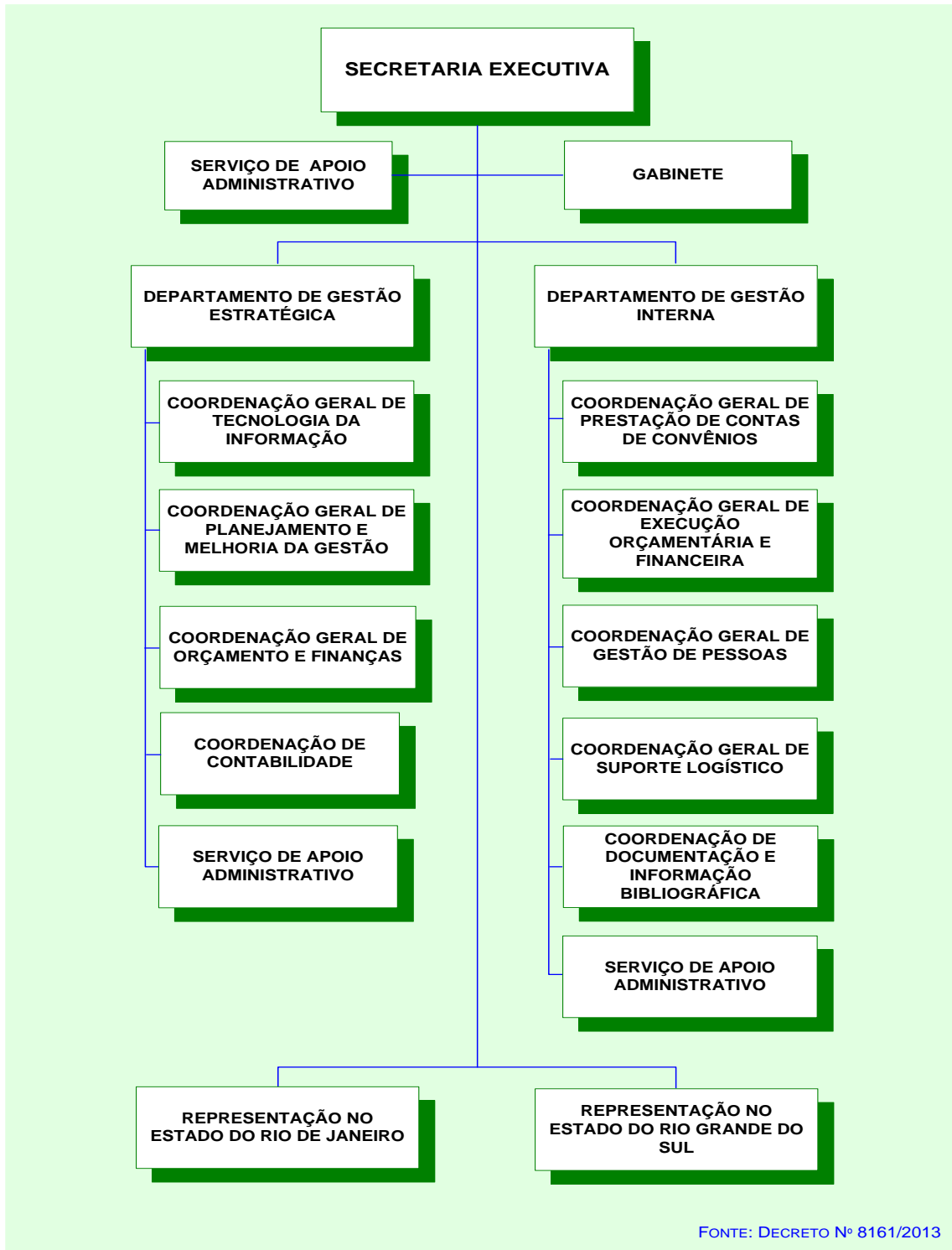
- Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sistema de Pessoal, Tecnologia da Informação, Planejamento e Orçamento, Capacitação, Organização e Inovação Institucional);
- Ministério da Fazenda (Contabilidade e finanças);
- Casa Civil (Elaboração de Relatórios);
- Controladoria Geral da União (Apoio à elaboração de relatórios).

3.3. Organograma

3.3.1. Secretaria Executiva

De acordo com o Decreto nº 8.161/2013, vigente em 2014, a Secretaria Executiva está estruturada de acordo com o seguinte organograma:

Figura 3.3.1-1 Organograma



FONTE: DECRETO Nº 8161/2013

Quadro 3.3.1- Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas – Secretaria Executiva

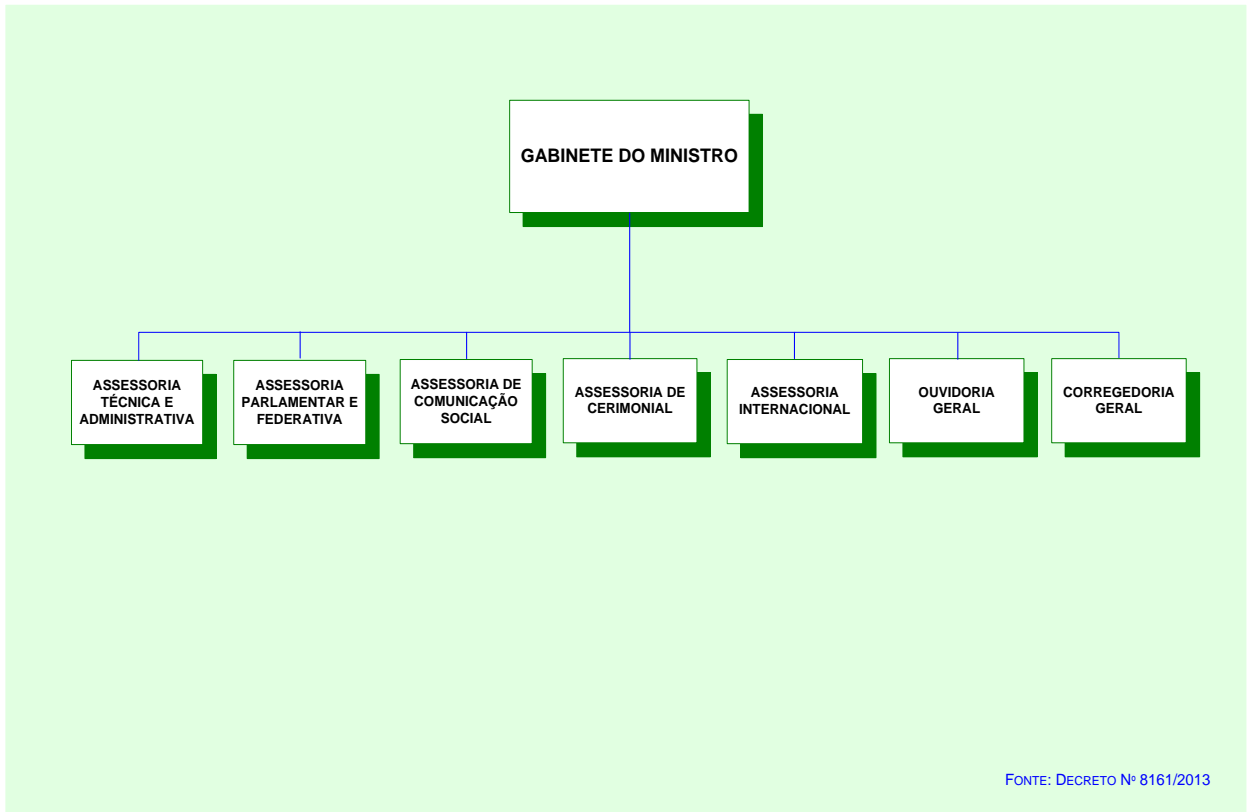
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria Executiva	Auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implantação das ações da área de competência do Ministério; coordenar a representação do Ministério em órgãos colegiados; assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas, coordenar e acompanhar os projetos de cooperação técnica celebrados com organismos internacionais no âmbito do Ministério, planejar, coordenar e promover a execução de atividades de desenvolvimento organizacional e modernização administrativa que assegurem a eficácia e efetividade das ações do Ministério e entidades vinculadas, além de supervisionar as políticas e diretrizes de concessão na área de atuação do Ministério.	Irani Braga Ramos	Secretario Executivo	De 14/10/2013 até 11/02/2015
		Carlos Antônio Vieira Fernandes		Desde 12/02/2015
Gabinete da Secex	Assistir o Secretário Executivo na execução de suas atribuições e coordenar a sua pauta de trabalho, proceder ao exame prévio dos processos e dos demais documentos submetidos à consideração do Secretário; acompanhar e providenciar as indicações de representações do Ministério em órgãos colegiados; bem como acompanhar e participar dos assuntos de interesse estratégico para o MI.	Amarildo Baesso	Diretor de Programa da Secretaria Executiva	De 25/08/2011 até 22/02/2015
Departamento de Gestão Estratégica	Supervisionar, coordenar e promover as atividades relacionadas ao planejamento, à programação orçamentária e financeira, e as atividades de organização, de melhoria da gestão e desburocratização, de tecnologia da informação e de contabilidade.	Sônia Faustino Mendes	Diretor do Departament o de Gestão Estratégica	De 11/11/2013 até 21/01/2015
		Laércio Roberto Lemos de Souza		Desde 26/01/ 2015

Coordenação de Contabilidade	Coordenar, acompanhar e orientar a execução das atividades inerentes aos registros contábeis de gestão orçamentária, financeira e patrimonial de suas unidades jurisdicionadas e vinculadas.	Leonizia Virgolino Ramos	Coordenador a da Coordenação de Contabilidade	Desde 27/01/2014
Coordenação Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de planejamento setorial e operacional, organização e inovação institucional, no âmbito do Ministério.	Luciano de Mendonça Fonseca	Coordenador -Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão	Desde 13/12/2013
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de programação orçamentária e financeira, bem como participar da elaboração do PPA no âmbito do Ministério, segundo as diretrizes emanadas dos órgãos centrais dos Sistemas de Planejamento e Orçamento.	Gilberto Pompílio de Melo Filho	Coordenador -Geral de Orçamento e Finanças	De 04/06/2010 até 25/02/2015
		Gilma Gomes Maciel		Desde 06/04/2015
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Gerir os programas, projetos, ações e processos relativos aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, no âmbito do Ministério, segundo as diretrizes emanadas pelo órgão central do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp.	Flávio Ferreira dos Santos	Coordenador -Geral de Tecnologia da Informação	Desde 04/04/2011
Departamento de Gestão Interna	Supervisionar, coordenar e promover as atividades relacionadas à gestão de pessoas, de convênios, de logística, de administração financeira e de documentação e arquivo no âmbito do Ministério.	Djair Fiorillo Lopes	Diretor do Departamento de Gestão Interna	Desde 26/11/2013
Coordenação de Documentação e Informação Bibliográfica	Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de gestão de documentos e biblioteca.	Arlete Cristina da Silva Ramos	Coordenador a Documentação e Informação Bibliográfica	Desde 04/04/2003
Coordenação Geral de Prestação de Contas de Convênios	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de análise financeira das prestações de contas de convênios, termos de compromisso e outros instrumentos congêneres, celebrados pelo MI.	Rosani Aparecida de Araújo	Coordenador a-Geral da Prestação de Contas de Convênios	Desde 03/03/2011
Coordenação Geral de Execução	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à execução	José Pereira	Coordenador -Geral de	Desde

Orçamentária e Financeira	orçamentária e financeira, no âmbito do Ministério, segundo as diretrizes emanadas dos órgãos centrais dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Administração Financeira Federal.	da Silva	Execução Orçamentária e Financeira	10/07/2006	
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar, supervisionar e avaliar a execução das atividades de administração e de desenvolvimento de gestão de pessoas no âmbito do Ministério, em consonância com as diretrizes e normas emanadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec.	Andréa de Castro Ribeiro	Coordenador a-Geral de Gestão de Pessoas	Desde 18/11/2011	
Coordenação Geral de Suporte Logístico	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração de material, patrimônio, contratos, compras, manutenção de edifícios, transportes, telecomunicações e demais atividades auxiliares no âmbito do Ministério.	Ivancir Gonçalves da Rocha Castro Filho	Coordenador -Geral de Suporte Logístico	Desde 03/03/2011	
Representação Regional no Estado do Rio Grande do Sul	Auxiliar no planejamento e monitoramento e supervisão das ações do Ministério; promover a articulação do Ministério com outros órgãos e entidades do Governo Federal e com entes federativos; auxiliar os entes federativos na formulação de suas demandas às unidades do Ministério; auxiliar as unidades do Ministério em outras ações, conforme determinação do Secretário Executivo.	Alexandre Wessner Kapper	Representant e Regional do Rio Grande do Sul	Desde 23/12/2013	
Representação Regional no Estado do Rio de Janeiro		Leonardo de Almeida Ferreira	Representant e Regional do Rio de Janeiro	De 27/12/2013 até 03/09/2015	
		Sandro da Silva Barboza		Desde 03/09/2015	

De acordo com o Decreto nº 8.161/2013, vigente em 2014, o Gabinete do Ministro está estruturado de acordo com o seguinte organograma:

Figura 3.3.1-2 Organograma Gabinete do Ministro



Quadro 3.3.2- Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas - Gabinete do Ministro

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete do Ministro	Assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, nas relações públicas e no preparo e despacho de expedientes; acompanhar o andamento dos projetos de interesse ou iniciativa do Ministério em tramitação no Congresso Nacional, e assessorar o Ministro de Estado no atendimento às consultas e requerimentos formulados por parlamentares; exercer as atividades de comunicação social; apoiar o Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais; planejar, coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades de ouvidoria no Ministério; planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas e vinculadas.	Guilherme Augusto Orair	Chefe de Gabinete	De 30/10/2013 até 05/05/2015
		Ana Cristina Augusto da Cunha Wanzeler		De 07/05/2015
Assessoria Técnica Administrativa	Coordenar, acompanhar e executar as atividades necessárias ao apoio técnico e administrativo do Gabinete.	Obdúlia Almeida Belmonte	Chefe de Assessoria	Desde 14/01/2011
Assessoria Parlamentar e Federativa	Assistir o Ministro de Estado da Integração Nacional no que concerne às atividades legislativas do Congresso Nacional de interesse deste Ministério e de suas entidades vinculadas, de acordo com o Sistema de Informações de Atividades Legislativas - Sial, bem como no acompanhamento das demandas de parlamentares e dos entes federativos junto a esses órgãos.	Orlando Henrique Costa de Oliveira	Chefe de Assessoria	De 18/03/2013 até 01/01/2015
Assessoria de Comunicação Social	Planejar, promover, coordenar e orientar as atividades de comunicação social, compreendendo publicidade, relações públicas e imprensa, no âmbito do Ministério e das entidades vinculadas, de acordo com a orientação do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - Sicom.	Cíntia Macêdo de Oliveira Rebelo	Chefe de Assessoria	De 13/03/2012 até 23/02/2015
Assessoria de Cerimonial	Encaminhar, cadastrar, acompanhar e arquivar as correspondências recebidas e expedidas, relacionadas a convites e cumprimentos ao Ministro; acompanhar a agenda do Ministro e confirmar a presença nos casos dos eventos selecionados para participação; levantar as informações sobre os eventos em que o Ministro for comparecer; verificar a indicação de representantes para os eventos em que o Ministro	Alessandra Brasil	Assessora de Cerimonial	Desde 20/03/2015

	<p>não for comparecer, adotando as providências cabíveis; coordenar, organizar e participar das solenidades oficiais que irão contar com a participação do Ministro; organizar e coordenar as ações voltadas para as datas comemorativas a serem realizadas no âmbito do Ministério; manter atualizado o cadastro de autoridades de interesse do Ministério; organizar e acompanhar a recepção de autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Ministério; fiscalizar e acompanhar a execução do contrato de prestação de serviços de organização de eventos; auxiliar os órgãos e unidades do Ministério na organização e coordenação de solenidades, eventos, exposições, palestras e seminários do Ministério; assessorar o Ministro em eventos no DF e nos Estados; elaborar cronograma de eventos do MI no DF e nos Estados, dentre outras.</p>			
Assessoria Internacional *	<p>Apoiar o Ministro de Estado no cumprimento de sua agenda externa; promover e facilitar a relação do Ministério com instituições e autoridades brasileiras e estrangeiras; colaborar para intensificar a relação do Ministério com agências de cooperação internacional e instituições financeiras brasileiras e internacionais interessadas em apoiar o Brasil em seu esforço de desenvolvimento nas áreas de competência do Ministério; apoiar os órgãos do Ministério na organização e realização de eventos internacionais e nas atividades de cooperação mútua e de relacionamento entre o MI e entidades, instituições estrangeiras e organizações internacionais que atuem na sua área de competência, em outros países, visando ao intercâmbio de informações e experiências; assessorar as Comissões e Comitês do Ministério, instituídos em função de tratados firmados pelo Brasil ou de acordos de cooperação assinados entre o MI e outras instituições estrangeiras congêneres, ou, ainda, que envolvam questões inerentes à área de relações internacionais; desenvolver as ações necessárias à representação do Ministério em congressos, reuniões, simpósios, seminários, cursos e eventos de caráter internacional, bem como providenciar a divulgação dos resultados decorrentes desses eventos; participar de missões, conferências e demais eventos relacionados aos assuntos de competência deste Ministério, principalmente infraestrutura hídrica, desenvolvimento regional e defesa civil; assessorar o Ministro de Estado e os Secretários na elaboração de suas agendas</p>	Miguel Ivan Lacerda de Oliveira	Chefe de Assessoria	De 09/06/2014 até 12/03/2015

	<p>externas; assessorar o Ministro de Estado e os Secretários na recepção de diplomatas, autoridades estrangeiras e representantes de instituições internacionais; organizar a correspondência internacional do Ministro de Estado e dos Secretários; organizar missões do Ministro de Estado e dos Secretários ao exterior; redigir minutas de discursos, conferências ou artigos do Ministro de Estado e dos Secretários, na área internacional; articular a participação do Ministério em atividades internacionais de promoção comercial e de atração de investimentos para projetos; e providenciar serviços de intérprete e a tradução de correspondências, relatórios, publicações, textos técnicos e outros documentos submetidos à unidade.</p>			
Ouvidoria Geral	<p>Receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios, informações, denúncias e representações; responder ao interessado acerca das manifestações apresentadas; estabelecer canais de comunicação com o cidadão que venham a facilitar e agilizar o fluxo das informações e a solução de seus pleitos; exercer as competências relativas ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC; exercer a supervisão técnica sobre as ouvidorias das entidades vinculadas ao Ministério, dentre outras.</p>	Flávia Castro de Andrade	Ouvidor	Desde 02/01/2014
Corregedoria Geral	<p>À unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, compete supervisionar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas, no âmbito do Ministério; articular com os órgãos central, setoriais e seccionais do Sistema de Correição - Siscor, com vistas ao aprimoramento da atuação da Corregedoria Geral, mediante o intercâmbio e disseminação de boas práticas, experiências e informações; promover ações destinadas à valorização e ao cumprimento de preceitos relativos à ética funcional e a conduta disciplinar dos servidores; verificar os aspectos disciplinares dos procedimentos administrativos, de ofício, ou sempre que demandada pelos Dirigentes de área, pela Ouvidoria Geral, pelos órgãos de controle, bem como a partir de denúncias e resultados de</p>	Johnny Wilson Araújo Cavalcanti	Corregedor	Desde 03/11/2014

	<p>procedimentos internos; propor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público ou com inobservância de dever funcional; autuar processos, promover exame de admissibilidade, instaurar, prorrogar e reconduzir procedimentos prévios de investigação, sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares, e determinar, de forma fundamentada em manifestação técnica, o arquivamento de procedimentos prévios de investigação ou a instauração de procedimentos administrativos disciplinares deles decorrentes, sem prejuízo de sua iniciativa pela autoridade a que se refere o art. 143, da Lei nº 8.112/1990; propor ao Órgão Central do Sistema medidas que visem à definição, padronização, sistematização, racionalização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição; apoiar e prestar orientação técnica às unidades jurisdicionadas, aos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, na implementação de atividades correicionais; promover manifestação técnica em procedimentos prévios de investigação, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, após a entrega de Relatório Final pelas Comissões; propor medidas de correção, apuração, prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos, dentre outras.</p> <p>À unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, compete supervisionar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas, no âmbito do Ministério; articular com os órgãos central, setoriais e seccionais do Sistema de Correição - Siscor, com vistas ao aprimoramento da atuação da Corregedoria Geral, mediante o intercâmbio e disseminação de boas práticas, experiências e informações; promover ações destinadas à valorização e ao cumprimento de preceitos relativos à ética funcional e a conduta disciplinar dos servidores; verificar os aspectos disciplinares dos procedimentos administrativos, de ofício, ou sempre que demandada pelos Dirigentes de área, pela Ouvidoria Geral, pelos órgãos de controle, bem como a partir de denúncias e resultados de procedimentos internos; propor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público ou com inobservância de dever funcional; autuar processos, promover</p>	<p>Johnny Wilson Araújo Cavalcanti</p>	<p>Corregedor</p>	<p>Desde 03/11/2014</p>
--	---	--	-------------------	-----------------------------

	<p>exame de admissibilidade, instaurar, prorrogar e reconduzir procedimentos prévios de investigação, sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares, e determinar, de forma fundamentada em manifestação técnica, o arquivamento de procedimentos prévios de investigação ou a instauração de procedimentos administrativos disciplinares deles decorrentes, sem prejuízo de sua iniciativa pela autoridade a que se refere o art. 143, da Lei nº 8.112/1990; propor ao Órgão Central do Sistema medidas que visem à definição, padronização, sistematização, racionalização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição; apoiar e prestar orientação técnica às unidades jurisdicionadas, aos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, na implementação de atividades correicionais; promover manifestação técnica em procedimentos prévios de investigação, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, após a entrega de Relatório Final pelas Comissões; propor medidas de correção, apuração, prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos, dentre outras.</p>			
--	---	--	--	--

(*) A Assessoria Internacional, a Ouvidoria Geral e a Corregedoria Geral foram criadas após a publicação do Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013.

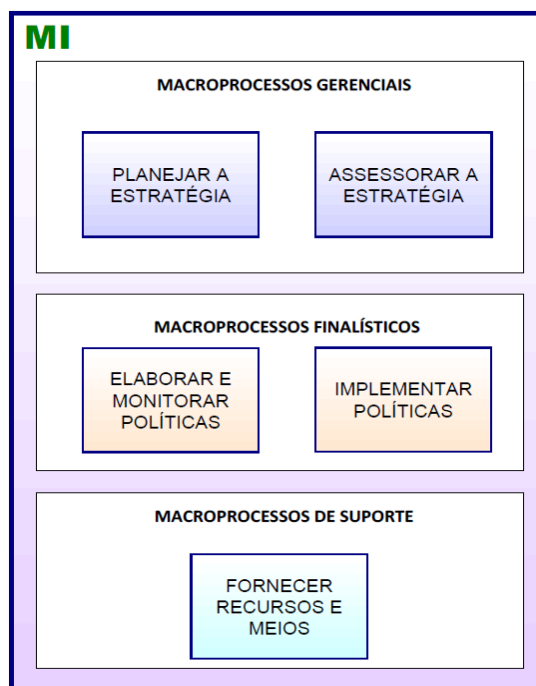
3.4. Macroprocessos finalísticos.

Por meio da Portaria nº 08, de 22 de março de 2013, foi instituído o Escritório de Processos (EP), responsável por planejar e coordenar as ações de implementação da gestão por processos no Ministério.

Em 2014, a Portaria 450, de 23 de dezembro de 2014, estabeleceu o modelo institucional da gestão por processos no MI, consolidando as práticas voltadas ao estabelecimento da cultura desse modelo nas unidades da estrutura organizacional, definindo os papéis e a participação dos representantes de todas as Secretarias do Órgão.

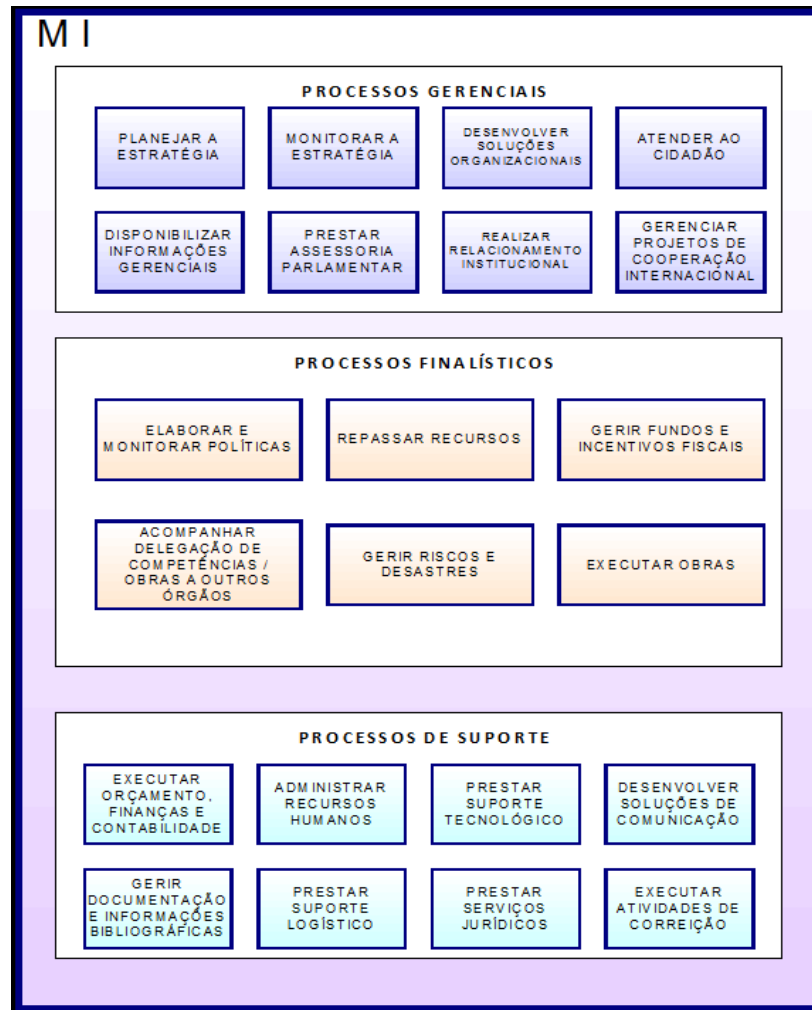
Após o entendimento inicial do negócio, foi sugerido um modelo de cadeia de valor que ressaltasse os principais macroprocessos de forma compilada, conforme demonstrado na figura apresentada a seguir:

Figura 3.3.1-1 Macroprocessos



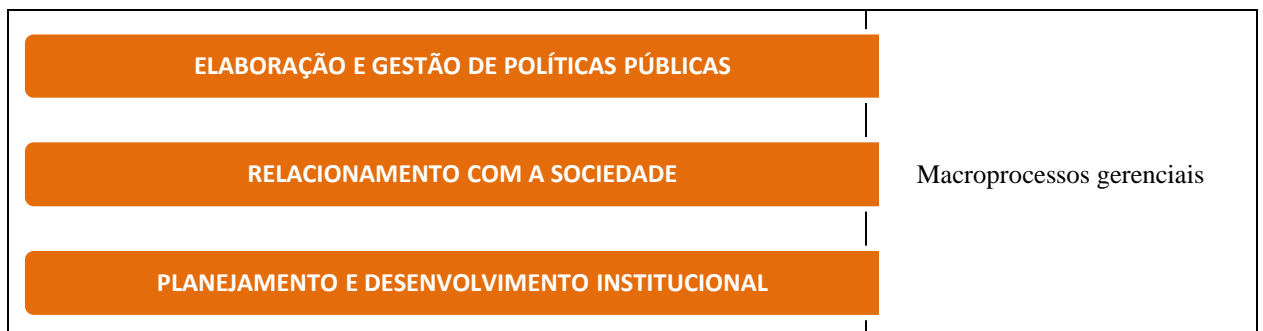
Cada um desses macroprocessos foi subdividido em processos organizacionais, conforme se observa na figura a seguir:

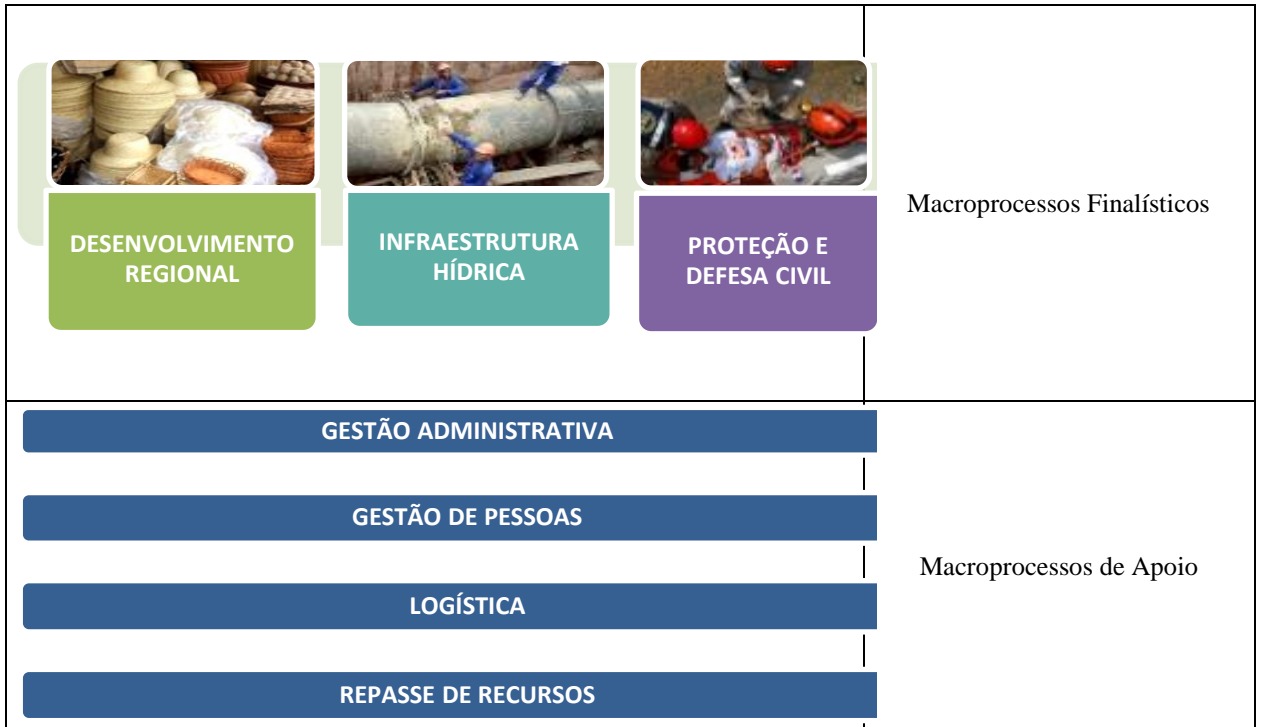
Figura 3.3.1-2 Processos



Com o amadurecimento do tema e a evolução dos trabalhos do EP, em 2014, foi realizada uma revisão, resultando em outra cadeia de valor, cujos macroprocessos foram divididos da seguinte forma:

Quadro 3.4.1 Macroprocessos





Com essa visão procurou-se enfatizar o negócio finalístico do MI, assim como previsto em sua Lei de Criação. As políticas públicas foram tratadas, desde então, como instrumentos para garantia dos direitos de cidadania, cujos processos de elaboração e gestão foram classificados como gerenciais.

Quadro 3.4.2- Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento Regional	<p>Tem dois objetivos principais: sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intraregionais valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais e criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e aos serviços públicos no Território Brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia.</p> <p>É composto pelos grupos de processos de Desenvolvimento Produtivo, Promoção da Temática e Financiamento.</p>	<p>Desenvolvimento Produtivo: infraestrutura produtiva para arranjos produtivos; ações para aprimoramento da produção e inserção mercadológica; apoio ao associativismo e cooperativismo.</p>	Cadeia Produtiva	<p>Secretaria de Desenvolvimento Regional;</p> <p>Secretaria de Fundos e Incentivos Fiscais.</p>
		<p>Promoção da Temática: capacitação, concessão de bolsas de estudo de pós-graduação; publicações.</p>	<p>Entes Federados;</p> <p>Agentes de desenvolvimento;</p> <p>Sociedade Acadêmica;</p> <p>Cidadão.</p>	<p>Secretaria de Desenvolvimento Regional.</p>
		<p>Financiamento: aplicação dos recursos dos Fundos Regionais e dos Incentivos Fiscais voltada para a redução das desigualdades regionais.</p>	Empresas.	<p>Secretaria de Fundos e Incentivos Fiscais.</p>
Oferta de Água	<p>Tem como objetivos principais: aumentar a oferta de água em sistemas integrados por meio de intervenções de infraestrutura hídrica; revitalizar infraestruturas hídricas existentes; universalizar o acesso e o uso da água para populações carentes, rurais e dispersas em situação de extrema</p>	<p>Infraestrutura Hídrica: obras de drenagem – canalizações de córregos, dragagem de canais, contenção de encostas, desassoreamento e recuperação de sistemas de drenagem. Obras para acesso à água – cisternas, barreiros e sistemas coletivos.</p>	<p>População em geral;</p> <p>População de baixa renda.</p>	<p>Secretaria de Infraestrutura Hídrica;</p> <p>Secretaria de Desenvolvimento Regional.</p>
		<p>Irrigação:</p>	População da zona	Secretaria

	<p>pobreza.</p> <p>É composto pelos grupos de processos de Irrigação, Infraestrutura Hídrica, Incentivos Fiscais e Programas Ambientais.</p>	<p>Desenvolvimento de projetos de irrigação; coordenação e supervisão das ações de agricultura irrigada; gestão dos perímetros públicos; e incentivos à qualidade na produção.</p>	<p>rural.</p>	<p>Nacional de Irrigação.</p>
		<p>Incentivos Fiscais: redução de impostos; isenção de impostos; reinvestimentos e depreciação acelerada.</p>	<p>Unidades produtoras.</p>	<p>Secretaria Nacional de Irrigação.</p>
		<p>Programas Ambientais: prevenção, atenuação e correções de impactos; monitoramento e acompanhamento das mudanças.</p>	<p>População impactada por obras de oferta de água.</p>	<p>Secretaria de Infraestrutura Hídrica; Secretaria Nacional de Irrigação.</p>
<p>Proteção e Defesa Civil</p>	<p>Tem como objetivo principal coordenar as ações de proteção e defesa civil em todo o território nacional, de forma a reduzir os riscos de desastres.</p> <p>É composto pelos grupos de processos de Prevenção, Reconhecimento de Emergências e Calamidade Pública, Resposta a Desastres e Recuperação.</p>	<p>Prevenção: coordenação das ações de prevenção da rede de proteção e defesa civil;</p> <p>obras para contenção de cheias e controle de erosões; capacitação e treinamento; mapeamento das áreas de riscos; planejamento urbano e ambiental; monitoramento da ocupação urbana; implantação de intervenções estruturais; monitoramento e análise de riscos; e</p>	<p>População de áreas de risco.</p>	<p>Secretaria de Infraestrutura Hídrica; Secretaria Nacional de Proteção e defesa Civil.</p>

		alertas de desastres.		
		<p>Reconhecimento de Emergência e Calamidade Pública: recebimento das solicitações; análise das solicitações; proferimento de decisão.</p>	Estados; Municípios; Distrito Federal.	Secretaria Nacional de Proteção e defesa Civil.
		<p>Resposta a Desastres: socorro às vítimas, transporte de vítimas, agentes de defesa civil e/ou produtos e materiais; assistência humanitária; reestabelecimento emergencial de serviços essenciais e de habitabilidade.</p>	População de áreas que sofreram desastres.	Secretaria Nacional de Proteção e defesa Civil.
		<p>Recuperação: reconstrução de áreas destruídas por desastres por meio de transferência com base em planos de ação.</p>	População de áreas que sofreram desastres.	Secretaria Nacional de Proteção e defesa Civil.

Considerando que os negócios tratados no âmbito do Ministério (desenvolvimento regional, infraestrutura hídrica e proteção e defesa civil) são distintos, mas todos importantes, optou-se por priorizar um processo por secretaria, com o auxílio do EP, e cada representante das secretarias teve o papel de identificar seus processos e coordenar o mapeamento nas suas unidades.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO OPERACIONAL

4.1. Planejamento Organizacional da Secretaria Executiva (Unidade Prestadora Contas)

O planejamento estratégico da Secex/MI está inserido no âmbito do Planejamento do Ministério da Integração Nacional (MI), atualmente materializado no Mapa Estratégico da Pasta, no qual estão definidos a Visão de Futuro, a Missão, os Eixos de Atuação (Prioridades) e os Objetivos Estratégicos do MI, conforme ilustração a seguir:

Figura 3.3.1-1 Mapa Estratégico



Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/mapa-estrategico>

Por sua vez, o plano tático da Secex abrange o planejamento das coordenações componentes da Unidade Jurisdicionada, abrangendo áreas específicas, notadamente:

1. Contabilidade;
2. Documentação e Informação Bibliográfica;
3. Execução Orçamentária e Financeira;
4. Orçamento e Finanças;
5. Planejamento e Melhoria da Gestão;
6. Prestação de Contas de Convênios;
7. Recursos Humanos;

8. Suporte Logístico e;
9. Tecnologia da Informação.

4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Conforme Mapa Estratégico, o plano estratégico da Secex insere-se no Eixo “Implementar gestão eficiente, eficaz e efetiva”, desdobrado nos Objetivos Estratégicos “Promover valorização e qualificação permanente dos servidores” e “Assegurar participação, transparência e melhoria contínua dos meios e processos de gestão”

4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

Atualmente, a implementação do planejamento estratégico da Secex, explícito no Mapa Estratégico do Ministério, está apoiada em Modelo de Gestão para o monitoramento de suas ações, baseado em reuniões periódicas com a alta direção do Ministério, para fins de acompanhamento das atividades previamente pactuadas, quando se procede à análise, ao julgamento e à interpretação dos resultados dos projetos e das atividades prioritários.

Considerando que a gestão pressupõe uma dinâmica permanente de planejar e acompanhar os planos de ação por intermédio de um conjunto de planos operativos, com seus responsáveis, prazos e progressos, a Secex trabalhou para concluir o alinhamento dos Planos Operativos em andamento nas áreas finalísticas e meio aos objetivos estabelecidos e priorizados por meio do Mapa Estratégico ao Plano Plurianual 2012-2015 visando mensurar os resultados alcançados.

Dessa forma, foram identificados e apontados desdobramentos na atividade de monitoramento, que resultaram numa proposta de revisão e complementação do Planejamento Estratégico vigente para 2016, visando agregar valor por meio do incremento dos eixos e dos objetivos existentes no Mapa, com a criação de metas e indicadores alinhados ao PPA 2016-2019.

4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento das coordenações componentes da Secex/MI vincula-se com as competências específicas estabelecidas no art. 4º do Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013.

No contexto do Plano Plurianual (PPA), a Secex/MI é responsável por conduzir o eixo “Implementar Gestão Eficaz, Eficiente e Efetiva” do Mapa Estratégico, e o seu planejamento estratégico vincula-se ao PPA por intermédio do “Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional”, cujas ações estão listadas a seguir:

- 00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade
- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais;
- 140U - Desenvolvimento de ações de planejamento, gestão, estudos, projetos e fortalecimento institucional – Interágua

- 141M - Construção, Reforma e Ampliação dos Prédios Sede, Superintendências Regionais e Unidades Administrativas da Codevasf
- 1M49 - Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 1M51 - Reforma dos Edifícios-Sedes do Dnocs - Administração Central e Coordenadorias Estaduais
- 2000 - Administração da Unidade
- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União
- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública
- 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

4.1.3.1. Unidade Consolidada – Gabinete do Ministro

O planejamento do Gabinete do Ministro coincide com o relato da Secex/MI, de modo que se alinha ao Eixo “Implementar Gestão Eficiente, Eficaz e Efetiva” no âmbito do Planejamento Estratégico do MI, notadamente no que se refere ao Objetivo Estratégico “Assegurar participação, transparência e melhoria contínua dos meios e processos de gestão”.

No mesmo sentido, o planejamento tático é expresso em Planos Operativos e o planejamento operacional resulta do detalhamento do planejamento tático.

No contexto do Plano Plurianual (PPA), o Gabinete contribui para o eixo “Implementar Gestão Eficaz, Eficiente e Efetiva” do Mapa Estratégico, e o seu planejamento estratégico vincula-se ao PPA por intermédio do “Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional”, especialmente no que tange às seguintes ações:

- 2000 - Administração da Unidade
- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados alcançados

Para fins de monitoramento das atividades previamente pactuadas, são realizadas reuniões internas, quando se procede à análise, ao julgamento e à interpretação dos resultados dos projetos e das atividades prioritários.

Para subsidiar essas reuniões, as ações prioritárias do Ministério são descritas em Planos Operativos, associados ao eixo temático “Implementar gestão eficiente, eficaz e efetiva”, que se configuram como registros das pactuações assumidas entre os responsáveis pelas ações e a direção superior do Ministério. Nesses registros, constam descrições, metas, prazos e valores associados à iniciativa desejada, além de dados complementares essenciais à execução do objeto como vinculações orçamentárias e informações contratuais (com terceiros).

As reuniões são presididas pelo Secretário-Executivo em reuniões de coordenação, tendo em vista que o acompanhamento insere-se no Modelo de Gestão do Ministério, que busca assegurar a consecução dos objetivos estratégicos e permite evidenciar eventuais desvios ao longo da gestão e apontar tempestivamente as medidas necessárias à sua mitigação.

Na Secex, a preparação para as reuniões de monitoramento dá-se por intermédio de reuniões de coordenação quinzenais com os titulares das unidades da Secretaria, com a participação de técnicos e responsáveis pelas atividades e do *staff* diretamente vinculado ao Secretário Executivo.

Apresentam-se, a seguir, os planos operativos, acompanhados no decorrer de 2015, que representam o planejamento da Secex, conforme áreas específicas:

- Aprimoramento da Política de Gestão de Documentos (Coordenação de Documentação e Informação Bibliográfica);
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (Coordenação de Documentação e Informação Bibliográfica);
- Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas);
- Fortalecimento do MI (Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas);
- Coordenação de Sistema da Informação - COSIS (Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação);
- Coordenação de Infraestrutura e Suporte - CISUP (Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação);
- Melhorias de Infraestrutura (Coordenação-Geral de Suporte Logístico);
- Plano Plurianual - PPA (Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão);
- Lei Orçamentária - Fase Qualitativa (Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão);
- Secretaria Executiva do Escritório de Processos - EP (Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão);

- Organização e Inovação Institucional (Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão);
- Elaboração de Planejamento Estratégico (Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão);
- Exercício de Empregados da Caixa Econômica Federal no MI (Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas);
- Ponto Eletrônico/Biométrico (Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas);
- PPP – Parceria Público Privada Sudene (Departamento de Gestão Interna);
- Rap - Restos a Pagar (Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira);
- Orçamento Impositivo (Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças);
- Emendas de Relator e Parlamentares de Primeira Legislatura (Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças);
- Comitê Interno sobre Cultura de Gênero (Secretaria Executiva);
- Semana de Ciência e Tecnologia (Secretaria Executiva).

Posteriormente, as coordenações realizam o detalhamento das ações que compõem cada plano operativo, quando são preparados os cronogramas, estabelecidas as metas e previstos os recursos necessários para a implementação das atividades que compõem o plano.

A preparação para essas reuniões dá-se por meio de encontros entre titulares das Secretarias, técnicos, responsáveis pelas atividades, e *staff* da equipe de monitoramento do MI, vinculada ao DGE/Secex. Essas reuniões constituem-se em Salas de Situação e, muitas vezes, são complementadas por reuniões técnicas específicas entre a equipe e os responsáveis operacionais pelas ações. Finalmente, às vésperas da reunião de monitoramento, ocorre reunião prévia do Eixo comandada pelo Secretário coordenador do Eixo estratégico.

No âmbito da Secretaria Executiva, foram realizadas 12 reuniões de Coordenação, nas quais foram imitidas, em média, 120 deliberações visando direcionar o andamento dos Projetos da Secretaria.

Ressalta-se que o Modelo de Gestão e o Sistema de Monitoramento torna ágil o processo decisório e garante que decisões em nível estratégico reverberem nos níveis tático e operacional com agilidade. Por outro lado, a elevada participação de dirigentes intermediários e técnicos no ciclo de monitoramento permite levar às instâncias superiores restrições operacionais às decisões estratégicas que impactam seu cumprimento.

4.3. Desempenho Orçamentário

4.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Programa Temático: Agricultura Irrigada – 2013

Visão Gerencial do Programa

O Programa Agricultura Irrigada foi planejado a partir da premissa de que o aumento populacional estimado para os próximos anos aumentará a demanda por alimentos, e que o uso da agricultura irrigada tem grande potencial para aumentar a oferta de alimentos em bases sustentáveis, permitindo produtividades mais expressivas e maior segurança à atividade agrícola, além de promover a geração de emprego e renda e contribuir de forma decisiva para a competitividade da agropecuária brasileira.

Os desafios para ampliar a prática da agricultura irrigada estão relacionados à ampliação da área que utiliza técnicas de irrigação e drenagem no País, tanto em projetos públicos como privados, e à promoção da atuação eficiente e sustentável dos projetos públicos de irrigação já existentes, permitindo sua evolução no processo de transferência de gestão aos irrigantes.

Assim, no período de 2012 a 2015, buscou-se fortalecer as políticas do setor agropecuário, como a regulamentação da Política Nacional de Irrigação e a implementação de seus instrumentos, com ênfase na formulação dos planos de irrigação e na prestação de Assistência Técnica aos irrigantes.

Destacaram-se ainda ações voltadas para a viabilização da produção em Projetos Públicos de Irrigação (PPI), implantando-se infraestruturas para irrigação em novas áreas e em PPIs já existentes, bem como viabilizando atividades relacionadas à gestão sustentável dos projetos.

Figura 4.3.1-1 Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012*		Valor Apurado 2013*		Valor Apurado 2014*		Valor Apurado 2015**	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação	ha	30/12/2006	4.163.527	30/12/2006	4.163.527	30/12/2006	4.163.527	30/12/2006	4.163.527	30/12/2006	4.163.527
Área irrigada total no Brasil	milhões de hectares	31/12/2012	5,8					31/12/2012	5,8	31/12/2012	5,8
Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação	%	30/12/2010	51	17/01/2012	59	31/12/2012	61,6	31/12/2012	61,6	31/12/2014	54,6
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação	%	30/12/2006	7,7	30/12/2006	7,7	30/12/2006	7,7	30/12/2006	7,7	30/12/2006	7,7

No início do período do PPA 2012-2015 foi observado o sucesso nas ações para aumento do aproveitamento de áreas com infraestruturas de irrigação implantadas. De acordo com o indicador “intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação”, que mede a quantidade de área em produção por área com infraestrutura implantada, o valor em 2012 (59%) subiu para 61,6% nos anos de 2013 e 2014. Entretanto, no ano de 2015 esse indicador teve uma redução para 54,6% ocasionada pela queda na área em produção.

Os principais fatores responsáveis por essa queda foram a grave estiagem, que vem ocorrendo em diversas regiões do Brasil, ocasionando indisponibilidade hídrica e, conseqüentemente, impossibilitando a produção nas áreas que utilizam a água como insumo produtivo. Em outros casos, alguns projetos já se encontram com suas infraestruturas implantadas ou em fase final de ocupação, devendo entrar em produção nos próximos anos.

Ainda assim, constata-se o importante papel da implantação de áreas com projetos públicos não só pelo ganho em área produtiva com técnicas de irrigação, mas também pelo papel indutor no expressivo aumento de áreas privadas irrigadas ocorrido nos últimos anos.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa.

O quadro, a seguir, demonstra como se deu a alocação dos recursos ao longo do tempo de vigência do PPA, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente alocado, como se deu a execução dos recursos alocados ao programa no ciclo e a influência dos restos a pagar nos resultados do programa:

Quadro 4.3.1 Agricultura Irrigada

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2013			
Título	Agricultura Irrigada			
Esfera de Recursos – LOA				(em R\$ 1,00)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS				
Recursos Previstos	2012	2013	2014	2015
a) Dotação Inicial LOA	641.195.378	830.541.457	589.161.570	404.358.190
b) Dotação Atual LOA	808.943.367	572.523.541	498.911.763	339.653.210
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa				(em R\$ 1,00)

Leis Orçamentárias - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
Recursos Executados		2012	2013	2014	2015
c)Despesa Empenhada		448.106.000	445.908.364	432.793.395	158.606.785
d)Despesa Liquidada		150.999.079	139.692.038	184.991.094	91.131.611
e)Despesa Paga		147.090.432	123.764.492	128.139.402	80.581.163
f)Restos a Pagar/ inscrição no ano	f.1)Processados	3.908.647	15.927.546	56.851.692	10.550.448
	f.2)Não Processados	297.106.921	306.216.325	247.802.301	67.475.173

SIOP Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP*

Data de geração deste relatório: 02/02/2016

Com relação à influência dos restos a pagar nos resultados do Programa, cabe esclarecer que os empreendimentos contemplados no Programa Agricultura Irrigada, sob responsabilidade do MI, quase que na totalidade foi concluída ou encontra-se em execução com pagamentos exclusivamente feitos por meio de Restos a Pagar (RAP). Essa forma utilizada não causou impacto na gestão financeira da Unidade no período de vigência do Programa.

De maneira geral, a implementação dos projetos de irrigação contempla três fases até a sua plena operacionalização: elaboração de estudos e projetos, implantação das obras e operação inicial. Cada fase é composta por etapas que ultrapassam o exercício financeiro.

Assim, encontram-se nesta situação o Projeto de Irrigação Passarão/RR e o Projeto Público de Irrigação Várzeas de Sousa/PB, que tiveram seus objetos ou partes deles, concluídos em 2014 e 2015 com recursos dos orçamentos de 2011 e 2009, respectivamente.

Analisando a execução orçamentária e financeira no decorrer do PPA, conclui-se pela alta dependência no uso de Restos a Pagar (RAP) para financiar os projetos do Programa. Quase que a totalidade dos projetos foi concluída ou encontra-se em execução com pagamentos exclusivamente feitos por meio de (RAP).

Esta alta influência dos RAP nos resultados do Programa deve-se, em parte, à forma de execução indireta dos projetos da Pasta e, também, ao momento da formalização dos instrumentos de repasse, que geralmente ocorrem nos meses de novembro e dezembro.

Estão sendo tomadas algumas medidas para aperfeiçoar os trâmites de formalização dos instrumentos de repasse com a finalidade de celebrá-los tempestivamente, de forma que haja

execução ainda no mesmo período orçamentário, diminuindo os processos de execução de despesas de exercícios anteriores. As Secretarias têm sido estimuladas a efetuarem cancelamentos, bem como inibirem novas inscrições.

Com relação aos fatores intervenientes, cabe destacar a forma de execução direta por meio de Projeto de Cooperação Técnica (PCT), utilizada na elaboração dos estudos e projetos da Barragem do Projeto de Irrigação Flores de Goiás e da Barragem Imburuçu/GO, contribuiu para o atingimento das metas do Programa, proporcionando economicidade e efetividade na entrega dos produtos pactuados.

Contudo, comumente, é utilizada a forma de implementação descentralizada, com repasse de recursos financeiros aos Estados e Municípios. Nessa forma de execução, as entregas pactuadas no termo de convênio ou compromisso geralmente não são cumpridas no prazo original firmado, ocasionando constantes alterações nos prazos de vigência desses instrumentos, dificultando o atingimento das metas. Esses atrasos são justificados por diversas razões, tais como: casos de força maior (período chuvoso, por exemplo), falta de estrutura técnica dos convenientes, indisponibilidade financeira do Ministério para o repasse, intempestividade na entrega de documentos institucionais ou técnicos, elaboração de inúmeras versões do projeto executivo em decorrência de inconsistências técnicas identificadas pela área técnica e dificuldade de alocação da contrapartida.

O contingenciamento no exercício de 2015 frustrou o início da obra do Projeto de Irrigação Passarão, localizado no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima, cujo cronograma previa um ano de execução para conclusão da implantação do Projeto. Outros empreendimentos também foram prejudicados, como a interrupção dos contratos de elaboração dos estudos, sob a responsabilidade da Codevasf, para os Projetos de Irrigação Iuiú, localizado nos Municípios de Malhada, Iuiú e Sebastião Laranjeiras, no Estado da Bahia; Mocambo-Cuscuzero, localizado no Município de Santa Maria da Vitória, no Estado da Bahia; e Chapada do Arapuá, Parnamirim e Urimamã, localizados nos Municípios de Santa Maria da Boa Vista, Parnamirim e Ouricuri, no Estado de Pernambuco.

Programa Temático: Conservação e Gestão de Recursos Hídricos - 2026

Visão Gerencial do Programa

Os Objetivos e as metas desse Programa não estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. No decorrer do ciclo, o MI foi responsável pela implementação das seguintes ações:

142D - Estruturação e Consolidação de Comissões Gestoras, Associações de Usuários de Água, em Reservatórios Federais na Região Semiárida;

2D93 - Monitoramento Hidroambiental nos Reservatórios do Dnocs e

10ZW - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa.

O quadro, a seguir, demonstra como se deu a alocação dos recursos ao longo do tempo de vigência do PPA, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente alocado, como se deu a execução dos recursos alocados ao programa no ciclo e a influência dos restos a pagar nos resultados do programa:

Quadro 4.3.2- Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2026				
Título	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos				
Esfera de Recursos – LOA (em R\$ 1,00)					
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Recursos Previstos	2012	2013	2014	2015	
a)Dotação Inicial LOA	35.507.389	23.350.000	22.038.220	20.350.000	
b)Dotação Atual LOA	43.107.389	21.171.889	15.075.446	16.280.000	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Leis Orçamentárias - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
Recursos Executados	2012	2013	2014	2015	
c)Despesa Empenhada	34.681.004	18.545.476	12.054.400	11.953.093	
d)Despesa Liquidada	23.568.060	6.078.906	1.418.697	983.049	
e)Despesa Paga	23.566.971	6.033.660	1.160.886	983.049	
f)Restos a Pagar/ inscrição no ano	f.1)Processados	1.088	45.245	257.811	0
	f.2)Não Processados	11.112.944	12.466.570	10.635.702	10.970.043

SIOP Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP*

Data de geração deste relatório: 02/02/2016

Programa Temático: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária – 2029

Visão Gerencial do Programa

O Programa 2029 promove ações voltadas para o alcance da sustentabilidade econômica por meio de ações que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento, com vistas a atrair novos projetos para a geração de emprego e renda e a mitigação das desigualdades regionais.

No intuito de recuperar a dimensão nacional da questão regional, o Governo Federal elaborou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – institucionalizada em 2007, que visa a redução das desigualdades entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. A PNDR norteia-se pelas seguintes estratégias: a) estimular o desenvolvimento regional em múltiplas escalas; b) articular ações que promovam melhor distribuição da ação pública e investimentos no território nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.

Uma visão estratégica do território nacional é essencial para a articulação política e para objetivar metas de crescimento econômico e de combate à desigualdade social, aliada à conservação dos recursos naturais. A elaboração e a execução de planos territoriais em diversas escalas devem estar articuladas à atuação dos entes federados na proteção do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento e da integração social.

Adicionalmente, a utilização do território socialmente constituído como unidade de planejamento e gestão possibilita considerar de forma mais clara outras dimensões tão relevantes para as políticas públicas quanto a setorial e a territorial, tais como as de gênero, raça, etnia e geração. Neste particular, a promoção do desenvolvimento territorial sustentável do Brasil Rural, para ser realmente inclusivo e sustentável, requer a adoção de políticas afirmativas, que assegurem a todos, indistintamente, conquistar e manter um lugar definitivo no Brasil igualitário e justo que se almeja construir. Da mesma forma, a abordagem territorial demanda e estimula a ação integrada de diversos setores especializados da estrutura do Governo, sejam da área social, da econômica, da ambiental, de infraestrutura ou de desenvolvimento regional.

Estratégia fundamental nessa construção é arregimentar colaboradores, consensuar uma proposta com a sociedade e mobilizar de maneira efetiva e constante os atores políticos e produtivos para criar as condições legais e institucionais de execução, com melhor definição dos marcos legais de apoio aos arranjos produtivos e institucionalização de uma política pública de caráter mais perene – uma Política de Estado voltada para o desenvolvimento local e regional.

Figura 4.3.1-2 Indicadores Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012*		Valor Apurado 2013*		Valor Apurado 2014*		Valor Apurado 2015**	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	13/02/2013	100	31/12/2011	100	10/02/2012	100	31/12/2011	100
Cobertura do bioma Catinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	2,2	13/02/2013	2,2	31/12/2011	1,86	10/02/2012	2,2	31/12/2011	1,8
Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	62,77	13/02/2013	62,77	31/12/2011	66,93	10/02/2012	62,77	31/12/2011	67
Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	26,36	13/02/2013	26,36	31/12/2011	27,2	10/02/2012	26,36	31/12/2011	27
Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	0	13/02/2013	0	31/12/2011	0	10/02/2012	0	31/12/2011	0
Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	13/02/2013	100	31/12/2011	100	10/02/2012	100	31/12/2011	100
Maior PIB per capita Estadual/Menor PIB per capita Estadual	%	31/12/2008	8,56	31/12/2010	8,49	09/11/2011	8,0426	31/12/2012	7,945	31/12/2013	6,41
Maior PIB per capita Mesorregional/Menor PIB per capita Mesorregional	%	31/12/2008	21,06	31/12/2010	17,84	31/12/2010	17,84	31/12/2010	17,84	31/12/2013	19,7
Maior PIB per capita Microregional/Menor PIB per capita Microregional	%	31/12/2008	24,17	31/12/2010	22,84	31/12/2010	22,84	31/12/2010	22,84	31/12/2013	53,7
Número de Colegiados Territoriais Consolidados	unidade	30/06/2011	76	31/12/2012	156	16/01/2014	191	31/12/2014	225	31/12/2015	227
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	unidade	01/01/2008	1.687.035	31/12/2011	2.100.000	31/12/2013	1.423.631	31/12/2014	1.687.044	31/12/2015	2.389.169
PIB Centro-Oeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	9,2	31/12/2010	9,3	31/12/2011	9,5681	31/12/2012	9,8008	31/12/2013	9,12
PIB Nordeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	13,11	31/12/2010	13,46	31/12/2011	13,4038	31/12/2012	13,5557	31/12/2013	13,6
PIB Norte/PIB Nacional	%	31/12/2008	5,1	31/12/2010	5,34	31/12/2011	5,3955	31/12/2012	5,2681	31/12/2013	5,5
PIB Sudeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	56,03	31/12/2010	55,39	31/12/2011	55,4111	31/12/2012	55,1901	31/12/2013	55,27
PIB Sul/PIB Nacional	%	31/12/2008	16,56	31/12/2010	16,51	31/12/2011	16,2212	31/12/2012	16,1849	31/12/2013	16,52

Durante os três primeiros anos de vigência do PPA, tanto os indicadores de faturamento quanto os de investimento líquido total acumulado das empresas apresentaram os índices mais significativos em toda série histórica do Polo Industrial de Manaus (PIM). O PIM é o centro dinâmico de desenvolvimento econômico do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) que irradia seus efeitos positivos para as demais áreas de jurisdição da Suframa, que compreende 153 municípios que possuem uma infraestrutura industrial insuficiente e são atendidos por meio de financiamento de projetos sustentáveis voltados ao apoio da infraestrutura, ampliação da produção e promoção de investimentos vinculados às potencialidades regionais. Destaca-se que no ano de 2013, com o aquecimento da economia, os investimentos alcançaram o melhor resultado em toda a sua existência (US\$ 10,66 bilhões), seguido do 2º melhor resultado do faturamento que foi de US\$ 38,54 bilhões.

Esse incremento na produção/faturamento tem como carro-chefe o setor Eletroeletrônico (incluindo Bens de Informática), bem como o setor de veículo de duas rodas - motocicletas e bicicletas, cuja cadeia produtiva é a mais integrada do Polo Industrial, maximizando sua capacidade de geração de empregos.

Importa destacar que a geração de empregos na região alcançou os três melhores resultados de toda a sua história nos exercícios de 2012, 2013 e 2014. Esse resultado é decorrente de esforço

conjunto dos Governos Federal, Estadual, das bancadas políticas da região, e em particular, a do Estado do Amazonas.

Inobstante aos resultados favoráveis apresentados no período de 2012 a 2014, a crise econômica que assola toda a economia do País provocou, em 2015, uma queda acentuada em praticamente todos os indicadores. O faturamento caiu para (35,75%), seguidos do investimento (25,39%), mão de obra (14,28%) e de exportação (14,48%).

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa.

O quadro, a seguir, demonstra como se deu a alocação dos recursos ao longo do tempo de vigência do PPA, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente alocado, como se deu a execução dos recursos alocados ao programa no ciclo e a influência dos restos a pagar nos resultados do programa:

Quadro 4.3.3- Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2029				
Título	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária				
Esfera de Recursos – LOA				(em R\$ 1,00)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Recursos Previstos	2012	2013	2014	2015	
a) Dotação Inicial LOA	1.427.798.604	1.005.841.065	781.570.810	739.016.922	
b) Dotação Atual LOA	1.629.263.206	1.161.208.602	847.439.810	844.758.082	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa				(em R\$ 1,00)	
Leis Orçamentárias - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
Recursos Executados	2012	2013	2014	2015	
c) Despesa Empenhada	352.283.982	558.676.092	296.991.594	287.567.347	
d) Despesa Liquidada	32.358.914	38.936.618	44.378.143	4.542.149	
e) Despesa Paga	32.219.948	30.189.658	14.639.561	3.235.385	
f) Restos a Pagar/ inscrição no ano	f.1) Processados	138.966	8.746.959	29.738.582	1.306.764
	f.2) Não Processados	319.925.067	519.739.474	252.613.450	283.025.197

SIOF Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP*

Data de geração deste relatório: 02/02/2016

Em 2012, os recursos das ações de desenvolvimento regional incluídos no “Plano Brasil sem Miséria” e alocados no Programa foram ampliados. O diferencial da execução orçamentária neste exercício foi a considerável parcela de recursos não contingenciáveis, já que o orçamento foi basicamente composto pelas ações do Plano Brasil sem Miséria, o que ampliou a capacidade de análise e aprimoramento dos projetos antes da liberação dos recursos por parte da equipe técnica.

Em relação ao Objetivo 0840 – “Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva”, em 2012, foram apoiados cerca de 20 projetos de apoio às Rotas de Integração Nacional, executados por meio de descentralizações a entidades vinculadas como Codevasf, Dnocs, Sudeco e Embrapa, além dos governos estaduais. A disponibilidade de recursos do Plano Brasil sem Miséria facilitou a concretização dessas parcerias, pelo não contingenciamento dos recursos e pela clareza de objetivos que o Plano possui.

A principal mudança na gestão dos Restos a Pagar da Secretaria, neste exercício foi determinada pela edição dos Decretos 7.468/2011 e 7.654/2011 que condicionaram a inscrição à indicação do Ordenador de Despesas, o que exigiu uma intervenção específica em relação a cada um dos projetos a serem apoiados e induziu a uma priorização mais qualificada dos pagamentos.

No exercício de 2013, percebeu-se a necessidade de mais celeridade na execução orçamentária e financeira dos projetos financiados pela Secretaria, sobretudo a partir das ações 20N9, 20N8 e 20N7, do “Plano Brasil Sem Miséria”, que se destinavam às ações de inclusão produtiva. A maior parte dos recursos foi aplicada nas macrorregiões Norte e Nordeste, que ainda precisavam fortalecer suas estruturas administrativas para uma gestão mais eficiente de programas e projetos de investimento.

Acumulou-se, no exercício, uma grande quantidade de “Restos a Pagar”, fator explicado pelas dificuldades administrativas dos estados para apresentação de projetos técnicos qualificados e em estágio de maturidade adequado para a utilização dos recursos disponibilizados. Nesse sentido a Secretaria de Desenvolvimento Regional buscou atuar de maneira mais próxima a outros órgãos do Governo Federal para a transferência de recursos via descentralizações orçamentárias, processo que propicia uma gestão mais ágil dos recursos.

Contribuiu também para esse processo a liberação de recursos financeiros nos últimos dias do ano, fato que induz à necessidade de inscrição em Restos a Pagar de valores a serem pagos no exercício seguinte.

Em 2014, em decorrência do estabelecimento de teto para empenho, parte significativa dos recursos do Programa ficou comprometido no ano, com conseqüente desaceleração na execução de alguns projetos de inclusão produtiva. Os projetos de infraestrutura que tiveram atrasos na aprovação do projeto básico foram reprogramados para 2015, abrindo espaço para alguns projetos novos que se encontram em processo de formalização, com destaque para iniciativas relacionadas à agricultura familiar e à bovinocultura leiteira. Os projetos desenvolvidos por entidades vinculadas ao MI através de descentralização de créditos orçamentários apresentaram um desenvolvimento mais célere.

As justificativas para os valores inscritos em “Restos a Pagar”, em 2014, continuou relacionada às dificuldades dos estados e municípios para atender as exigências técnico-normativas, sobretudo quanto à apresentação de projetos técnicos qualificados, além de invariavelmente haver registros de inadimplência no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), para atendimento aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, em 2015, houve dificuldades para a plena execução das ações que contribuem para a consecução dos objetivos delineados no Programa. Embora a dotação orçamentária na LOA 2015 não tenha sofrido grande variação em relação ao exercício anterior, o cenário de restrição fiscal impôs uma redução proporcionalmente maior dos recursos financeiros para liquidação e pagamento dos empenhos realizados. Não obstante, algumas das metas do programa foram atingidas e superadas. Frente às restrições decorrentes do contingenciamento, houve uma opção clara da Secretaria em manter o foco nas iniciativas de inclusão produtiva por meio da descentralização orçamentária junto a entidades vinculadas do MI, tendência já observada nos exercícios anteriores.

Programa Temático: Gestão de Riscos e Resposta a Desastres – 2040

Visão Gerencial do Programa

A intensificação da ação humana no meio ambiente, potencializado pelo crescimento demográfico e pela falta de planejamento urbano acumulado ao longo de décadas, culminou em situações recorrentes de população em regiões vulneráveis suscetíveis aos riscos de desastres naturais.

Os desastres naturais mais recorrentes registrados no Brasil são os decorrentes de inundações, alagamentos, enxurradas, deslizamentos, estiagens, secas e vendavais, sendo que nos ambientes urbanos, que abrigam a maioria da população brasileira, as inundações, as enxurradas e os deslizamentos de solo ou rocha constituem-se nos eventos que causam os maiores impactos.

A magnitude e os efeitos dos desastres naturais ocorridos nos últimos anos demandaram do Governo Federal a criação de um programa de gestão de risco e desastres naturais com vários objetivos que dão suporte a quatro eixos: **Prevenção, Monitoramento e alerta, Mapeamento das áreas de risco e Resposta e reconstrução**. Em agosto de 2012, o Governo lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, que abrange os quatro eixos e parte substancial dos objetivos, metas e iniciativas do Programa, além de atributos de outros programas das áreas de saúde, defesa e recursos hídricos.

No eixo prevenção, as intervenções estruturais de drenagem urbana consistiram em obras de implantação, complementação ou adequação dos sistemas de macrodrenagem urbana, com vistas à contenção e ao controle de vazões de pico, privilegiando, preferencialmente, a redução, o retardamento e o amortecimento do escoamento das águas pluviais. Ainda nesse eixo, são realizadas ações de apoio ao planejamento e à execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas com alto risco de deslizamentos, bem como intervenções de controle de cheias, além do apoio ao planejamento e ao monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos.

No eixo monitoramento e alerta, investiu-se na estruturação de um sistema de suporte a decisões e alerta de desastres naturais, principalmente por meio da modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres (Cenad) no âmbito do MI.

No eixo mapeamento, expandiu-se e difundiu-se o mapeamento geológico-geotécnico nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos. Dessa forma, houve um esforço de identificação das regiões mais críticas para os desastres de inundações, enxurradas, deslizamentos e seca. Como resultado, foi elencado um conjunto de 821 municípios prioritários que apresentaram os maiores índices de letalidade, desabrigados, desalojados e recorrências desses desastres. O conjunto representa 88% dos desabrigados e desalojados e 94% das mortes registradas entre os anos de 1991 e 2010 no universo de 3.792 municípios que apresentaram registros de desastres naturais. Desse conjunto de municípios, foi identificado um subconjunto de maior criticidade composto por 286 municípios, responsáveis por 89% das mortes registradas no período de análise e por 55% da população afetada.

No eixo Resposta e reconstrução, no período de 2012 – 2015, destacaram-se as seguintes ações de resposta: execução do Auxílio Emergencial Financeiro (AEF), implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) e do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) e a ampliação da Operação Carro Pipa. Destacaram-se, ainda, as ações de distribuição de materiais de assistência humanitária, essenciais ao atendimento às vítimas de desastres.

Cabe esclarecer que as ações de reconstrução/recuperação são financiadas com recursos provenientes de Créditos Extraordinários. Tais recursos têm por objeto auxiliar os entes atingidos por desastres, de forma complementar, na reconstrução de obras de infraestruturas públicas danificadas. Após a publicação da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 essas transferências passaram a ter natureza de transferências obrigatórias, com a finalidade de conferir maior celeridade nesses repasses financeiros. Para sanar problemas decorrentes de prestação de contas, publicou-se a Portaria nº 384, de 23 de outubro de 2014, que obrigou os beneficiados a cumprirem um rito mais rígido, repassando a responsabilidade de execução e prestação de contas ao ente.

Figura 4.3.1-3 Indicadores Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012*		Valor Apurado 2013*		Valor Apurado 2014*		Valor Apurado 2015**	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC	unidade	21/03/2013	237			31/12/2013	1.151	31/01/2015	1.847	08/01/2016	1.865
Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres	porcentagem (%)	31/12/2012	0			26/03/2014	0,4	31/12/2014	1,83	31/12/2015	2
Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos)	porcentagem (%)	31/12/2012	35			29/01/2014	68	18/12/2014	104,4	17/12/2015	135
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade)	porcentagem (%)	31/12/2012	0			31/01/2014	11,3	28/02/2015	33,4	21/12/2015	35
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco)	porcentagem (%)	31/12/2012	0			30/01/2014	7,9	21/08/2014	14,13	30/09/2015	29

O indicador “Número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), que indica o grau de presença da Defesa Civil nos municípios, apresentou resultado crescente no decorrer do PPA.

Também o indicador “Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres” apresentou crescimento no período em análise.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa.

O quadro, a seguir, demonstra como se deu a alocação dos recursos ao longo do tempo de vigência do PPA, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente alocado, como se deu a execução dos recursos alocados ao programa no ciclo e a influência dos restos a pagar nos resultados do programa:

Quadro 4.3.4 Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2040				
Título	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres				
Esfera de Recursos – LOA (em R\$ 1,00)					
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Recursos Previstos	2012	2013	2014	2015	
a) Dotação Inicial LOA	701.808.186	731.023.185	913.178.587	585.000.418	
b) Dotação Atual LOA	2.838.605.581	4.604.979.506	2.899.626.170	2.007.693.529	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Leis Orçamentárias - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
Recursos Executados	2012	2013	2014	2015	
c) Despesa Empenhada	1.610.931.072	2.744.666.039	1.772.802.918	1.425.423.597	
d) Despesa Liquidada	1.024.203.863	2.007.419.795	1.440.379.696	1.050.844.620	
e) Despesa Paga	942.449.514	1.958.434.695	1.418.932.091	1.010.200.601	
f) Restos a Pagar/ inscrição no ano	f.1) Processados	81.754.536	48.985.100	21.447.604	40.644.019
	f.2) Não Processados	586.727.208	737.246.243	332.497.831	374.579.004

SIOF Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP*

Data de geração deste relatório: 02/02/2016

No PPA 2012-2015, neste Programa, o mapeamento, a capacitação, a modernização e a estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), a realização da Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil dependeram dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual para sua execução e, por isso, foram passíveis de contingenciamento. Contudo, as ações de proteção e Defesa Civil se mantiveram na pauta prioritária do Governo e não sofreram grandes impactos da limitação orçamentária ou financeira.

Um fator interveniente foi a insuficiência dos limites disponibilizados que não permitiu alocar recursos adequados na ação orçamentária “152P – Aparentamento das Entidades de Proteção e Defesa Civil”. A ação visa aparelhar as entidades de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de atender a uma das metas do PPA. Em 2014, a dotação orçamentária aprovada para cumprir essa

finalidade foi exígua para atender à demanda e, em 2015, não foi possível alocar recursos na ação.

Com relação aos Restos a Pagar, cabe destacar que a Sedec realizou o acompanhamento a fim de garantir uma tendência decrescente desses valores para não comprometer os limites disponibilizados em cada ano.

Programa Temático: Autonomia e Emancipação da Juventude – 2044

Visão Gerencial do Programa

Os Objetivos desse Programa não estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. No decorrer do ciclo, o MI foi responsável pela implementação da seguinte ação:

4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa.

O quadro, a seguir, demonstra como se deu a alocação dos recursos ao longo do tempo de vigência do PPA, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente alocado, como se deu a execução dos recursos alocados ao programa no ciclo e a influência dos restos a pagar nos resultados do programa:

Quadro 4.3.5 Autonomia e Emancipação da Juventude

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2044			
Título	Autonomia e Emancipação da Juventude			
Esfera de Recursos – LOA				(em R\$ 1,00)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS				
Recursos Previstos	2012	2013	2014	2015
a) Dotação Inicial LOA	1.086.000	986.000	986.000	1.500.000
b) Dotação Atual LOA	1.086.000	986.000	986.000	1.500.000
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa				(em R\$ 1,00)

Leis Orçamentárias - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
Recursos Executados		2012	2013	2014	2015
c)Despesa Empenhada		999.174	284.157	669.370	243.925
d)Despesa Liquidada		413.189	260.130	329.798	192.276
e)Despesa Paga		398.386	259.624	329.798	167.539
f)Restos a Pagar/ inscrição no ano	f.1)Processados	14.803	505	0	24.737
	f.2)Não Processados	585.984	24.027	339.571	51.648

SIOP Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP*

Data de geração deste relatório: 02/02/2016

Programa Temático: Oferta de Água – 2051

Visão Gerencial do Programa

O desenho do programa Oferta de Água, considerando as necessidades de ampliar o acesso à água e de erradicar a miséria, promovendo oportunidades de desenvolvimento, baseou-se em três eixos para o incremento da oferta hídrica nacional: a execução de obras de captação, adução e reservação nas regiões com déficit hídrico elevado; a recuperação e a manutenção de estruturas hidráulicas; e o reforço do planejamento do setor, de forma a avançar no provimento de segurança hídrica.

Nesse sentido, o Programa contempla Objetivos e Metas em consonância com as perspectivas previstas na implementação de uma política de integração nacional que busque dirimir disparidades regionais, sejam elas sociais e econômicas ou de disponibilidade hídrica.

Dado o cenário de escassez no semiárido e a demanda por água para abastecimento humano, é importante contextualizar, ainda, as crescentes demandas industriais, de turismo e de agricultura irrigada da região. Outro importante parâmetro a ser utilizado no direcionamento do investimento em oferta de água é o mapeamento das ocorrências de seca no País

Uma intervenção importante no Programa é o Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), que beneficiará uma população estimada de 12 milhões de habitantes, em 390 municípios nos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O Pisf possui extensão de 477 km organizados em dois Eixos de transferência de água - Norte e Leste. A água será transposta da Bacia do Rio São Francisco para diversas outras nos Estados

beneficiados. Abarca a construção de quatro túneis, 14 aquedutos, nove Estações de Bombeamento e 27 reservatórios. Dado seu caráter interestadual, envolvendo várias bacias hidrográficas, e a complexidade do Projeto, torna-se requisito para sua operação plena a instituição de um modelo de gestão, que busque conciliar os interesses de todos os envolvidos. A gestão do empreendimento deverá promover a sustentabilidade da operação, garantir a disponibilidade de forma integrada, descentralizada e sustentável dos recursos hídricos, viabilizar a melhoria das condições de abastecimento na área de influência do Pisf e induzir o uso eficiente da água disponibilizada pelo Projeto aos setores usuários, visando o desenvolvimento sustentável da região beneficiada.

Os Eixos Norte e Leste atingiram, em 2015, 82,7% de execução física, e empregaram mais de 10 mil trabalhadores. O Governo Federal já acionou os motores de três Estações de bombeamento (EB) do Projeto: EBV-1 e EBV-2, no Eixo Leste, e a EBI-1, no Eixo Norte.

O Programa está estruturado com dois Indicadores, três Objetivos, seis Metas, 27 Iniciativas e 78 ações orçamentárias vinculadas.

Figura 4.3.1-4 Indicadores Oferta de Água

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012*		Valor Apurado 2013*		Valor Apurado 2014*		Valor Apurado 2015**	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de Reservação de Água	milhão de m ³	28/05/2013	29.300			31/01/2014	29.300	19/12/2014	29.820	31/12/2015	29.865,5
Quilometragem de Adução de Água	km	28/05/2013	2.039			31/01/2014	2.343,84	19/12/2014	2.768,79	31/12/2015	3.258,76

Ao longo do quadriênio do PPA 2012-2015 o indicador “Capacidade de Reservação de Água”, que afere o potencial de acumulação em barragens construídas a partir de atuação do MI e de suas entidades vinculadas, variou de 29.300 milhões de m³ para 29.865,5 milhões de m³. Destaca-se a Barragem Figueiredo, no Ceará, com acumulação de 520 hm³ de água.

Já o indicador “Quilometragem de Adução de Água”, que mede a extensão da rede adutora implantada a partir da atuação do MI e suas entidades vinculadas, variou de 2.039 km para 3.273,76 km. Contribuíram significativamente para a variação desse indicador a conclusão, em 2014, da Adutora Pajeú - 1ª etapa (PE), com 197 km, e sua 2ª Etapa, em 2015, com 110 km.

Vale apontar que os indicadores do Programa Oferta de Água foram inseridos no Programa em 2013, em substituição aos indicadores anteriores (“Municípios com ocorrência de racionamento devido à insuficiência de água no manancial” e “Municípios com ocorrência de racionamento devido à deficiência na produção”). Por isso, não há valor para o ano de 2012. Os indicadores anteriores tinham como fonte a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, do IBGE, a qual teve sua última edição em 2008, sem previsão atualização.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa.

O quadro, a seguir, demonstra como se deu a alocação dos recursos ao longo do tempo de vigência do PPA, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente alocado, como se deu a execução dos recursos alocados ao programa no ciclo e a influência dos restos a pagar nos resultados do programa:

Quadro 4.3.6 Oferta de Água

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2051				
Título	Oferta de Água				
Esfera de Recursos – LOA				(em R\$ 1,00)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Recursos Previstos	2012	2013	2014	2015	
a) Dotação Inicial LOA	2.325.903.397	3.417.569.033	3.899.901.136	3.050.884.311	
b) Dotação Atual LOA	3.385.751.576	2.968.549.701	3.996.185.697	3.935.711.091	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa				(em R\$ 1,00)	
Leis Orçamentárias - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
Recursos Executados	2012	2013	2014	2015	
c) Despesa Empenhada	1.855.564.784	2.554.866.019	2.967.325.336	2.014.043.302	
d) Despesa Liquidada	418.003.849	1.052.617.137	1.448.535.161	1.006.211.775	
e) Despesa Paga	406.883.184	1.028.484.999	1.175.222.576	990.815.335	
f) Restos a Pagar/ inscrição no ano	f.1) Processados	11.120.665	24.132.137	273.312.585	15.396.440
	f.2) Não Processados	1.437.560.934	1.502.248.882	1.518.790.174	1.007.831.526

SIOP Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP*

Data de geração deste relatório: 02/02/2016

Os fatores intervenientes que têm contribuído ou prejudicado o cumprimento das metas pactuadas são:

- Não cumprimento, em tempo hábil, pelos Convenentes/Compromissários das exigências legais necessárias ao atendimento da Cláusula Condicionante constantes dos Instrumentos de Repasse (Convênios e Termos de Compromisso), principalmente quanto à comprovação da propriedade do imóvel ou na imissão de posse na forma do Inciso IV do Art. 39, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, e o Licenciamento Ambiental e seus desdobramentos;
- Complicações no Processo Licitatório para contratação dos serviços e/ou fornecimento dos materiais por parte dos Convenentes/Compromissários;
- Complicações na gestão dos contratos de prestação de serviços e/ou fornecimento dos materiais por parte dos Convenentes/Compromissários;
- Contingenciamento de recursos.

Programa Temático: Pesca e Aquicultura – 2052

Visão Gerencial do Programa

Os Objetivos desse Programa não estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. No decorrer do ciclo, o MI foi responsável pela implementação das seguintes ações:

20NE - Apoio a projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos nas fases da Cadeia Produtiva da Pesca;

212M - Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação;

212Z - Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção aquícola sustentável;

5282 - Desenvolvimento de Tecnologias de Processamento de Pescado ;

5352 - Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação - Plano Brasil sem Miséria;

5372 - Implantação de Unidade de Beneficiamento de Pescado;

5406 - Implantação de Unidades Demonstrativas para a Produção de Pescado e/ou Camarão;

5464 - Implantação de estações de piscicultura e centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura;

6108 - Fomento a Unidades Produtoras de Formas Jovens de Organismos Aquáticos;

2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - Plano Brasil sem Miséria;

4518 - Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste;

8687 - Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para o Semiárido;

6425 - Banco Genético de Espécies de Peixes da Região Nordeste.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa.

Quadro 4.3.7 Pesca e Aquicultura

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2052				
Título	Pesca e Aquicultura				
Esfera de Recursos – LOA				(em R\$ 1,00)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Recursos Previstos	2012	2013	2014	2015	
a) Dotação Inicial LOA	12.808.530	5.187.105	5.308.960	16.425.710	
b) Dotação Atual LOA	13.253.880	4.942.169	5.308.960	16.791.436	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa				(em R\$ 1,00)	
Leis Orçamentárias - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
Recursos Executados	2012	2013	2014	2015	
c) Despesa Empenhada	5.528.027	3.305.585	3.068.474	12.026.275	
d) Despesa Liquidada	3.910.470	2.628.685	1.897.622	8.644.616	
e) Despesa Paga	3.815.325	2.613.471	1.888.822	8.217.118	
f) Restos a Pagar/ inscrição no ano	f.1) Processados	95.145	15.213	8.800	427.497
	f.2) Não Processados	1.617.557	676.900	1.170.851	3.381.659

SIOP Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP*

Data de geração deste relatório: 02/02/2016

Como fator interveniente, há que se registrar que a Estação da Paraíba, Joaquim Firmino Filho, encontra-se sem produção alguma desde 2014, pela escassez de água; a estação Osmar Fontenele em Jaibaras, Sobral encerrou suas atividades de produção em julho do ano corrente, transferindo todas as espécies ali produzidas para o Centro de Pesquisas em Pentecoste/CE; o Centro de Pesquisas em Aquicultura está sendo abastecida por adutora, usando o volume morto do açude Pereira de Miranda e a Estação Valdemar Carneiro de França em Maranguape/CE está com menos de 10% de produção, assim como as demais Unidades de produção, estão com redução significativa do quantitativo, em função da escassez de água. Paralelamente, foram capacitadas 607 pessoas mesmo nas condições atuais.

Todas essas ações, embora bastante prejudicadas pelas intempéries, tem como reflexo social a manutenção da piscosidade de açudes públicos e privados, o incremento tecnológico às pisciculturas comerciais, além da indispensável preservação da biodiversidade de organismos aquáticos.

Programa Temático: Saneamento Básico – 2068

Visão Gerencial do Programa

Os Objetivos e as metas deste Programa não estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

No decorrer do ciclo, a Codevasf, Empresa vinculada ao MI, contribuiu para o alcance do Objetivo “0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços”, mediante execução da ação 116F - Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos.

No período de vigência do PPA, ou seja, entre 2012 e 2015 foram realizados investimentos de R\$ 126,6 milhões na Carteira de obras de sistemas simplificados de abastecimento de água, visando o abastecimento humano em localidades rurais difusas no semiárido da região Nordeste e Norte de Minas Gerais. Têm-se como resultado concreto a conclusão de sistemas para atendimento de 239 localidades, além da continuidade da execução de diversas obras e elaboração ou adequação de projetos básicos.

Quadro 4.3.8 Quantidade de municípios atendidos por obras de SAA - 2012 a 2015 - Total (PAC-2 e PAC Prevenção)

Meta	AL	BA	MG	PE	SE	Total
Previsto	17	321	39	81	28	486
Realizado	2	189	4	36	25	256
% Realizado	12%	59%	10%	44%	89%	53%

Instituição responsável pela apuração para o PPA (SIOP): Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde

Além disso, encontra-se em execução a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água em 113 localidades em benefício de 60 mil pessoas, sendo: 6 localidades no estado de Alagoas (6/Pão de Açúcar – PAC Prevenção), 83 localidades no estado Bahia (5/Bom Jesus da Lapa, 9/Carinhanha, 4/Paulo Afonso, 21/Sento Sé, 36/Casa Nova – PAC Prevenção e 8/Muquém do São Francisco – PAC Prevenção); 24 localidades em Pernambuco (2/Itacuruba, 7/Jatobá, 8/Petrolândia, 5/Tacaratu e 2/Petrolina.

Os atrasos verificados na realização da meta da carteira PAC-2 deram-se, principalmente, pela rescisão de contratos paralisados para execução de obras em 116 localidades nos estados de Pernambuco e Bahia, bem como processos licitatórios fracassados ou desertos para retomada dessas obras. Contudo, apesar das dificuldades citadas acima, foram retomadas as obras para 55 localidades até o momento.

A Codevasf contribuiu também para a consecução do Objetivo “0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte, localizados em bolsões de pobreza”, mediante execução das ações “10RP - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba”; “10RM - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba” e “141J - Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos”.

Por sua vez, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica também contribuiu com o alcance do Objetivo por intermédio da ação “1162 - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Coqueiro Seco no Estado de Alagoas”.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa.

O quadro, a seguir, demonstra como se deu a alocação dos recursos ao longo do tempo de vigência do PPA, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente alocado, como se deu a execução dos recursos alocados ao programa no ciclo e a influência dos restos a pagar nos resultados do Programa:

Quadro 4.3.9 Saneamento Básico

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2068				
Título	Saneamento Básico				
Esfera de Recursos – LOA				(em R\$ 1,00)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Recursos Previstos	2012	2013	2014	2015	
a) Dotação Inicial LOA	294.522.007	336.360.000	237.045.568	143.685.000	
b) Dotação Atual LOA	411.778.803	284.082.815	286.238.342	117.585.000	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa				(em R\$ 1,00)	
Leis Orçamentárias - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
Recursos Executados	2012	2013	2014	2015	
c) Despesa Empenhada	290.087.580	284.068.519	277.830.753	50.636.412	
d) Despesa Liquidada	111.237.726	170.850.918	105.740.879	8.638.763	
e) Despesa Paga	109.817.581	168.166.919	75.030.761	7.874.885	
f) Restos a Pagar/ inscrição no ano	f.1) Processados	1.420.144	2.683.998	30.710.118	763.878
	f.2) Não Processados	178.849.854	113.217.601	172.089.873	41.997.648

SIOP Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP*

Data de geração deste relatório: 02/02/2016

As dificuldades para execução das ações de esgotamento sanitário estão relacionadas ao acompanhamento dos contratos e dos termos de compromisso em razão do reduzido número de funcionários; problemas fundiários e ambientais, que culminaram na demora de liberação de áreas para implantação de estações elevatórias e estações de tratamento de esgotos; abandono de obras por parte das contratadas; demora na aprovação de aditivos contratuais; projetos básicos mal elaborados; demora na análise e autorização de serviços por parte de órgãos governamentais,

e, principalmente, devido ao atraso no pagamento das faturas resultante das restrições orçamentárias.

Um fato relevante a ser mencionado e que reforça os resultados satisfatórios já alcançados até o momento, é que, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, o Brasil conseguiu reduzir à metade o percentual da população sem acesso à água e esgoto, atingindo uma das metas dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” pactuadas com as Organizações das Nações Unidas (ONU). Em 1990, apenas 53% da população moravam em residências com rede coletora de esgoto e 70% tinham acesso à água. Em 2012, as taxas aumentaram para 58,5% e 77% respectivamente, indicando mais uma vez que estamos no caminho certo para o desenvolvimento sustentável.

Referente às ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares na Bacia do Rio São Francisco e do Parnaíba, grande parte dos sistemas não foram concluídos o dificultou a celebração de mais Termos de Compromisso com as Concessionárias para implantação de obras.

Destaca-se que a Sepac reduziu a programação prevista para os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para execução de sete sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e elaboração de dois projetos em diversos municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco

Programa Temático: Segurança Alimentar e Nutricional – 2069

Visão Gerencial do Programa

Os Objetivos e as metas desse Programa não estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

No decorrer do ciclo, o MI foi responsável pela implementação da ação 12QC - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água, inserida no “Água para Todos” contribuindo para o objetivo 0614 - “Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional”.

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome e Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

No tocante às metas desse Objetivo, o MI contribui para o alcance das seguintes metas sob a responsabilidade dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à fome e do Meio Ambiente: “Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano”, “Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais” e “Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais”. Contudo,

não foi atribuída uma parcela específica para o MI, haja vista que não lhe cabe a responsabilidade direta pela execução.

Foi estabelecida, especificamente para o MI, a execução de parte da meta “Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro”, sob a responsabilidade Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS, cabendo-lhe o alcance de 300.000 famílias.

A meta foi atingida ainda em 2014, por meio da instalação de cisternas de consumo para famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em áreas rurais. Até o final de 2015, o total de cisternas instaladas no nordeste e semiárido somava 345.053, 15% superior à meta estabelecida para o MI no PPA.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa.

Quadro 4.3.10 Segurança Alimentar e Nutricional

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2069				
Título	Segurança Alimentar e Nutricional				
Esfera de Recursos – LOA				(em R\$ 1,00)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Recursos Previstos	2012	2013	2014	2015	
a) Dotação Inicial LOA	955.733.505	1.446.300.000	1.351.222.553	439.720.000	
b) Dotação Atual LOA	1.403.333.503	1.221.434.792	1.151.222.553	149.720.000	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa				(em R\$ 1,00)	
Leis Orçamentárias - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
Recursos Executados	2012	2013	2014	2015	
c) Despesa Empenhada	918.205.421	1.205.593.634	998.184.122	114.986.242	
d) Despesa Liquidada	483.324.555	502.694.273	338.835.227	39.665.700	
e) Despesa Paga	478.441.455	377.146.963	294.845.360	15.008.500	
f) Restos a Pagar/ inscrição no ano	f.1) Processados	4.883.099	125.547.310	43.989.867	24.657.199
	f.2) Não Processados	434.880.865	702.899.360	659.348.894	75.320.542

SIOP Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP*

Data de geração deste relatório: 02/02/2016

Inicialmente, as ambiciosas metas de universalização do acesso à água do Programa “Água para Todos” e a natureza de suas ações levaram à disponibilização de um grande montante de recursos. Até o final de 2013, o Programa não enfrentou contingenciamentos ou atrasos nos repasses financeiros. As dificuldades na execução justificavam-se especialmente pelos atrasos em procedimentos licitatórios e pelas necessidades de aperfeiçoamento nos procedimentos e ações em campo, identificadas apenas durante a execução, exigindo melhorias em normativos, diretrizes e revisão de contratos.

A partir de 2014, os frequentes atrasos na liberação de recursos financeiros prejudicou o ritmo de execução das atividades de instalação, causando desmobilizações e descontinuidade de frentes de trabalho em campo. Apesar desta situação, a meta estabelecida para o MI no PPA foi alcançada ainda em 2014.

O sucesso no cumprimento das metas deveu-se, especialmente, a melhorias na gestão do Programa, como o monitoramento periódico do cumprimento das metas nas salas de situação e o aperfeiçoamento dos modelos de contratação.

No que se refere ao montante inscrito em restos a pagar, observa-se que a maior parcela do pagamento e execução física da ação ocorre somente no exercício seguinte, pois a efetiva implantação das estruturas (que podem envolver, inclusive, obras físicas) inicia-se após a conclusão dos procedimentos de licitação e diagnóstico em campo para identificação das localidades exatas a serem beneficiadas. Adicionalmente, o contingenciamento orçamentário sofrido pela ação desde 2014 aumentou o montante de recursos empenhados apenas no final do exercício, o que impossibilita uma maior execução financeira no mesmo exercício. Além disso, a frequente indisponibilidade de recursos financeiros para repasse aos executores impossibilita uma maior diminuição no montante de recursos inscritos em restos a pagar.

4.3.2. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados – Programas Temáticos do PPA

Resultados alcançados com as metas quantitativas, regionalizadas e não regionalizadas, e qualitativas previstas por objetivo ao final do PPA.

Programa Temático: Agricultura Irrigada – 2013

Quadro 4.3.11 Objetivo 0128 – Programa 2013

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Regulamentar o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Planos de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.		
Código	0128	Órgão	Ministério da Integração Nacional

Programa	Agricultura Irrigada			Código	2013		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado	%	Previsto	100,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação	%	Previsto	100,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS							
Seq.	Descrição da Meta						
1	Implantar o Conselho Nacional de Irrigação						
2	Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação						
3	Elaborar e aprovar novo marco legal da Política Nacional de Irrigação						
4	Regulamentar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação						

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Obs.: Não houve, no âmbito do MI, execução no objetivo 0128 no decorrer do PPA 2012-2015.

O objetivo compreende a regulamentação do marco legal da Política Nacional de Irrigação; a elaboração de Planos de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável e a articulação, a gestão e a governança da Política Nacional de Irrigação.

Para fortalecer a Política Nacional de Irrigação, destaca-se a conclusão da meta “Elaborar e aprovar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação”. Por intermédio do Projeto de Lei nº 6.381, de 2005, foi aprovada a Lei nº 12.787, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, publicada no DOU em 11 de janeiro de 2013, sendo revogada a Lei nº 6.662/1979.

Por sua vez, a meta “Regulamentar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação” encontra-se em andamento. O processo de regulamentação iniciou-se em partes com quatro minutas de decreto de regulamentação da Lei nº 12.787/2013, que tramitavam em diferentes órgãos da administração federal e tratavam de partes específicas da Lei de Irrigação. Em 2014, o Governo reanalisou as propostas com a finalidade de otimizar o tempo de trâmite e produzir com mais celeridade os efeitos desejados da Política, optando por realizar um único decreto de regulamentação.

Em 2015, a finalização da proposta da minuta de decreto de regulamentação da Lei nº 12.787, de 2013, agregando as contribuições dos setores afins à agricultura irrigada para elaboração da proposta definitiva de regulamentação foi considerado um avanço para relevante para a temática. Para tratar e acompanhar os trâmites até a publicação da minuta de decreto junto à Casa Civil, foi instituído um Grupo de Trabalho.

Os Planos Estaduais de Irrigação e Drenagem passaram a ser elaborados a partir de 2012 com a publicação do Plano Diretor Estadual de Minas Gerais – PAI-MG. No ano seguinte, foi elaborado o Plano Diretor Estadual do Rio Grande do Sul. Em 2014, iniciou-se o processo de contratação de empresa para elaboração do Plano Diretor da Agricultura Irrigada do Distrito Federal, sendo o primeiro produto entregue em 2015.

Quanto aos demais Planos Diretores de Irrigação, o Governo celebrou com cinco Estados da Federação (Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Paraná e Piauí) Acordos de Cooperação Técnica – ACTs, com vigência até 2020, visando ao apoio técnico e financeiro para elaboração dos planos estaduais de irrigação.

Com relação ao Plano Nacional de Irrigação, ocorreu a publicação da Portaria nº 115, de 18 de junho de 2015, que teve por objetivo aprovar o estudo intitulado Análise Territorial para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil, na forma de seu Relatório Técnico Final, como parte integrante do Plano Nacional de Irrigação.

Outra iniciativa importante foi a promoção de encontros no âmbito do Fórum Agricultura Irrigada, onde o Governo buscou construir novas soluções e compartilhamento de experiências, com vistas ao êxito dos empreendimentos associados à irrigação. Implementado por intermédio da Portaria nº 1.869, de 2008, o Fórum constitui-se numa rede de especialistas e instituições brasileiras.

Também foi concluída a meta de implantação do Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo. Com a finalidade de tratar das questões ambientais visando à regularização ambiental dos usuários de recursos hídricos na atividade agricultura irrigada, sua implantação ocorreu por intermédio da Portaria nº 546, de 25 de setembro de 2012.

O Comitê foi criado para atuar como órgão colegiado consultivo para analisar e aconselhar sobre as questões ambientais que interferem na expansão da agricultura irrigada no Brasil visando o

desenvolvimento sustentável; avaliar as restrições à regularização ambiental da agricultura irrigada nacional e propor ações que o Governo Federal e os governos estaduais devam empreender de modo a fomentar a expansão do setor; sugerir estratégias para desenvolver instrumentos de regularização ambiental para agricultura irrigada e propor estudos, diretrizes, métodos e procedimentos para subsidiar a promoção da regularização ambiental da atividade da agricultura irrigada no País.

Quanto à meta “Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação”, foram atingidos avanços expressivos na elaboração de planos de irrigação, na construção do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação – Sinir e no programa de capacitação em agricultura irrigada.

Em 2014, entrou em operação o Sistema de Informações sobre os Projetos Públicos de Irrigação – SISPPPI, parte do primeiro módulo do Sinir encontra-se em operação. Trata-se de um projeto, que busca consolidar os dados sobre os Projetos Públicos de Irrigação existentes no País, bem como agregar informações gerais dos projetos, tais como, vias de acesso, localização geográfica, área irrigável, área irrigada por método e sistema de irrigação, principais culturas exploradas, valor bruto de produção, organização de produtores e cooperativas existentes no projeto. Espera-se em breve concluir a parte do sistema referente aos indicadores de PPIs e avançar na implementação dos módulos restantes.

As metas “Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado” e “Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação” continuam inalteradas, sendo necessária a intensificação das articulações entre os órgãos, visando acessar as bases de dados dos órgãos outorgante e importar e integrar a base de dados do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) e do cadastro único dos irrigantes.

No que se refere à meta “Implantar o Conselho Nacional de Irrigação”, foi consolidada minuta de decreto pela Secretaria Nacional de Irrigação (Senir/MI) para regulamentação de Conselho como órgão consultivo e deliberativo.

Quadro 4.3.12 Objetivo 0175 – Programa 2013

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.						
Código	0175		Órgão	Ministério da Integração Nacional			
Programa	Agricultura Irrigada			Código	2013		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação	ha	Previsto	44,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação (anual)	un	Previsto	61,00			
			Realizado	0,00	31,00	20,00	43,00
3	Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação	un	Previsto	61			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	7,00
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração acumulada	2012	2013	2014	2015
1	Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha	ha	Previsto	148.920,00			
			Realizado	2.554,00	23.694,00	23.694,00	26.844,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração acumulada	2012	2013	2014	2015
	Região Centro-oeste	ha	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sul	ha	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Norte	ha	Realizado	0,00	3.582,00	3.582,00	3.582,00
	Região Nordeste	ha	Realizado	2.554,00	20.112,00	20.112,00	23.262,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
2	Revitalizar as infraestruturas de uso	ha	Previsto	117.234,00			

	comum que atendam a 117.234 ha		Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	ha	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sudeste	ha	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Norte	ha	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
3	Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação	un	Previsto	18,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	1,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sudeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	1,00
	Região Norte	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

A caracterização do objetivo 0175 parte do pressuposto que a irrigação é fundamental para aumentar a produtividade, diminuir a sazonalidade da oferta de alimentos no decorrer do ano e, principalmente, permitir a produção de alimentos onde a falta de chuvas é um fator limitante.

Ressalta-se que as metas do Objetivo 0175 só poderão ser aferidas quando da conclusão de todas as etapas que compõem as metas relacionadas aos perímetros, de modo que não é possível mensurá-las para a maioria dos perímetros que ainda estão em execução. Os resultados apresentados a seguir discorrem sobre a análise da meta alcançada e demonstram o andamento das demais ações deste Objetivo.

Para atender à meta “Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação” foram implementadas benfeitorias e instalados equipamentos para beneficiamento, armazenagem, escoamento e transformação da produção agrícola, para apoio às ações de comercialização, pesquisa, assistência técnica e extensão, bem como para treinamento e capacitação dos agricultores irrigantes.

Em 2013, no Projeto Mirorós/BA, foi adquirida e instalada a balança rodoviária e realizados 25% da reabilitação e do revestimento da estrada de acesso para escoamento da produção. No Projeto Baixo de Irecê/BA foi publicado edital para o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental e o Anteprojeto de Engenharia Rodoviária de uma estrada, com aproximadamente 152,02 km de extensão, para o acesso ao projeto. No Projeto Nilo Coelho, estão sendo reabilitadas e pavimentadas as estradas principais, com 95% realizado. Nos Projetos Betume, Cotinguiba/Pindoba e Propriá/SE foi dada a ordem de serviço para reabilitação das estradas vicinais.

Com foco na meta “Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação (anual)”, foram realizadas uma série de ações e serviços que contribuíram para a sustentabilidade ambiental dos PPIs. Durante o período do PPA, foram contratados Serviços de Avaliação da Qualidade de Água para 25 PPIs e os Serviços de Avaliação da Qualidade de Solos para os PPIs em operação localizados nos estados de Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Para os PPIs em implantação/operação nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Sergipe foram executados os serviços de apoio à regularidade ambiental dos empreendimentos, referentes à arqueologia, estudos florísticos, faunísticos e diagnósticos ambientais. Já os PPIs Araras Norte, Baixo Acaraú, Ema, Icó-Lima Campos, Jaguaribe Apodi, Jaguaruana, Morada Nova, Quixabinha, Tabuleiros de Russas e Várzea do Boi obtiveram suas outorgas de uso de água, estando em andamento o processo de obtenção dos PPIs Ayres de Souza e Curu-Pentecoste.

A obtenção e a manutenção, no período do PPA, das licenças ambientais foram consideradas como marco para mensuração da meta referente à conformidade ambiental, em razão da diversidade de ações e serviços necessários para seu alcance. Assim, no universo de 52 PPIs que contribuíram para o alcance da meta, verificou-se a existência de 43 licenças ambientais vigentes em 2015.

A mensuração dessa meta, desde o início do PPA 2012-2015, não foi claramente estabelecida, sendo que na análise situacional do ano de 2012 considerava-se a conclusão dos processos de conformidade ambiental. Os processos de conformidade ambiental abrangem todas as ações e serviços que devem ser realizados para que o PPI esteja regularizado e são ações continuadas, ou seja, sempre haverá uma atividade em execução. Desse modo, em 2013 a SENIR/MI fez um levantamento dos PPIs em que estavam ocorrendo ações ambientais, o que resultou em 31 perímetros. Entretanto, no decorrer de 2014, com as reuniões para alinhamento das atividades do PPA foi decidido pela equipe técnica do MI, Codevasf, Dnocs e SPI que a melhor maneira para quantificação da meta seria em razão da obtenção e da manutenção das licenças vigentes (Licença de instalação, Licença de operação, dentre outras). Assim, chegou-se a um novo quantitativo.

Com relação à meta “Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha”, foram priorizados investimentos para a implantação de infraestruturas de irrigação em diversos projetos de irrigação. Até 2015, foram implantados 4.723 ha no projeto Baixio de Irecê, 3.588 ha no Pontal Sul, 4.600 ha no Salitre, 4.100 ha no Várzeas de Sousa, 3.101 ha no Tabuleiros de Russas, 3.582 ha no São João e 3.150 ha no Jacaré-Curituba, alcançando-se a marca de 26.844 ha a mais de áreas que passaram a utilizar a irrigação para a produção de alimentos com alta qualidade e com foco na sustentabilidade, em todos os seus aspectos.

Alguns projetos ainda não foram concluídos, porém estão em estágio avançado de execução. O Projeto Marrecas/Jenipapo – PI, por exemplo, com previsão de conclusão para o início de 2016, encontra-se com 63% de execução. Assim que as pendências orçamentárias e financeiras forem sanadas, as obras deverão ser retomadas.

O projeto Baixio de Irecê já está com a primeira etapa concluída e a segunda etapa encontra-se com 40% de execução. No âmbito do Projeto já foram assinados contratos de Concessão de Direito Real de uso (CDRU) para ocupação 13.433,21 hectares irrigáveis de caráter empresarial, sendo 1.231,84 ha da Etapa I e 12.201,37 ha da Etapa II.

Importante destacar que a implantação de projetos públicos de irrigação, dada a complexidade deste tipo de empreendimento, requer um prazo maior do que quatro anos. Os que foram concluídos nesse período tinham sido iniciados anteriormente a esse PPA e alcançaram sua maturação até o ano de 2015.

No tocante à revitalização das infraestruturas de irrigação de projetos já implantados, visou-se recuperar as infraestruturas de irrigação para que os projetos pudessem irrigar toda a área útil agricultável. A maioria dos projetos inserida nesta meta encontra-se em execução avançada: o projeto Bebedouro/PE encontra-se com 58% das infraestruturas revitalizadas, sua área é de 2.091 ha e beneficia 159 pequenos produtores, gerando uma produção anual de alimentos na faixa de 15 mil toneladas; as infraestruturas do projeto Nilo Coelho/PE estão 70% revitalizadas, sua área é de 18.857 ha e produz aproximadamente 480 toneladas de alimentos por ano, gerando um valor bruto de produção médio de R\$695.000,00; o projeto Formoso/BA alcançou 78% de execução no período do PPA, suas infraestruturas atendem a uma área de 12.048 hectares e sua produção média anual atinge 171 mil toneladas.

Além da implantação de infraestruturas de irrigação, buscou-se ampliar a utilização das áreas potencialmente irrigáveis por meio de incentivos fiscais. Destaca-se aqui a implementação dos procedimentos para enquadramento de Projetos de Irrigação ao Regime Especial de Incentivos

para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), a partir da Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007, e da Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 403, de 29 de agosto de 2013.

Para atender à meta “Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação” é necessário reabilitar e/ou concluir as infraestruturas de uso comum; regularizar a situação fundiária e ambiental; capacitar os produtores para que estes realizem a gestão do projeto; disponibilizar Assistência Técnica e Extensão Rural contínua e de qualidade; delegar competência para entidades de irrigantes assumirem atividades de administração, operação e manutenção da infraestrutura de um perímetro de irrigação; e pactuar com estados e municípios para que os serviços públicos de educação, saúde, segurança, saneamento e transporte sejam fornecidos aos projetos públicos de irrigação.

Para a quantificação dessa meta, foram considerados os PPIs que alcançaram a etapa de cogestão, sendo seu início marcado pela celebração do contrato de delegação de competência da administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum entre o Governo e organização de irrigantes. O perímetro Várzea de Sousa/PB contribuiu com esta meta, com contrato de delegação da gestão formalizado em 2015. Perímetros da Codevasf e do Dnocs celebraram contrato de delegação da gestão antes do PPA 2012-2015.

Quadro 4.3.13 Objetivo 0176 – Programa 2013

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.						
Código	0176	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Agricultura Irrigada			Código	2013		
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração acumulada	2012	2013	2014	2015
1	Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem	un	Previsto	20.000,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Centro-oeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Norte	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00

	Região Sudeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sul	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
2	Capacitar 4.000 profissionais de nível superior para agricultura irrigada	un	Previsto	4.000,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Centro-oeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Norte	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sudeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sul	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
3	Capacitar 6.000 profissionais de nível médio para agricultura irrigada	un	Previsto	6.000,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Norte	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Centro-oeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sudeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sul	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

O objetivo 0176 contempla iniciativas de capacitação para a Agricultura Irrigada. Para atender a essas metas, por meio de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre MI/MAPA/MMA/ANA, constituiu-se Grupo de Trabalho, para o estudo: “Capacitação para Gestão Integrada e Sustentável de Água no Meio Rural”. Encontra-se em processo licitatório a contratação de consultoria para condução dos trabalhos.

Para promover a capacitação para a Agricultura Irrigada avaliou-se, inicialmente, o panorama dos programas de capacitação a partir das interlocuções com instituições públicas de ensino e pesquisa na área de Ciências Agrárias. Desde 2011, tem-se avaliado isoladamente alternativas de formatos e conteúdos de programa de capacitação, a partir de um relatório de consultoria que apontou os públicos alvo e estratégias para capacitação em agricultura irrigada. Desse esforço, concluiu-se que antes de propor um modelo de capacitação, havia a necessidade de mapear ações de capacitação atualmente ofertadas e buscar otimizar recursos e esforços entre os órgãos envolvidos.

No caso da meta “Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem”, a ação para o “Levantamento das Demandas de Capacitação e Identificação de Ações de Ofertas de Capacitação sobre o Tema de Água no Meio Rural” encontra-se em fase licitatória para contratação de empresa, via Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas), acordo de empréstimo firmado com o Banco Mundial. Contudo, a meta continua inalterada, pois somente após o levantamento realizado pela empresa vencedora do certame licitatório é que serão estruturados os cursos de capacitação.

Com relação às demais metas, os esforços empreendidos não resultaram em avanço percentual da meta, não estando em curso nenhuma atividade que implique em reflexo positivo no aspecto quantitativo.

Quadro 4.3.14 Objetivo 0180 – Programa 2013

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.						
Código	0180	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Agricultura Irrigada				Código	2013	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Disponibilizar serviços de ATER para 30.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação	un	Previsto	30.000,00			
			Realizado	14.371,00	26.558,00	34.947,00	42.960,00
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Disponibilizar serviços de ATER	un	Previsto	8.000,00			

nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER		Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
Região Norte	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Centro-oeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Nordeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Sudeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Sul	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Obs.: Não houve execução no objetivo 0180 no decorrer do PPA 2012-2015.

Expressando uma preocupação constante do Governo Federal com a agricultura familiar e de pequeno porte, buscou-se disponibilizar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para pequenos produtores dos PPIs. O objetivo geral dos serviços de Ater é capacitar os produtores e suas organizações para o planejamento da produção e o gerenciamento do lote, além de conscientizá-los e orientá-los para a aplicação dos princípios de boas práticas agrícolas. Durante o período do PPA 2012-2015 tivemos contratações de Ater para os projetos que atenderam 14.371 produtores para o ano de 2012, 12.187 para o ano de 2013, 8.389 em 2014 e 8.013 em 2015. As restrições orçamentárias influenciaram na redução das contratações de Ater ao longo dos anos do PPA 2012-2015.

Quadro 4.3.15 Objetivo 0543 – Programa 2013

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional.						
Código	0543	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Agricultura Irrigada			Código	2013		
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Revitalizar 40 empreendimentos de	un	Previsto	40,00			

	interesse social		Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Nesse Objetivo, destacam-se ações relacionadas à operação e à manutenção; apoio à administração; participação nos custos operacionais; atividades de prestação de assistência técnica; atividades de organização de produtores; regularização fundiária; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento das condicionantes ambientais; capacitação de técnicos e agricultores; recuperação e manutenção das infraestruturas de irrigação de uso comum já implantadas (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, dentre outras); bem como implantação de novos sistemas que garantam a otimização e atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, dentre outros.), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas.

A meta não foi atendida, pois é necessária a execução de todos os serviços descritos, que ainda estão em andamento. Apresentam-se, a seguir, as principais realizações implementadas no ciclo:

No âmbito do Perímetro Público de Irrigação (PPI) Itiúba/AL, em 2014, foram contratados o fornecimento e a instalação de seis Centros de Controle de Motores, visando à modernização das instalações elétricas das estações de bombeamento, e a fabricação e a instalação de seis conjuntos motobombas de eixo vertical.

Quanto ao PPI Cotinguiba-Pindoba/SE, efetivou-se a conclusão da licitação para reabilitação das obras civis das estações de bombeamento e do sistema de adutoras; a construção das unidades de processamento mínimo de arroz; a modernização do sistema de irrigação da área de policultivo; a contratação dos serviços de georreferenciamento, cadastro físico, econômico social das áreas de influência do PPI e emissão da Ordem de Serviço para a reabilitação de estradas vicinais. O PPI possui área irrigável de 2.232 hectares e atende a 475 produtores.

No PPI Propriá/SE, foi concluída a licitação para a reabilitação das obras civis das Estações de Bombeamento e dos diques de proteção; contratados os serviços de georreferenciamento, cadastro físico, econômico e social das áreas de influência do Perímetro Irrigado e emitida a ordem de serviços para reabilitação de estradas vicinais. O PPI possui área irrigável de 1.177 hectares, atende a 311 produtores e até junho de 2014 havia sido realizado 12% do empreendimento.

Por fim, no O PPI Betume foi concluída a licitação da reabilitação de canais e obras de arte; contratados os serviços de georreferenciamento, cadastro físico, econômico e social das áreas de influência do Perímetro irrigado e emitida a Ordem de serviço para reabilitação das estradas vicinais. O PPI possui área irrigável de 2.860 hectares e atende a 754 produtores.

Quadro 4.3.16 Objetivo 0544 – Programa 2013

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.						
Código	0544	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Agricultura Irrigada				Código	2013	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Ampliar a área irrigada em 88.239 ha	ha	Previsto	88.239,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Norte	ha	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sudeste	ha	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Centro-oeste	ha	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sul	ha	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Nordeste	ha	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Esse Objetivo visa promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado e agrega a meta “Ampliar a área irrigada em 88.239 hectares”.

Em 2014, foi analisado o Projeto Executivo da Barragem do Rio Imburuçu, devolvido para conclusão e ajustes até o início de 2015. Essa ação, desde 30 de outubro de 2014, foi transferida para a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco).

Em reunião com representantes do Estado do Rio Grande do Sul, a Senir propôs elaborar o anteprojeto das obras do Canal Jaguari e do Canal Taquarembó, ficando o Estado responsável pela execução e fiscalização das obras via Regime Diferenciado de Contratações – RDC. Em dezembro de 2014, a Secretaria iniciou os estudos para elaboração do Termo de Referência para contratação de projetista para elaboração do anteprojeto de engenharia.

Na ação de Estudos e Projetos para Implantação de Projetos de Irrigação, foram formalizados três Termos de Execução Descentralizada, dois para a elaboração de estudos e a consolidação de anteprojeto de engenharia dos empreendimentos Mocambo-Cuscuzero (12.000 ha) e Iuiú (30.306 ha), situados no Estado da Bahia; e um para a elaboração de estudos dos empreendimentos Chapada do Arapuá, Parnamirim e Urimamã (18.494 ha), situados no Estado de Pernambuco, tendo sido iniciadas as obras nos Projetos de Irrigação Iuiú e Mocambo-Cuscuzero. Também, foram formalizados os Termos de Compromissos para a realização de estudos das Barragens Casa Branca e Médio Rio de Contas, situadas no Estado da Bahia.

Foi concluído o Projeto Executivo do empreendimento Jonas Pinheiro, com recursos de RAP 2009. A publicação do edital de licitação para execução das obras ocorreu em novembro de 2014 e a abertura dos envelopes em meados de dezembro. No entanto, em função de falhas no edital, a concorrência pública foi cancelada. A previsão é que novo edital de licitação seja publicado em abril de 2015 e as obras sejam iniciadas no segundo semestre, com duração de 24 meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. Essa ação foi transferida para a Sudeco em 30 de outubro de 2014.

Levantamentos pedológicos realizados nos limites do Projeto Manoel Dionísio identificaram áreas inaptas à agricultura. O resultado dos levantamentos diminuiu drasticamente a área útil contemplada na proposta original e ocasionou a prorrogação de entrega do Projeto Executivo. Diante do fato, novos estudos estão sendo feitos em áreas adjacentes ao projeto de irrigação com a finalidade de encontrar novas áreas aptas e, assim, manter o quantitativo original da proposta, bem como integrar assentamentos contíguos, não contemplados na proposta original.

No exercício de 2014, o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul informou que a Licença Prévia, necessária à conclusão do Projeto Básico do Projeto Itamaraty II ainda não havia sido liberada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). Tendo em vista que as pendências não foram regularizadas até a vigência da proposta, o Termo de Compromisso foi encerrado. Essa ação foi transferida para a Sudeco em 30 de outubro de 2014.

O objetivo setorial do Governo com a implementação dos procedimentos para enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) é baixar os custos de instalação de infraestruturas de projetos de irrigação e, com isso, aumentar a área irrigada, podendo ser apresentados tanto novos projetos como ampliações e modernização de projetos pré-existentes. Consequentemente, espera-se aumentar a produção de alimentos e matérias primas de origem agropecuária, com incremento na produtividade e melhoria na qualidade da produção, redução da escassez da oferta da produção em condições climáticas adversas, aumento da geração de emprego e renda e fortalecimento da cadeia produtiva da agricultura irrigada, contribuindo com o desenvolvimento da economia regional e nacional. Desde a implantação do Reide, o Governo aprovou até o momento o enquadramento de 10 projetos de irrigação que totalizam uma área de 24.935,36 ha.

Quadro 4.3.17 Objetivo 0545 – Programa 2013

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado						
Código	0545	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Agricultura Irrigada				Código	2013	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos	%	Previsto	100,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Obs.: Não houve execução no objetivo 0545 no decorrer do PPA 2012-2015.

As ações no âmbito do Objetivo visam incentivar a ampliação da utilização das áreas potencialmente irrigáveis para aumentar a oferta de alimentos, bioenergéticos e fibras de forma sustentável, porém não houve execução no objetivo 0545 no decorrer do PPA.

Apesar desse potencial, a meta encontra-se inalterada, pois a expansão da área irrigada no País depende de infraestrutura viária, energia elétrica e infraestrutura social e urbana que são alcançadas com políticas integradas. Há, ainda, dificuldade de obtenção de financiamento, falta de difusão de transferência de tecnologia ao agricultor e de assistência técnica específica para a agricultura irrigada e questões relativas à legislação ambiental e à de recursos hídricos

A partir da Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007, e da Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 403, de 29 de agosto de 2013, foram implementados os procedimentos para

enquadramento de Projetos de Irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – Reidi, visando baixar os custos de instalação de infraestruturas de projetos de irrigação e, com isso, aumentar a área irrigada, podendo ser apresentados tanto novos projetos como ampliações e modernização de projetos pré-existentes.

O enquadramento de projetos no Reidi está dissociado da obrigatoriedade de execução de despesa pública no âmbito da LOA, uma vez que o objetivo do Programa é reduzir o custo de materiais, serviços e equipamentos, nacionais e importados, aplicados em projetos privados de infraestrutura de irrigação, cujo benefício é a suspensão da exigência de contribuição para o Pis/Pasep e para a Cofins, ou seja, renúncia fiscal.

Consequentemente, espera-se aumentar a produção de alimentos e matérias primas de origem agropecuária, com incremento na produtividade e melhoria na qualidade da produção, redução da escassez da oferta da produção em condições climáticas adversas, aumento da geração de emprego e renda e fortalecimento da cadeia produtiva da agricultura irrigada, contribuindo com o desenvolvimento da economia regional e nacional.

No âmbito do MI, em 2014, foi aprovado o projeto Santa Colomba Agropecuária Ltda, que prevê irrigação por aspersão (pivô central) e explora as culturas de algodão, feijão, soja e milho em uma área de 2.213 hectares, com a utilização das águas do Rio Itaguari, na Bacia do Rio São Francisco.

Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária - 2029

Quadro 4.3.18 Objetivo 0789 – Programa 2029

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território						
Código	0789	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.			Código	2029		
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração Acumulada	2012	2013	2014	2015

1	Criar 27 comitês estaduais de desenvolvimento regional que promovam o fortalecimento da governança da Política de Desenv. Regional – PNDR	un	Previsto	27,00			
			Realizado	27,00	27,00	27,00	27,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração Acumulada	2012	2013	2014	2015
	Região Sul	un	Realizado	3,00	3,00	3,00	3,00
	Região Centro-oeste	un	Realizado	4,00	4,00	4,00	4,00
	Região Nordeste	un	Realizado	9,00	9,00	9,00	9,00
	Região Norte	un	Realizado	7,00	7,00	7,00	7,00
	Região Sudeste	un	Realizado	4,00	4,00	4,00	4,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
2	Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional	un	Previsto	19,00			
			Realizado	13,00	15,00	17,00	18,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Norte	un	Realizado	4,00	6,00	7,00	8,00
	Região Centro-oeste	un	Realizado	2,00	2,00	2,00	2,00
	Região Sul	un	Realizado	3,00	3,00	3,00	3,00
	Região Sudeste	un	Realizado	1,00	1,00	1,00	1,00
	Região Nordeste	un	Realizado	3,00	3,00	4,00	4,00
METAS QUALITATIVAS							
Seq.	Descrição da Meta						
1	Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional						

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

O objetivo contempla ações e iniciativas voltadas para a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), a realização de planos regionais, a capacitação e a cooperação em desenvolvimento regional e territorial e a estruturação e o fortalecimento do Sistema Nacional de

Desenvolvimento Regional, com vistas à superação das desigualdades regionais e ao ordenamento do território.

O Programa apresentou avanços institucionais importantes nas políticas públicas de redução de desigualdades intra e inter-regionais no Território Brasileiro.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instituída pelo Decreto nº 6.047/2007, alcançou maior grau de maturidade a partir da realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), em 2012, que teve como objetivo geral colher subsídios para a revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, reconheceu o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como instrumento de referência para a definição de estratégias, ações e projetos afetos ao desenvolvimento das regiões brasileiras; subsidiou a elaboração do Projeto de Lei encaminhado à Casa Civil da Presidência da República em 2014. Contudo, o Projeto de Lei retornou para o MI e foi substituído por Projeto de Lei do Senado nº 375/2015, o qual se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aguardando designação do relator.

Para viabilizar a realização das etapas estaduais, macrorregionais e nacional da I CNDR, a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) articulou-se com os governos estaduais e do Distrito Federal, no âmbito da organização das respectivas etapas estaduais, para criar as 27 Comissões Organizadoras Estaduais (COE) que foram constituídas para a CNDR no ano de 2012. Sua criação serviu para identificar os atores-chave de cada segmento, de modo a formar um grupo-base que impulse a criação e a consolidação de um sistema de governança e fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Além disso, do ponto de vista da implementação de ações estratégicas orientadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, outro avanço institucional importante foi o desenvolvimento do Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR). A ferramenta constituiu-se no principal instrumento de monitoramento e avaliação de programas e projetos relacionados à PNDR e passa a compor o Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional, conforme prevê o art. 8º do Decreto nº 6.047/2007. Como solução de tecnologia da informação, o ODR está em constante evolução. Em 2015, por intermédio de Acordo de Cooperação Técnica pactuado com a Universidade de Brasília, avançou-se na montagem de uma nova versão do Sistema, com o aprimoramento das funcionalidades, a atualização das bases de dados e a integração do ODR à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

No período do PPA 2012-2015, concluiu um total de 18 planos de desenvolvimento territorial em escalas regional e estadual, frutos de parcerias do Governo Federal com governos subnacionais e instituições de ensino e pesquisa, com participação da sociedade civil em suas respectivas metodologias de elaboração. Tais instrumentos têm como objetivo a apresentação de respostas aos problemas socioeconômicos que atingem cada território/região/estado de abrangência desses estudos, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

Com relação à Política Nacional de Ordenamento Territorial, ainda estão sendo realizadas discussões internas no MI para elaborar estratégias de retomada do debate.

Quadro 4.3.19 Objetivo 0790 – Programa 2029

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição		Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.					
Código	0790	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.				Código	2029	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Aplicar 100% dos recursos programados no exercício	% ao ano	Previsto	100,00			
			Realizado	109,00	109,00	103,00	89,00
2	Comprometer 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício em projetos de interesse do desenvolvimento regional	% ao ano	Previsto	100,00			
			Realizado	94,00	97,00	97,00	99,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

As ações do objetivo 0790 visam adotar medidas que favoreçam o desenvolvimento das atividades produtivas nas regiões menos desenvolvidas, por intermédio da aplicação dos Fundos Regionais e dos Incentivos Fiscais.

No que se refere aos Fundos Regionais, no sentido de aperfeiçoar a aplicação dos instrumentos de desenvolvimento regional, de forma a permitir que os recursos alcançassem um maior número de empreendimentos nos diversos municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e, com isso, melhor contribuíssem para a promoção do desenvolvimento regional sustentável foram adotadas, dentre outras medidas, a consolidação do processo de financeirização dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE) e a aprovação do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Nesse período foram aplicados, R\$ 16,9 bilhões pelos Fundos de Desenvolvimento e R\$ 86,5 bilhões pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, totalizando o valor de R\$ 103,4 bilhões, possibilitando a melhoria na qualidade de vida dos habitantes dessas regiões e contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para o incremento das produções regionais, da arrecadação de tributos e para a redução do êxodo rural.

Foram aplicados, ainda, R\$ 5,5 milhões e apoiadas 137 iniciativas de finanças solidárias por meio dos bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito, totalizando assim, ao longo do PPA 2012-2015, o apoio a 843 iniciativas, as quais se consolidaram em importantes instrumentos de promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema.

Quadro 4.3.20 Objetivo 0792 – Programa 2029

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.						
Código	0792	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.			Código	2029		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais	un	Previsto	10,00			
			Realizado	10,00	10,00	10,00	10,00
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia	un	Previsto	1,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00

	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Amazônia legal	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
2	Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste	un	Previsto	1,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Centro-oeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
3	Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Nordeste	un	Previsto	1,00			
			Realizado	0,00	2,00	2,00	4,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	2,00	2,00	4,00
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
4	Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste	un	Previsto	8,00			
			Realizado	0,00	8,00	8,00	8,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	8,00	8,00	8,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

O objetivo contempla ações e iniciativas voltadas ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias. A estratégia de viabilização destes sistemas e projetos foi alicerçada em parcerias entre órgãos do Governo Federal em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi, ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para tanto, foram firmados convênios de apoio à inovação de Arranjos Produtivos Locais (APL) e à ampliação e ao fortalecimento das estruturas produtivas, além de projetos na área de

difusão de tecnologias, com foco na inovação tecnológica e no incremento do fluxo de mercadorias inter-regionais.

Considera-se alcançada 100% da meta “Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais”, mediante desenvolvimento de projetos no entorno de grandes empreendimentos e de empresas âncoras dos setores automotivo, de petróleo, de gás e naval, com foco na inovação tecnológica e no incremento de fluxo de mercadorias inter-regional, a partir da metodologia de APLs, inclusive pela atração de novos atores que possam atuar de maneira integrada.

Para os APLs de setor de petróleo, gás e naval, além das atividades de capacitação e consultoria, foram desenvolvidos projetos individuais para as empresas participantes, tais como o desenvolvimento de processos modernos de produção e certificação; arquiteturas de TI para as empresas; e a criação do Portal da Cadeia Produtiva de Fornecedores da Indústria de Petróleo, Gás e Naval.

O fortalecimento de APL provoca impactos diretos e indiretos no desenvolvimento regional e territorial sustentável. Isso devido à capacidade dos empreendimentos organizados em APL gerarem emprego e renda nas regiões onde estão concentrados. Além disso, as políticas voltadas para um conjunto de empresas apresentam externalidades que transbordam os resultados que seriam atingidos se as políticas fossem direcionadas para empresas ou empreendedores individualmente.

As ações do Grupo de Trabalho Permanente para APLs (GTP APL) e dos Núcleos Estaduais de APLs (NEs) de cada uma das 27 unidades da federação foram relevantes para organizar as demandas locais dos APLs, elaborar instrumentos de apoio diretos aos arranjos, assim como disseminar informações sobre ferramentas, editais e chamadas públicas existentes. A proximidade, principalmente, dos gestores estaduais com os atores locais, sejam eles públicos ou privados, facilitaram a propagação da informação e o protagonismo local, critérios relevantes para a promoção do desenvolvimento das regiões atendidas.

Além das ações pontuais direcionadas a um número específico de APLs, as ações macroestruturantes do GTP APL, tais como a estruturação do Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL) e a elaboração do Plano Nacional de Capacitação de Gestores de APLs (PNC), beneficiam um número ilimitado de APLs e de instituições de apoio, nacionais, estaduais e locais. No caso do OBAPL, ele proporciona a reunião e a disseminação de informações e dados antes dispersos e pouco acessíveis para o público interessado no tema, tais como estudiosos da

área, elaboradores de políticas públicas, gestores de APLs e os próprios empresários/empreendedores.

Quadro 4.3.21 Objetivo 0840 – Programa 2029

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.						
Código	0840	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.				Código	2029	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados	un	Previsto	106.770,00			
			Realizado	24.872,00	78.728,00	107.525,00	114.491,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Semiárido	un	Realizado	13.090,00	27.977,00	46.024,00	46.074,00
	Mesorregiões Diferenciadas	un	Realizado	4.720,00	18.325,00	23.164,00	25.312,00
	Faixa de Fronteira	un	Realizado	622,00	3.180,00	3.645,00	5.203,00
	Região Hidrográfica do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim	un	Realizado	6.440,00	29.246,00	34.692,00	37.902,00
METAS QUALITATIVAS							
Seq.	Descrição da Meta						
1	Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva						

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

O objetivo 0840 contempla notadamente iniciativas voltadas para a inclusão produtiva.

Após o início da execução do Programa, houve o entendimento de que a meta de gerar postos de trabalho não espelha de modo preciso o resultado das atividades desenvolvidas, pois não é aferido com precisão o tipo de benefício recebido pela sociedade. A maioria dos projetos não

visa criar postos de trabalho, mas fornecer condições para promoção da inclusão produtiva de pequenos produtores ou garantir a competitividade de suas operações.

A estruturação e a dinamização de Arranjos Produtivos Locais em espaços sub-regionais deprimidos, o provimento de infraestrutura produtiva e a promoção de iniciativas para aprimoramento da produção e inserção mercadológica, muitas vezes, contribuem não exatamente para a geração de postos de trabalho formais. Podemos citar, por exemplo, famílias que deixam de produzir para a subsistência e passam a ter um excedente comercializável, as famílias de pequenos agricultores que recebem apoio técnico e aumentam sua produção e as famílias que incrementam sua capacidade de comercialização ao se associarem em cooperativas e associações de produtores.

Assim, as ações veem sendo desenvolvidas de forma satisfatória, apoiando e ampliando a viabilidade e a sustentabilidade de atividades produtivas, fortalecendo o associativismo e/ou o cooperativismo como opções de organização social e produtiva, proporcionando ao pequeno produtor rural, condições para melhorar as características produtivas de seu rebanho, além de capacitá-lo, possibilitando o aumento da rentabilidade da pequena propriedade rural, o aumento da qualidade e da atratividade dos produtos oferecidos.

Com base nos números apresentados, a meta de 106.770 beneficiários foi atingida e extrapolada em 7,2%, todavia este é o número de beneficiários dos projetos e não de postos de trabalho criados. O destaque da execução entre os localizadores, no ano de 2015, fica por conta do acréscimo de mais de 42% no número de beneficiários na Faixa de Fronteira, o que demonstra o avanço da ação nesta Região.

Com relação à meta “Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva”, cabe salientar que várias Unidades Vinculadas ao MI apoiam a consecução dessa meta.

No Exercício de 2013, o Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (Dnocs) realizou obras mediante execução direta e por meio de convênios com prefeituras de diversos estados, que viabilizaram intervenções com a finalidade de promover o acesso aos recursos hídricos e às condições de inclusão sócio produtiva necessárias à melhoria das condições de vida da população residente em áreas atingidas pela seca. Além disso, o Dnocs, mediante Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos do MI, vem adquirindo os equipamentos e insumos necessários à implantação e ao funcionamento de estações de piscicultura

Por sua vez, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) contribuiu principalmente com o fornecimento de equipamentos e implementos agrícolas e destinou recursos para obras de infraestrutura. A Codevasf já forneceu um total de 615 equipamentos e implementos agrícolas. Sua atuação vem beneficiando comunidades rurais e associações de agricultores familiares, dando condições de incrementar a produção e a geração de emprego e renda. Em 2015, por meio de Termos de Execução Descentralizada de créditos da SDR/MI, a Codevasf beneficiou 11 projetos de APLs, com a aquisição de tratores, implementos agrícolas e retroescavadeiras.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) firmou convênio com a Prefeitura de Saboeiro/CE para recuperação e melhoria do Mercado Público Municipal e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), por meio de recursos provenientes de emenda parlamentar, apoiou projetos de infraestrutura para municípios do Estado do Mato Grosso, voltados para construção de centros de múltiplo uso, barracão comunitário, cobertura de feira livre, casa de apoio aos agricultores familiares e pavimentação asfáltica e drenagem de vias.

Desde 2014, a Sudam, em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), vem apoiando o Projeto Desenvolvimento Sustentável com Fomento e Fortalecimento das Cadeias Produtivas e Arranjo Produtivo Local nas Atividades de Fruticultura e Piscicultura no Município de Terra Alta – Estado do Pará. Também em parceria com a UFRA, vem apoiando o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar e Recuperação de Áreas Degradadas por intermédio de mecanização agrícola em municípios paraenses. Também encontra-se em andamento o projeto Desenvolvimento Sustentável com Fomento da Avicultura Familiar nos Municípios Polos de Barcarena e Terra Alta no estado do Pará.

Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres - 2040

Quadro 4.3.22 Objetivo 0169 – Programa 2040

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.						
Código	0169	Órgão	Ministério das Cidades				
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres			Código	2040		
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e	município	Previsto	7,00			

de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas		Realizado	4,00	6,00	6,00	11,00
Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
Região Nordeste	município	Realizado		1,00	1,00	3,00
Região Sudeste	município	Realizado	1,00	1,00	1,00	1,00
Região Sul	município	Realizado	3,00	3,00	3,00	4,00
Região Centro-Oeste	município	Realizado		1,00	1,00	1,00
Região Norte	município	Realizado				2,00
METAS QUALITATIVAS						
Seq.	Descrição da Meta					
1	Promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente.					

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Nesse Objetivo, o MI apoiou a elaboração de estudos, planos e projetos de engenharia de drenagem urbana, apoiou o planejamento e a execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas com alto risco de deslizamentos, e o planejamento e o monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos.

No período, foram concluídas as obras para implantação do sistema de drenagem pluvial nos Municípios de Ilhota/SC e no Município de Luís Alves/SC; contenção de erosão fluvial na orla do Município de Boca do Acre/AM; contenção de erosão fluvial na orla do Município de Caruarí/AM; macrodrenagem na Rua Noruega em Joinville/SC e dragagem, desassoreamento, construção de canais no Município de Navegantes/SC, que beneficiam aproximadamente 121 mil habitantes.

Também foram concluídas as obras de drenagem, desassoreamento, construção de canais, no Município de Pomerode/SC; obras de drenagem, canalização, canal de concreto no Município de Paraíso do Tocantins/TO, implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista/RJ e obras de macrodrenagem em Salvador/BA. A conclusão dessas intervenções beneficiam aproximadamente 470 mil habitantes, sendo 400 mil em Salvador /BA.

Para essa meta, destaca-se execução da Barragem Serro Azul/PE, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2016, que beneficiará 135 mil habitantes.

Além dos onze empreendimentos destinados ao controle de enchentes, destacam-se as obras de recuperação da drenagem na Bacia do Ribeirão da Velha, Ribeirão Garcia e Ribeirão de Itoupava, no Município de Blumenau, em Santa Catarina, em fase de execução com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2016.

Cabe esclarecer que as obras de redragagem, recuperação de diques, desobstrução do canal central do rio dos Sinos, no Município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foram encerradas devido a problemas/dúvidas com relação à destinação dos recursos, ainda restando a necessidade de equacionamento e resolução da propriedade dos diques (remanescente do Dnocs) e a finalização das etapas que não foram realizadas do Plano de Trabalho.

Outro destaque é no Município de Paulista, em Pernambuco, onde as obras de macrodrenagem na Bacia Hidrográfica do Rio Paratibe abrangem cinco canais. O Canal do Araxá, da Avenida e das Tintas está concluído. O Canal do Rio Limoeiro teve sua extensão redefinida no novo Plano de Trabalho por adentrar em região de Mangue e encontra-se concluído. O Canal do Rio Paratibe está com 59% de execução física.

Das obras de contenção de erosão fluvial no Amazonas, 18 dos 25 empreendimentos já se encontram em execução desde 2013, restando, para conclusão, o envio de informação por parte do Estado.

Em 2014, foi publicada portaria incluindo mais nove novos municípios para obras de contenção de erosão fluvial no Amazonas. Essas obras serão realizadas nos Municípios de Manicoré, Tabatinga, Manacapuru, Maués, Jutai, Codajás, Uricurituba, Lábrea e Borba, mas ainda não foram iniciadas.

No total das obras sob a responsabilidade do MI, referente a drenagem, controle de cheias e erosões marítimas e fluviais, 46 estão contempladas na carteira do PAC - Prevenção em Áreas Risco, lançada em 2012, enquanto 13 obras de drenagem destinadas a controle de enchentes seguem na carteira do PAC-Recursos Hídricos.

Quadro 4.3.23 Objetivo 0172 – Programa 2040

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres						
Código	0172	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres			Código	2040		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil	un	Previsto	4.500,00			
			Realizado	8.928,00	19.931,00	28.457,00	31.589,00
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos estaduais de defesa civil	un	Previsto	27,00			
			Realizado	0,00	4,00	5,00	5,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Centro-oeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Norte	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sudeste	un	Realizado	0,00	2,00	2,00	2,00
	Região Sul	un	Realizado	0,00	2,00	3,00	3,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
2	Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos municipais de defesa civil.	un	Previsto	821,00			
			Realizado	0,00	91,00	106,00	106,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Norte	un	Realizado	0,00	6,00	12,00	12,00
Região Nordeste	un	Realizado	0,00	20,00	23,00	23,00	

	Região Centro-oeste	un	Realizado	0,00	5,00	5,00	5,00
	Região Sudeste	un	Realizado	0,00	39,00	43,00	43,00
	Região Sul	un	Realizado	0,00	21,00	23,00	23,00
METAS QUALITATIVAS							
Seq.	Descrição da Meta						
1	Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres						
2	Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres						
3	Promover a participação brasileira nos fóruns e discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil						
4	Realizar Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil						

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

As ações em defesa civil estimularam a atuação integrada dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec). Seu alcance foi potencializado pela modernização do marco legal da Defesa Civil, Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabeleceu de forma individualizada as competências dos entes federados participantes do Sinpdec.

Para uma adequada atuação em rede dos órgãos de Defesa Civil nos três níveis federativos foi necessário fortalecê-los. Um importante passo nessa direção foi a realização da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (CNPDC), de 4 a 7 de novembro de 2014 que resultou inicialmente na definição de 113 princípios e 322 diretrizes distribuídos em quatro eixos: Gestão Integrada de Riscos e Resposta a Desastres; Integração de Políticas Públicas Relacionadas à Proteção e Defesa Civil; Gestão do Conhecimento em Proteção e Defesa Civil e Mobilização e Promoção de uma Cultura de Proteção e Defesa Civil na Busca de Cidades Resilientes e, a partir destes, foram elencados 10 princípios e 30 diretrizes prioritários.

A 2ª CNPDC envolveu um volume expressivo de pessoas, mobilizando mais de 40.900 participantes nas diversas etapas, proporcionando uma ampla discussão do tema. Uma valiosa oportunidade para que a sociedade civil e os representantes das diversas áreas de atuação na Proteção e Defesa Civil estabelecessem o diálogo e a troca de experiências e, acima de tudo, trabalhassem na elaboração de propostas para contribuir com o fortalecimento do Sinpdec.

As realizações no período de 2012 a 2015 também se destacam pelas ações de capacitação dos membros do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, cujas metas têm sido superadas, em grande parte, devido à implantação da modalidade de cursos à distância. Assim, ao longo deste quadriênio foram capacitados um total de 31.589 agentes e gestores de proteção e defesa civil, além de representantes da sociedade civil e de outros órgãos que atuam na área e da comunidade sendo: 8.928 pessoas em 2012; 11.003 em 2013, 8.526 em 2014 e 3.132 em 2015.

No decorrer do PPA, o Grupo de Apoio a Desastres (Gade) foi mobilizado para atuação como apoio operacional nos estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Amazonas, Acre e Rondônia. Destaca-se também a atuação do grupo no restabelecimento da comunicação entre os estados do Acre e Rondônia, por meio da ativação da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Rener).

No período foi concluído o projeto de reestruturação e modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) com a disponibilização de estrutura física (disponível 24 horas por dia, sete dias por semana) – inclusive feriados. O projeto foi dividido em quatro fases, sendo que a primeira, refere-se às mudanças estruturais do Centro, e a segunda, relacionada ao reforço do quadro de pessoal e às preparações normativas para o Sistema de Gestão.

Quanto à meta “Promover a participação brasileira nos fóruns e discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil”, destacam-se a participação na “IV Plataforma Global para Redução do Risco de Desastres, na Suíça”, na “IV Sessão da Plataforma Regional para Redução de Risco de Desastres, na cidade de Quayaquil/Equador”, na “XI Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastre Socionaturais, da Defesa Civil, da Proteção Civil e Assistência Humanitária do Mercosul”, na “III Conferência Mundial em Redução do Risco de Desastres”, nos fóruns regionais intergovernamentais como o Mercosul e a Unasul, na “Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastres Socionaturais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária – REHU”, dentre outros.

Além de participar de reuniões presenciais e por videoconferência, houve a análise e contribuições aos documentos em discussão no grupo, entre os quais podemos destacar o Manual de Assistência Mútua frente a desastres em países membro da Unasul e o Plano de Ação do GTANGRD para o período 2015 – 2019.

Destaca-se também a cooperação firmada entre Brasil e Japão, por meio de sua agência de cooperação internacional, JICA, para Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais. Por meio do intercâmbio de experiências entre técnicos dos dois países, esse projeto busca fortalecer a capacidade de análise de risco, aperfeiçoar o planejamento, aprimorar o protocolo de aviso prévio e melhorar o Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais.

Quadro 4.3.24 Objetivo 0174 – Programa 2040

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.						
Código	0174	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres				Código	2040	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Implementar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios.	un	Previsto	2.856,00			
			Realizado	469,00	1.906,00	2.214,00	2.293,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Sul	un	Realizado	89,00	274,00	491,00	548,00
	Região Centro-oeste	un	Realizado	6,00	40,00	60,00	66,00
	Região Nordeste	un	Realizado	111,00	1.012,00	1.023,00	1.024,00
	Região Norte	un	Realizado	61,00	104,00	113,00	121,00
	Região Sudeste	un	Realizado	202,00	476,00	527,00	534,00
METAS QUALITATIVAS							
Seq.	Descrição da Meta						
1	Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres						

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Nas ações de resposta destaca-se o Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC que é um meio de pagamento específico para ações de socorro, assistência às vítimas de desastres e restabelecimento de serviços essenciais. Ele foi instituído em 2011 e, a partir de 2012, tornou-se

a forma exclusiva de execução de recursos federais repassados para ações de resposta. O CPDC tem proporcionado mais agilidade, controle e transparência dos gastos da Administração Pública.

Até o final de 2015, 2.293 municípios aderiram ao cartão. Dos 821 municípios prioritários, 805 o adotaram, totalizando 98% de atendimento das cidades emergentes. Quanto aos governos estaduais, apenas Mato Grosso e Tocantins não usam a sistemática do CPDC.

Entre 2012 e 2015, o valor total de recursos repassados para execução de ações de resposta alcançou o montante de R\$ 964 milhões. O Governo Federal atendeu, diretamente, com recursos para ações de resposta 21 estados e 303 municípios.

Por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), cujo uso é obrigatório desde o início de 2013, tem-se obtido significativos ganhos em agilidade e transparência na gestão de riscos de desastres a partir da informatização do processo de reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Outro ponto de destaque na direção de agilizar o atendimento à população e minimizar o sofrimento dos afetados foi à alteração da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, pela Lei nº 12.983, de 2 de junho de 2014, possibilitando o atendimento do Governo Federal em ações de socorro e assistência às vítimas previamente ao reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Para “Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres” o MI atua na transferência de recursos financeiros; liberação de kits/materiais de assistência humanitária; acionamento de protocolo para saúde e transporte e logística e operação carro pipa.

A transferência de recursos financeiros ocorre por meio de transferência obrigatória ao ente proponente dos recursos, via CPDC. Quanto aos kits/materiais de assistência humanitária, a Defesa Civil disponibiliza colchões, galões de água, cestas de alimentos, kits dormitórios, higiene, limpeza, fralda para idoso e fralda infantil, cuja distribuição é fiscalizada e atestada por agentes do Cenad.

A implementação do sistema de registro de preço agilizou as ações de resposta, no que tange à assistência humanitária, sobretudo porque o prazo para a entrega no local do desastre é de no máximo 96 horas. Ademais, os produtos que compõem os kits são entregues organizados e

embalados, o que facilita a distribuição aos afetados e, conseqüentemente, a mitigação dos efeitos da situação vulnerável, com vistas ao restabelecimento da dignidade humana, pela oferta de itens essenciais à sobrevivência.

O êxito nos acionamentos das Atas de Registro de Preço (ARPs) também pode ser averiguado pelos poucos casos de inexecução contratual por parte das empresas registradas, no importe aproximado de 2% do total do valor efetivamente contratado. Para otimizar o apoio nas ações de socorro e assistência humanitária, o Protocolo de ação conjunta com o Ministério da Saúde (MS) e com o Ministério da Defesa (MD) foi revisado, após reuniões com representantes de cada Ministério. A proposta atual esclarece com mais precisão e objetividade as atribuições de cada órgão no cenário de desastre.

Quanto ao Protocolo entre o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), acerca do fornecimento de cestas de alimentos, houve ajustes iniciais com representantes dos órgãos interessados. Embora as tratativas ainda estejam em andamento, com vistas à consolidação do Protocolo, a parceria com o MDS, no contexto fático, tem permitido a disponibilização de alimentos a estados e municípios solicitantes, sempre que há estoque suficiente nas respectivas Companhias Nacionais de Abastecimento (Conabs).

Para os desastres Seca/Estiagem, o Cenad trabalha com resposta federal por meio de operação carro pipa (OCP) Federal e Transferência obrigatória de recursos financeiros para distribuição emergencial de água potável, para consumo humano, por meio de operação carro pipa estadual.

A OCP federal é definida como mútua cooperação técnica e financeira entre o MI e o MD para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino e norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Atualmente, 816 municípios brasileiros são atendidos pela OCP Federal para beneficiar cerca de 3.921.872 pessoas. São 6.881 carros-pipa contratados para distribuir água potável à população situada nas regiões rurais afetadas pela seca ou estiagem.

Quadro 4.3.25 Objetivo 0587 – Programa 2040

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.		
Código	0587	Órgão	Ministério da Integração Nacional

Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres		Código	2040			
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios.	un	Previsto	821,00			
			Realizado	0,00	31,00	179,00	238,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Centro-oeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	16,00	75,00	95,00
	Região Norte	un	Realizado	0,00	0,00	19,00	20,00
	Região Sudeste	un	Realizado	0,00	4,00	48,00	62,00
	Região Sul	un	Realizado	0,00	11,00	37,00	61,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

As ações desenvolvidas no objetivo 0587 abrangem o projeto de Mapeamento de Riscos de Inundação e Deslizamento e o Plano de Intervenções. Pretendia-se realizar o mapeamento de áreas de risco em 821 municípios em situação crítica a desastres naturais divididos em 5 fases, a saber: fase 1 – 68 municípios; fase 2 – 137 municípios; fase 3 – 63 municípios; fase 4 – 212 municípios; fase 5 – 341 municípios. Porém, em função do novo arranjo proposto para o Projeto de Mapeamento foram efetivamente mapeados 238 municípios.

Para que a Defesa Civil trate adequadamente o risco de ocorrência de desastres, é necessário que se conheça o grau de vulnerabilidade social e ambiental das áreas de risco. Para tanto, é importante que o Governo induza a elaboração de estudos técnicos, que resultarão na definição, ou mapeamento, dessas áreas. O Sistema, que integra informações de cenários de riscos e permitirá aos municípios elaborarem Planos de Contingência para esses cenários, encontra-se em fase de testes.

Esse Sistema será integrado ao sistema S2ID, de reconhecimento federal de situação de emergência, e utilizará dados dos mapeamentos realizados pelos órgãos do Governo Federal. Adicionalmente, será possível a complementação de informações de cenários de risco pelos próprios municípios, permitindo uma ampliação da base de cadastro de áreas de risco.

Espera-se que o sistema tenha condições de entrar em operação no primeiro semestre de 2016, a partir do qual uma série de atividades de apoio aos municípios poderá ser realizada, tendo como base os mapeamentos incorporados no sistema, as complementações municipais e o apoio do Governo para auxiliar na elaboração de Planos de Contingência municipais.

Outro fator importante foi a expansão e a difusão do mapeamento geológico-geotécnico nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos. O objetivo foi alcançado com sucesso por meio de duas frentes, a saber: Mapeamentos de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações e Mapeamento de Suscetibilidade a Deslizamentos e Enchentes.

No período 2012-2015 foram realizados Mapeamentos de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações em 1.113 municípios, superando em 35,6% a meta prevista para o período nestes municípios, estando em situação de risco a deslizamentos e inundações aproximadamente 894 mil moradias, onde habitam 3,7 milhões de pessoas. Quanto aos Mapeamentos de Suscetibilidade a Deslizamentos e Enchentes, destinados à orientação da ocupação do solo, foram atendidos 291 municípios no período 2012-2015, superando em 1,7% a meta prevista para o período.

Programa Integração Sul-Americana - 2043

Quadro 4.3.26 Objetivo 0765 – Programa 2043

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais..						
Código	0765	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Integração Sul-Americana				Código	2043	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Desenvolver cursos e implementar Institutos de Educação Profissional	un	Previsto	12,00			

	e Tecnológica ao longo da Faixa de Fronteira brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros		Realizado	0,00	1,00	3,00	3,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Centro-oeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Norte	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sul	un	Realizado	0,00	1,00	3,00	3,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
2	Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região	un	Previsto	15,00			
			Realizado	0,00	0,00	8,00	
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Centro-oeste	un	Realizado	0,00	0,00	3,00	3,00
	Região Norte	un	Realizado	0,00	0,00	3,00	3,00
	Região Sul	un	Realizado	0,00	0,00	2,00	2,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Obs.: Não houve execução no objetivo 0765 no decorrer do PPA 2012-2015.

Este Objetivo visa estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais.

Para este objetivo, no MI, não foram alocados recursos no decorrer do PPA, considerando que o objetivo do Programa é, apenas, uma regionalização do objetivo do Programa 2029. Desta forma, foi celebrado convênio, com recursos provenientes do Programa 2029, entre a Universidade Estadual de Santa Catarina e o MI, no final do ano de 2014, para fortalecimento da cadeia produtiva do leite com recursos da ação 20N7 - Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais (APLs), que era priorizada como instrumento do Plano Brasil sem Miséria do Governo Federal, o que ensejou o esvaziamento do Programa de

Integração Sul-americana, enquanto instrumento de execução de políticas públicas, mantendo resguardado seu objetivo.

Programa Autonomia e Emancipação da Juventude - 2044

Quadro 4.3.27 Objetivo 0989 – Programa 2044

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Autonomia e Emancipação da Juventude						
Código	0989	Órgão	Presidência da República				
Programa	Autonomia e Emancipação da Juventude				Código	2044	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais	un	Previsto	3.000,00			
			Realizado	972,00	2.398,00	2.925,00	3.524,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	672,00	1.379,00	1.588,00	1.999,00
	Região Sudeste	un	Realizado	300,00	1.019,00	1.337,00	1.525,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

O objetivo geral da meta é a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio do Projeto Amanhã, ação de responsabilidade social instituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) em 1993. Desde seu início, o projeto já capacitou mais de 26 mil jovens residentes nos municípios dos vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, complementando as atividades educativas com cursos, palestras, dias de campo, práticas de empreendedorismo e associativismo.

As ações desenvolvidas possibilitaram a capacitação dos jovens de áreas rurais, nos cursos ofertados de Photoshop, Informática Básica, Corel Draw, Apicultura e Tratorista, considerando o potencial produtivo das regiões de atuação da empresa e visando contribuir no fortalecimento e na estruturação dos sistemas produtivos locais. Embora os recursos tenham sido contingenciados, as metas foram atingidas devido às articulações de parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social de Indústria (Sesi), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

A meta da Região Sudeste para todo PPA foi superada já no ano de 2013. Isso se deve porque Minas Gerais possui um Telecentro, no Município de Nova Porteirinha e várias parcerias, como o Senai e o Sesi, onde são realizados vários cursos. Só em 2013, foram realizados cursos de Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica, Mecânica de Máquinas Industriais (Convênio Sesi/Senai/Jaíba e Recursos do Projeto Amanhã), Mecânica e Manutenção de Trator, Elétrica de Equipamentos Agrícolas, Mecânica e Manutenção de Sistemas Hidráulicos e também cursos de Artesanato com Materiais diversos (convênio Senai/GO - Contrato nº 1.101.00/2012) e cursos Têxteis, Estilismo, Corte e Costura, Modelagem Básica (parceria com a Prefeitura de Brasilândia e Contrato nº 1.125.00/2012), Photoshop, Informática Básica, Corel Draw e Montagem e Manutenção de Computadores (parceria com a Prefeitura de Nova Porteirinha e contrato nº 1.129.00/2012).

Em 2015, o Projeto Amanhã ultrapassou a meta nacional prevista para o PPA 2012 – 2015, atingindo 3.524,00 jovens capacitados no período. As principais capacitações foram realizadas por meio de palestras, dias de campo, práticas de empreendedorismo e associativismo e, por meio dos seguintes cursos: Modelagem, Corte e Costura, Inclusão Digital, Administração de Empresa Rural, Beneficiamento de Mel, Introdução à Agroecologia, Básico sobre Irrigação, Preparação de Viveiros para Piscicultura, Manejo Alimentar na Piscicultura,; Operação de Tratores e Máquinas Agrícolas, Segurança do Trabalho e Produção de (macaxeira, milho, horticultura, acerola e melancia).

Foram realizadas, também, oficinas sobre vermicompostagem e compostagem, além de outras práticas educativas, tais como: Campanhas de Arrecadação, Distribuição de Alimentos e Vestuários, Oficinas de Educação Ambiental e sobre Esgotamento Sanitário.

Programa Oferta de Água - 2051

Quadro 4.3.28 Objetivo 0479 – Programa 2051

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.						
Código	0479	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Oferta de Água			Código	2051		
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015

1	Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento	município	Previsto	297,00			
			Realizado	25,00	31,00	47,00	69,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Centro oeste	município	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Sul	município	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Região Nordeste	município	Realizado	25,00	31,00	47,00	69,00
	Região Sudeste	município	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Neste Objetivo encontram-se as obras estruturantes para oferta de água (adutoras, barragens e sistemas integrados de abastecimento), planejadas para resolver por longo período problemas associados ao déficit hídrico para as localidades beneficiadas. Essa linha de ação é complementada por outras atuações federais constantes do PPA, e importantes para que a universalização do acesso à água potável seja alcançada. É o caso do “Água para Todos”, presente no Programa “Saneamento Básico” e no Programa “Segurança Alimentar e Nutricional” (construção de poços, cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água), focado no alcance da população de baixa renda residente em comunidades rurais esparsas.

O foco para a realização das obras são as regiões de maior déficit hídrico do País, dentre as quais se destaca, pela gravidade da situação, o semiárido. A maior parte das intervenções aqui incluídas integra a carteira de investimentos do PAC, revelando a importância que assumem na estratégia de atuação do Governo Federal.

A meta atingiu 23,2% do planejamento inicial, beneficiando 69 municípios do Nordeste brasileiro. O não atingimento da meta deveu-se, de maneira geral, a obstáculos de ordem ambiental, quanto à titularidade das terras onde se localizam as intervenções, relacionadas a processos de desapropriação e, também, devido a dificuldades encontradas por municípios e estados para o envio da documentação para formalização de ajustes, em conformidade com a legislação vigente, além de restrições orçamentárias que impediram um avanço maior do Objetivo.

Foram concluídas no ciclo deste PPA as seguintes obras:

Em 2012:

- (a) Adutora do Oeste/PE - 292 km – Municípios: Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Exu, Timorante, Morelândia, Santa Cruz, Santa Filomena e Granito - beneficia 274 mil habitantes;
- (b) Sistema Adutor Cafarnaum/BA - 168 km – Municípios: Cafarnaum, Barro Alto e Canarana - beneficia 38 mil habitantes;
- (c) Sistema Adutor do Seridó/RN - 31 km – Municípios: Currais Novos e Acari - beneficia 66 mil habitantes;
- (d) Adutora do Algodão (Sistema Adutor de Guanambi) – 1ª Etapa/BA: Com 270 km - beneficia os Municípios de Malhada, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Candiba, Pindaí, Matina e Caetité.

Em 2013:

- (a) Sistema Adutor Piaus/PI 111 km. Municípios: São Julião, Campo Grande, Fronteiras, Pio IX, Vila Nova - beneficia 25 mil habitantes;
- (b) Barragem Figueiredo/CE, - 520 hm³ - controle de cheia do baixo Vale do Rio Jaguaribe, abastecimento humano, irrigação e piscicultura – Municípios: Alto Santo, Iracema, Potiretama - beneficia 32 mil habitantes.
- (c) Canal do Sertão Alagoano – Trechos I e II /AL, com 64,7 km. Esses primeiros dois trechos da obra fornecem água para os Municípios de Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca e Olho d'Água do Casado.

Em 2014:

- (a) Sistema Siriji - 1ª Etapa/PE: Com 44 km, beneficia os Municípios de Aliança, Buenos Aires e Vicência;
- (b) Adutora Pajeú - 1ª etapa/PE: Com 197 km, beneficia os Municípios de Floresta, Serra Talhada, Calumbi, Flores, Carnaíba e Afogados da Ingazeira.
- (c) Nova Captação para o Sistema Cabrobó/PE - Instalação de conjuntos de motobombas e adutora de água bruta, interligado à estação de tratamento de água, visando o abastecimento humano. Atende ao Município Cabrobó, em Pernambuco.
- (d) Eixão das Águas – Trecho V – Etapas I e II/CE - 55 km de adução entre o açude Gavião e o Porto de Pecém. Abrange Pacatuba, Maranguape, Caucaia e São Gonçalo do Amarante com a finalidade de abastecimento humano e uso industrial.

(e) Subadutora em Governador Dixsept Rosado/RN - A adutora é uma derivação da adutora Apodi/Mossoró a partir da BR-405, no Município de Governador Dix-Sept Rosado, e possui como objetivo o reforço do abastecimento de água local.

Em 2015:

(a) Implantação da SIAA Pocinhos/PB - 25 km de adutoras para captação em reservatório de Campina Grande - beneficia o Distrito de São José da Mata em Campina Grande e o Município de Pocinhos, na Paraíba.

(b) Implantação da Barragem de Pitombeiras/PB - capacidade de reservação de 9,3 milhões de m³ - beneficia o Município de Alagoa Grande.

(c) Implantação da Adutora Aroeiras/PB - 18 km e vazão de 0,05 m³/s - beneficia o Município de Aroeiras e as comunidades de Novo Pedro Velho, Boa Vista e Riachão.

(d) Ampliação do Sistema Integrado Sertaneja/SE – 24 km e vazão de 0,09 m³/s - beneficia os Municípios de Nossa Senhora de Lourdes, Gararu e Aquidabã.

(e) Adutora Pajeú – 2ª Etapa/PE (conclusão parcial). Em 2015, foram concluídos 110 km, correspondentes ao trecho entre Afogados da Ingazeira até São José do Egito. Esse trecho disponibilizará água para os Municípios de Carnaubeira da Penha, Tabira, São José do Egito e Tuparetama. Quando concluída em sua integralidade, a 2ª etapa da Adutora Pajeú beneficiará um total de 14 municípios, e 112 mil habitantes.

(f) Adutora Araras-Crateús e Nova Russas/CE - com 153 km, beneficiará os Municípios de Crateús e Nova Russas, no Ceará.

(g) Adutora Manoel Balbino-Caririaçu/CE - com 13 km, deverá reforçar o abastecimento do Município de Caririaçu, no Ceará;

(h) Adutora Flor do Campo-Quiterianópolis/CE - com 39 km, deverá beneficiar o Município cearense de Quiterianópolis.

(i) Canal do Sertão - Trecho III/AL. Já se encontram concluídos os trechos I, II e III do Canal do Sertão Alagoano, o qual, após a conclusão dos quatro trechos presentes no PAC, abarcará 42 municípios e beneficiará mais de um milhão de pessoas. A conclusão do Trecho III permitirá levar água a mais de 60 mil pessoas.

Além das obras para ampliação da oferta hídrica concluídas no período, evidenciam-se os empreendimentos:

(a) Adutora João Leite (GO): Sistema de produção de água composto por captação na Barragem João Leite, estação elevatória de água bruta com capacidade de 4 m³/s e 2 km de adutora de água bruta. A adutora abrange a região Metropolitana de Goiânia e beneficiará 1,9 milhão de habitantes. Encerrou 2015 com 99% de execução e tem previsão de término em 2016.

(b) Sistema Alto Oeste (RN): Implantação do sistema adutor composto por duas captações, duas estações de tratamento de água, 18 estações elevatórias, booster, reservatórios, chafariz e adutoras, com 288 km, abrangendo 22 municípios na região de Alexandria, no Rio Grande do Norte e beneficiará 137 mil habitantes. Encerrou 2015 com 98% de execução, chegou a 100% no início de 2016, estando em fase de teste no momento.

Ademais, destaca-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), constituído por dois Eixos Norte (260 km) e Leste (217 km) que, por meio de túneis, canais, aquedutos e barragens, deverão levar água aos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Governo tem dado prioridade à execução do Pisf, por tratar-se de empreendimento que garantirá segurança hídrica aos estados beneficiados.

Trata-se da principal obra de infraestrutura de abastecimento em execução no País e objetiva garantir, em conjunto com suas obras complementares, segurança hídrica para 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico dessas Regiões. Ao mesmo tempo em que busca garantir o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos da região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru e João Pessoa) e de centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido, o projeto beneficia áreas do interior do Nordeste com potencial econômico, importantes no âmbito de uma política de desconcentração do desenvolvimento nacional.

O Empreendimento encontra-se 82,7% concluído até dezembro de 2015, tendo sido entregues alguns trechos que já recebem águas do Rio São Francisco, garantindo o enchimento de canais e reservatórios que compõem o PISF.

No Eixo Norte, foi apurado 83,8% das obras executadas, havendo sido concluído o canal de captação, a concretagem de 145 km de canal, os Reservatórios Tucutu, Terra Nova, Serra do Livramento, Mangueira, Morros, Boa Vista e Caiçara, a montagem civil e mecânica da 1^a Estação de bombeamento, todos os 8 aquedutos (Logradouro, Saco da Serra, Mari, Terra Nova, Salgueiro, Boi, Pinga e Catingueira), o Túnel Cuncas II com 4 km e as escavações do Túnel Cuncas I, com 15 km.

No Eixo Leste, foi apurado que 81,0% das obras foram executadas. Foram concluídos o canal de captação, concretagem de 155 km de canal principal, a 1ª e 2ª Estação Bombeamento, 3 dos 5 aquedutos (sobre a BR-316, Branco e Barreiro) os Reservatórios Areias, Braúnas, Mandantes, Salgueiro, Muquém, Cacimba Nova, Bagres e Barro Branco, além de 1,4 km do total de 3,0 km do Túnel Giancarlo.

Conforme planejamento da obra, os trechos serão concluídos considerando o caminho das águas, portanto estão previstas entregas parciais. Este foi o caso do primeiro trecho que entrou em fase de testes e comissionamento em outubro de 2014, iniciando o enchimento do Reservatório Areias no Eixo Leste, por meio da operação da 1ª Estação de Bombeamento, EBV-1.

A pré-operação da 2ª Estação de Bombeamento do Eixo Leste, EBV-2, foi iniciada em outubro de 2015, permitindo a passagem da água do Reservatório Areias, para os Reservatórios Braúnas e Mandantes, garantindo água ao longo de 36 km do Eixo Leste.

No Eixo Norte foi iniciado em agosto de 2015 a pré-operação da 1ª Estação de Bombeamento, EBI-1, garantindo o enchimento dos canais e reservatórios Tucutu e Terra Nova, totalizando 49 km do eixo com água.

Estão ainda em execução pelo Governo Federal, ou em estágio de planejamento, uma série de obras que deverão captar água nos canais ou reservatórios abastecidos pelo Pisf, e realizar a adução até localidades adjacentes. Devem ser entendidas como obras complementares às do Pisf, importantes para que o projeto possa ampliar o alcance à população beneficiada. É o caso do Ramal do Entremontes, em Pernambuco, e do Cinturão das Águas, no Ceará.

Quadro 4.3.29 Objetivo 0480 – Programa 2051

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.						
Código	0480	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Oferta de Água			Código	2051		
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015

1	Revitalizar infraestruturas hídricas	un	Previsto	18,00			
			Realizado	0,00	3,00	11,00	16,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	3,00	11,00	16,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

A revitalização de infraestruturas hídricas busca preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais. Assim, prevê a recuperação de estruturas danificadas ou com capacidade reduzida de operação e a sua modernização. Dessa forma, são executadas obras para operação, manutenção e recuperação das infraestruturas hídricas; prestação de assistência técnica; implantação de novos sistemas que garantam otimização e atualização do empreendimento para conservação de suas capacidades funcionais e segurança de seus usuários. A revitalização ainda prevê a regularização documental e ambiental.

Este objetivo buscou dar cumprimento ao comando legal, instituído pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), que objetiva garantir a observância de padrões de segurança das barragens por meio da fiscalização do poder público sobre o empreendedor, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências junto à população potencialmente afetada, buscando também garantir a segurança do abastecimento de água à população.

Assim, com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (Prosb), foi identificada a necessidade de recuperação de 67 barragens, 44 prioritárias e 23 assistidas, das 73 barragens diagnosticadas entre 2012 e 2013. As ações foram divididas em três eixos: gestão e operação, planos e estudos, reabilitação e modernização.

Em 2012, foram concluídas recuperações da Barragem Pereiro, em Petrolina/PE e Barragem Lagoa da Pedra, em Santa Maria da Boa Vista/PE. Foram licitadas a recuperação de quatro barragens em Alagoas (Barragem Mercado Grande, Mercado dos Pereiras, Itapecuru e Poço do Boi), bem como realizados três contratos para recuperação de dez barragens em Pernambuco: Volta do Riacho, Soledade, Água Branca, Deserto, Água Fria, Várzea dos Ramos, Bom Jardim, Murici, Caiçara e Poço da Onça.

Em 2013, destaca-se a conclusão da recuperação da barragem de Barreiro Grande, na zona rural do Município de Afrânio, Pernambuco, beneficiando quase 12 mil pessoas na região.

No período do PPA 2012-2015 foram realizadas 16 recuperações de infraestruturas hídricas. Em 2012, foram concluídas recuperações da Barragem Pereiro, em Petrolina/PE e Barragem Lagoa da Pedra, em Santa Maria da Boa Vista /PE. Em 2013, destaca-se a conclusão da recuperação da barragem de Barreiro Grande, na zona rural do Município de Afrânio/PE, beneficiando quase 12 mil pessoas na região. Em 2014, foram concluídas recuperações em oito barragens no Estado de Pernambuco: Volta do Riacho, Soledade, Água Branca, Deserto, Bom Jardim, Murici, Caiçara e Poço da Onça, bem como a as obras de adequação e recuperação do Açude Poço da Cruz/PE, e de trecho da Adutora do Garrincho/PI. Já em 2015, foi concluída a restauração de três barragens no Estado de Alagoas: Marcado Grande, Marcado dos Pereiras e Itapecuru.

Estão em andamento ações para a recuperação de reservatórios estratégicos para a integração do Rio São Francisco, empreendimento que faz parte do PAC. Trata-se da recuperação de 23 barragens, sob gestão do Governo Federal, e que serão necessárias à operacionalização do Pisf. São intervenções complementares às obras do Pisf, e importantes para que esta possa alcançar a máxima efetividade. Neste sentido, foi celebrado o Contrato que tem como objeto a “Elaboração de estudos técnicos e projetos no âmbito das ações para recuperação e atualização dos açudes inseridos no Sistema de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional” - Pisf. Os serviços foram iniciados em 2014 com previsão de término em 2016. Tramita no Dnocs processo de solicitação de termo aditivo para inclusão no escopo do contrato, de estudos e projetos de mais três reservatórios existentes no Estado da Paraíba. As obras de recuperação e atualização dos reservatórios ainda não foram iniciadas.

Foram concluídos os estudos e os projetos básicos no âmbito das ações para recuperação e atualização dos açudes inseridos no Sistema de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Os projetos executivos encontram-se em execução.

Quadro 4.3.30 Objetivo 0549 – Programa 2051

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.						
Código	0549	Órgão	Ministério da Integração Nacional				
Programa	Oferta de Água			Código	2051		
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid.	Apuração	2012	2013	2014	2015

		medida					
1	Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas	un	Previsto	48,00			
			Realizado	0,00	85,00	85,00	85,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	74,00	74,00	74,00
	Região Sudeste	un	Realizado	0,00	11,00	11,00	11,00
	Região Sul	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
2	Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco	un	Previsto	1,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS							
Seq.	Descrição da Meta						
1	Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica						
2	Elaborar o Plano Nacional de Segurança Hídrica						

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Com a elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, pretende-se organizar a atuação do Poder Público, com a definição de instrumentos que possam induzir a organização desse Setor de forma cooperativa com outras políticas setoriais e nacionais. Dentre suas principais metas, está a de elaborar o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH).

Os trabalhos para elaboração do PNSH iniciaram-se em agosto de 2014, tendo sido apresentado o Plano de Trabalho em setembro, conforme indicado pelo Termo de Referência (TR). Esse Plano estabeleceu que serão seis as regiões para as quais serão produzidos os estudos. Ele será constituído por três fases: Inventário, Estudo Integrado e Detalhamento, além do Relatório Final consolidando essas fases.

Com o objetivo de identificar a infraestrutura existente e a planejada, para produção dos relatórios de Inventário, foram iniciadas visitas aos Estados. Elas se desenvolveram, numa primeira fase, abrangendo as regiões III (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), IV (Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), V (Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Sergipe) e parte da região II (sendo visitados Espírito Santo e Minas Gerais), até meados de 2015.

Foram produzidos os relatórios de inventário da infraestrutura (Relatório 1A) para as Regiões III e IV. Para a Região IV, também foram produzidos o Relatório de Obras Complementares ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) e o Relatório de Detalhamento da Região IV e do Projeto de Integração do Rio São Francisco, ambos ainda em análise. A previsão de conclusão para o PNSH é final de 2016.

Ainda nesse Objetivo, com relação à meta de “Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas”, foram realizados 85 diagnósticos, ante a uma meta de 48. Com fundamento no Prosb, em 2013, foram realizados Relatórios de Inspeções Regulares de Segurança de novas barragens, que contém o diagnóstico de 85 reservatórios, sendo 74 na Região Nordeste e 11 na Região Sudeste. Dentre elas, foi identificada a necessidade de recuperação de 44 barragens. Ao mesmo tempo, 12 barragens foram inspecionadas novamente devido à periodicidade regular exigida na Lei nº 12.334, de 2010.

Quanto à meta de implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco, em 2015 houve intensificação das ações do Conselho Gestor criado, por meio da Portaria Interministerial nº 3, de 14 de agosto de 2015, Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de elaborar proposta jurídica para o modelo de operacionalização e manutenção da infraestrutura decorrente do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

Programa Pesca e Aquicultura - 2052

Quadro 4.3.31 Objetivo 0567 – Programa 2052

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO - SPI			
Descrição	Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados.		
Código	0567	Órgão	Ministério da Pesca e Aquicultura
Programa	Pesca e Aquicultura	Código	2052

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
1	Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura	un	Previsto	2,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	2,00	2,00	2,00	2,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
2	Implantar 5 Estações de Piscicultura	un	Previsto	5,00			
			Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
3	Implantar e manter 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação	un	Previsto	31,00			
			Realizado	31,00	31,00	31,00	31,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	30,00	30,00	30,00	30,00
	Região Sudeste	un	Realizado	1,00	1,00	1,00	1,00
	Região Norte	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
4	Modernizar 06 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura	un	Previsto	6,00			
			Realizado	0,00	1,00	1,00	1,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	0,00	1,00	1,00	1,00

	Região Sudeste	un	Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Seq.	Descrição da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
5	Operar e manter 21 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura	un	Previsto	21,00	21,00	21,00	21,00
			Realizado	21,00	21,00	21,00	21,00
	Regionalização da Meta	Unid. medida	Apuração	2012	2013	2014	2015
	Região Nordeste	un	Realizado	19,00	19,00	19,00	19,00
	Região Sudeste	un	Realizado	2,00	2,00	2,00	2,00

Fonte: SIOP – Relatório Evolução das Metas - Exercício 2015.

Nesse Objetivo, foram delineadas ações para modernização, operação e manutenção dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, das Unidades Demonstrativas de Aquicultura e das Estações de Piscicultura. Além disso, são desenvolvidas pesquisas aplicadas e realizados trabalhos de difusão de tecnologias, capacitação de técnicos, produtores e estudantes em Centro de Pesquisas em Aquicultura. As atividades visam o desenvolvimento de tecnologias de reprodução artificial, larvicultura e alevinagem de espécies nativas das bacias; estudos físicos, químicos e biológicos, para o monitoramento da qualidade da água, fomento à aquicultura e capacitação de pescadores, produtores e profissionais ligados à aquicultura.

Referente à meta “Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura”, existia previsão de que os Centros seriam implantados nos Estados do Maranhão e da Bahia, pela Codevasf, entretanto não houve no decorrer do PPA aporte de recursos para execução da meta.

Não foi atendida a meta “Implantar 05 Estações de Piscicultura”, uma vez que o Dnocs, ante a exiguidade de recursos, optou por manter em funcionamento as estações implantadas e os Centros de Pesquisas em Aquicultura já existentes.

No cumprimento da meta “Implantar e manter 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação” são promovidas atividades para a operação e a manutenção dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, nos quais são produzidos, em média, 15 milhões de alevinos por ano, beneficiando cerca de cinco mil pessoas, entre produtores, pescadores, acadêmicos, estudantes, comerciantes e técnicos, em 120 municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba, por meio de ações de revitalização com prioridade no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias de reprodução, repovoamento de mananciais, educação ambiental, capacitação de produtores, monitoramento da qualidade da água e gestão integrada dos recursos pesqueiros. Além disso, são publicadas anualmente, em média, 30 pesquisas e estudos científicos nas áreas de aquicultura, limnologia, ictiologia, nutrição, reprodução, entre outras.

Quanto à meta “Modernizar 6 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura” destaca-se a reestruturação física e operacional do Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do Vale do Parnaíba (Ceraqua-PHB) da Bacia do Rio Parnaíba, que se encontrava inoperante. Destaca-se que, a fim de dar cunho oficial às análises moleculares realizadas, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) optou pelo apoio à construção do Centro Nacional de identificação Molecular de Pescado (CENIMP), em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A justificativa para tal investimento está embasada no fato de o laboratório que executa as análises moleculares, atualmente, não possuir certificação junto ao Inmetro. Sendo assim, as análises realizadas não podem ser consideradas oficiais, podendo ser contestadas em qualquer tempo.

Com relação à meta “Operar e manter 21 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura”, a Codevasf, responsável pela operação e pela manutenção de oito Centros manteve, no Nordeste, os Centros Integrados de Xique-Xique /BA, Ceraíma – Guanambi/BA, Bebedouro – Petrolina/PE, Itiúba - Porto Real do Colégio/AL e o Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do Vale do Parnaíba/PI. No Sudeste, manteve os Centros Integrados Gorutuba – Nova Porteirinha/MG e Três Marias/MG.

Por sua vez, o Dnocs, no decorrer do ciclo, manteve em funcionamento um Centro de Pesquisas em Aquicultura, localizado em Pentecoste, Ceará, onde se desenvolveram pesquisas aplicadas e se realizam trabalhos de difusão de tecnologias, com a promoção da capacitação de técnicos, produtores e estudantes, além de 12 estações de piscicultura distribuídas por todo o Nordeste brasileiro, que produzem anualmente cerca de 35 milhões de alevinos das mais diversas espécies, que atendem tanto a piscicultores particulares, como ao peixamento de açudes públicos.

4.3.3. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

4.3.4. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Cientificamos que com relação às informações solicitadas nos itens 4.3.2 – Execução Física e Financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade e 4.3.3 – Fatores Intervenientes no desempenho orçamentário, deverão ser prestadas de forma individual somente as ações da LOA 2015 vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA, ou seja deverão ser prestadas pelos respectivos ordenadores de despesa das ações “finalísticas” deste Ministério, não havendo necessidade de tratamento das ações vinculadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, como as ações do Programa 2111, de responsabilidade da Secretaria-Executiva.

4.3.5. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI referente ao exercício 2015

4.3.6. Restos a pagar em exercícios anteriores

Quadro 4.3.32 Secretaria Executiva

Ano de Inscrição	Montante em 1º janeiro de 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	704.281	702.567	45	1.669
2013	180.995	12.851	49.495	118.649
2012	193.461		193.461	0
2011	0			0
2010	19.146		19.146	0
2009	811		811	0
2008	22.018	966	21.052	0
2007	5.144.203	187.326		4.956.877
2006	3.443.672	163.251	823.375	2.457.047
2005	1.320.133		1.320.133	0
2004	221.441		45.500	175.941
2003	300.000		300.000	0
2002	571.642		284.482	287.160
	12.121.803	1.066.962	3.057.499	7.997.342
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º janeiro de 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	60.827.660	42.232.261	5.855.449	12.739.950
2013	8.760.212	2.164.321	4.219.530	2.376.361
2012	2.645.374		2.643.825	1.549
2011	580.968		580.968	0
2010	14.530		14.530	0
2009				
2008				
2007				
2006				
2005				
2004				
2003				
2002				
	72.828.744	44.396.582	13.314.302	15.117.860

Análise Crítica

a) Os restos a pagar **processados e não processados a liquidar** de exercícios anteriores reinscritos em 01/01/2015 somam **R\$ 84.950.547,00** (oitenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta mil e quinhentos e quarenta e sete reais), dos quais **R\$ 69.587.872,00** (sessenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e oitocentos e setenta e dois reais) oriundos dos exercícios financeiros de 2013 e 2014. Do montante reinscrito, foram **pagos R\$ 45.463.544,00** (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e quinhentos e quarenta e quatro reais), sendo **R\$ 44.396.582,00** (quarenta e quatro milhões, trezentos e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e dois reais) relativos a compromissos assumidos naqueles exercícios (2013 e 2014), os quais amparados pelo § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 2011, art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993 e a Orientação Normativa/AGU/Nº 39/2011. Outros **R\$ 16.371.801,00** (dezesseis milhões, trezentos e setenta e um mil e oitocentos e um reais) foram **cancelados** no decorrer de 2015. O impacto do pagamento dos restos a pagar de exercícios anteriores na gestão financeira da UPC em 2015 em relação às despesas empenhadas e pagas em 2015 foi de 42,76% e em relação ao total geral de 29,95%, porém, sem afetar o cumprimento das obrigações assumidas no exercício de referência. Além disso, é importante informar que os restos a pagar não processados inscritos até o exercício de 2014 foram bloqueados e desbloqueio até 31/12/2015, com base no Decreto nº 8.407/2015 e alterações posteriores.

b) Nos termos do § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 2011, “*os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º*”, o que respalda a manutenção dos restos a pagar **não processados a liquidar** inscritos em 2013 e 2014, a fim de honrar compromissos assumidos pela UPC naqueles exercícios. Em relação aos **restos a pagar processados** reinscritos em 2015, foi solicitado levantamento e análise de cada caso com vistas identificar os que devem ser **mantidos** (obrigações a pagar) e os que devem ser **cancelados** por não haver mais obrigação de pagamento. Tal operação levou ao **pagamento** de R\$ 1.066.962,00 (um milhão, sessenta e seis mil e novecentos e sessenta e dois reais) e ao **cancelamento** de R\$ 3.057.499,00 (três milhões, cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais) de restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores, até final de 2015. Além disso, continua o esforço da UPC no sentido de concluir a análise para o pagamento ou cancelamento do saldo dos **restos a pagar processados** no exercício financeiro de 2016. Também, foram mantidos saldos de restos a pagar do exercício de 2012 relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, portanto, amparado pelo art. 68 do Decreto nº 93.872, de 1986, mas cancelado no decorrer de 2015.

c) Nos termos do § 5º c/c § 6º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 2011, transcritos abaixo, cabe a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda efetuará, na data prevista nesses parágrafos, o bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados, em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e posterior cancelamento no SIAFI dos saldos que permanecerem bloqueados. Entretanto, passou pelo filtro da STN pequenos valores de restos a pagar não processados a liquidar inscrito em exercícios anteriores, mas cancelado no

exercício de 2015, e R\$ 1.548,87 (um mil quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos) cancelados em 2016.

“§ 5º Para fins de cumprimento do disposto no § 2º, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda efetuará, na data prevista no referido parágrafo, o bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados, em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. [\(Incluído pelo Decreto nº 7.654, de 2011\)](#)

§ 6º As unidades gestoras executoras responsáveis pelos empenhos bloqueados providenciarão os referidos desbloqueios que atendam ao disposto nos §§ 3º, inciso I, e 4º para serem utilizados, devendo a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda providenciar o posterior cancelamento no SIAFI dos saldos que permanecerem bloqueados. [\(Incluído pelo Decreto nº 7.654, de 2011\)](#)

Quadro 4.3.33 Caixa Econômica Federal

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	105.319.330,25	0,00	46.199.995,39	59.119.334,86
2013	93.944.350,28	0,00	9.901.451,76	84.042.898,52
2012	76.588.090,56	0,00	16.808.320,87	59.779.769,69
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	-	-	-	-
2013	-	-	-	-
2012	-	-	-	-

4.3.7. Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 4.3.34 Secretaria Executiva

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios						
Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Departamento de Gestão Interna - DGI					
UG/GESTÃO:	530001/0001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Termo de Compromisso			8			120.823.000,00
Termo de Execução Descentralizada	6	12	5	63.618,96	7.276.833,21	8.524.953,20
Totais	6	12	13	63.618,96	7.276.833,21	129.347.953,20
Fonte: Tesouro Gerencial						

Caixa Econômica Federal

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 4.3.35 Caixa Econômica Federal

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	MIntegração					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	530020					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	0	7	5	72.909.768,02	156.681.902,75	141.219.859,98
Totais	0	7	5	72.909.768,02	156.681.902,75	141.219.859,98

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

Secretaria Executiva

Quadro 4.3.36 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Departamento de Gestão Interna – DGI					
UG/GESTÃO: 530001/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					2
Transferências Obrigatórias					
Termo de Execução Descentralizada		2			1

Secretaria Executiva

Quadro 4.3.37 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão				
Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Departamento de Gestão Interna				
UG/GESTÃO: 530001/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos			
	Convênios	Transferências Obrigatórias	...	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	–	–	
	Quantidade reprovada	–	–	
	Quantidade de TCE instauradas	–	–	
	Montante repassado (R\$)	–	–	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	–	–	
	Montante repassado (R\$)	–	–	
Fonte: Tesouro Gerencial				

Caixa Econômica Federal

Quadro 4.3.38 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.

Unidade Concedente				
Nome:		MIntegração		
CNPJ:		UG/GESTÃO: 530020		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2015	Contas Prestadas	Quantidade		11
		Montante Repassado		13.080.894,45
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		4
		Montante Repassado		3.497.464,15
2014	Contas Prestadas	Quantidade		27
		Montante Repassado		22.195.660,79
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		2
		Montante Repassado		630.500,00
2013	Contas Prestadas	Quantidade		72
		Montante Repassado		38.854.144,70
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		4
		Montante Repassado		2.718.220,00
Anteriores a 2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
Fonte:		Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF		

Caixa Econômica Federal

Quadro 4.3.39 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MIntegração						
CNPJ:		UG/GESTÃO: 530020				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2015	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			13
			Quantidade Reprovada			0
			Quantidade de TCE			0
			Montante Repassado (R\$)			13.799.051,21
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			3	
		Montante Repassado (R\$)			1.997.843,24	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			0
			Quantidade Reprovada			0
			Quantidade de TCE			0
			Montante Repassado (R\$)			0,00
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade			4
Montante Repassado (R\$)				2.552.000,16		
2014	Quantidade de contas prestadas					
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			36	
		Quantidade Reprovada			0	
		Quantidade de TCE			0	
		Montante repassado			25.082.989,28	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			0	
		Montante repassado (R\$)			0,00	
2013	Quantidade de Contas Prestadas					
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			71	
		Quantidade Reprovada			0	
		Quantidade de TCE			0	

		Montante Repassado		54.093.112,62
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
Exercício Anterior a 2013	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF				

Análise crítica:

Secretaria Executiva

- Como medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplentes podemos citar: maior rigorosidade nas análises de acompanhamento da execução financeira, onde só ocorre manifesto favorável após a devida comprovação, evitando inadimplências futuras pela omissão; notificação após o registro de inadimplência do Conveniente, a qual tem como objetivo comunicar ao Gestor a restrição e conceder prazo adicional para regularização; e instauração de tomada de contas especial de forma tempestiva, onde, na maioria dos casos, ocorrerá a suspensão da restrição por conta do Parceiro Público contar com outro gestor que não o faltoso;

- A questão deverá ser abordada e respondida pelas Unidades Gestoras das Secretarias Finalísticas, as quais são responsáveis pelas transferências dos recursos e controle sobre os programas do governo federal;

- Devido a grande oscilação no quadro de servidores a disposição para análise das contas, tanto do ponto de vista técnico quanto financeiro, o prazo para análise conclusiva das contas pendentes tem extrapolado os limites estabelecidos na norma, entretanto, tem se buscado, cada vez mais, a melhoria qualitativa das análises, bem como a priorização de convênios;

- Quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto, a análise fica comprometida com a situação encontrada na maioria dos Órgãos Públicos, onde a disponibilidade de recursos humanos é insuficiente e crítica para a enorme quantidade de demandas. Com relação aos recursos materiais, a situação é razoável. Portanto, pode-se concluir que diante das constatações anteriores, a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados são satisfatórias se levarmos em conta as dificuldades mencionadas.

- Quanto a este tópico, já que a fiscalização *in loco* fica a cargo das Áreas Técnicas deste Ministério (Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SIH, Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR e Secretaria Nacional de Irrigação – SENIR), este Setor não possui competência técnica para definir as estruturas de controle dos planos de trabalho contratados.

- Esta Coordenação-Geral de Prestações de Contas de Convênios restringe o seu escopo de atuação na verificação da análise financeira da Prestação de Contas, portanto não possui informações relativas à efetividade das transferências como instrumento de execução.

4.3.8. Informações sobre a realização das receitas

Informamos que na LOA 2015 da Unidade Orçamentária 53101 (DIRETA), foi prevista a arrecadação de um valor **não** significativo de receitas próprias, para o caso de haver alguma multa por descumprimento de contrato administrativo, na Ação 2000 – Administração da Unidade, **o que não ocorreu**. O orçamento da Direta é financiado por receitas do Tesouro Nacional. As vinculadas deste Ministério é que possuem significativos valores previstos para arrecadação de receitas próprias, mas acreditamos que as Unidades tenham de preencher seus Relatórios de Gestão.

4.3.9. Informações sobre a execução das despesas

Quadro 4.3.40 Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL		Código UO: 53101		UGO	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1 . Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f + g)	29.732.839,20	63.181.186,84	25.486.271,75	62.708.798,45	
a) Convite	53.481,37		53.481,37		
c) Concorrência	7.475.981,13	20.411.217,81	5.644.367,24	20.411.172,57	
d) Pregão	22.203.376,70	42.769.969,03	19.788.423,14	42.297.625,88	
2. Contratações Diretas (h + i)	7.688.603,72	19.497.512,57	6.736.213,65	19.490.180,57	
h) Dispensa	6.231.033,87	18.313.517,26	5.357.064,17	18.308.450,59	
i) Inexigibilidade	1.457.569,85	1.183.995,31	1.379.149,48	1.181.729,98	
3. Regime de Execução Especial	7.356,10	4.082,29	7.356,10	4.082,29	
j) Suprimento de Fundos	7.356,10	4.082,29	7.356,10	4.082,29	
4. Pagamento de Pessoal (k + l)	69.731.147,37	63.567.158,15	69.255.241,73	63.342.597,06	
k) Pagamento em Folha	67.932.451,10	61.580.873,36	67.456.864,66	61.357.024,02	
l) Diárias	1.798.696,27	1.986.284,79	1.798.377,07	1.985.573,04	
5 . Outros	4.830.766,01	5.877.104,56	4.830.766,01	5.877.104,56	
6. Total (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	111.990.712,40	152.127.044,41	106.315.849,24	151.422.762,93	

Quadro 4.3.41 Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Ministério da Integração Nacional						Código UG 53101		UGO:	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadas		RP não Processados		Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	2.324.182,17	1.901.729,26	2.324.182,17	1.901.729,26			2.324.182,17	1.901.729,26	
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	762.815,88	666.196,74	762.815,88	666.196,74			762.815,88	666.196,74	
CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO		249.423,13		249.423,13				249.423,13	
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	31.650,19	10.486,78	31.650,19	10.486,78			31.650,19	10.486,78	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	48.838.891,52	47.292.528,57	48.838.891,52	47.292.528,57			48.838.891,52	47.239.155,84	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR	23.270,85	25.671,52	23.270,85	25.671,52			23.270,85	25.671,52	
OBRIGACOES PATRONAIS	8.379.955,62	8.294.114,20	8.379.955,62	8.294.114,19	0,01	0,01	8.374.703,72	8.123.637,58	
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	659.161,79	431.994,28	659.161,79	431.994,28			659.161,79	431.994,28	
SENTENÇAS JUDICIAIS	50.055,27	44.253,60	50.055,27	44.253,60			50.055,27	44.253,60	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	97.534,20	30.170,36	97.534,20	28.296,61	1.873,75	1.873,75	97.534,20	28.296,61	
INDENIZACOES TRABALHISTAS		80.169,39		80.169,39				80.169,39	
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	7.548.672,69	3.163.144,26	6.764.933,61	2.556.009,29	607.134,97	607.134,97	6.294.599,07	2.556.009,29	
3. Outras Despesas Correntes									
CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO		8.535,13		8.535,13				8.535,12	
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	103.466,17	87.479,86	103.466,17	87.479,86			103.466,17	87.479,86	
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.785.173,42	1.986.284,79	1.783.325,42	1.986.284,79	1.848,00		1.783.325,42	1.985.573,04	
MATERIAL DE CONSUMO	684.298,24	1.302.965,32	263.006,61	829.650,93	421.291,63	473.314,39	263.006,61	827.697,93	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.378.899,95	8.262.687,71	2.144.428,77	4.636.275,40	3.234.471,18	3.626.412,31	2.054.059,49	4.636.275,38	
SERVICOS DE CONSULTORIA	12.562.500,00	8.099.002,13	6.304.342,83	6.161.532,67	6.258.157,17	1.937.469,46	5.323.563,87	6.161.532,67	

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	343.659,90	401.019,66	343.659,90	398.748,99		2.270,67	343.340,70	398.748,99
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	23.284.459,79	31.203.660,26	8.531.820,97	15.667.136,39	14.752.638,82	15.536.523,87	7.505.850,20	15.626.009,55
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	51.841.002,71	72.132.629,01	13.379.959,40	44.588.973,26	38.461.043,31	27.543.655,75	10.395.440,22	44.572.630,23
CONTRIBUICOES	6.980,00	6.579,00	6.980,00	6.579,00			6.980,00	6.579,00
AUXILIO-ALIMENTACAO	2.604.967,52	2.808.217,87	2.604.967,52	2.808.217,87			2.604.967,52	2.808.217,87
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	41.867,83	82.275,84	41.577,31	82.275,84	290,52		41.577,31	82.275,84
AUXILIO-TRANSPORTE	403.862,80	394.296,47	403.862,80	394.296,47			403.862,80	394.296,47
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	401.335,92	334.063,51	401.335,92	334.061,51		2,00	401.335,92	334.061,51
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.013.939,50	1.289.327,90	1.010.116,80	1.234.305,42	3.822,70	55.022,48	1.010.116,80	1.234.305,42
DESPESAS DE CAPITAL								
4. Investimentos								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	8.765.408,07	12.148.752,86	5.074.804,57	7.117.151,23	3.690.603,50	5.031.601,63	4.991.985,24	7.117.151,23
OBRAS E INSTALACOES		30.997,07		30.997,07				30.997,07
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.973.200,50	10.145.601,87	1.660.606,31	4.173.669,22	312.594,19	5.971.932,65	1.626.106,31	3.753.371,72
	179.911.212,50	212.914.258,35	111.990.712,40	152.127.044,41	67.920.500,10	60.787.213,94	106.315.849,24	151.422.762,92

4.3.10. Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 4.3.42 Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	530001	MI			3	9.900,00	4.000,00

2014	530001	MI			3	8.500,00	3.000,00
Fonte: Divisão de Administração de Edifícios – DAE/CSG/CGSL/DGI/SE							

Quadro 4.3.43 Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	530001	MI			0,00	0,00	4.324,10	4.324,10
2014	530001	MI			0,00	0,00	4.082,29	4.082,29
Fonte: Divisão de Administração de Edifícios – DAE/CSG/CGSL/DGI/SE								

Quadro 4.3.44 Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
530001	MI	33.90.30	16	1.661,70
			17	647,00
			26	207,40
			44	470,00

			50	400,00
		33.90.39	20	768,00
			63	130,00
			83	40,00

Fonte: Divisão de Administração de Edifícios – DAE/CSG/CGSL/DGI/SE

Análise Crítica

Em 2015 observou-se uma execução orçamentária inferior ao exercício anterior tendo em vista, notadamente, contingenciamentos ocorridos ao longo do ano. A insegurança à respeito da disponibilidade orçamentária/financeira, bem como a intempestividade na liberação dos recursos contribuíram de forma negativa para o pleno atingimento das nossas ações.

Por outro lado, ainda em 2015, o Ministério desobrigou-se de compromissos assumidos em 2013 e 2014 decorrentes da aquisição de bens, obras e serviços em suas instalações.

Nossas despesas relativas a contratações diretas, dispensa e inexigibilidade, também em volume inferior ao exercício anterior, foram contraídas com entes de governo(CEB/CAESB/EBC/SERPRO etc), na contratação de cursos para servidores e na aquisição de bens ou serviços previstos em Lei.

Finalmente, vale registrar a imprópria rotatividade de pessoal na área de licitações e contratos, onde, somente em 2015 a CGSL registrou o afastamento de 08 servidores, provenientes de cessão, licença, transferência de lotação, suspensão de contrato, etc

Conforme pode ser observado, a despesa de pessoal com encargos sociais e benefícios paga de 2014 para 2015 variou de R\$ 65.896.437,76 (sessenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), para R\$ 71.586.257,95 (setenta e um milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos), que representa uma variação positiva de 7,95% (sete inteiros e noventa e cinco décimos por cento).

No exercício de 2015, 39 (trinta e nove) servidores ocupantes de cargos efetivos solicitaram exoneração ou vacância do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Integração Nacional, sem que tenha ocorrido a nomeação de novos servidores efetivos. Entretanto, mesmo com essa diminuição da força de trabalho, a despesa variou positivamente pelos motivos abaixo elencados:

- o reajuste ocorrido, a partir de 1º de janeiro de 2015, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, autorizado pelo Anexo I da Lei nº 12.778, de 28/12/2012;
- os reajustes dos valores da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP e da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015, conforme dispõem os anexos XIX, XX, XXI, e XXII da Lei nº 12.778, de 28/12/2012;
- os novos valores dos cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS, das Funções Comissionadas Técnicas - FCT, e das Funções Gratificadas - FG ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015, conforme anexos C, CI, e CII, da Lei nº 12.778, de 28/12/2012; e
- aumento do quantitativo de empregados públicos cedidos ao Ministério da Integração Nacional para exercerem cargo em comissão (DAS), sem ônus para o órgão de origem. Considerando que seus empregadores são empresas públicas que não dependem do Orçamento Geral da União, a despesa com ressarcimento de salários que em 2014 era de R\$ 2.556.009,29 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, nove reais e vinte e nove centavos), em 2015 passou para R\$ 6.294.599,07 (seis milhões, duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e sete centavos).

4.4. Desempenho operacional

A Secex contou no ano de 2015, para geração de resultados não decorrentes da execução orçamentária, com o apoio do Diretor de Programas, da Unidade de Gerenciamento do PAC, dos Departamentos de Gestão Estratégica (DGE) e de Gestão Interna (DGI) e das Representações do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, que supervisionaram e atuaram em conjunto com as Coordenações-Gerais e demais áreas do MI, na condução de suas ações, com vistas a atender aos Objetivos Estratégicos “Promover valorização e qualificação permanente dos servidores” e “Assegurar participação, transparência e melhoria contínua dos meios e processos de gestão”.

Destaca-se a atuação da Secex, por intermédio do Diretor de Programas, na coordenação do Escritório de Processos que mapeou 59 processos no âmbito das Secretarias do Ministério. Foram coordenados, ainda, o Grupo de Trabalho Ministerial sobre Políticas Públicas para a Segurança Hídrica de Populações Rurais do Semiárido Brasileiro (GTSH) - Portaria nº 424, de 2014; o Comitê Ministerial para Discussão sobre Debêntures para Infraestrutura - Portaria nº 11, de 2013, e o Comitê Gestor da Implantação do Processo Eletrônico no âmbito do MI - Portaria nº 11, de 2014.

No âmbito Secex/MI, por meio da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Cooperação Internacional (UGP), foram coordenadas as ações do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial nº 8074-BR - Projeto de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) e dos seguintes Projetos de Cooperação Técnica Internacional com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA): (i) BRA/IICA/09/003 - Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional; (ii) BRA/IICA/07/001 - Desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e de Estímulo à Conservação, Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais na Região Semi-árida do Brasil; e (iii) BRA/IICA/13/001 - Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) - na Esfera do Ministério da Integração Nacional: Infraestrutura Hídrica, Irrigação e Defesa Civil.

No contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o auxílio da Unidade de Gerenciamento do PAC, a Secex monitorou os programas e as ações inseridas no Programa, acompanhou a execução orçamentária e financeira dessas ações e prestou informações sobre o seu andamento. Contribuiu, também, para a identificação de restrições à execução e propôs soluções a esses entraves, atuando no aceite de cadastros de empreendimentos e na aprovação de autorizações de empenho por meio do Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SisPAC-MP). Adicionalmente, o setor consolidou as informações dos Balanços do PAC, que foram repassadas ao MP, à Casa Civil e à Assessoria de Comunicação do MI.

A Unidade atuou na gestão da carteira de empreendimentos sob a responsabilidade do MI e de suas vinculadas, que, no ano de 2015, somaram 264 empreendimentos no valor de R\$ 32,9 bilhões (excluídos valores e quantidades de empreendimentos já concluídos em exercícios anteriores), assessorando os dirigentes na coleta e na produção de análises e subsidiando tomadas

de decisão referentes à gestão da carteira PAC/MI e à definição dos empreendimentos que a compõem.

Em 2014, a Unidade de Gerenciamento do PAC e a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/DGE desenvolveram e implantaram um Sistema de Monitoramento (SisPAC-MI), que facilita o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos empreendimentos constantes da carteira do MI e das vinculadas, bem como apresenta dados sistematizados para auxiliar na tomada de decisões. Ainda sobre este assunto, deu-se início a tratativas com a CGTI para que os dados orçamentários e financeiros do SisPAC-MI tenham atualizações automáticas diretamente do Siafi/Serpro.

No âmbito do Departamento de Gestão Estratégica, por intermédio da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/DGE), a Secex implantou o Sistema Eletrônico de Informações – SEI resultando em economia significativa na eliminação do papel, no aumento da eficiência e eficácia da área de outorga e na melhoria da efetividade e da celeridade dos processos do Ministério. Redução de gastos com os contratos para serviços de Correios, Malotes, Impressão corporativa, Office Boy e transporte de grandes volumes em automóvel. Além disso, houve o alinhamento com o Planejamento Estratégico e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – Peti na manutenção e na modernização da infraestrutura física e lógica.

Cabe destacar o avanço da área de TI, em função de divulgação de pesquisa bianual no Relatório Individual do Levantamento de Governança de TI de 2014 (IgovTI 2014) do Tribunal de Contas da União – TCU:

- 2010 - índice de 0,26, classificado como inicial - sem processos de gestão definidos e implementados;
- 2012 - índice de 0,52, já classificado como intermediário - com processos de gestão e com implementação parcial e em andamento;
- 2014 - o índice chegou a 0,59, classificado como intermediário, mas com melhora do índice, quase atingindo o índice aprimorado, a partir de 0,60.

No Relatório IgovTI a Governança dos Ministérios e dos Órgãos, em 2014 o Ministério da Integração Nacional ficou em 8º lugar dentre os Ministérios, num total de 39, no segmento SISP-Executivo ficou em 38º lugar de um total de 372, e no segmento APF inteira ficou em 80º lugar de um total de 372.

Por intermédio da Coordenação Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão/CGPM/DGE, a Secex atuou com o propósito de melhorar os processos de trabalho do MI, por meio das ações do Escritório de Processos, com a priorização de quatro novos processos de trabalho e elaborou procedimentos e rotinas de trabalhos juntamente com as áreas afetas, o que ensejou a publicação de Portarias e Normas Operacionais.

Ainda com o apoio da Coordenação de Planejamento, a Secex coordenou o processo de elaboração do novo Plano Plurianual (PPA 2016-2019); articulou junto à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos para revisão e avaliação do PPA 2012-2015. Além disso, orientou e organizou as informações que constituíram os relatórios da Mensagem Presidencial, da Prestação de Contas da Presidente da República e do Relatório de Gestão; coordenou a fase qualitativa de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2016, promoveu a inserção e a revisão do cadastro de ações e programas para o início do novo ciclo do PPA; atualizou o cadastro de usuários no sistema SISPAC; orientou e apoiou as unidades do MI para preenchimento do monitoramento do PPA no SIOP e, juntamente com a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, promoveu treinamentos para atualizar os servidores sobre as atualizações e mudanças nas ferramentas de trabalho do MI e das Entidades Vinculadas.

Outra atuação da CGPM/DGE refere-se à Coordenação de Monitoramento, que tem como atribuição a realização do acompanhamento interno dos objetivos estratégicos do Órgão, visando melhorar a qualidade das informações gerenciais de ações e projetos. Após a estruturação do setor e a contratação de sistema informatizado para otimizar a prestação de informações, buscou-se o aperfeiçoamento das atividades da Unidade.

Dessa forma, foi realizado o mapeamento do processo de monitoramento, visando levantar suas disfunções, corrigi-las e elaborar o procedimento operacional padrão (POP). Além disso, foi produzido o Manual do Painel MI, com o objetivo de auxiliar os usuários na operação do sistema e na padronização do preenchimento de informações na ferramenta. Em paralelo a isso, buscou-se a evolução da ferramenta, melhorando o seu desempenho e facilitando a sua utilização pelo usuário final.

Dentre essas evoluções menciona-se o publicador do Plano Plurianual, com a função de realizar a vinculação de programas, objetivos, metas e iniciativas do PPA aos planos operativos (PO's) definidos nos eixos estratégicos, de forma a avaliar a contribuição de cada PO para o alcance das metas e facilitar a apresentação da análise situacional pela unidade responsável.

Outro avanço refere-se à integração do Sistema Painel com a base corporativa de informações financeiras do MI, denominado ACOMP, o qual recebe cargas diárias de dados do Siafi. A partir da apresentação das programações orçamentárias em cada plano operativo, o Painel MI sincronizará a execução orçamentária e financeira dos PO's de forma automática, evitando erros de preenchimento, tornando a informação confiável.

Com o objetivo de realizar o monitoramento das principais obras associadas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) – no mesmo nível de detalhamento de seus Eixos, foram inseridos os perfis das seguintes obras: Ramal do Apodi, Cinturão das águas do Ceará, Ramal do Entremontes, Vertente Litorânea e Canal do Sertão Alagoano. Nesses perfis o Gestor pode avaliar a execução de cada estrutura, tais como canais, estações de bombeamento, reservatórios, aquedutos, túneis e galerias, sendo possível, ainda, visualizar, em cada empreendimento, de forma individual, descrições detalhadas, empresas responsáveis pela execução, datas de término previsto, sua localização no conjunto da obra e imagens específicas.

Com relação à colaboração da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças (CGOR/DGE), cabe destacar, dentre as ações relativas à rotina anual da Unidade, a contribuição para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2016; a execução das atividades de programação orçamentária e financeira do MI; a elaboração de relatórios gerenciais para projetar a execução e as eventuais demandas por limites orçamentários ou por suplementação de recursos e a preparação de gráficos gerenciais para monitoramento da execução orçamentária e financeira do MI.

Já, a Coordenação de Contabilidade – CCONT/DGE, no cumprimento de suas atribuições, realizou, em 2015, conformidades contábeis mensais de 10 unidades gestoras (UG) da Administração Direta, uma conformidade mensal de Órgão e uma mensal de Órgão Superior, totalizando 144 registros anuais; efetuou transferência de cadastros e saldos de convênios, entre unidades gestoras da administração direta; acompanhou e orientou os registros contábeis das unidades da Administração Direta e Indireta, fechando a quantidade de 496 demandas atendidas por *e-mail*; encaminhou às unidades, via Siafi, em média 521 mensagens, alertando quanto à regularização de registros contábeis tempestivos dos atos e fatos de gestão orçamentária e financeira, com o objetivo de evitar restrições contábeis no Órgão e nas suas unidades, e a mesma quantidade cientificando as unidades das restrições ocorridas pela não regularização das pendências apontadas; encaminhou via Siafi, em média, 121 mensagens ao Tesouro Nacional, solicitando orientações para demandas do Órgão e de suas entidades einculadas; elaborou trimestralmente notas explicativas, decorrentes de análise contábil horizontal e vertical dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Demonstrações das Variações Patrimoniais deste MI e das entidades vinculadas, para compor a Prestação de contas do Presidente da República (PCPR), resultado da análise e da descrição de 80 contas contábeis.

Além disso, auxiliou a área de planejamento no levantamento de dados de execução orçamentária das ações/programas do MI para compor a PCPR; efetuou 184 registros de entradas e saídas de Processos de Tomada de Contas Especiais (TCE) de diversos responsáveis, o que resultou na análise dos processos e na emissão de 59 Relatórios de TCE, dois relatórios de TCE complementares e registros de 108 inscrições/baixa na Conta de Diversos Responsáveis apurados; emitiu cinco despachos, 56 memorandos, uma nota técnica e dois ofícios.

A CCONT/DGE solicitou, ainda, à Setorial Contábil da STN a implantação de situações do novo CPR; realizou levantamento dos registros que impactaram as contas: 12321.06.01 – Obras em Andamento, 12321.06.05 – Estudos e Projetos e 12321.07.00 - Instalações, referente ao Projeto

de Integração do Rio São Francisco – PIRSF, para que fossem ajustadas as classificações na UG 530013 face à contabilização em contas indevidas.

Analizou mensalmente os desequilíbrios apresentados no Balanço do Órgão, pelas equações dos auditores contábeis no SIAFI, demonstrados na transação CODESAUD no Novo CPR, e orientou às UGs os devidos ajustes, para que não incorresse em restrição contábil.

Solicitou à COFIN/STN a exclusão dos órgãos 53904 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia) e 53905 (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste) e a criação dos órgãos 74917 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia) e 74918 (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste) junto à COFIN/STN, conforme solicitação dos seus respectivos Órgãos.

Executou, juntamente com a CGPM e a CGCONV, o mapeamento das atividades e do fluxo administrativo dos processos de Tomada de Contas Especial no âmbito do MI.

Realizou levantamento dos pagamentos efetuados para as empresas: Toshiba Sistemas de Transmissão e Distribuição S.A; Schahim Engenharia S.A e Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda, no período de 2009 a 2015, visando auxiliar identificação dos bens que foram comprados por este Ministério, os quais serão transferidos para a CODEVASF ou CHESF – Cia Hidroelétrica do São Francisco.

No âmbito do Departamento de Gestão Interna, por intermédio da Coordenação Geral de Prestação de Contas de Convênios (CGCONV/DGI), a Secex empenhou-se em cumprir suas atribuições de planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de análise das Prestações de Contas de Convênios, termos de compromisso, acordos e outros instrumentos congêneres, mediante a emissão de 332 pareceres financeiros, 90 documentos com informações financeiras e outros 2.873 documentos, tais como ofícios, memorandos, despachos, notas técnicas, editais, relatórios e diligências.

Com a colaboração da Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira (CGEOF/DGI), a Secex planejou suas ações com o objetivo de coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira para atuar na análise e na preparação de empenhos, pagamentos, descentralizações e comunicação das transferências aos entes beneficiados, conforme as demandas das Secretarias e de Órgãos Vinculados, no caso de destaque.

Nas questões relacionadas a Recursos Humanos, a Secex, por meio da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), buscou implementar a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal no âmbito do MI.

Concernente à área de gestão de pessoas, com o objetivo primordial de fortalecer a capacidade institucional e proporcionar melhor desempenho de competências, tendo em vista a escassez de mão-de-obra enfrentada, foi encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) o Aviso nº 57/MI, de 30 de maio de 2014, solicitando autorização para a realização de concurso público, no exercício de 2015, para provimento emergencial de 185 cargos. A ampliação desse quantitativo para 228, devido a vacâncias e exonerações ocorridas posteriormente ao pleito inicial, foi solicitada ao MP por meio do Aviso nº 117/MI, de 19 de dezembro de 2014. Soma-se a isso, o fato que, em 2015, 34 servidores já adquiriram as condições necessárias para pleitearem a aposentadoria.

Nesse sentido, foi realizado levantamento prévio da necessidade do quantitativo emergencial de pessoal necessário para o fortalecimento da capacidade operacional, melhoria das condições de funcionamento e recomposição urgente do corpo funcional desta Pasta, tendo em vista que o atual quantitativo de servidores é insuficiente para permitir que o MI atenda às demandas inerentes à sua competência de forma eficiente, eficaz e efetiva.

O resultado de tal levantamento resultou na solicitação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de autorização para a realização de novo concurso público para suprir a carência das áreas nas quais este Ministério possui maior déficit de pessoal, mas sem sucesso.

Tal solicitação visava, ainda, além de evitar um colapso no desempenho das atribuições incumbentes a este Ministério, prevenir a continuidade na prestação de serviços imprescindíveis, cuja redução já vem acarretando severos impactos para o desempenho das atividades da Pasta, havendo hoje setores importantes quase impossibilitados de exercer suas atribuições por falta de pessoal. Assim, foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) nova tentativa de autorização para realização de concurso público para 2016 sem sucesso.

Cabe mencionar, ainda, que após estudos, a Sedec, visando garantir uma efetiva prestação das ações sociais de competência do MI, em novembro de 2015, elaborou Nota Técnica solicitando ao MP a inclusão do MI no rol dos órgãos beneficiados em ter em seus quadros servidores da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, de que trata o Decreto nº 7.191, de 31 de maio de 2010, para que, assim, 60 Analistas Técnicos em Políticas Sociais (ATPS) possam ter o exercício nesta Pasta.

Por sua vez, a Coordenação Geral de Suporte Logístico – CGSL/DGI planejou, em 2015, ações para melhorar as condições de trabalho dos servidores do Órgão e outras ações acessórias que, indiretamente, ajudaram a atingir os objetos estratégicos do Órgão.

Com o apoio da Coordenação de Documentação e Informação Bibliográfica – CODIB/DGI, a Secex desenvolveu o Curso de Capacitação em rotinas de protocolo e arquivo, com o objetivo principal de munir os servidores e colaboradores do MI, dos conhecimentos necessários ao correto desenvolvimento das rotinas dos documentos de arquivo. Nessa capacitação, foram abordados o manejo dos documentos arquivísticos, os conceitos da área de arquivologia e as rotinas de protocolo e arquivo, com a realização de duas edições, uma em abril e outra em outubro.

Foi implantado o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, cujo código foi cedido pelo TRF da 4ª Região. Um dos principais benefícios do SEI foi a redução do uso de papel, uma vez que o sistema contemplará a criação, a tramitação e o encerramento de documentos somente em meio eletrônico. O processo está sendo realizado com a colaboração de algumas das unidades do Ministério e foi nomeado o Comitê de Implantação do SEI, o qual está responsável pela implantação do sistema e entrega dos produtos finais. Atualmente, o projeto está em fase de execução e alterações de normativos correlatos.

Finalmente, as Representações Regionais nos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro contribuíram com apoio logístico e operacional à Secex em suas regiões de atuação, mediante supervisão e acompanhamento da execução dos programas e das ações relativos à atuação do MI.

Dessa forma, a Representação Regional no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2015, para atender à demanda da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e da Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH), elaborou 68 Relatórios de Visita Técnica, 33 Análises Técnicas baseadas nos Relatórios de Visitas Técnicas entregues pela Empresa JM, referentes ao Contrato 21/2013, 11 Pareceres Técnicos e analisados 18 Planos de Trabalho (PT), sendo que somente um PT contemplava 89 municípios. Realizou também vistorias técnicas e emissão de relatórios referentes aos processos com diligências do órgão de controle e promoveu e articulou com outras unidades e entidades governamentais, mediante formulação/adequação de Plano de Trabalho.

No mesmo sentido, a Representação Regional no Estado do Rio de Janeiro, em 2015, procedeu a diversas articulações entre o MI, o Governo do Rio de Janeiro, a Federação das Indústrias

(Firjan), os municípios da Baixada Fluminense, a Companhia Estadual de Água e Esgoto do Estado do Rio, a Agência de Bacia do Paraíba do sul (Agevap), a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São de Paulo (Sabesp) e a Caixa Econômica Federal - GIFUG/RJ, visando expandir o programa de "rotas produtivas" no Estado do Rio de Janeiro; obter recursos para atendimento de demandas emergenciais na Baixada Fluminense, tratar de questões relacionadas à Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e viabilizar o pagamento de Fundo de Garantia às vítimas de desastres naturais.

Realizou, ainda, vistorias técnicas em cerca de 30 municípios e em obras nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, além de ter inspecionado municípios da baixada fluminense em decorrência dos danos provocados por alagamentos/deslizamentos. Procedeu, também, a inspeções conjuntas entre Ministério da Integração Nacional - MI, Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e Governo do Estado do Rio de Janeiro para captação de água em municípios do Norte e Noroeste Fluminenses - Rio Paraíba do Sul, e entre o MI, a ANA, a Sabesp e o Governo do Estado de São Paulo para captação de água em municípios da região do Alto Rio Paraíba do Sul.

Outra frente atacada pela Representação Regional do Rio de Janeiro é a inserção no Projeto Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais - Gides, Cooperação entre o Governo Brasileiro e o Governo Japonês, vislumbrando a elaboração de Manuais Técnicos para combate e proposição de contramedidas para desastres de movimentos de massa, principalmente, no eixo de reconstrução e reabilitação, especificamente para fluxo de detritos.

Unidade Consolidada - Gabinete do Ministro

No âmbito do Gabinete do Ministro, destaca-se a contribuição da Assessoria de Comunicação Social em 2015 que, mesmo consciente da necessidade de reduzir os investimentos, procurou manter as ferramentas até então utilizadas em anos anteriores, acompanhando a velocidade das novas tecnologias e conquistar mais espaços na mídia para divulgar os programas e as ações da Pasta, o que rendeu bons resultados para a imagem do Ministério. Durante o ano de 2015, ampliou-se a atuação nas redes sociais, importante meio difusor de informações, promovendo a participação da sociedade e aproximando as ações de Governo das populações beneficiadas. Da mesma forma, e com o mesmo objetivo, deu-se especial atenção ao nosso site que recebeu um novo layout por recomendação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. A produção de conteúdos multimídia como vídeos, fotos e áudios aumentou a atratividade e o envolvimento do público externo. Grandes realizações como o Programa Itinerante da Secretaria de Fundos e Incentivos Fiscais oferecendo crédito a investidores interessados na área de abrangência daquela Secretaria (Norte, Nordeste e Centro Oeste), o avanço das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF, valorizada pela entrada de água nos canais, a Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, que reuniu autoridades e a sociedade civil para

debater sobre proteção e defesa civil em todo o País, o lançamento do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a maior divulgação da Integra – são exemplos de temas abordados no âmbito externo e interno ao longo do ano de 2015.

A atuação da Assessoria Parlamentar priorizou o acompanhamento junto ao Congresso Nacional das proposições apresentadas pelo próprio Ministério, por órgãos do Poder Executivo e Parlamentares, que afetam a missão institucional do MI e conduziu as audiências com parlamentares e prefeitos municipais em busca de solução de problemas por meio da inserção de propostas de projetos para seus respectivos entes federativos nas Leis Orçamentárias.

Por sua vez, a Assessoria de Cerimonial acompanhou e assessorou o Ministro em todas as agendas externas, bem como em viagens a serviço, apoiando a logística de deslocamento nos estados. Além disso, providenciou a organização de cerimonial em eventos, recepcionou autoridades em audiências, respondeu a convites, enviou cumprimentos a aniversariantes, geriu eventos realizados pelo MI por meio das Secretarias e atualizou a lista de autoridades dos Governos Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em 2014, a Assessoria Internacional atuou no mapeamento das relações internacionais com a identificação dos setores que atuaram com governos de outros países; estrangeiros e organizações internacionais; promoveu e facilitou a relação do MI com instituições e autoridades brasileiras e estrangeiras (destaques para os embaixadores de Israel, Japão, Espanha e Dinamarca); colaborou para intensificar a relação do MI com as agências de cooperação internacional (principalmente ONU) e as instituições financeiras brasileiras e internacionais interessadas (BID e BIRD) em apoiar o Brasil em seu esforço de desenvolvimento nas áreas de competência do MI; apoiou as secretarias na organização e na realização de eventos internacionais e nas atividades de cooperação mútua e de relacionamento entre o MI e as entidades, com destaque para a participação na Conferência Mundial das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres e participou da reunião do MERCOSUL, atuando na presidência de um grupo nas reuniões temáticas referentes ao Ministério, como a Reunião Especializada de Redução de Riscos e Desastres, Defesa Civil e Assistência Humanitária do Mercosul – REHU e assessorou o Ministro de Estado e os Secretários na recepção de diplomatas, autoridades estrangeiras e representantes de instituições internacionais.

A Ouvidoria-Geral, em relação aos pedidos de informação registrados pelo e-SIC, implantou-se um novo sistema interno para registro e acompanhamento dos requerimentos de informação, iniciando seus registros em 04 de maio de 2015. Antes, havia um sistema interno de controle, porém como não havia sido documentado, e com surgimento de falhas, optou-se por criar um novo, ainda em 2014, para subsidiar adequadamente os registros.

Do total de atendimentos e manifestações, a Ouvidoria acolheu 1700 manifestações pelo Sisouvidor3 oriundas do formulário eletrônico, correspondência (carta), correio eletrônico (e-mail), atendimento presencial e caixa de comunicação (urnas); atendeu 6200 ligações pelo atendimento telefônico gratuito (0800), somando as ligações do Ministério e das Entidades Vinculadas e; recebeu 191 pedidos de informações por meio da Lei de Acesso à Informação - LAI, sendo que desses requerimentos 17 tiveram recursos ao chefe hierárquico e apenas um recurso à autoridade máxima e; ao todo trabalhou com 8091 atendimentos, não incluindo os recursos e retornos de demandas, por considerar tratar-se da mesma manifestação.

As alterações nos procedimentos ocorreram em relação ao canal de atendimento telefônico, que parou de utilizar a Unidade de Resposta Audível - URA para as Entidades Vinculadas, concentrando as ligações no MI e a implantação de um novo sistema de acompanhamento interno de demandas dos pedidos de acesso à informação oriundos do e-SIC.

A Corregedoria Seccional do Ministério da Integração Nacional, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal realizou, em 2015, sob nova gestão, realizou um levantamento sobre os processos pendentes de realização de juízo de admissibilidade que consiste na análise técnica que tem por fim identificar indícios de materialidade e autoria, necessários para a deflagração do processo disciplinar.

Dos 88 processos identificados pendentes levantados por meio do diagnóstico realizado pela Unidade, 65 foram analisados por meio de uma manifestação técnica conclusiva, desses, 31 foram por meio de Notas Técnicas de juízo de admissibilidade, 17 por Notas Técnicas de julgamento, oito por Exposição de Motivos e nove por meio de Informações. Houve um aumento de 50% em relação ao ano de 2014 os processos disciplinares encaminhados para julgamento e julgados 21 processos. Além disso, desses julgados, quatro tiveram penas aplicadas, 10 pelo arquivamento e sete por determinação de redesignação de nova Comissão.

Ademais, produziu 442 expedientes sendo 51 Notas Técnicas, 82 Despachos, 147 Memorandos e 162 ofícios.

Por fim, em 2015, a partir da estruturação administrativa da Corregedoria e com a formação de uma equipe de servidores que tem aprimorado o conhecimento em Direito Administrativo Disciplinar, os resultados alcançados foram: efetividade da ação disciplinar com a devida aplicação de penalidades; maior celeridade dos processos; incremento na qualidade das análises técnicas; redução do número de redesignações e, principalmente, inibição da prática de irregularidades (efeito preventivo).

4.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Em conformidade com as discussões travadas com a equipe da CGU, em 2013, foi acordado que um conjunto de indicadores seria desenvolvido de forma incremental e evolutiva, ou seja, que, com os anos, novos indicadores poderão ser agregados e que melhorias serão incorporadas nos sistemas inicialmente desenvolvidos.

Os indicadores de desempenho, apresentados, a seguir, foram desenvolvidos a partir de um Plano de Trabalho elaborado pelo Escritório de Processos com o objetivo de criar um sistema de medição dos macroprocessos identificados no Ministério da Integração Nacional (MI).

Assim, inicialmente foram levantados dez indicadores, validados pelas respectivas Secretarias do MI. Entretanto, na oportunidade da medição, a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI), verificou a necessidade de consolidar dois indicadores levantados em uma única fórmula, de forma a expressar de maneira mais consistente a aderência dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

Assim, os nove indicadores a serem medidos são:

Quadro 4.5.1 Indicadores de Desempenho

Nº	Denominação	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
01	Índice de efetivação do empenho Eficiência MI	*	Anual	$\frac{\text{Total de recursos pagos do orçamento do ano corrente}}{\text{Total de recursos empenhados no ano corrente}} \times 100$
02	Índice de estoque de restos a pagar	117%	Anual	$\frac{\text{Total de RAP no exercício corrente}}{\text{Estoque 2011}} \times 100$
03	Índice de eficiência das propostas	*	Anual	$\frac{\text{Total de instrumentos formalizados com repasses efetuados}}{\text{Total de convênios formalizados}} \times 100$
04	Índice de Aderência dos recursos aplicados dos Fundos Constitucionais à PNDR	*	Anual	$\frac{\text{Valor aplicado nos municípios de áreas da PNDR}}{\text{Valor total de recursos aplicados pelos fundos Constitucionais de Financiamento (FCF)}} \times 100$ Percentual previsto para a aplicação na área da PNDR x 100
05	Índice de mapeamento	28,98%	Semestral	$\frac{\text{Municípios com mapeamentos realizados}}{821 \text{ (Valor previsto no PPA)}} \times 100$

06	Índice de capacitação dos Agentes	36,73%	Semestral	(Agentes capacitados no ano corrente / Agentes capacitados no ano anterior) x 100
07	Índice de concessão do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC	41,16%	Anual	(Municípios com CPDC / Total de municípios do Brasil) x 100
08	Índice de adesão no S2ID	61,02%	Anual	(Municípios no S2ID / Total de municípios do Brasil) x 100
09	Índice de integração de Órgãos Municipais (OM) de Defesa Civil ao SINPDEC	33,48%	Semestral	(Órgãos Municipais cadastrados no S2ID e CPDC / Total de municípios do Brasil) x 100

*

Como se trata de indicador que envolve mais de um nível de resultado ou Secretarias do Ministério, o índice observado será apresentado na descrição do indicador.

Em seguida apresentamos os indicadores, com suas especificações, coleta e análise.

1. Índice de efetivação do empenho.

- Objetivo:

Identificar a efetivação dos instrumentos celebrados no exercício.

- Fonte dos dados:

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e/ou Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

- Critério de medição:

Os dados serão medidos separadamente Ministério (Administração direta e Vinculadas) – Execução Direta.

Valores decorrentes do crédito extraordinário, Fundos Constitucionais, Programa de Gestão e/ou Despesas Administrativas (programas: 0750, 0089, 0901, 0909, 2111) não foram incluídos, para fins de medição.

Quadro 4.5.2 Índice de Efetivação do Empenho

RESULTADO DO PROCESSO						
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO					
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO				
		2011	2012	2013	2014	2015
Parcelas pagas	Estados, Municípios e outros Entes federados.	EFICIÊNCIA - MI				
		25%	31%	35%	34%	43%
		EFICIÊNCIA – EXECUÇÃO DIRETA				
		19%	31%	37%	37%	47%

- Análise crítica:

No exercício de 2015, o MI (órgão 53000) realizou pagamento de aproximadamente R\$ 1,14 bilhão. Esse montante corresponde a 43% das despesas empenhadas no exercício. Ao restringir a análise à administração direta (unidade Orçamentária 53101) verifica-se que houve pagamento R\$ 1 bilhão, correspondendo a 47% do montante empenhado em 2015.

Ao comparar os cinco exercícios analisados, constata-se que o ano de 2015 apresentou a maior efetivação de empenho, ou seja, a melhor execução dos cinco exercícios.

2. Índice de estoque de restos a pagar

- Objetivo:

Identificar a evolução do estoque dos recursos inscritos em restos a pagar das ações finalísticas.

- Fonte dos dados:

Dados do SIAFI e/ou SIOP.

- Critério de medição:

Será medido por exercício fiscal e o ano de competência, sendo considerado o total dos recursos inscritos em restos a pagar, ou seja, o inscrito referente ao exercício acrescido do Saldo de Restos a Pagar de exercícios anteriores do Ministério (53000).

Valores inscritos decorrentes do crédito extraordinário, Fundos Constitucionais, Programa de Gestão e/ou Despesas Administrativas (programas: 0750, 0089, 0901, 0909, 2111) não foram incluídos, para fins de medição.

Quadro 4.5.3 Índice de Estoque de Restos a Pagar

RESULTADO DO PROCESSO					
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO				
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO			
		2011	2012	2013	2014
Recursos inscritos	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA			
		-	108%	95%	103%

- Análise crítica:

O estoque de RAP apresentou aumento de 28% nos exercícios de 2012 e 2013.

No exercício de 2014, houve aumento de sete pontos percentuais em relação aos anos anteriores. Uma das justificativas desse resultado foi a maior restrição para os fluxos financeiros, por parte da Secretaria de Tesouro Nacional - STN, o que dificultou os pagamentos e contribuiu para o aumento do estoque de Restos a pagar-RAP.

Em 2015, observa-se redução de 33 pontos percentuais quando comparado ao ano anterior. Atribui-se a isso aos esforços do Ministério da Integração e Decreto editado pela Secretaria de Orçamento Federal-SOF e STN com finalidade de reduzir o estoque de RAP não processados.

Informamos ainda, que o exercício de 2011 é o ano base do indicador, portanto, começamos aferir a partir de 2012.

3. Índice de eficiência das propostas.

- Objetivo:

Demonstrar a qualidade da seleção e análise de propostas.

- Fonte dos dados:

SIAFI e SICONV.

- Critério de medição:

Serão considerados os instrumentos celebrados por meio de convênios e de Termo de Compromisso.

- a) Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR

Quadro 4.5.4 3. Índice de eficiência das propostas.- SDR

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO - 2015	
		Convênios	Termo de Compromisso
Repasses Efetuados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		0%	0%

- Análise crítica:

Dos convênios celebrados, em 2015, pela Secretaria de Desenvolvimento Regional com estados e municípios, nenhum teve qualquer parcela paga no mesmo exercício. Isso ocorreu, em grande medida, pelo fato de que os limites orçamentários foram liberados nos últimos dias do ano. Com isso, houve tempo hábil apenas para a realização do empenho e a celebração dos instrumentos. Ainda, a maioria dos convênios, especialmente os que envolvem obras, foi celebrada com cláusulas condicionantes, podendo ser atendidas em até 540 dias, e com necessidade de convalidação pela Consultoria Jurídica do Ministério da Integração Nacional. As duas situações impedem o repasse de recursos financeiros até que tenham sido superadas.

Quanto ao Termo de compromisso, não foi firmado nenhum no exercício de 2015. Dentre os principais motivos, houve decisão do Governo Federal de o Ministério da Integração sair da iniciativa de instalação de cisternas de polietileno, além do fato dos termos de compromisso firmados pelo MI serem plurianuais. Além disso, houve redução dos recursos disponíveis para o programa no ano de 2015.

b) Secretaria Nacional de Irrigação – Senir

Quadro 4.5.5 1. Índice de eficiência das propostas- SENIR

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO - 2015	
		Convênios	Termo de Compromisso
Repasses Efetuados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		0%	0%

- Análise crítica:

No ano de 2015 foram apresentadas e formalizadas 06 propostas, sendo 02 Convênios e 04 Termos de Compromissos.

Apesar das formalizações o índice zero se dá em virtude do pouco tempo para análise e formalização, já que foram celebrados na segunda quinzena de dezembro, e de todos possuírem cláusulas suspensivas impossibilitando a liberação dos recursos.

c) Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Sedec

Quadro 4.5.61. Índice de eficiência das propostas- SEDEC.

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO - 2015	
		Convênios	Termo de Compromisso
Repasses Efetuados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		0%	-

- Análise crítica:

Em 2015 foram celebrados cinco convênios provenientes exclusivamente de emendas parlamentares beneficiando os Municípios de Barra do Choça, Tapiramutá, Sátiro dias, Jucuruçu e Ibirataia no estado da Bahia.

Apesar das formalizações, o índice zero se dá em função das celebrações terem ocorrido ao final do exercício e devido aos procedimentos de análise do plano de trabalho e pendência no envio das documentações necessárias para cumprimento da cláusula condicionante, impossibilitando a liberação dos recursos.

d) Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SIH

Quadro 4.5.71. Índice de eficiência das propostas- SIH.

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO - 2015	
		Convênios	Termo de Compromisso
Repasses Efetuados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		0%	0%

- Análise crítica:

O índice de 0% relativo aos convênios ocorreu pelo fato dos empenhos terem sido liberados nos últimos meses de 2015 em virtude do contingenciamento orçamentário. Foram celebrados 16 convênios, todos com cláusula suspensiva, não havendo, portanto, repasse de recursos referentes ao OGU 2015.

Não houve celebração de Termos de Compromisso (PAC).

4. Índice de Aderência dos recursos aplicados dos Fundos Constitucionais à PNDR.

- Objetivo:

Avaliar a aderência dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais com as diretrizes da PNDR, tendo por base os índices de aplicação previstos como metas nas Programações Anuais desses Fundos para os municípios de áreas de tratamento prioritário da PNDR por região geográfica.

- Fonte dos dados:

Relatórios enviados pelos Bancos Operadores.

- Critério de medição:

Será apurado para cada Fundo Constitucional, com base nos índices de aplicação definidos como metas nas Programações Anuais desses Fundos.

a) Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 4.5.8 Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR FUNDOS E INCENTIVOS FISCAIS		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO	
		2014	2015
Financiamentos Concedidos	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		94,7%	90,0%

*As informações encaminhadas anteriormente referentes o ano de 2014 foram baseadas nas contratações até o mês de outubro. Acima segue os quadros com os resultados dos processos no qual atualizo as informações de 2014 com os dados de 31/12/2014.

- Análise crítica:

Percebe-se que nos anos de 2014 e 2015 as metas previstas para o FCO não foram atingidas, logo os índices de eficiência apurados demonstram que os resultados estão aquém dos objetivos estabelecidos pela PNDR.

Há de se registrar que esta Secretaria, por meio do Ofício nº 814/SFRI/DFRP/CGAC, de 08 de dezembro de 2015, recomendou ao Banco do Brasil que “estabeleça indutores de comportamento para sua rede de agências alavancar as contratações em municípios de

tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração nacional e Condel”.

b) Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste – FNE

Quadro 4.5.9 Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste – FNE

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR FUNDOS E INCENTIVOS FISCAIS		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO	
		2014	2015
Financiamentos Concedidos	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		107,3%	113,7%

*As informações encaminhadas anteriormente referentes o ano de 2014 foram baseadas nas contratações até o mês de outubro. Acima segue os quadros com os resultados dos processos no qual atualizo as informações de 2014 com os dados de 31/12/2014.

- Análise crítica:

O FNE ultrapassou sua meta de aplicação em municípios de área de tratamento prioritário pela PNDR tanto no ano de 2014, em 7,3%, como no ano de 2015, em 13,7%, o que demonstra o cumprimento dos objetivos da Política.

c) Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO

Quadro 4.5.10 Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO.

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR FUNDOS E INCENTIVOS FISCAIS		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO	
		2014	2015
Financiamentos Concedidos	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		99,6%	104,1%

*As informações encaminhadas anteriormente referentes o ano de 2014 foram baseadas nas contratações até o mês de outubro. Acima segue os quadros com os resultados dos processos no qual atualizo as informações de 2014 com os dados de 31/12/2014.

- Análise crítica:

No tocante ao FNO, os resultados do indicador evidenciam que o Fundo vem cumprindo os objetivos da PNDR, com destaque para o resultado de 2015 que ultrapassou a meta em 4,1%.

5. Índice de mapeamento

- Objetivo:

Verificar a evolução do processo de mapeamento dos municípios de alto risco de desastres.

- Fonte dos dados:

Acompanhamento interno SEDEC.

- Critério de medição:

Serão considerados os 821 municípios identificados como de alto risco ou prioritários no PPA 2012-2015.

Quadro 4.5.11 Índice de mapeamento

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR RISCOS E DESASTRES		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2015	
		1 semestre	2 semestre
Municípios Mapeados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		28,86%	28,98%

- Análise crítica:

A meta prevista no PPA 2012-2015 era mapear os 821 municípios nele identificados atualmente como de alto risco ou prioritários para ações de defesa civil. Porém em função do novo arranjo proposto para o projeto de mapeamento até o final de 2015, a Secretaria realizou 28,98% da meta, o que equivale a 238 municípios mapeados dos 268 contratados pela SEDEC. Desse modo, foca-se para o momento em complementar com informações de cenários de risco produzidos pela CPRM e no que já foi produzido pelo CENAD, visando incorporar esses conteúdos a um sistema georreferenciado de Planos de Contingência. O sistema, que integra informações de cenários de riscos, e que permite aos municípios elaborarem Planos de Contingência para esses cenários, encontra-se em fase de testes, em um ambiente de homologação da SEDEC.

6. Índice de capacitação dos Agentes.

- Objetivo:

Verificar o número de agentes capacitados para gerir riscos e desastres.

- Fonte dos dados:

Acompanhamento interno da SEDEC.

- Critério de medição:

Serão considerados agentes, os servidores das Defesas Civas dos estados e municípios e os voluntários da sociedade civil capacitados.

Quadro 4.5.12 Índice de capacitação dos Agentes.

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR RISCOS E DESASTRES		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2015	
		1º semestre	2ª semestre
Agentes Capacitados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		2%	36,73%

- Análise crítica:

Em 2015, a Sedec capacitou 3.132 agentes e gestores de proteção e defesa civil. Desde 2012, a Secretaria vem superando a meta de 4.500 capacitações prevista no PPA 2012-2015 devido principalmente à modalidade de ensino a distância que proporcionou a capacitação de um número elevado de participantes por custo menor, mantendo a qualidade do conteúdo. Ao longo desse quadriênio foram capacitados um total de 31.589 agentes e gestores de proteção e defesa civil, além de representantes da sociedade civil e de outros órgãos que atuam na área e da comunidade.

7. Índice de concessão do Cartão de Pagamento de Defesa Civil–CPDC.

- Objetivo:

Verificar adesão dos municípios ao Cartão de Pagamento de Defesa Civil.

- Fonte dos dados:

Acompanhamento interno da SEDEC.

- Critério de medição:

Serão considerados os Municípios com adesão ao sistema.

Quadro 4.5.13 Índice de concessão do Cartão de Pagamento de Defesa Civil–CPDC.

RESULTADO DO PROCESSO		
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR RISCOS E DESASTRES	
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2015
Cartão Concedido	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA
		41,16%

- Análise crítica:

O CPDC é o meio de pagamento exclusivo para os recursos federais repassados para ações de resposta. A ferramenta possibilita que as contas sejam abertas previamente ao desastre, garantindo agilidade na transferência do recurso, o que é essencial para o rápido atendimento à população vitimada. Outro objetivo do CPDC é a transparência, garantida com a publicação mensal dos dados de execução no Portal da Transparência. Até o final de 2015, 2.293 municípios aderiram ao CPDC. Quanto aos governos estaduais, apenas Mato Grosso e Tocantins não aderiram.

8. Índice de adesão ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres-S2ID.

- Objetivo:

Verificar a adesão dos municípios ao S2ID.

- Fonte dos dados:

Banco de dados do S2ID.

- Critério de medição:

Serão considerados os Municípios com adesão ao sistema.

Quadro 4.5.14 Índice de adesão ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres-S2ID.

RESULTADO DO PROCESSO		
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR RISCOS E DESASTRES	
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2015
Municípios inscritos do S2ID	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA
		61,02%

- Análise crítica:

Os valores obtidos por meio desse índice são representativos quando se consideram os atuais 5.570 municípios brasileiros. Fica evidenciado que mais de 50% desses municípios têm acesso

ao S2ID, como forma de se manterem informados e atualizados, de uma forma geral, sobre acontecimentos de desastres havidos no território nacional, bem como sobre ações de gestão na esfera da Defesa Civil. Apesar de 61% dos municípios brasileiros, em média, estarem registrados no S2ID, deve-se ainda envidar esforços no sentido de aumentar esse índice para que a totalidade dos municípios tenha conhecimento das ações de gestão, bem como dos programas existentes na esfera da Defesa Civil.

9. Índice de integração de Órgãos Municipais (OM) de Defesa Civil ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil-SINPDEC.

- Objetivo:

Verificar a adesão dos Órgãos Municipais de Defesa Civil ao SINPDEC.

- Fonte dos dados:

Banco de dados do S2ID e Relatório do Banco do Brasil

- Critério de medição:

Serão considerados os Municípios cadastrados no S2ID e ao CPDC.

Quadro 4.5.15 Índice de integração de Órgãos Municipais (OM) de Defesa Civil ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil-SINPDEC

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR RISCOS E DESASTRES		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2015	
		1º semestre	2º semestre
Adesão das Defesas Civas municipais no SINPDEC	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		33,35%	33,48%

- Análise crítica:

Objetivando organizar, prever e coordenar as atividades públicas referentes à atuação nas áreas de proteção e defesa civil nos municípios localizados nas áreas de risco, esse índice deve refletir a consciência das autoridades locais na captação de informações com o intuito de mobilizar a sociedade civil nas situações de emergência ou no estado de calamidade pública. O índice teve uma pequena queda em função do aumento do número de municípios brasileiros de 5.561 para 5.570.

Dando continuidade aos trabalhos realizados pelo Escritório de Processos no exercício de 2015, no qual uma das fases trata da medição e coleta de indicadores dos Macroprocessos, foram levantados alguns indicadores provenientes do mapeamento no exercício, os quais serão incorporados aos já apresentados inicialmente. Para tanto foram eleitos 04 processos a serem mapeados com a consequente construção de indicadores os quais seguem abaixo especificados com o respectivo órgão/unidade:

1. Atendimento aos usuários – Sistema da Ouvidoria que atende a usuários externos;
2. Capacitação de Servidor – processo da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas visando à capacitação dos servidores;
3. Exclusão de Servidor - processo da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas cujo objetivo é a exclusão do servidor do quadro do Ministério da Integração
4. Instauração de Tomada de Contas Especial – processo da Coordenação de Contabilidade cuja função é iniciar os trabalhos relativos à instauração do processo de TCE.

Dos processos acima mencionados foram extraídos seus respectivos indicadores conforme quadro abaixo:

Quadro 4.5.16 Indicadores

Processo	Denominação	Fonte	Objetivo	Periodicidade
1.	Comparativo de Manifestações em atendimento e respondidas por período	Sistema SisOuvidor	Divulgar o quantitativo de manifestações recebidas que foram respondidas (mesmo que ainda não encerradas pelo cidadão) ao cidadão em paralelo àquelas que estão em atendimento (que aguardam posicionamento das áreas técnicas), para auxiliar na tomada de decisões e melhoria da gestão.	Mensal
1.	Demonstrativo do grau de satisfação de resposta por período	Planilha de pesquisa própria	Demonstrar o percentual de satisfação em relação à resposta pela visão do cidadão.	Mensal

1.	Tempo de atendimento do processo	Sistema SisOuvidor	Apresentar o quantitativo de chamados em atendimento por processo que estão no prazo, a vencer e atrasados.	Semana
3.	Taxa de Rotatividade dos servidores	Sistema SIAPE	Acompanhar a rotatividade dos servidores do MI e gerar dados de acompanhamento e comparações destinados a desenvolver diagnóstico para fins gerenciais que podem apoiar na definição de ações estratégicas.	Semestral
2.	Índice de Capacitação por Servidor	Planilha de Controle de Cursos	Busca identificar a quantidade de capacitações realizadas por servidor no período informado.	Trimestral
2.	Índice de servidor capacitado por unidade	Planilha de Controle de Cursos	Busca identificar a quantidade total de servidores capacitados por unidade no período.	Trimestral
2.	Taxa de execução do PAC	Planilha de Controle de Cursos e valor divulgado no PAC	Busca identificar o percentual de cursos realizados em relação ao Plano Anual de Capacitação no período informado.	Anual
2.	Valor de execução orçamentária e financeira do PO001	Planilha de Controle de Cursos	Busca identificar o valor total gasto em capacitação no período informado.	Trimestral
4.	Percentual do valor imputado do débito	Planilha de Controle	Busca identificar o percentual do valor imputado no débito de Toma de Constas Especiais concluídas, no período.	Anual
4.	Quantidade de TCE's concluídas em cada mês	Planilha de Controle	Somatório de Relatório de Toma de Constas Especiais concluídas no período.	Anual

5. GOVERNANÇA

5.1. Descrição das estruturas de governança

Para auxiliar na sua gestão, o Ministério conta com os seguintes colegiados coordenados pela Secretaria Executiva, conforme previsto no artigo 75 da Portaria 270, de 28 de julho de 2014, que aprovou o Regimento Interno do Órgão:

5.1.1. Escritório de Processos (EP)

- a) **Norma de instituição e de regência do Escritório:** Instituído por meio da Portaria nº 08, de 22 de março de 2013, o Escritório de Processos teve o seu modelo de governança, definido por meio da Portaria 450, de 23 de dezembro de 2014, sendo responsável por consolidar práticas voltadas ao estabelecimento da cultura da gestão por processo nas unidades da sua estrutura organizacional.
- b) **Atribuições:** O EP tem por atribuições:
- planejar e coordenar as ações com vistas à implantação da gestão por processos no Ministério;
 - adequar os macroprocessos e processos organizacionais de acordo com as alterações da estratégia do órgão;
 - prestar consultoria interna na metodologia adotada nas iniciativas de elaboração, modelagem e transformação de processos;
 - apoiar e acompanhar iniciativas de melhoria de processos;
 - disseminar o conhecimento e benefícios da gestão por processos;
 - avaliar e gerir o portfólio de processos e a sua governança;
 - realizar a interlocução entre os representantes do EP e instância superior; e
 - apoiar a construção de indicadores de desempenho de processos e acompanhar os resultados gerados.
- c) **Forma de atuação:** O EP, cujo papel é zelar pelas documentações, coordenar o mapeamento e a implantação das melhorias dos processos em suas unidades, é composto por representantes da Secretaria Executiva (Departamento de Gestão Interna - DGI, Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI e Coordenação Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão – CGPM), do Gabinete do Ministro, da Secretaria Nacional de Irrigação – Senir, da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais -

SFRI, da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, da Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SIH e da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Sedec.

A coordenação do EP será desempenhada por servidor indicado pelo Secretário Executivo e a secretaria executiva do Escritório é exercida pela CGPM, responsável por assessorar as unidades do MI na execução dos trabalhos de gestão por processos; zelar pela metodologia da gestão por processos; dar suporte para as ações definidas pelo EP; propor cronograma e periodicidade das atividades; organizar as reuniões e demais eventos e elaborar registros; manter atualizada a documentação gerada pelo EP e divulgar os trabalhos da gestão por processos.

Ainda conta com um Comitê Estratégico, composto por Coordenador do EP, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica, Coordenador Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão, Coordenador de Melhoria da Gestão e Coordenador Geral de Tecnologia da Informação, ao qual compete definir as estratégias e prioridades dos trabalhos a serem desenvolvidos, monitorar a implementação, revisar periodicamente as estratégias e buscar os meios e os recursos para execução dos projetos e funcionamento do EP.

5.1.2. Comitê de Convênios

Esse Comitê objetiva discutir e propor melhorias aos processos e às rotinas para a gestão de convênios

- a) **Norma de instituição e de regência do Comitê:** Portaria MI nº 555, de 4 de outubro de 2012, e Portaria SECEX/MI nº 077, de 22 de março de 2013, que designou seus membros.
- b) **Atribuições:** Discutir e propor melhorias aos processos e às rotinas para a gestão de convênios.
- c) **Forma de atuação:** O Comitê reunir-se-á com frequência semestral e, extraordinariamente, quando da existência de assuntos que justifique a sua convocação.

5.1.3. Comitê de Desenvolvimento de Pessoas - CDP,

Esse Comitê visa propor e acompanhar a política de capacitação e desenvolvimento dos servidores do quadro de pessoal do Ministério.

Obs.: Este Comitê ainda não foi regulamentado.

5.1.4. Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação do MI,

Esse Comitê objetiva definir e aprovar a estratégia da política de informática para o Ministério e suas entidades vinculadas.

a) **Norma de instituição e de regência do Comitê:** Portaria MI nº 402, de 11 de julho de 2012, alterada pela Portaria MI nº 365, de 16 de outubro de 2014.

b) **Atribuições:** (i) definir e aprovar a estratégia da política de informática para o ministério por meio de um plano diretor de tecnologia da informação; (ii) definir e aprovar padrões, políticas, procedimentos e normas do uso da internet e da intranet no ambiente do Ministério; (iii) estabelecer diretrizes para a modernização dos sistemas de informação e comunicação do Ministério; (iv) coordenar e articular a implantação de programas e projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infraestrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicações, no âmbito do Ministério; (v) estabelecer diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e de informações, por meio eletrônico, pelo Ministério; (vi) definir padrões de qualidade para as formas eletrônicas de interação; (vii) coordenar a implantação de mecanismos de racionalização de gastos e de apropriação de custos na aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicações, no âmbito do Ministério; (viii) estabelecer níveis de serviço para a prestação de serviços e informações, por meio eletrônico; (ix) aprovar política de atendimento aos usuários dos recursos de tecnologia da informação; (x) criar Grupo de Trabalho, sempre que necessário, para realizar tarefas específicas de interesse do Comitê.

c) **Forma de atuação:** Apesar de o Comitê ainda não ter a sua forma de atuação definida, conforme previsto no art. 3º da Portaria nº 402, de 2012, ele tem se reunido bimestralmente e suas deliberações têm sido registradas em ata.

5.1.5. Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação do MI e das Entidades Vinculadas

a) **Norma de instituição e de regência do Comitê:** Portaria nº 542, de 20 de setembro de 2012.

b) **Atribuições:** (i) definir e aprovar a estratégia da política de informática para o ministério por meio de planejamento estratégico de tecnologia da informação, que integra as ações dos referidos órgãos; (ii) definir e aprovar padrões, políticas, procedimentos e normas gerais do uso da internet e da intranet no ambiente do ministério e de suas entidades vinculadas; (iii) estabelecer diretrizes para a modernização dos sistemas de informação e comunicação do Ministério de suas entidades vinculadas; (iv) coordenar e articular a implantação de programas e projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infraestrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicações, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas; (v) estabelecer diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e de informações, por meio eletrônico, pelos órgãos e pelas entidades vinculadas do Ministério; (vi) definir padrões de qualidade para as formas eletrônicas de interação; (vii) coordenar a implantação de mecanismos de racionalização de gastos e de apropriação de custos na aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicações, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas; (viii) estabelecer diretrizes para definição de níveis de serviço de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério; (ix) definir diretrizes par a política de atendimento aos usuários dos recursos de de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério; (x) criar Grupo de Trabalho, sempre que necessário, para realizar tarefas específicas de interesse do Comitê.

c) **Forma de atuação:** Apesar de o Comitê ainda não ter a sua forma de atuação definida, ele tem se reunido anualmente, na ocasião em que também se realiza o Encontro de Governança de TI do MI e suas deliberações têm sido registradas em ata.

5.1.6. Comitê Gestor do Processo Eletrônico – CGPE

O CGPE objetiva tomar as medidas necessárias para o uso e a sustentabilidade do processo eletrônico.

a) **Norma de Instituição:** Norma Operacional nº 1/SECEX, de 2 de setembro de 2015.

b) **Atribuições:** I - aprovar alterações na plataforma tecnológica do sistema; II - monitorar a operacionalização do sistema, bem como propor medidas corretivas necessárias; III - propor regulamentação de procedimentos no âmbito do processo eletrônico; IV - priorizar as demandas de melhoria relativas ao processo eletrônico e ao uso do sistema; e V - gerir a Política de Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais, no âmbito do MI.

c) **Forma de atuação:** O Comitê reuni-se de acordo com as demandas necessárias à gestão do processo eletrônico e também ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

5.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Corregedoria do Ministério da Integração Nacional é uma Corregedoria Seccional integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Ela foi formalmente criada por meio do Decreto 8.161, de 18/12/2013, que aprovou a nova estrutura regimental do MI. Tendo suas competências estabelecidas no Regimento Interno deste Ministério, por meio da Portaria nº 270, de 28/07/2014.

Embora formalmente criada apenas em 2013/2014, a Corregedoria estava estruturada desde o ano de 2009, sendo a atividade disciplinar coordenada por um Corregedor, cujo cargo era vinculado ao Gabinete do Ministro e as competências eram exercidas por meio de delegação. Ressalta-se que em novembro de 2014 houve a substituição do Corregedor. Assim, nos primeiros dois meses da nova gestão, foi realizado um diagnóstico da situação do setor, com o objetivo de se elaborar um plano de trabalho a ser realizado nos anos seguintes, cujo norte foi o incremento da qualidade da ação disciplinar no âmbito deste Ministério.

Assim, pelos levantamentos realizados, verificou-se que em fevereiro de 2015 havia na corregedoria, 88 processos pendentes de análise de juízo de admissibilidade. Entende-se na situação pendente, aqueles processos nos quais ainda não se realizou o juízo de admissibilidade. Trata-se de uma análise técnica que tem por fim identificar indícios de materialidade e autoria, necessários para a deflagração do processo disciplinar.

Em 2015 foram analisados, por meio de uma manifestação técnica conclusiva, 65 processos, destes 31 foram por meio de Notas Técnicas de juízo de admissibilidade, 17 por Notas Técnicas de julgamento, 08 por Exposições de Motivos e 09 por meio de Informações.

Dos processos disciplinares encaminhados para julgamento por esta Corregedoria Geral no ano de 2015 percebe-se um aumento de 50% em relação aos julgados 2014. Em 2014 foram encaminhados e julgados 14 processos e em 2015 foram 21 processos. Destes Julgados, 04 foram tiveram penas aplicadas, 10 foram pelo arquivamento e 07 foram julgados com a determinação de redesignação de nova Comissão.

Por fim, esta Corregedoria produziu 442 expedientes em 2015, sendo 51 Notas Técnicas, 82 Despachos, 147 Memorandos e 162 ofícios.

Pode-se afirmar que ao longo de 2015 a Corregedoria deste Ministério se estruturou administrativamente, bem como formou uma equipe de servidores que tem

aprimorado o conhecimento em Direito Administrativo Disciplinar. Os resultados já estão sendo colhidos, quais sejam: efetividade da ação disciplinar, com a devida aplicação de penalidades; maior celeridade dos processos; incremento na qualidade das análises técnicas; redução do número de redesignações e, principalmente, inibição da prática de irregularidades (efeito preventivo).

5.3. Gestão de riscos e controles internos

Ainda não existem procedimentos implementados no âmbito da Secex para avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de acesso ao cidadão

- a. Para o atendimento ao cidadão, o Ministério, por meio da Ouvidoria, disponibiliza os seguintes canais de acesso: Atendimento telefônico (gratuito), Formulário eletrônico, Correspondência (Carta), Correio Eletrônico (E-mail), Atendimento presencial e Caixa de Comunicação (urnas). Além desses, está sob a coordenação da Ouvidoria o Serviço de Acesso à Informação (SIC), conforme Lei 12.527/2011 e Decreto 7.845/2012.
- b. Os registros das manifestações dos cidadãos, relativos às denúncias, elogios, reclamação, solicitações diversas e sugestões, são feitos no Sisouvidor3, sistema utilizado pela Ouvidoria, que recebe e encaminha as demandas do próprio Ministério, do Departamento Nacional de Obras contra a Seca – DNOCS e das Superintendências do Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Desenvolvimento da Amazônia e do Desenvolvimento do Nordeste - SUDECO, SUDAM e SUDENE, respectivamente. Essa centralização se deve à Portaria 94/2008- MI, que instituiu a Rede de Ouvidoria do Ministério e suas Entidades Vinculadas. Excetua-se a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, que implantou o sistema do e-OUV, disponibilizado pela Controladoria-Geral da União – CGU.
- c. Os registros do Atendimento telefônico também são registrados no sistema Sisouvidor3, em um módulo a parte, criado especificamente para este canal de atendimento. Ressalta-se que, assim como as demandas registradas no sistema pela Ouvidoria, os contatos do cidadão com o Ministério e suas vinculadas era o mesmo número de Discagem Direta Gratuita (DDG 0800.610021). Porém, no dia 16/04/2015, as ligações que eram ramificadas por meio de URA (Unidade de Resposta Audível), concentraram-se apenas no Ministério, considerando a mudança do contrato de telefonia e que, conforme verificado pela área licitante, CGTI/DGI, os valores para este serviço estavam altos para o quantitativo de demanda. Foi licitado um contrato específico de teleatendentes para a recepção dessas demandas, passando as ligações pertinentes às Entidades Vinculadas a serem transferidas para a Ouvidoria de cada ente, quando necessário.
- d. Em relação aos pedidos de informação registrados pelo e-SIC, implantou-se um novo sistema interno para registro e acompanhamento dos requerimentos de informação, iniciando seus registros em 04 de maio de 2015. Antes, havia um sistema interno de controle, porém como não havia sido documentado, e com surgimento de falhas, optou-se por criar um novo, ainda em 2014, para subsidiar adequadamente os registros.
 - i. Do total de atendimentos e manifestações, a Ouvidoria acolheu 1700 manifestações pelo Sisouvidor3 oriundas do Formulário eletrônico,

Correspondência (Carta), Correio Eletrônico (E-mail), Atendimento presencial e Caixa de Comunicação (urnas).

- ii. Atendeu 6200 ligações pelo Atendimento telefônico gratuito (0800), somando as ligações do Ministério e das Entidades Vinculadas.
 - iii. E recebeu 191 pedidos de informações por meio da LAI, sendo que desses requerimentos, 17 tiveram recursos ao chefe hierárquico e apenas 1 recurso à Autoridade Máxima.
 - iv. Ao todo, a Ouvidoria trabalhou com 8091 atendimentos, não incluindo os recursos e retornos de demandas, por considerar se tratar da mesma manifestação.
- e. Em relação ao exercício anterior, houve uma diminuição de manifestações em torno de 45%, no canal da ouvidoria propriamente. Em relação ao teleatendimento, apesar da concentração das ligações a partir de abril, aqui no Ministério, houve uma redução de 72% nas ligações. Isto ocorreu principalmente pelo encerramento do Programa Bolsa Estiagem, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC. Com referência ao SIC, a diminuição foi de 9% dos pedidos de informação.
- f. Como citado, as alterações nos procedimentos foram em relação ao canal de Atendimento telefônico, que parou de utilizar a URA para as Entidades Vinculadas, concentrado as ligações no MI, e a implantação de um novo sistema de acompanhamento interno de demandas dos pedidos de acesso à informação oriundos do e-SIC.
- g. As tabelas abaixo demonstram os itens acima em relação aos seus tipos e quantitativos, demonstrando o quantitativo por área, dividida em duas, sendo uma com o total das manifestações, incluindo o Ministério e as Entidades, e a outra apenas com as demandas do Ministério, dividida por suas áreas. Também está demonstrado por tipologia.

POR OUVIDORIA E ÁREA RESPONSÁVEL

Quadro 6.1.1 Ouvidoria Responsável- Por Órgão ou entidade

Ouvidoria Responsável - Por órgão ou entidade	
Classificação	Qtd
MI	1072
CODEVASF	14
DNOCS	321
SUDAM	90
SUDENE	60
SUDECO	143
Total de manifestações	1700

Quadro 6.1.2 Manifestação por Área Responsável

Área Responsável - MI	
Classificação	Qtd
GABINETE	179
SECEX	55
SEDEC	442
SIH	250
SDR	112
SFRI	18
SENIR	16
Total de manifestações	1072

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 29/01/2016

Figura 5.1.6-1 Percentual de Manifestação por Ouvidoria Responsável

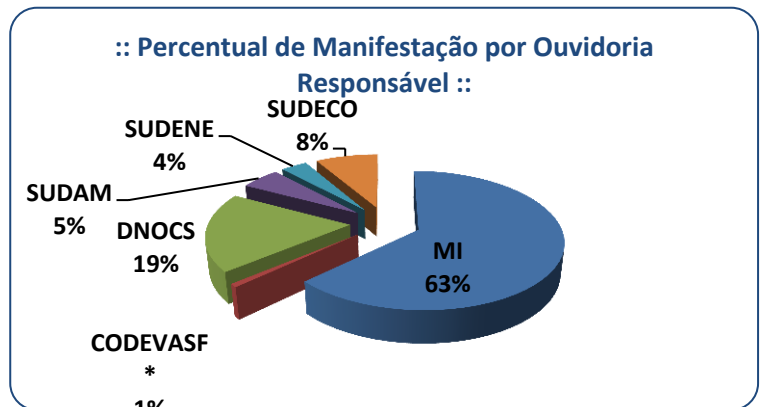
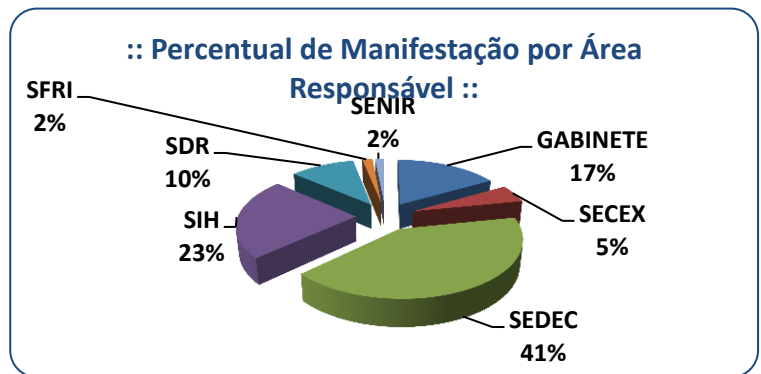


Figura 5.1.6-2 Percentual de Manifestação por Área Responsável



POR TIPOLOGIA

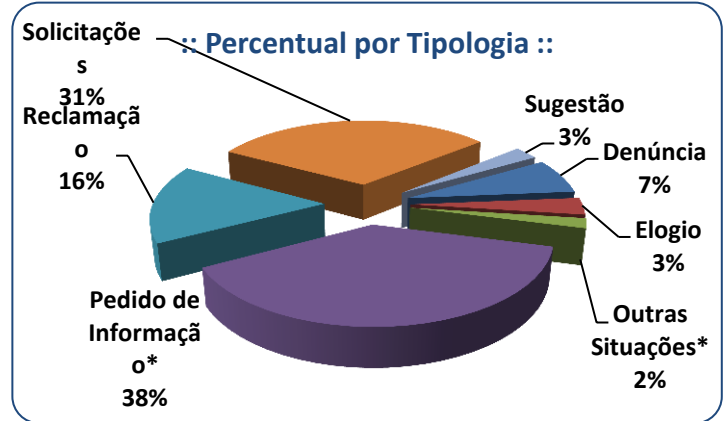
Quadro 6.1.3 Área por Tipologia

Área Tipologia	
Classificação	Qtd
Denúncia	119
Elogio	57
Outras Situações*	33
Pedido de Informação*	652
Reclamação	266
Solicitações	528
Sugestão	45
Total de manifestações	1700

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 29/01/2016

*Até março de 2015, o Ministério utilizava algumas tipologias próprias para classificar os assuntos que eram manifestados pelos cidadãos. Havia a tipologia “Pedidos de Informação” e “Outras Situações”, entretanto como estava havendo conflito com a LAI, estas nomenclaturas foram suspensas e passou-se a usar a terminologia “Solicitações”. As alterações se basearam nas novas tipologias adotadas pela IN 01/OGU/CGU, em que adaptamos as nossas estruturas para o enquadramento à Instrução Normativa

Figura 5.1.6-3 Percentual por Tipologia



6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

O Ministério não implantou o referido documento. Estuda-se a possibilidade de implanta-lo. Considerou-se o fato do Ministério não atender diretamente o cidadão, considerando as suas competências e suas ações. Porém, com a divulgação de serviços como os da Ouvidoria, pretende-se neste novo exercício verificar a necessidade e, caso exista, a criação da Carta de Serviço ao Cidadão.

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria passou a disponibilizar, ainda no exercício de 2014, um formulário eletrônico de pesquisa de satisfação. Este formulário vai anexo à mensagem de resposta ao cidadão, podendo este se manifestar ou não. Atualmente, 7,5% dos cidadãos se manifestaram na pesquisa, e o grau de satisfação está em torno de 62% satisfatório e 19% em parcialmente satisfatório. Não há a aferição conforme consta da Carta de Serviço, uma vez que não foi implantada a referida Carta.

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Incluindo a divulgação do Relatório de Gestão na página do Ministério, cabe informar que, com a padronização dos sites conforme orientação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM, o Ministério procurou manter os conteúdos já disponibilizados, abarcando os novos e distribuindo conforme orientações. Procura manter os links oficiais quando de consulta de dados para manter a coerência e transparência da informação constante dos sistemas federais, conforme alguns dos links: <http://mi.gov.br/web/guest/processo-de-contas-anuais>; <http://mi.gov.br/aceso-a-informacao>; http://mi.gov.br/despesas_sic; <http://mi.gov.br/convenios>.

6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Ouvidoria está localizada no Ed. Celso Furtado, na Quadra 906 Norte, Bloco A, que permite o acesso de pessoas com deficiências, estando as suas instalações adequadas a todos os deficientes. O site do Ministério também segue novo modelo de identidade digital padrão do governo federal, que atende às principais recomendações de acessibilidade indicadas para web.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As informações sobre demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 (item 7.7), constam em Anexos e Apêndices (item 10).

7.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10;

A Unidade Jurisdicionada adota parcialmente as medidas para adoção dos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade jurisdicionada.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a”;

As justificativas apresentadas pelo setor competente para a adoção parcial dos procedimentos são as seguintes:

- ✓ Em relação à depreciação, aplicam parcialmente a NBC T 16.9 porque tratam somente dos bens tangíveis móveis.
- ✓ Quanto à avaliação e mensuração de ativos e passivos, tratado na NBC 16.10, só realizam os procedimentos iniciais quando da compra de bens móveis tangíveis.
- ✓ A depreciação dos bens adquiridos, e também dos já existentes, está sendo realizada de acordo com as normas contidas na NBC T 16.9 e na MacroFunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN. Entretanto, por enquanto, ainda não está sendo estimado novo valor residual e nova vida útil estimada, conforme item 5 da NBC T 16.9.
- ✓ Em relação à identificação e a mensuração inicial dos bens móveis (item 35B da NBC T 16.10), este Ministério utiliza o método de custo, mais especificamente o valor inicial/aquisição atribuído na nota fiscal de compra, não obstante a NBC T 16.10 (item 35C) incentivar a reavaliação.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é a determinada pela MacroFunção 020330/STN, quando o bem ativado é adquirido novo.

Entretanto, para os bens que já foram depreciados em sua totalidade, mas continuam sendo utilizados por este Ministério, não há, ainda, como realizar a reavaliação, a identificação e a separação dos bens que ainda podem contribuir com benefícios econômicos futuros daqueles que não mais contribuem, dificultando, com isso, estimar uma nova vida útil dos bens que ainda podem gerar algum benefício econômico futuro.

d) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

Adotado o método das quotas constantes para calcular a depreciação. Quanto à amortização e a exaustão, não está sendo aplicada nessa Unidade Jurisdicionada.

e) As taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas utilizadas são as disciplinadas pela Macrofunção 020330/STN, conforme apresentado pelo setor competente, são as elencadas abaixo:

- Conta: 12311.01.01 - Aparelhos de medicao e orientacao - Vida Útil (anos): 15 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.01.02 - Aparelhos e equipamentos de comunicacao - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 20%
- Conta 12311.01.03 - Equipam/utensilios medicos, odonto, lab e hosp. - Vida Útil (anos): 15 - Valor Residual: 20%
- Conta 12311.01.04 - Aparelho e equipamento p/esportes e diversoes - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.01.05 - Equipamento de protecao, seguranca e socorro - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.01.06 - Maquinas e equipamentos industriais - Vida Útil (anos): 20 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.01.07 - Maquinas e equipamentos energeticos - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.01.08 - Maquinas e equipamentos graficos - Vida Útil (anos): 15 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.01.09 - Maquinas, ferramentas e utensilios de oficina - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.01.18 - Equipamentos de manobras e patrulhamento - Vida Útil (anos): 20 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.01.21 - Equipamentos hidraulicos e eletricos - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.01.25 - Maquinas, utensilios e equipamentos diversos - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.02.01 - Equipamentos de processamento de dados - Vida Útil (anos): 5 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.03.01 - Aparelhos e utensilios domesticos - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.03.02 - Maquinas e utensilios de escritorio - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.03.03 - Mobiliario em geral - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.04.02 - Colecoes e materiais bibliograficos - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 0%
- Conta 12311.04.05 - Equipamentos para audio, video e foto - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.05.03 - Veiculos de tracao mecanica - Vida Útil (anos): 15 - Valor Residual: 10%
- Conta 12311.99.09 - Pecas nao incorporaveis a imoveis - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido:

Está em fase de implantação pela UJ.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

Em virtude da adoção parcial dos critérios dos normativos, foi observado que, no exercício de 2015, houve um impacto da depreciação, no percentual de 1,45% sobre as Variações Patrimoniais Diminutivas, relativo aos bens que estão sendo depreciados.

Observa-se que diante da não realização da reavaliação, ou *imparment*, conforme a NBCT 16.10, o Ativo e a Variação Patrimonial Diminutiva da unidade não refletem adequadamente o valor econômico e a depreciação dos bens móveis.

O setor competente alega que vem trabalhando no intuito de corrigir esta impropriedade.

7.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Quanto à sistemática de apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas, nessa UJ/MI não há estrutura física da Setorial de Custos, nem responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de informações de Custos-SIC, conforme determinação constante na Portaria STN 157, de 09 de março de 2011 e Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1. Gestão de Pessoas

8.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 8.1.1 Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		215	17	23
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		215	17	23
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		157	1	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		31	8	12
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		27	8	1
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		61	16	19
4. Total de Servidores (1+2+3)		276	33	42

Quadro 8.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	215	0
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	215	0
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	157	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	31	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	27	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	61	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	276	0

Quadro 8.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação	Ingressos	Egressos
--	---------	-----------	----------

	Autorizada	Efetiva	no Exercício	no Exercício
1. Cargos em Comissão	151	145	52	31
1.1. Cargos Natureza Especial		1	1	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		144	51	31
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		39	12	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		23	11	9
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		21	8	1
1.2.4. Sem Vínculo		61	20	19
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	15	12	0	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		12	0	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	166	157	52	32

Fonte: SIAPE extração DW

8.1.1.1. Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

a) Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade:

Quadro 8.1.4 Qualificação da força de trabalho

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDORES
1o gr inc - 5a a 8a ser inc	1
1o gr compl - 8a ser compl	5
2o gr compl ou tec profiss	69
Superior incompleto	3
Sup compl ou hab legal eqv	197
Mestrado	1
Total	276

Fonte: SIAPE extração DW

Quadro 8.1.5 Faixa etária da força de trabalho

FAIXA ETÁRIA 3	QTDE VINC SERV
Ate 30 anos	60

31 a 40 anos	117
41 a 50 anos	52
51 a 60 anos	36
Acima de 60 anos	11
Total	276

Fonte: SIAPE extração DW

Servidor do Quadro de Pessoal do MI em exercício na UPC que já preencheu os requisitos de aposentadoria, recebendo inclusive o abono de permanência

Quadro 8.1.6 Quadro de Pessoal do MI em exercício na UPC que já preencheu os requisitos de aposentadoria, recebendo inclusive o abono de permanência

NOME SERVIDOR	CARGO	NOME UORG	IDA DE	TEMPO SERV APOS	NÍVEL FUNÇÃO
JOAO OLIVEIRA DE JESUS	AGENTE DE PORTARIA	ASSESSORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA	59	38 anos	FGR-0001
NADIA COELHO SANTIAGO GONCALVES	TELEFONISTA	COORDENACAO-GERAL DE EXEC ORC E FINANC	53	33 anos	FGR-0001

Fonte: SIAPE extração DW

b) Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada:

I) no âmbito do Poder Executivo Federal, os órgãos da administração direta e indireta, cuja despesa com pessoal é custeada com recursos do Orçamento Geral de União, tem o cadastro e a folha de pagamento de seus servidores ativos, aposentados e pensionistas administradas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), cujo gerenciamento encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SGPRT/MP);

II) o SIAPE restringe e não permite a ocorrência de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, desde que se trate de cargos ocupados na sua área de abrangência;

III) no caso de novas nomeações para cargos de provimento em caráter efetivo e/ou em comissão, previamente à posse no cargo público, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) solicita ao empossando que apresente declaração informando que a referida posse não incorrerá em acumulação indevida de cargo público.

8.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 8.1.7 Despesas do Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	R\$ 400.846,00	R\$ 0,00	R\$ 26.723,00	R\$ 8.907,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 453.976,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 222.729,84	R\$ 18.560,82	R\$ 0,00	R\$ 65.225,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 306.515,90
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2014	R\$ 4.044.621,00	R\$ 6.978.135,00	R\$ 943.358,00	R\$ 309.757,00	R\$ 957.218,00	R\$ 252.303,00	R\$ 60.068,00	R\$ 185,00	R\$ 15.487,00	R\$ 13.561.132,00
	2015	R\$ 9.026.409,67	R\$ 1.038.150,37	R\$ 1.074.408,84	R\$ 373.222,85	R\$ 1.034.415,14	R\$ 372.268,47	R\$ 1.670.802,58	R\$ 2.557,51	R\$ 62.946,23	R\$ 14.655.181,66
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2014	R\$ 14.161,00	R\$ 2.141.033,00	R\$ 192.431,00	R\$ 57.897,00	R\$ 4.476,00	R\$ 4.311,00	R\$ 43.164,00	R\$ 1.836,00	R\$ 0,00	R\$ 2.459.309,00
	2015	R\$ 7.437.656,96	R\$ 1.669.018,30	R\$ 186.434,43	R\$ 73.769,36	R\$ 28.878,76	R\$ 2.642,67	R\$ 248.767,82	R\$ 3.722,52	R\$ 0,00	R\$ 9.650.890,82
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	R\$ 20.287,00	R\$ 3.120.021,00	R\$ 261.486,00	R\$ 81.259,00	R\$ 318.790,00	R\$ 58.760,00	R\$ 47.283,00	R\$ 4.736,00	R\$ 0,00	R\$ 3.912.622,00

											0
	2015	R\$ 757,54	R\$ 3.173.462,46	R\$ 266.241,68	R\$ 100.149,69	R\$ 357.340,90	R\$ 201.406,77	R\$ 86.411,79		R\$ 0,00	R\$ 4.185.770,83
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	R\$ 1.982.313,00	R\$ 1.477.458,00	R\$ 237.232,00	R\$ 89.302,00	R\$ 428.592,00	R\$ 55.137,00	R\$ 271,00	R\$ 0,00	R\$ 1.736,00	R\$ 4.272.041,00
	2015	R\$ 2.202.522,21		R\$ 186.075,16	R\$ 59.133,19	R\$ 211.579,70	R\$ 57.102,38	-R\$ 62,25	R\$ 749,40	R\$ 0,00	R\$ 2.717.099,79
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	R\$ 18.711,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 827,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.538,00
	2015								R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIAPE extração DW

8.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

a) Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim:

I) o MI precisa contar com uma força de trabalho ampla e capacitada para que possa realizar as atribuições a ele cometidas. No entanto, atualmente o seu Quadro de Pessoal é extremamente preocupante devido ao déficit de servidores que saíram em função de posse em outro cargo público inacumulável, exoneração, aposentadoria e falecimento, conforme pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 8.1.8 Quantitativo de servidores

	Quantitativo de servidores no órgão	Quantitativo de servidores que saíram do órgão
2013	531	63
2014	515	78
2015	442	39

II) ao longo da história, o MI valeu-se de medidas paliativas para compor sua força de trabalho, como a cessão de servidores de outros órgãos públicos; empregados terceirizados; nomeações de pessoas sem vínculo efetivo com a Administração Pública para a ocupação de cargos em comissão; contratações temporárias de pessoal sob o amparo da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e servidores cujos cargos foram

III) desde a sua criação, o MI foi autorizado a realizar seis concursos públicos, no entanto, todos esses certames tiveram como objetivo selecionar candidatos para substituir os prestadores de serviços que executavam atividades não previstas no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, com exceção do concurso autorizado para lotação obrigatória no Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (CENAD/SEDEC), o que não altera a realidade de escassez de mão de obra enfrentada pelo Órgão como um todo;

IV) o último concurso público realizado pelo MI, regido pelo Edital nº 1 – MI, de 21 de março de 2013, cujo prazo de validade expirou-se no dia 31 de julho de 2015, disponibilizou 122 (cento e vinte e duas) vagas, distribuídas entre cargos de nível superior e médio e englobando candidatos de ampla concorrência e portadores de necessidades especiais, para substituição de 135 (cento e trinta e cinco) postos de trabalho terceirizados. Contudo, as nomeações realizadas se demonstraram insuficientes para suprir a necessidade de força de trabalho desta Pasta. Devido à alta rotatividade do Quadro de Pessoal, todos os candidatos aprovados dentro da lista de homologados foram

convocados, com exceção do cargo de Engenheiro que, apesar de ter preenchido todas as vagas restaram somente 11 candidatos homologados;

V) importante frisar que a alta evasão de servidores concursados tem colocado em risco o adequado funcionamento deste Ministério. Somando-se a isso, em 2015, 34 (trinta e quatro) servidores já adquiriram as condições necessárias para pleitearem a aposentadoria;

VI) em março de 2015 foi realizado levantamento prévio da necessidade do quantitativo emergencial de pessoal necessário para o fortalecimento da capacidade operacional, melhoria das condições de funcionamento e recomposição urgente do corpo funcional desta Pasta, tendo em vista que o atual quantitativo de servidores é insuficiente para permitir com que o MI atenda as demandas inerentes à sua competência de forma eficiente, eficaz e efetiva;

VII) o resultado de tal levantamento resultou no Ofício nº 162/2015/SECEX/MI, de 29 de maio de 2015, no qual este Ministério solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorização para a realização de novo concurso público para suprir a carência das áreas nas quais este Ministério possui maior déficit de pessoal;

VIII) tal solicitação visava, ainda, além de evitar um colapso no desempenho das atribuições incumbentes a este Ministério, prevenir a continuidade na prestação de serviços imprescindíveis, cuja redução já vem acarretando severos impactos para o desempenho das atividades da Pasta, havendo hoje setores importantes quase impossibilitados de exercer suas atribuições por falta de pessoal;

IX) foi solicitado autorização para a realização de concurso público, para o exercício de 2016, com vistas ao provimento de 220 vagas, a saber:

Quadro 8.1.9 Solicitação de autorização de concurso

CARGO	QUANTITATIVO
Administrador	12
Analista Técnico-Administrativo	54
Arquivista	01
Assistente Social	03
Assistente Técnico-Administrativo	48
Bibliotecário	01
Economista	24
Engenheiro	02

Engenheiro Civil*	56
Engenheiro Florestal	02
Geólogo	02
Geógrafo	01
Médico	01
Meteorologista	01
TOTAL	220

X) outrossim, tal pleito não obteve sucesso, pois o MP o restituiu ao MI pelo Ofício SEI nº 11326/2015, de 15 de dezembro de 2015, informando que a solicitação de concurso público para 2016 não foi contemplada na proposta orçamentária anual de 2016;

XI) é salutar esclarecer, ainda, que, após estudos, a SEDEC, visando garantir uma efetiva prestação das ações sociais de competência do MI, em novembro de 2015, elaborou Nota Técnica solicitando ao MP a inclusão do MI no rol dos órgãos beneficiados de ter em seus quadros servidores da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, de que trata o Decreto nº 7.191, de 31 de maio de 2010, para que, assim, 60 Analistas Técnicos em Políticas Sociais (ATPS) possam ter o exercício nesta Pasta;

XII) pelo exposto, verificamos que estudos e esforços têm sido empreendidos para alocar pessoas nas unidades, especialmente na atividade fim, entretanto, as dificuldades determinadas pela constante evasão de servidores, somada a falta de autorização para realização de concurso público para suprir a carência de pessoal, comprometem o cumprimento da missão institucional do MI, bem como a distribuição equânime do pessoal no âmbito das unidades.

b) Política de capacitação e treinamento do pessoal:

I) o Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (PCDRH) foi instituído pela Norma Operacional MI/SECEX nº 02, de 30/02/2010, que dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal no âmbito do MI, em observância ao disposto na Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e no Decreto nº 5.707, de 23/02/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

II) atendendo ao disposto no Capítulo IV da referida Norma Operacional, a CGGP, no exercício de 2015, utilizou o Plano Anual de Capacitação (PAC) como instrumento de planejamento das iniciativas de qualificação e requalificação dos servidores para o

desenvolvimento das competências individuais e institucionais, como também, a melhoria dos processos diários no ambiente de trabalho;

III) o Plano é um importante norteador para os dirigentes, servidores e para a própria CGGP, uma vez que diagnostica as competências que precisam ser desenvolvidas, e estabelece os meios disponíveis, os prazos, os recursos e as condições para o desenvolvimento dessas competências;

IV) os eventos disponíveis no Plano destinam-se aos servidores efetivos, inclusive àqueles em exercício no MI na condição de cedidos ou em exercício descentralizado, aos ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e contratados temporariamente sob o amparo da Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993;

V) foram considerados como insumos para a elaboração do PAC o Levantamento das Necessidades de Capacitação (LNC) e as necessidades de cursos apontados pelas unidades do MI;

VI) cumprindo o disposto no Decreto nº 5.707 de 2006, o PAC tem as suas ações de qualificação e de requalificação direcionadas para o desenvolvimento e aprimoramento contínuo dos servidores que integram a força de trabalho do Órgão;

VII) o planejamento contido neste instrumento coaduna com o mapa estratégico do Órgão, que estabelece o Desenvolvimento de uma Gestão Eficiente, Eficaz e Efetiva por meio da valorização e da profissionalização permanente dos servidores;

VIII) o PAC visa promover por meios adequados, o aprimoramento das competências do indivíduo em nível gerencial, técnico e comportamental, contribuindo, assim, para o alcance da missão institucional do Órgão;

IX) em termos quantitativos, no ano de 2015, os servidores do MI participaram de 77 (setenta e sete) eventos de capacitação, sendo que 834 (oitocentas e trinta e quatro) vagas, com recursos da Ação 2000 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação), documentos da Necessidade PO 001, e 47 (quarenta e sete), em eventos gratuitos. Houve ainda, a participação de 19 (dezenove) servidores em 6 (seis) cursos de pós-graduação custeados pelo MI;

X) no intuito de qualificar e valorizar o servidor, foi dada continuidade ao Programa de Incentivo à Graduação (PIG), que visa à concessão de três bolsas-incentivo à graduação, por semestre, aos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MI ocupantes de cargos de nível intermediário. Desse modo, foram concedidas 5 (cinco) bolsas, em 2 (dois) cursos de Graduação, com ônus para a Pasta;

XI) além de atender às demandas individuais dos servidores por eventos externos, desde que alinhadas às atividades desempenhadas, a CGGP organizou turmas fechadas, com profissionais com qualificação direcionada especialmente para a competência específica da área. Nesses moldes, foi empenhado o valor de R\$ 535.562,76 (quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos) na Ação 2000, PO 001 (Qualificação e Requalificação de Servidores Públicos);

XII) hoje o elevado índice de *turnover* tem se apresentado como um dos fatores de risco da política de capacitação e treinamento do Ministério. Esta Pasta apresenta uma alta rotatividade de servidores e essa dificuldade de continuidade de sua força de trabalho acaba comprometendo o retorno do investimento em eventos de capacitação e treinamento de pessoal.

8.1.4. Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal

I) A Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturados da Administração Pública Federal (GSISTE) é devida somente aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, em efetivo exercício nos órgãos setoriais dos sistemas estruturados a partir do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967. O MI visando regularizar as concessões da GSISTE publicou a Portaria MI nº 93, de 23 de fevereiro de 2012, que estabelece critérios legais para sua concessão. Os órgãos setoriais dos sistemas estruturados são:

- a) de Planejamento e de Orçamento Federal (SPO);
- b) de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC);

- c) de Serviços Gerais (SISG);
- d) de Contabilidade Federal (SCF); e
- e) de Administração Financeira Federal (SAFF).

II) Quadro Demonstrativo da distribuição da GSISTE no MI:

Quadro 8.1.10 Demonstrativo de GSISTE Distribuídas para o MI

UNIDADE	SISTEMA/ MACROPROCESSO	NÍVEL	SUBTOTAL	TOTAL GERAL
Coordenação Geral de Suporte Logístico (CGSL)	SISG	NS	28	43
		NM	10	
		NA	5	
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)	SIPEC	NS	11	17
		NM	4	
		NA	2	
Coordenação Geral de Orçamento (CGOR) e Coordenação Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão (CGPM)	SPO	NS	3	4
		NA	1	
Coordenação de Contabilidade (CCONT)	SCF/MPAAC	NS	3	9
	SCF/MPAAC	NM	1	
	SCF/MPANC	NS	1	
	SCF/MPANC	NM	1	
	SCF/MPCON	NS	1	
	SCF/MPEOF	NA	2	
Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira (CGEOF)	MPEOF	NS	3	6
		NA	3	

CGOR	SAFF/MPPFS	NS	3	5
		NA	2	
		NM	5	
TOTAL GERAL				84

III) Quadro de Distribuição das GSISTE aos servidores em efetivo exercício nas Unidades dos Sistemas Estruturantes:

Quadro 8.1.11 Quadro De Distribuição Nominal de GSISTE no MI

SISTEMA DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO FEDERAL - SPO			
CGOR e CGPM			
	GSISTE Nível Superior	SPO	Luciene Aparecida Monteiro
	GSISTE Nível Superior	SPO	Marcela Afonso de Oliveira Silva
	GSISTE Nível Superior	SPO	Igor Henrique Mendes
	GSISTE Nível Auxiliar	SPO	Vago
SISTEMA DE CONTABILIDADE FEDERAL			
CCONT			
	GSISTE Nível Superior	MPAAC	Marcelo Jesuíno da Costa
	GSISTE Nível Superior	MPAAC	Francisco Wagner Araújo Almeida (GSISTE descentralizada para o DNOCS pelas Portarias MI n°s 819 e 820, de 15.12.10)
	GSISTE Nível Superior	MPAAC	Leonízia Virgolino Ramos
	GSISTE Nível Médio	MPAAC	Rômulo de Souza Monteiro
	GSISTE Nível Superior	MPANC	Cassiane Maria Gonçalves Seixas
	GSISTE Nível Médio	MPANC	Kleiber Barros Anunciação
	GSISTE Nível Superior	MPCON	Izabel Gomes da Silva
	GSISTE Nível Superior	MPCON	Vanila Oliveira de Carvalho

	GSISTE Nível Auxiliar	MPEOF	Vago
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL			
CGOR			
	GSISTE Nível Superior	MPPFS	Moara Pedrosa Braga
	GSISTE Nível Superior	MPPFS	Elcio Dias dos Santos
	GSISTE Nível Superior	MPPFS	Rúbia Acácia Cavalcante Pereira
	GSISTE Nível Auxiliar	MPPFS	Vago
	GSISTE Nível Auxiliar	MPPFS	Vago
CGEOF			
	GSISTE Nível Superior	MPEOF	Laércio Antonio do Rio Sagrilo
	GSISTE Nível Superior	MPEOF	Fillipe Yossef Saad Sobrinho
	GSISTE Nível Superior	MPEOF	André Vinícius Vieira de Santana Alves
	GSISTE Nível Auxiliar	MPEOF	Vago
	GSISTE Nível Auxiliar	MPEOF	Vago
	GSISTE Nível Auxiliar	MPEOF	Vago
SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL			
	GSISTE Nível Superior	SIPEC	Gabriela de Souza Mesquita
	GSISTE Nível Superior	SIPEC	Juliana Durães Barbosa
	GSISTE Nível Superior	SIPEC	Tatiana Guimarães Ikawa
	GSISTE Nível Superior	SIPEC	Luciana Miranda Fonteles
	GSISTE Nível Superior	SIPEC	Brenna Karen de Oliveira
	GSISTE Nível Superior	SIPEC	Kathyanne dos Santos Costa Rodrigues
	GSISTE Nível Superior	SIPEC	William Hudson Neres Lopes
	GSISTE Nível Superior	SIPEC	Fernanda de Andrade Novaes
	GSISTE Nível Superior	SIPEC	Vanessa Rosane Ribeiro Lima
	GSISTE Nível Superior	SIPEC	Rosa Daiane Borges Silva Cordeiro

	GSISTE Nível Superior	SIPEC	GSISTE descentralizada para a SUDECO pela Portaria MI nº 93, de 23.02.12
	GSISTE Nível Médio	SIPEC	Rayanne Gonçalves Melo
	GSISTE Nível Médio	SIPEC	Luiz Cláudio Pereira Santos
	GSISTE Nível Médio	SIPEC	Maria dos Prazeres da Conceição
	GSISTE Nível Médio	SIPEC	Andresa Valéria Santos Lima Melo
	GSISTE Nível Auxiliar	SIPEC	Vago
	GSISTE Nível Auxiliar	SIPEC	Vago
SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS			
CGSL			
	GSISTE Nível Superior	SISG	Jair Gonçalves Ferreira
	GSISTE Nível Superior	SISG	Isabela Gomes Gebrim
	GSISTE Nível Superior	SISG	Geraldo Antonio de Oliveira
	GSISTE Nível Superior	SISG	Hudson Andrade Pereira
	GSISTE Nível Superior	SISG	Debora Paes Wittemberg
	GSISTE Nível Superior	SISG	Vago
	GSISTE Nível Superior	SISG	Fabiana Fernandes de Almeida
	GSISTE Nível Superior	SISG	Cleidiane Maria dos Santos
	GSISTE Nível Superior	SISG	Hércules Porto de Souza
	GSISTE Nível Superior	SISG	Luiz Carlos Chagas Felipe
	GSISTE Nível Superior	SISG	Marcella Guedes Liu
	GSISTE Nível Superior	SISG	Paulo Sérgio Coelho de Sá
	GSISTE Nível Superior	SISG	Carolina Assunção Brozzon
	GSISTE Nível Superior	SISG	Rosilene Vaz Cavancanti
	GSISTE Nível Superior	SISG	Juliana Fernandes da Silva
	GSISTE Nível Superior	SISG	Lilian Morgana da Silva Santos

	GSISTE Nível Superior	SISG	Marcelo Ferreira Guerra
	GSISTE Nível Superior	SISG	Vago
	GSISTE Nível Superior	SISG	Daniela Monteiro Rodrigues de Lima
	GSISTE Nível Superior	SISG	Natália Ramalho Greve
	GSISTE Nível Superior	SISG	Elaine dos Santos Queiroga
	GSISTE Nível Superior	SISG	Nathália Campos Alcântara de Araújo
	GSISTE Nível Superior	SISG	Leandro Correa de Moraes
	GSISTE Nível Superior	SISG	Gizelma de Souza Maranhão
	GSISTE Nível Superior	SISG	Salém Gusmão Santoucy
	GSISTE Nível Superior	SISG	Vago
	GSISTE Nível Superior	SISG	Felipe Alberto Silva de Souza (GSISTE descentralizada para a SUDECO pela Portaria MI nº 93, de 23.02.12)
	GSISTE Nível Superior	SISG	Sandro Carneiro de Almeida (GSISTE descentralizada para a SUDECO pela Portaria MI nº 93, de 23.02.12)
	GSISTE Nível Médio	SISG	Cássio Tadeu Maciel
	GSISTE Nível Médio	SISG	Miriam Lima dos Santos
	GSISTE Nível Médio	SISG	Liliam Batista
	GSISTE Nível Médio	SISG	Jaylson Cirqueira Costa
	GSISTE Nível Médio	SISG	Elizamar Urbano da Silva
	GSISTE Nível Médio	SISG	Katheelen Cardoso de Carvalho
	GSISTE Nível Médio	SISG	Tânia Marques Cavalcante
	GSISTE Nível Médio	SISG	Paulo José de Sousa Vasconcelos
	GSISTE Nível Médio	SISG	Isac dos Santos Rodrigues
	GSISTE Nível Médio	SISG	Jadir da Costa Tavares
	GSISTE Nível Auxiliar	SISG	Vago

	GSISTE Nível Auxiliar	SISG	Vago
	GSISTE Nível Auxiliar	SISG	Vago
	GSISTE Nível Auxiliar	SISG	Vago
	GSISTE Nível Auxiliar	SISG	Vago

IV) considerando que o Quadro de Pessoal do MI não há servidor efetivo de cargo de nível auxiliar, as GSISTE de nível auxiliar encontram-se vagas.

8.1.5 – Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal

I) No mês de dezembro de 2015, 29,99% (vinte e nove inteiros e noventa e nove décimos por cento) da força de trabalho do MI era constituída por servidores pertencentes a carreiras descentralizadas da Administração Pública e de servidores vinculados a outros órgãos da esfera federal e de outros entes federativos. Tal força é indispensável para o cumprimento da missão institucional da Pasta. Para tanto, o MI investe no aperfeiçoamento/capacitação dos servidores integrantes dessa força, capacitando-os em suas áreas de atuação. Mas, infelizmente, em muitos casos, o servidor acaba retornando ao seu órgão de origem sem que ocorra a transmissão do conhecimento.

II) O quadro abaixo demonstra o quantitativo de servidores que integrava o MI nos meses de dezembro dos exercícios de 2010 a 2015:

Quadro 8.1.12 Quantitativo de servidores que integrava o MI nos meses de dezembro dos exercícios de 2010 a 2015

Tipo de vínculo com o MI	Quantitativo físico no final do mês					
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15
Ativo Permanente (sem os cedidos)	455	429	359	450	405	360
Cedido ao MI	79	77	72	71	62	63
Cargo em comissão sem vínculo efetivo	153	131	133	132	127	126
Ativo Permanente cedido para outros órgãos, incluindo os anistiados	17	37	48	37	43	95
Contrato Temporário	31	25	21	10	0	0
Exercente de Carreira Descentralizada	94	104	173	162	157	146
Total	829	803	806	862	794	790

III) Do referido quadro, observa-se que não houve uma variação muito grande no total. Mas, cabe ressaltar que, considerando a força de trabalho do MI, constituída por servidores ativo permanente, cedidos ao MI, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo e exercentes de carreira descentralizada, quando comparados os quantitativos de servidores que integravam esses vínculos nos meses de dezembro de 2014 com dezembro de 2015, constata-se uma redução de 56 (cinquenta e seis) servidores, ou seja, uma perda no percentual de 7,46% (sete inteiros e quarenta e seis centésimos por cento).

IV) É importante esclarecer que a evolução ocorrida no quantitativo físico de servidores do vínculo “*Ativo Permanente cedido para outros órgãos, incluindo os anistiados*” constatada no mês de dezembro de 2010, cujo quantitativo era de 43 (quarenta e três) e passou para 95 (noventa e cinco) em dezembro de 2015, foi ocasionada pelo retorno à atividade de servidores anistiados ao Quadro de Pessoal Permanente do Ministério. Entretanto, esses anistiados, ex servidores do quadro de pessoal do extinto Ministério do Interior, em virtude de residirem em diversas municípios do País onde o MI não possui unidade, tiveram o exercício autorizado em outros órgãos federais.

V) Destaca-se ainda, que a restrição quanto a realização de novos concursos públicos pode trazer dificuldades ao MI de cumprir com as suas atribuições legais.

8.1.5. Controles internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes

Este tópico está sendo tratado como “Estagiários”.

8.1.6. Estagiários

Quadro 8.1.13 Quadro de estagiários da UPC

TRIMESTRE	ESTAGIARIOS/TRIMESTRE	DESPESA/MÊS
1º trim 2015	28	R\$ 18.389,34
2º trim 2015	26	R\$ 16.480,01
3º trim 2015	29	R\$ 16.228,58
4º trim 2015	32	R\$ 18.970,68
TOTAL DESPESA		R\$ 70.068,61

D) O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes, e ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. O

Programa de Estágio no âmbito deste Ministério foi instituído pela Portaria MI nº 267, de 15 de maio de 2012, publicada no Boletim Interno nº 5.4, de 30 de maio de 2012, e é destinado aos estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino superior devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação. O Programa aceita estudantes para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, da modalidade, da área de ensino, e do projeto pedagógico do curso em que o aluno encontra-se matriculado.

II) O Programa de Estágio seleciona estudantes de cursos cujas áreas estejam relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo Órgão, constantes das seguintes áreas do conhecimento: engenharias (civil, elétrica, mecânica, ambiental, dentre outras), computação, administração, direito, secretariado-executivo, arquivologia, biblioteconomia, geografia, contabilidade ou outras áreas correlacionadas com as atividades fins deste Ministério.

III) Para intermediar a relação Órgão, Estudante e Instituição de Ensino, o MI vale-se dos serviços de um Agente de Integração. Para tanto, foi celebrado o Contrato Administrativo nº 107/2013-MI com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), cujo objeto é a contratação máxima de 60 (sessenta) estagiários de nível superior. Após Aditivo, teve a sua vigência prorrogada até o dia 31 de março de 2016.

IV) Ademais, foi iniciado o processo de licitação para contratação de Pessoa Jurídica, pública ou privada, visando dar continuidade à prestação de serviços de Agente de Integração, possibilitando o agenciamento de estudantes de nível superior e de nível médio, para preenchimento de vagas de estágio, conforme estabelece a Orientação Normativa MP/SEGEP nº 04, de 04 de julho de 2014, cujo objeto é a contratação de até 138 (cento e trinta e oito) estagiários, observando a existência de recursos orçamentários, podendo ser 93 (noventa e três) de nível superior e 45 (quarenta e cinco) de nível médio, sendo 10% (dez por cento) dessas vagas reservadas para estudantes portadores de deficiência.

V) A distribuição de estudantes em 2015 consta foi a seguinte:

Quadro 8.1.14 Distribuição de estudantes em 2015

Mês	Nº de estagiários ativos (último dia) Área Meio	Nº de estagiários ativos (último dia) Área Fim	Nº de estagiários ativos (último dia)
JANEIRO	8	26	34

FEVEREIRO	8	27	35
MARÇO	7	24	31
ABRIL	7	27	34
MAIO	10	28	38
JUNHO	7	24	31
JULHO	5	22	27
AGOSTO	6	26	32
SETEMBRO	9	30	39
OUTUBRO	10	30	40
NOVEMBRO	9	29	38
DEZEMBRO	6	27	33

VI) a CGGP está elaborando minuta de portaria que institui o Programa e Estágio Curricular no âmbito do Ministério, atendendo às recomendações da Orientação Normativa MP/SEGEP nº 04, de 04 de julho de 2014, que visa esclarecer o funcionamento do programa de estágio curricular, os critérios de participação, os requisitos, a disponibilização de vagas, procedimentos de seleção, carga horária, frequência, recesso, duração e programação do estágio, desligamento, formalidades e ingresso dos estudantes bem como os deveres dos estudantes, agente de integração e instituição de ensino.

VII) Percebe-se que um fator de risco ao programa de estágio é o elevado índice de *turnover* no Programa, tendo como impulsionador o valor defasado da bolsa estágio e do auxílio transporte, reclamação recorrente dos estudantes, que informam que os valores recebidos não são suficientes para custear os valores despendidos com passagens que tiveram seus valores substancialmente elevados no último ano. Outro agravante é a competitividade existente entre os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo em vista que o valor da bolsa-estágio do Poder Executivo é inferior aos dos demais poderes, o que dificulta a seleção de estudantes

Quadro 8.1.15 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Ministério da Integração Nacional						
UG/Gestão: 530001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de vigilância armada, vigilância desarmada e de encarregado, mediante postos de trabalho, pelo período de 12(doze) meses, para o Edifício localizado na SGAN 906, módulo “F”, Bloco “A”.	Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. CNPJ: 31.546.484/0001-00	25.04.2012	24.04.2016	Fundamental Completo	P
2012	Prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil, constituída por 4 (quatro) postos de bombeiro civil, com o fornecimento dos respectivos equipamentos de proteção individual e de material de primeiros socorros, para atuação nas dependências do Ministério da Integração.	Capital Service – Serviços Profissionais Ltda. – ME CNPJ: 08.414.767/0001-79	11.07.2012	10.07.2016	Médio Completo	P
2012	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e serviços eventuais, com fornecimento de mão de obra, material, peças e componentes de reposição, dos equipamentos e das instalações prediais elétricas(incluindo grupo gerador, estabilizadores e no-breaks), hidrossanitárias, de prevenção conta e combate a incêndio, contra descargas atmosféricas, de ar condicionado, de áudio, cabeamentos diversos (inclusive cabeamento estruturado), estrutura metálica, serviços de manutenção em obras civis, serralheria, soldagem, esquadrias, marcenaria e gesso do CONTRATANTE bem como	Almeida França Engenharia Ltda. CNPJ: 24.784.167/0002-30	20.04.2012	19.04.2016	Engenheiro Eletricista e Técnico em Edificações – Superior Completo Pedreiro e Marceneiro – Fundamental Completo Técnico em Edificações, Técnico Plantonista, Auxiliar de Serviços Gerais, Técnico Mecânico em Refrigeração, Eletrotécnico, Técnico Eletro Eletrônico, Projetista,	P

	de suas dependências.				Eletricista Predial, Almojarife, Bombeiro Hidráulico, Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais – Médio Completo	
2013	Prestação de serviços técnicos profissionais, envolvendo as atividades de condução de veículos, para o atendimento das necessidades do Ministério da Integração Nacional, em Brasília-DF.	Projebel Serviços Comércio Ltda. CNPJ: 02.295.753/0001-05	1º.11.2 013	30.10.2 016	Médio Completo	P
2014	Prestação de serviços, de forma contínua, de copeiragem, garçom e carregador, para atendimento das necessidades das unidades da CONRATANTE, em Brasília/DF.	Visão Administração e Construção Ltda. CNPJ: 01.708.458/0001-62	17.04.2 014	16.04.2 016	Copeiras, Garçons e Carregadores – Fundamental Completo Encarregados – Médio Completo	P
2014	Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, materiais e equipamentos, para atender as necessidades do Ministério da Integração Nacional em Brasília/DF, de acordo com as atribuições especificadas no Contrato.	Visão Administração e Construção Ltda. CNPJ: 01.708.458/0001-62	1º.07.2 014	30.06.2 016	Serventes – Fundamental Completo Encarregados – Médio Completo	P
2014	Prestação de serviços de secretariado, a serem prestados às unidades da CONRATANTE localizadas em Brasília-DF, Belém-PA, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ e Porto Alegre-RS, conforme quantitativos e especificações estabelecidos no Edital.	Brasfort Administração e Serviços Ltda. CNPJ: 36.770.857/0001-38	15.07.2 014	14.07.2 016	Técnico em Secretariado – Médio Completo Secretária Executiva – Superior Completo	P
2014	Prestação de serviços de auxiliar administrativo para atender as necessidades das unidades da estrutura básica da CONRATANTE, sediadas em Brasília-DF, de acordo com os quantitativos, qualificações e atribuições especificadas.	Apecê – Serviços Gerais Ltda. CNPJ: 00.087.163/0001-53	29.09.2 014	28.09.2 016	Médio Completo	P
2015	Prestação de serviços técnicos profissionais, envolvendo as	Utopia Consultoria e	05.05.2 015	04.05.2 016	Médio Completo	A

	atividades de recepcionistas, para o atendimento das necessidades da CONTRATANTE, em suas dependências situadas em Brasília-DF.	Assessoria Ltda. CNPJ: 04.281.586/0001-60				
--	---	---	--	--	--	--

Fonte: CSG/CGSL/DGI/SE

8.1.7. Contratação temporária

O MI, no exercício de 2015, não procedeu qualquer contratação de profissionais enquadrados nessa situação, e, no final do mesmo exercício, já não contava mais com contratados temporários, em função da expiração do prazo previsto em seus contratos.

8.1.8. Registros de Admissão, de Desligamento, de Cancelamento de Desligamento, e de Aposentadoria

De acordo com a Instrução Normativa TCU 55/2007, a autoridade administrativa responsável por ato de admissão ou de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão submeterá ao Tribunal, para fins de registro, por intermédio do respectivo órgão de controle interno, na forma definida em manual de instrução e com base na tabela de fundamentos legais do Sisac, informações relativas aos seguintes atos: admissão de pessoal; concessão de aposentadoria; concessão de pensão civil; concessão de pensão especial a ex-combatente; concessão de reforma; concessão de pensão militar; alteração do fundamento legal de ato concessório.

O registro no Sisac cumpre a exigência de comunicação dos atos para apreciação do Tribunal de Contas da União para fins de registro, conforme estabelece o inciso III do art. 71 da Constituição Federal.

No exercício de 2015 esta CGGP lançou no Sisac os registros de Admissão, de Desligamento, de Cancelamento de Desligamento, e de Aposentadoria das seguintes pessoas:

Quadro 8.1.16 Registros de Admissão, de Desligamento, de Cancelamento de Desligamento, e de Aposentadoria

ADÃO GONÇALVES DOS SANTOS	076.379.771-53	Aposentadoria	10715541-04-2015-000005-0	Controle Interno - Aguardando Parecer	20/08/2015
ADRIANA SOUZA TOLEDO	070.527.117-02	Desligamento	10715541-02-2015-000013-2	TCU - Em Andamento	01/06/2015
ADRIENE CAROLINA PINTO MARTINS	023.225.071-56	Desligamento	10715541-02-2015-000018-3	TCU - Em Andamento	29/07/2015
ALEX LUIZ DIAS	702.546.481-34	Admissão	10715541-01-2015-000003-6	TCU - Julgado	03/03/2015
ALEXANDRE CARRADORE HENRIQUE SILVA	029.359.651-40	Desligamento	10715541-02-2015-000003-5	TCU - Em Andamento	13/01/2015
ANA PAULA SANTOS CARVALHO	026.654.891-12	Desligamento	10715541-02-2015-000016-7	TCU - Em Andamento	22/06/2015
AUGUSTO BATISTA DA SILVA	032.442.181-80	Desligamento	10715541-02-2015-000012-4	TCU - Em Andamento	28/04/2015
BENEDITO BATISTA DO NASCIMENTO	084.604.774-87	Aposentadoria	10715541-04-2015-000007-6	Controle Interno - Aguardando Parecer	17/11/2015
CAMILA PRINCHAK TEIXEIRA PINTO	026.696.241-62	Desligamento	10715541-02-2015-000036-1	TCU - Em Andamento	14/12/2015
CARINA ALVES DE OLIVEIRA MACHADO	050.912.006-73	Desligamento	10715541-02-2015-000015-9	TCU - Em Andamento	22/06/2015
CARLOS ROBERTO DE ARAUJO BEZERRA	302.296.184-72	Cancelamento de desligamento	10715541-03-2016-000001-0	TCU - Em Andamento	15/01/2016
DAVI LEMES FERREIRA	004.999.491-37	Desligamento	10715541-02-2015-000019-1	TCU - Em Andamento	29/07/2015
ELTON KLEITON ALBUQUERQUE DE ALMEIDA	042.831.774-07	Desligamento	10715541-02-2015-000008-6	TCU - Em Andamento	17/03/2015
ERIKA ALVES CARNEIRO DORNELLAS	925.587.981-20	Desligamento	10715541-02-2015-000022-1	TCU - Em Andamento	03/08/2015
ESTEVAM CAIXETA MARTINS TEIXEIRA	023.748.001-80	Desligamento	10715541-02-2015-000024-8	TCU - Em Andamento	03/08/2015
FERNANDA NEVES DE OLIVEIRA	020.414.151-69	Desligamento	10715541-02-2015-000001-9	TCU - Em Andamento	13/01/2015
FERNANDO DE ALBUQUERQUE DE MELO FILHO	100.421.644-00	Desligamento	10715541-02-2015-000021-3	TCU - Em Andamento	18/08/2015
FERNANDO DE ALBUQUERQUE MELO FILHO	100.421.644-00	Pensão Civil	10715541-05-2015-000002-4	Controle Interno - Aguardando Parecer	29/07/2015
GABRIELLA RONCATO MARQUES ANES DE CASTRO	938.337.681-34	Desligamento	10715541-02-2015-000026-4	TCU - Em Andamento	14/08/2015
GUSTAVO MORAIS NAGATO	906.829.981-68	Desligamento	10715541-02-2015-000007-8	TCU - Em Andamento	13/03/2015
HENRIQUE LOPES CORREIA JUNIOR	013.432.318-17	Cancelamento de desligamento	10715541-03-2016-000002-9	TCU - Em Andamento	15/01/2016
HUMBERTO JOSÉ PIRES VIEIRA	005.046.104-49	Aposentadoria	10715541-04-2015-000004-1	Controle Interno - Aguardando Parecer	07/07/2015
JAILTON ALMEIDA DO NASCIMENTO	301.757.188-22	Admissão	10715541-01-2015-000004-4	TCU - Julgado	03/03/2015
JÉSSICA MARIA NASCIMENTO RIBEIRO	037.263.351-02	Admissão	10715541-01-2015-000006-0	TCU - Julgado	03/03/2015
JESSICA MUNIZ WEBER	024.255.411-36	Desligamento	10715541-02-2015-000047-7	TCU - Em Andamento	24/09/2015
JOÃO JOSÉ DO NASCIMENTO	172.333.564-91	Pensão Civil	10715541-05-2015-000001-6	Controle Interno - Aguardando Parecer	23/07/2015
KAMILLA RAMALHO DA SILVA	990.377.341-20	Admissão	10715541-01-2015-000007-9	TCU - Julgado	11/03/2015
KEYLLA RODRIGUES	011.412.	Admissão	10715541-01-	TCU - Julgado	03/03/

BRANDÃO	781-62		2015-000005-2		2015
KEYLLA RODRIGUES BRANDÃO	011.412.781-62	Desligamento	10715541-02-2015-000031-0	TCU - Em Andamento	21/08/2015
KLEVERSON CARVALHO DE SOUSA	014.771.491-55	Desligamento	10715541-02-2015-000028-0	TCU - Em Andamento	20/08/2015
LARISSA MARIA DE SOUSA SOARES	999.586.351-00	Desligamento	10715541-02-2015-000010-8	TCU - Em Andamento	08/04/2015
LEILA SILVA DE OLIVEIRA BERNARDES BORGES	002.430.051-99	Desligamento	10715541-02-2015-000020-5	TCU - Em Andamento	29/07/2015
LUIZ FERNANDO SOARES PEREIRA	030.173.112-87	Desligamento	10715541-02-2015-000004-3	TCU - Em Andamento	23/02/2015
MARCELO STIEGEMEIER	867.821.691-34	Desligamento	10715541-02-2015-000032-9	TCU - Em Andamento	21/08/2015
MARIA BETANIA DE SOUZA	342.677.194-20	Cancelamento de desligamento	10715541-03-2016-000004-5	TCU - Em Andamento	15/01/2016
MARIA CRISTINA DE SANTANA	193.716.084-04	Cancelamento de desligamento	10715541-03-2016-000005-3	TCU - Em Andamento	15/01/2016
MARIA LUIZA BRAGA DE ALMEIDA	689.328.121-87	Desligamento	10715541-02-2015-000033-7	TCU - Em Andamento	21/08/2015
MILENA ALVES PACHECO	041.678.063-63	Desligamento	10715541-02-2015-000038-8	TCU - Em Andamento	14/12/2015
MILTON LUNA DA SILVA	375.246.584-00	Cancelamento de desligamento	10715541-03-2016-000003-7	TCU - Em Andamento	15/01/2015
MÔNICA MARTINS DE CASTILHO COSTA	505.574.401-49	Desligamento	10715541-02-2015-000029-9	TCU - Em Andamento	20/08/2015
MURILO AUGUSTO RODRIGUES SANTOS	002.849.441-57	Admissão	10715541-01-2015-000002-8	TCU - Julgado	20/01/2015
NAZARENO JESUS FERREIRA MAGALHÃES	004.031.992-04	Aposentadoria	10715541-04-2015-000002-5	Controle Interno - Aguardando Parecer	26/05/2015
ODÍLIA BEZERRA DE QUEIROZ	103.256.384-20	Aposentadoria	10715541-04-2015-000003-3	Controle Interno - Aguardando Parecer	01/06/2015
PEDRO HENRIQUE DA COSTA LEITE	731.625.231-68	Desligamento	10715541-02-2015-000025-6	TCU - Em Andamento	12/08/2015
RAFAEL GONZALEZ DE ARAÚJO	706.561.341-00	Desligamento	10715541-02-2015-000006-0	TCU - Em Andamento	03/03/2015
RODOLFO ANGELINI	293.490.178-57	Desligamento	10715541-02-2015-000023-0	TCU - Em Andamento	03/08/2015
RODRIGUES PIRES DA SILVA	048.840.782-68	Aposentadoria	10715541-04-2015-000006-8	TCU - Autuado	11/11/2015
RONNY SOARES DUTRA	016.211.541-57	Desligamento	10715541-02-2015-000014-0	TCU - Em Andamento	18/06/2015
ROXANNE CASSIANO SILVA	024.920.541-60	Admissão	10715541-01-2015-000001-0	TCU - Julgado	20/01/2015
ROXANNE CASSIANO SILVA	024.920.541-60	Desligamento	10715541-02-2015-000009-4	TCU - Em Andamento	02/04/2015
SUEMILA PAIM ONODA	036.020.031-16	Desligamento	10715541-02-2015-000030-2	TCU - Em Andamento	20/08/2015
TAINA FLOR BENTO	020.955.271-94	Desligamento	10715541-02-2015-000002-7	TCU - Em Andamento	13/01/2015
TEREZA CRISTNA FEITOZA MIRANDA	239.889.161-53	Aposentadoria	10715541-04-2015-000001-7	Controle Interno - Aguardando Parecer	25/02/2015
THAIS MARTINS DA SILVA	849.206.881-72	Desligamento	10715541-02-2015-000027-2	TCU - Em Andamento	20/08/2015
TIAGO ARAÚJO BORGES	041.738.171-93	Desligamento	10715541-02-2015-000034-5	TCU - Em Andamento	21/08/2015
TULIO CONRADO CAMPOS DA SILVA	056.673.864-37	Desligamento	10715541-02-2015-000017-5	TCU - Em Andamento	29/07/2015
VALDIRENE GOMES XAVIER	699.710.301-44	Desligamento	10715541-02-2015-000011-6	TCU - Em Andamento	08/04/2015

VICTOR ENRICO DA SILVA CERESA	003.795. 471-71	Desligamento	10715541-02- 2015-000037-0	TCU - Em Andamento	14/12/ 2015
WANESSA SARZEDAS MARQUES	111.206. 957-75	Desligamento	10715541-02- 2015-000039-6	TCU - Em Andamento	14/12/ 2015
ZENILDE JACOBINA DE ARAÚJO	784.358. 891-49	Desligamento	10715541-02- 2015-000005-1	TCU - Em Andamento	03/03/ 2015

Fonte: SISAC

8.1.9. Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

As contratações de consultores para os projetos de cooperação técnica com organismos internacionais ocorrem na modalidade “produto” e tem como objetivo suprir as lacunas de conhecimentos específicos não dominados pelo quadro de servidores do Ministério na implementação de políticas públicas desenvolvidos por essa pasta. Tem também como objetivo incorporar elementos importantes e atuais da visão do setor acadêmico e do segmento de consultoria à formulação e implementação das políticas públicas nos diversos segmentos sob responsabilidade do Ministério.

A multidisciplinariedade e a complexidade dos temas tratados pelo Ministério, como os da Secretaria de Desenvolvimento Regional, fazem com que seja necessária a contratação de consultores externos ao Ministério para transferência de conhecimentos ao corpo técnico. Todavia, essas contratações só ocorrem após a confirmação junto à Gestão de Pessoas da não existência e disponibilidade de servidores com habilidades e conhecimentos compatíveis com a necessidade dos diversos setores para desenvolvimento das políticas públicas. Assim possibilita-se a aperfeiçoar a gestão e a execução dos projetos e das políticas públicas desenvolvidas.

Além disso, a prestação de serviços por profissionais externos ao órgão, com habilidade e qualificação profissional diverso dos servidores da pasta, traz outras perspectivas sobre o gerenciamento e execução das políticas públicas, o que possibilita a realização de constantes “feedbacks” para aumentar a eficácia, eficiência e efetividade dessas políticas.

Portanto, a contratação de consultores para os projetos de cooperação técnica é uma possibilidade de incorporar conhecimentos necessários à formulação e implementação de algumas políticas públicas sob a responsabilidade do MI, em especial as de desenvolvimento regional

8.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura

8.2.1. Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008;
- Norma Operacional MI/SECEX N.º 02, de 12 de abril de 2006;
- Decreto nº 2.271, de julho de 1997.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

- Os veículos da frota própria desta Pasta atendem às demandas institucionais e operacionais, dentre as quais, citam-se:
 - Transporte do Exmo. Ministro da Integração Nacional;
 - Transporte dos Titulares de cargo de Natureza Especial, de Direção e Assessoramento Superiores Nível-6, e do Chefe de Gabinete do Ministro de Estado;
 - Transporte de servidores no desempenho de atividades externas, em objeto de serviço;
 - Transporte de carga em decorrência das atividades do Órgão.
- Os veículos de locação são indispensáveis ao bom andamento das ações deste Ministério, não podendo sofrer descontinuidade, pois, como na frota própria só há 2 carros para transporte de servidores, não é possível atender toda a demanda do Órgão, conforme motivos explicitados a seguir:
 - Nos últimos anos verificou-se que a prestação do serviço de transporte encontrava-se defasada e aquém das necessidades da pasta, tendo em vista o aumento da demanda, em virtude da criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres – CENAD, no Setor Policial Sul, das Representações Regionais do MI em Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Belém, da ocupação do Bloco E da Esplanada dos Ministérios e do Edifício Celso Furtado na SGAN 906;
 - A evolução dos serviços de transportes e o constante aprimoramento dos métodos de fiscalização e auditorias, a que são

submetidos os órgãos públicos, demanda um aumento no nível dos serviços prestados bem como a mudança no perfil de utilização e controle da utilização da frota do Ministério da Integração Nacional. Outro aspecto a ser considerado é a melhoria na comunicação com os colaboradores quando em operação, requerendo a utilização de dispositivos mais adequados, bem como maior aperfeiçoamento na gestão dos serviços, majorando o controle, economia e a segurança da frota e dos colaboradores do Ministério da Integração Nacional que dela fazem uso.

- A ausência de veículos impactaria diretamente no desempenho das atividades deste Ministério, uma vez que os veículos são utilizados para:
 - Transportar servidores para participar de reuniões em outros órgãos/unidades, a serviço do Órgão;
 - Transportar servidores e bens entre as unidades do próprio Ministério, quando em serviço;
 - Transporte de servidores em desempenho de atividades externas, entrega de intimações, entre inúmeras outras funções;

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

- Veículos Oficiais

Quadro 8.2.1 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC- Veículos Oficiais

GRUPOS	UTILIZAÇÃO	QUANTIDADE
Grupo I	Na representação oficial	01
Grupo III	No transporte de autoridades em serviço	09
Grupo IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal	02
Grupo IV	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve	04
TOTAL		16

- Veículos Locados

Quadro 8.2.2 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC- Veículos Locados

GRUPO	UTILIZAÇÃO	QUANTIDADE
IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (automóvel)	06
	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve (utilitário)	13 (*)
	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (motocicleta)	02
TOTAL		21

(*) Os veículos citados no referido item seguem a seguinte distribuição:

- 2 veículos – Sede do Ministério da Integração, em Brasília;
- 8 veículos, sendo 7 na Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização de Obras em Recife e 7 na Gerência Regional de Belém;
- 1 veículo – Representação Regional do Rio de Janeiro;
- 1 veículo - Representação Regional do Rio Grande do Sul;
- 1 veículo - Gerência Regional de Belém.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

- Veículos Oficiais

Quadro 8.2.3 Média anual de quilômetros rodados- Veículos Oficiais

GRUPOS	UTILIZAÇÃO	QUILOMETRAGEM ANUAL	MÉDIA MENSAL
Grupo I	Na representação oficial	16.089 km	1.340,75 km
Grupo III	No transporte de autoridades em serviço	112.249 km	9.354,08 km
Grupo IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal	52.120 km	4.343,33 km
Grupo IV	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve	45.711 km	3.809,25 km

- Veículos Locados

Quadro 8.2.4 Média anual de quilômetros rodados - Veículos Locados

GRUPO	UTILIZAÇÃO	QUILOMETRA GEM ANUAL	MÉDIA MENSAL
IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (automóvel)	58.013,04 km	4.834,42 km
	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve (utilitário)	228.405 km	19.033,75 km
	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (motocicleta)	21.362,04 km	1.780,17 km

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

- Veículos Oficiais

Quadro 8.2.5 Idade média da frota- Veículos Oficiais

GRUPOS	UTILIZAÇÃO	IDADE MÉDIA
Grupo I	Na representação oficial	03 anos
Grupo III	No transporte de autoridades em serviço	6,3 anos
Grupo IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal	06 anos
Grupo IV	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve	12,5 anos

- Veículos Locados

Quadro 8.2.6 Idade Média da Frota- Veículos Locados

GRUPO	UTILIZAÇÃO	IDADE MÉDIA
IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (automóvel)	3 anos
	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve (utilitário)	1,54 anos

No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (motocicleta)	1,5 anos
--	----------

f) Despesas associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

- Veículos Oficiais

Quadro 8.2.7 Despesas associados à manutenção da frota- Veículos Oficiais

GASTOS NO EXERCÍCIO DE 2015	VALORES GASTOS EM 2015 (R\$)
Combustíveis e lubrificantes	90.848,05
Revisões	42.219,52
Seguro Obrigatório / Licenciamento	2.626,13
Seguro dos Veículos	6.240,00
Lavagem	10.792,50
TOTAL	152.726,20

- Veículos Locados

OBS.: Não há gasto com manutenção da frota locada, uma vez que o Ministério paga mensalmente valor referente à franquia estipulada em contrato, já estando inclusos os gastos com manutenção, lavagem, seguro, motoristas, etc. Os valores dispendidos mensal e anualmente com os Contratos de locação de veículos fixos no Ministério da Integração em Brasília, e nas representações regionais do MI em Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Belém são os descritos abaixo:

Quadro 8.2.8 Despesas associados à manutenção da frota- Veículos Locados

GRUPO	UTILIZAÇÃO	VALOR MENSAL (R\$)	VALORES GASTOS EM 2015 (R\$)
IV	No transporte de pessoal a serviço -	28.140,00	337.680,00

	Transporte de pessoal (automóvel)		
	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve (utilitário)	121.119,68	1.453.436,19
	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (motocicleta)	6.540,00	78.480,00
	TOTAL	155.799,68	1.869.596,19

g) Plano de substituição da frota;

- Não há plano de substituição da frota, porém, há previsão para alienação de 02 (dois) veículos mais antigos, cujo ano de fabricação é de 1997/1998.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

- Não houve aquisição de veículos no exercício de 2015.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

- A UPC dispõe de contrato com a empresa Trivale Administração Ltda., para fornecimento de combustível. Esta empresa disponibiliza sistema de controle de gastos com combustíveis, demonstrando consumo por veículo, limitando o gasto ao veículo, por vinculação à placa do automóvel.
- Realiza-se, ainda, controle, via requisições assinadas pelos servidores transportados, das quilometragens percorridas, origens e destinos. Essas requisições são revisadas para identificação de falhas, correção das mesmas e posteriormente arquivadas para manutenção do histórico de percursos, servidores/colaboradores conduzidos e quilometragens.

Além disso, o Órgão centraliza todos os pedidos de veículos com somente 2 (duas) pessoas, que agendam e liberam os veículos, sempre dando preferência para agrupar servidores/colaboradores

que tem o mesmo destino ou destinos próximos, e analisando cada caso particularmente, de modo a ter maior controle e economia no uso dos veículos.

8.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Não houve, no exercício de 2015, elaboração ou aplicação de política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso na UPC.

8.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

Como só há um imóvel da união de propriedade do Ministério, não há uma estrutura montada para gerir esse patrimônio, que se trata de uma sala que se encontra desocupada.

b) distribuição geográfica dos imóveis da União;

Quadro 8.2.9 Distribuição geográfica dos imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	1	1
	BRASILIA	1	1
Total (Brasil)		1	1
Fonte: Divisão de Administração de Edifícios – DAE/CSG/CGSL/DGI/SE			

c) qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

A UPC tem somente um imóvel de propriedade da união sob sua responsabilidade. Trata de uma sala localizada no Setor Comercial Sul que pertencia à extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, estando sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional a administração, controle e pagamento de despesas referentes à sua manutenção, até a transferência do imóvel para a Secretaria de Patrimônio da União, conforme Parágrafo Único do art. 2º do Decreto nº 4.984, de 12 de fevereiro de 2004.

Porém, pelo fato da sala não ter sido transferida da SPU para esta UPC até o presente momento, não é possível atualizar as informações no SPIUnet. O RIP é 9701 32703.500-7 e a mensagem de erro informada pelo SIAFI é: 0570 (0570) usuário não esta habilitado na transação. Foi solicitado, por meio de Ofício, ao Chefe de Serviço de Incorporação, Registro e Destinação da Superintendência do Patrimônio da União do DF, a transferência do imóvel para o Ministério da Integração Nacional, porém, até o presente momento, o problema não foi resolvido.

Os demais imóveis utilizados pela UPC são de responsabilidade de outros Órgãos Públicos, cabendo a este Órgão somente o rateio das despesas condominiais.

d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

Não há cessão, para terceiros, do imóvel da União que está sob responsabilidade da UPC.

e) despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;

A UPC tem somente um imóvel de propriedade da união sob sua responsabilidade. O RIP é 9701 32703.500-7 e o custo anual com manutenção totalizou R\$ 3.840,00, que se refere às despesas de condomínio do imóvel.

Os demais imóveis da União utilizados pela UPC são de responsabilidade de outros Órgãos, cabendo a esses a prestação de contas relativa às despesas com manutenção.

f) riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitiga-los.

Conforme resposta constante da alínea “a”, como se trata somente de um imóvel, não há riscos relacionados à sua gestão. Os serviços incluídos no condomínio são pagos e a manutenção é realizada a contento.

8.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

- Área de 3 m² localizada no andar pilotis do Edifício Celso Furtado, SGAN 906, Modulo F, Bloco A.

b) identificação dos cessionários;

- Ministério da Integração Nacional; e
- Banco do Brasil.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário;

Como se trata de instituição bancária integrante da Administração Pública, foi firmado Contrato de Cessão de Uso a título oneroso.

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Tem como finalidade específica a instalação de 2 (dois) caixas eletrônicos interligados com a rede do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

iii. prazo da cessão;

vigência de 5 (cinco) anos a contar de 10/12/2012.

iv. caracterização do espaço cedido;

- foi cedida uma área de 3m² para instalação dos caixas.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Quadro 8.2.10 Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido

VALORES PAGOS NO ANO DE 2015 (R\$)											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
336,62	343,74	341,62	349,39	334,11	338,51	340,26	338,28	339,70	337,06	341,63	343,48

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;

o recolhimento é feito por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, onde o valor recolhido retorna para a Secretaria do Tesouro Nacional.

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;

- despesas de energia elétrica pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas de água e esgoto pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas de segurança predial pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas de manutenção predial pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas de brigada de incêndio pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas de limpeza e conservação do prédio pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas do aluguel do imóvel pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais.

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

atendimento às necessidades das demandas bancárias dos servidores e prestadores de serviços deste Ministério.

8.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

O imóvel locado por esta UPC encontra-se registrado no SPIUnet com o RIP nº 9701 32700.500-0. Trata-se de imóvel localizado no SGAN 906, Módulo F, Bloco A, Asa Norte, Brasília-DF, conforme Contrato nº 32/2011 firmado com a empresa 906 Norte Empreendimentos Imobiliários S/A, CNPJ 11.419.467/0001-97.

O valor anual do Contrato é atualmente de R\$ 10.487.636,40 32 (dez milhões, cento e oitenta seis mil, quinhentos e um reais e trinta e dois centavos).

O imóvel foi locado para atender às necessidades do Ministério, que só dispõe de área pública no Bloco “E” da Esplanada do Ministério e em pequeno espaço no Setor Policial Sul. Assim, para que fosse possível alocar parte da mão de obra do Órgão e possibilitar o cumprimento das atribuições institucionais, foi necessário realizar a locação no ano de 2011.

O custo anual de manutenção predial do imóvel locado pela UPC foi de R\$ 1.233.311,26, que envolve material e mão-de-obra.

Conforme Contrato firmado, as “benfeitorias necessárias e úteis poderão ser realizadas no imóvel pela Locatária desde que expressa e previamente autorizadas pelo Locador, e poderão ser passíveis de indenização e permitirão o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245/91 e o artigo 578 do Código Civil, ratificando que desde que expressa e previamente autorizados pelo Locador e desde que a Locatária não tenha dado causa por ação, omissão, negligência ou imperícia por si, seus empregados, prepostos ou visitantes, inclusive por falta de manutenção.”

8.3. Gestão da tecnologia da informação (CGTI)

8.3.1. Principais sistemas da informação

Quadro 8.3.1 Principais Sistemas da Informação

SISTEMA	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL NEGÓCIO	CRITI-CIDADE
SEI	Sistema Eletrônico de Informação	Sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos.	Alionésimo Lobo	Arlete Cristina da Silva Ramos - CODIB	Alta
SISPP	Sistema de Informações sobre Projetos Públicos de Irrigação	Sistema que controla os projetos públicos de perímetros de irrigação	Pedro Emilio Pereira Teodoro - SENIR	Pedro Emilio Pereira Teodoro - SENIR	Média
SGC	Sistema de Gestão de Colegiados	Sistema de controle dos Colegiados do Ministério da Integração Nacional	Alionésimo Lobo	Ana Patrícia - DGE	Baixa
E-SIC	Processo automatizado do SIC	Sistema de acompanhamento das demandas de acesso à informação	Alionésimo Lobo	Flávia Castro de Andrade - OUVIDORIA	Média
SAFIN	Sistema de Administração de Fundos Fiscais de Investimento	Controlar os projetos dos Fundos de Financiamento da Amazônia	Marcelo Campos Brito	Wilson Oliveira - SFRI	Baixa
ACOMP	Projeto de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro do MI	Business Intelligence (BI) com informações orçamentárias e financeiras do SIAFI	Alionésimo	Gilma Gomes - DGE/CGOR	Baixa
GEMEOS	Sistema de Gestão de Métricas e Ordens de Serviço IN04/2010	Sistema para gestionar e acompanhar as ordens de serviços e seus entregáveis com o uso do processo da Instrução Normativa Nº 04/2014 - SLTI/MP	Alionésimo Lobo	Alionesimo Lobo - COSIS	Média
SGU	Sistema de Gestão Unificado	Controle dos processos de reconstrução e reabilitação de desastres	Rafael Brito	Karine Rodrigues de Mattos- SEDEC	Alta
PATRIMONIO	Sistema de patrimônio	Sistema de controle do patrimônio e almoxarifado do órgão	Marcelo Campos Brito	Ivancir Gonçalves da Rocha - CGSL	Média
PAINEL MI	Sistema de Monitoramento do Plano	Sistema para controle dos planos operativos do Ministério da Integração.	Alionesimo Lobo	Luciano Mendonça - CGPM	Baixa

	Operativo				
ORCAFACIL	Orçamento	O objetivo do sistema é facilitar e aprovação por parte da Secretaria de Infraestrutura Hídrica dos orçamentos de projetos básicos financiados com verbas federais, por meio de sistema que obrigue o projetista a se ater as normas que vinculam a despesa pública	Francisco Fernandes	Marco de Vitto - SIH	Alta

8.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O PDTI prevê:

- a. Mapear e implementar processos de negócio no âmbito do MI;
- b. Implementar Solução de tecnologia e apoio a tecnologia GED;
- c. Institucionalizar a Política de Segurança da Informação;
- d. Disseminar o uso da tecnologia BI;
- e. Implementar painel de BI;
- f. Readequar a intranet aos novos conceitos de Comunicação e Colaboração Corporativa com extranet e participação externa dos órgãos vinculados;
- g. Criar a Coordenação de Governança de TI;
- h. Aprimorar o planejamento e gestão da aquisição de bens e serviços de TI;
- i. Elaborar e publicar o PDTI 2016-2018;
- j. Manter disponibilidade de rede e acesso a intranet e internet em 99,5% do tempo;
- k. Garantir rapidez, agilidade e segurança aos usuários internos e externos no acesso a informações;
- l. Disponibilizar equipamentos e serviços de TI de modo a apoiar os profissionais do ministério no exercício de suas funções;
- m. Garantir às áreas de TI a disponibilização de máquinas, equipamentos e aplicativos profissionais capazes de atender à demanda gerada pelos serviços prestados ao usuário interno e externo das unidades do ministério;
- n. Disponibilizar sistemas e infraestrutura mínima;
- o. Fornecer suporte aos ativos de rede;
- p. Adquirir e manter os softwares utilizados pelo MI;
- q. Desenvolver sistemas transacionais para atender às necessidades das áreas meio e finalísticas;
- r. Promover a preservação do patrimônio de TI a cargo do MI;
- s. Trazer para o Ministério a administração e responsabilidade de todos os serviços críticos hoje executados fora de seu ambiente;
- t. Divulgar a racionalização e a sustentabilidade no uso dos recursos de TI;
- u. Adequar quantitativa e qualitativamente o quadro de pessoal de TI;
- v. Alinhar as políticas de TI das unidades Vinculadas com a do MI.

O Comitê Diretor de Tecnologia da Informação foi instituído por meio da Portaria nº 402, de 11 de julho de 2012, e teve sua composição alterada por meio da Portaria nº 365 de 16 de outubro de 2014. É composto pelo Senhor Secretário Executivo, o Diretor do Departamento de Gestão Estratégica, o Diretor do Departamento de Gestão Interna, um representante de cada Secretaria finalística deste Ministério e o Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação. O Regimento Interno do Comitê foi elaborado e está em andamento para que seja publicado até março/2016, nele constam as responsabilidades do Comitê, sua composição, atribuições e determina que o Comitê deverá se reunir duas vezes a cada semestre, ou seja, quatro encontros anuais e extraordinariamente quando necessário.

Em 2015 o Comitê Diretor de Tecnologia da Informação se reuniu três vezes:

1º Reunião: 06/07/2015 – Apresentação de proposta de Regimento Interno para o Comitê, apresentação de minutas para Norma ETIR, Norma de Acesso a Internet e Intranet, Norma de Impressão Corporativa, Norma de Recursos Computacionais e Norma de Tratamento da Informação.

2º Reunião: 23/10/2015 – Aprovação do Regimento Interno do Comitê Diretivo de TI, apresentação do planejamento para a execução do VI Encontro de Governança de TI do MI e Órgãos Vinculados, apresentação de demandas para o PDTI 2016-2019, deliberação sobre a indicação de integrante Administrativo para a equipe de Planejamento da Contratação.

3º Reunião: 19/11/2015 – Priorização das demandas para o PDTI 2016-2019 utilizando a Matriz GUT.

Com relação ao plano de capacitação do pessoal de TI, foi realizado levantamento de necessidades, e enviado à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, que elaborou o plano de capacitação do MI. Os principais cursos realizados no exercício de 2015 foram:

- Planejamento e Gestão de Segurança da Informação no Setor Público – UNB
- Gerenciamento de Projetos – UNB
- Balanceador de carga e aplicações
- Analisador de Rede – Fluke
- Switches Enterasys

Quanto aos fatores intervenientes relativos à gestão de TI, menciona-se a reduzida equipe, sendo apenas 12 servidores para realizar o planejamento, o acompanhamento de futuras contratações e aquisições e a gestão de 43 contratos vigentes, sendo eles:

- 05 Analistas em TI descentralizados do Ministério do Planejamento;
- 05 Agentes Administrativo, Nível Médio, do MI;
- 01 Analista Administrativo – Nível Superior, do MI;
- 01 Servidor cedido pela CODEVASF;

A equipe reduzida de servidores e a falta de ATI's na Coordenação reduz a capacidade de produção e gestão.

A Coordenação de infraestrutura possui contrato para prestação de Serviços de Suporte a Infraestrutura de TI, e a Coordenação de Sistema contrato para prestação de serviços de suporte técnico a produtos e tecnologia Oracle. Ambos contratos não são de alocação de mão de obra, mas sim de serviços por demanda e unidade de medida específica.

Para mitigar a eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade, esta Coordenação realiza mapeamento de todos os processos estratégicos e documentação dos serviços prestados, fomentando a base de conhecimento do Órgão para que não exista dependência junto as empresas prestadoras de serviço.

Para o exercício de 2016 foi solicitado o aumento de vagas de Analistas de Tecnologia da Informação destinados ao Ministério. Haja vista a emergência, por se fazer gestão das demandas e contratos atuais, e pelo fato do Ministério não possuir um quantitativo suficiente de profissionais de TI para suprir suas necessidades. Serão descentralizados mais 07(sete) Analistas em TI do MP para o MI.

Sobre o processo de Planejamento de Contratações de TI, o MI mapeou o processo utilizando técnicas de *BPM (Business Process Management)* e publicou a Norma Operacional para Contratações e Serviços de TI Nº 01, de 31 de Janeiro de 2014.

Quanto ao processo de Gestão de Contratos de TI, também foi realizado o mapeamento deste, utilizando técnicas de *BPM(Business Process Management)*, com finalidade de sistematizar e facilitar processos organizacionais individuais complexos. Utilizando este método foi implementado o sistema GEMEOS, para Gestão de métricas e Ordens de Serviço.

Cabe destacar ainda o avanço da área de Tecnologia da Informação divulgado na pesquisa bianual divulgada no **Relatório Individual do Levantamento de Governança de TI de 2014 (IgovTI 2014)** do Tribunal de Contas da União – TCU:

- 2010 - índice de 0,26, classificado como inicial - sem processos de gestão definidos e implementados;
- 2012 - índice de 0,52, já classificado como intermediário - com processos de gestão e com implementação parcial e em andamento;
- 2014 - o índice chegou a 0,59, classificado como intermediário, mas com melhora do índice, quase atingindo o índice aprimorado, a partir de 0,60.

Também no Relatório IgovTI 2014 foi divulgado um Ranking com classificação da Governança dos Ministérios e dos Órgãos, em 2014 o Ministério da Integração Nacional ficou em 8º lugar dentre os Ministérios, total de 28, no segmento SISP-Executivo ficou em 38º lugar de um total de 372, e no segmento APF inteira ficou em 80º lugar de um total de 372.

Quadro 8.3.2 Relatório Individual do Levantamento de Governança de TI de 2014 (IgovTI 2014)

<p>IMPLANTAÇÃO DO SEI (SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES)</p>	<p>Resultados esperados: Eliminação do papel, aumento da eficiência e eficácia da área de outorga e a melhoria da efetividade e celeridade dos processos do Ministério.</p> <p>Alinhamento com Planejamento Estratégico e PETI:</p> <p>Valores Orçados: Sem ônus para o Ministério.</p> <p>Valores despendidos: Sem ônus para o Ministério.</p> <p>Conclusão: Agosto/2015</p>
<p>AQUISIÇÃO DE WEBCAMS E CAIXA DE SOM</p> <p>(CONTRATO Nº 01/2015)</p>	<p>Resultados esperados: Atender à demanda imediata e urgente do Ministério no que concerne à realização de vídeo conferências entre órgãos, diretorias e outras finalidades formais pertinentes a esta Pasta.</p> <p>Alinhamento com Planejamento Estratégico e PETI: Manutenção/modernização da infraestrutura física e lógica</p> <p>Valores Orçados: R\$ 156.240,00</p> <p>Valores despendidos: R\$ 112.194,00</p> <p>Conclusão: 26/01/2015</p>
<p>AQUISIÇÃO DE SCANNERS</p> <p>(CONTRATO Nº 03/2015)</p>	<p>Resultados esperados: Melhores condições de trabalho aos profissionais do MI, rapidez e agilidade às unidades do MI no trâmite, análise e publicação de documentos eletrônicos, utilização de melhores recursos de TI para implantação dos programas e projetos sob a responsabilidade do MI e melhoria e apoio substancial à gestão do MI.</p> <p>Alinhamento com Planejamento Estratégico e PETI: Manutenção/modernização da infraestrutura física e lógica</p>

	<p>Valores Orçados: R\$ 677.590,00</p> <p>Valores despendidos: R\$ 677.590,00</p> <p>Conclusão: 30/01/2015</p>
<p>EXTRAÇÃO DE DADOS SIAFI (CONTRATO N° 04/2015)</p>	<p>Resultados esperados: Serviços de processamento de dados do SIAFI Operacional, com a produção da extração e envio de dados diários.</p> <p>Alinhamento com Planejamento Estratégico e PETI:</p> <p>Valores Orçados: R\$ 900.720,00</p> <p>Valores despendidos: R\$ 900.720,00</p> <p>Conclusão: 12/02/2015</p>
<p>TELEFONIA MÓVEL SMP E STFC (CONTRATO N° 08/2015)</p>	<p>Resultados esperados: Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) e Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), com fornecimento de aparelhos em regime comodato.</p> <p>Alinhamento com Planejamento Estratégico e PETI: Manutenção/modernização da infraestrutura física e lógica.</p> <p>Valores Orçados: R\$ 409.870,56</p> <p>Valores despendidos: R\$ 409.870,56</p> <p>Conclusão: 27/03/2015</p>

<p>DISCOS PARA STORAGE (CONTRATO Nº 16/2015)</p>	<p>Resultados esperados: Expansão do sistema de armazenamento corporativo do Ministério, contemplando o fornecimento de gavetas de expansão de discos.</p> <p>Alinhamento com Planejamento Estratégico e PETI: Manutenção/modernização da infraestrutura física e lógica.</p> <p>Valores Orçados: R\$ 1.571.769,00</p> <p>Valores despendidos: R\$ 1.571.769,00</p> <p>Conclusão: 08/07/2015</p>
<p>SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL (CONTRATO Nº 25/2015)</p>	<p>Resultados esperados: Certificação digital para tramitação eletrônica de documentos oficiais, conferir sigilo e privacidade, controle de acesso a aplicativos, prover identificação do remetente de mensagens, garantia de não repúdio a formulários, mensagens ou documentos eletrônicos assinados digitalmente.</p> <p>Alinhamento com Planejamento Estratégico e PETI: Adquirir e manter os softwares utilizados pelo Ministério da Integração Nacional.</p> <p>Valores Orçados: R\$ 81.782,25</p> <p>Valores despendidos: R\$ 81.782,25</p> <p>Conclusão: 23/09/2015</p>
	<p>Resultados esperados: Garantir a disponibilidade e integridade dos dados; Possibilitar a expansão de SLOS existentes para</p>

<p>LICENÇAS PARA EXPANSÃO DE SLOTS DE FITAS DE BACKUP (CONTRATO Nº 39/2015)</p>	<p>aumentar a capacidade de armazenamento; Modernizar e atualizar os softwares; Aquisição de uma subscrição segura, confiável, versátil; Redução de riscos com a falta de espaço para backups.</p> <p>Alinhamento com Planejamento Estratégico e PETI: Modernizar e atualizar os Softwares utilizados pelo Ministério da Integração Nacional.</p> <p>Valores Orçados: R\$ 100.851,33</p> <p>Valores despendidos: R\$ 95.000,00</p> <p>Conclusão: 28/12/2015</p>
---	---

8.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

8.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;

- criação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) que promove a redução do consumo de papel, de impressões, de ativos para as impressoras, de transporte de documentos, de carimbos, etc.

- práticas adotadas para redução do consumo de energia e água:

- Divisão de circuito de iluminação, com uso de vários interruptores, possibilitando o desligamento parcial das luminárias em um mesmo ambiente;
- Utilização de sistema de iluminação com lâmpadas fluorescentes T5 no Edifício Sede - Bloco E e lâmpadas fluorescentes T8 no Edifício Celso Furtado por serem mais econômicas;
- Desligamento de aproximadamente 40% do número de luminárias;
- Desligamento de luzes no horário de almoço;
- Ronda diária, após expediente, para desligar ambientes acesos;
- Conscientização dos funcionários da necessidade de um consumo racional de energia elétrica e água.
-

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

Sim. A implementação da Agenda inclui ações em conjunto com o Projeto Esplanada Sustentável. O MI ainda necessita trabalhar melhor a questão da coleta seletiva.

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;

Sim. Foram adquiridas lixeiras específicas, bem como contêineres externos para os resíduos recicláveis, porém atualmente é feita apenas a coleta seletiva de papel. Está em instrução interna processo para seleção de cooperativas.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;

- Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.
- Quando possível, são incluídas exigências editalícias nas especificações dos objetos a serem adquiridos, por exemplo, na reforma do edifício Sede houve a colocação de piso com selo *Sustentax*;
- Implantação de sistema de ar condicionado mais eficiente e ecológico (tipo VRF);
- Persianas em tecido que proporciona maior controle térmico dos ambientes;
- Escolha por válvulas de descargas e torneiras com temporizadores (para reduzir o consumo de água);
- Compra de papel reciclado.

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;

- A UPC ainda não possui um PLS. Porém, já está em processo de criação da Comissão que tratará do tema no âmbito deste Órgão.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

Apesar de a UPC ainda não possuir PLS, conforme alínea acima, o Ministério aplica sempre que possível às suas contratações legislação sobre a política de sustentabilidade ambiental. A reforma do Bloco “E” foi um dos exemplos da aplicação de práticas de sustentabilidade, juntamente com a instituição do Sistema Eletrônico de Informações. A contratação de serviços de motoboy para transporte de documentos vai ao encontro desse tema, visto que diminui o número de carros no trânsito e a emissão de poluentes.

O serviço de lavagem de veículos oficiais foi contratado com empresa especializada na prestação de serviços de lavagem ecológica, observando as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental elencadas na Instrução Normativa nº 01 – SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010.

Além disso, a manutenção predial faz serviço pró-ativo na verificação de vazamentos de água, no desligamento de lâmpadas, etc. Conforme pode ser verificado nos relatórios inseridos no âmbito do Projeto Esplanada Sustentável, houve nos últimos anos redução nos gastos com água e luz no Edifício locado pelo órgão, conforme quadros abaixo:

I - ENERGIA

Quadro 8.4.1 Quadro de consumo de energia 2013, 2014 e 2015

	2013		2014		2015	
	consumo	valor	consumo	valor	consumo	valor
jan	82500	33060,10	98500	32724,82	89000	39582,56
fev	116000	41592,74	89000	30470,99	81000	38086,45
mar	55500	18437,53	85500	30741,95	76000	40371,97
abr	79000	25392,87	83500	30236,04	75500	44855,71
mai	82000	26552,50	79500	28853,38	74000	44217,39
jun	86500	27783,79	75500	26924,47	68000	41434,83
jul	72500	23585,22	67500	24663,48	71500	44363,66
ago	85500	27342,83	77000	27910,32	71000	42919,22
set	87500	29564,64	73000	29603,18	74000	48822,22
out	81500	27744,44	93000	39757,69	93000	64467,07
nov	92000	33900,96	87500	37526,73	88000	60342,76
dez	87000	29948,29	79000	33995,82	87000	60380,04
Total	1007500	344905,91	988500	373408,87	948000	569843,9
Média mensal	83958	28742,16	82375	31117,41	86182	51804,0

Figura 8.4.1-1 Consumo de energia anual

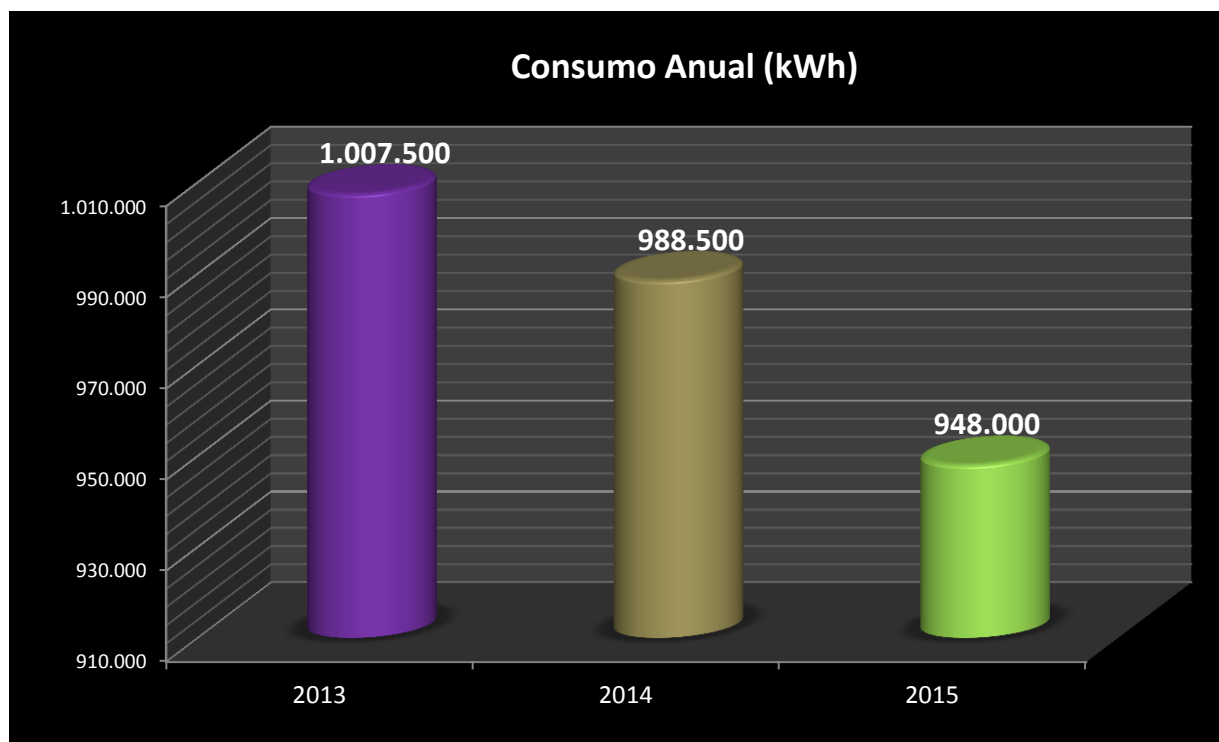
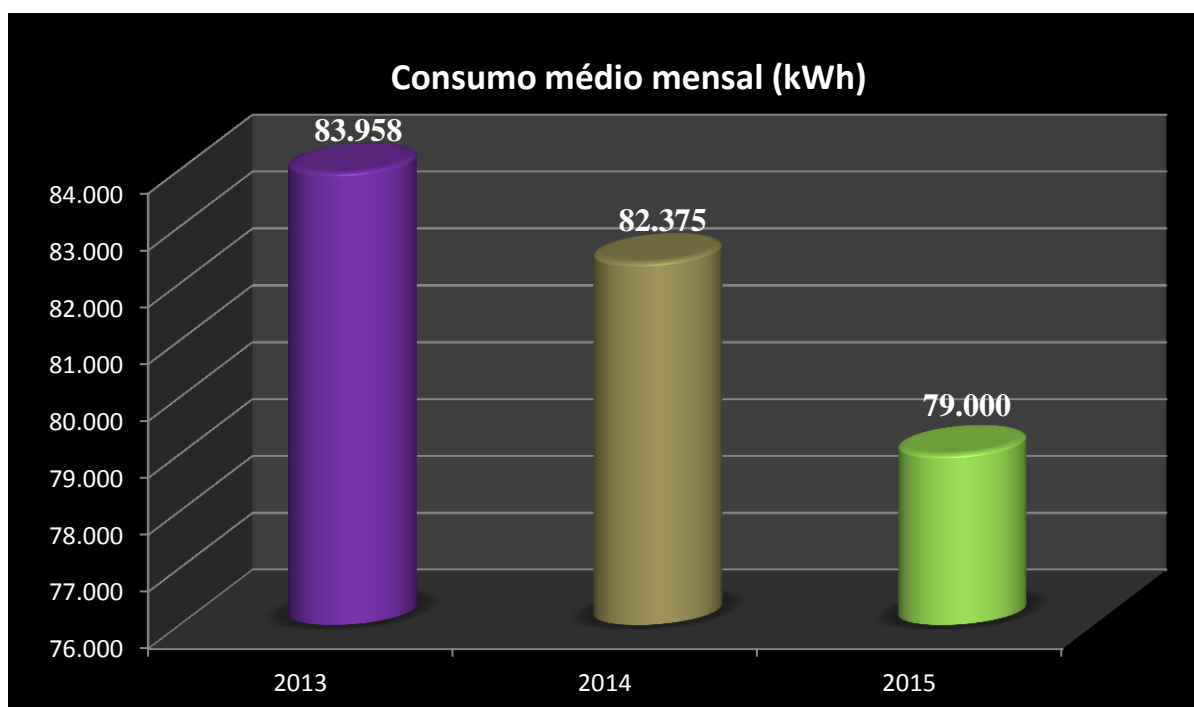


Figura 8.4.1-2 Média de consumo de energia mensal



II - ÁGUA

Quadro 8.4.2 Consumo de água 2013, 2014 e 2015

	2013		2014		2015	
	cons	valor	cons	valor	cons	valor
jan	381	5972,44	469	8064,06	416	7672,52
fev	436	6843,64	507	8722,98	427	7877,34
mar	365	5755,10	481	8310,42	416	7754,92
abr	404	6936,96	402	7411,84	458	9825,72
mai	491	8445,54	519	9590,38	440	9436,20
jun	455	7821,30	521	9627,62	434	9306,36
jul	421	7231,74	410	7560,80	452	9695,88
ago	532	9156,48	523	9664,86	452	9695,88
set	557	9598,98	448	8268,36	412	8830,28
out	507	8722,98	449	8286,98	418	8960,12
nov	412	7075,68	505	9329,70	385	8246,00
dez	480	8254,80	447	8249,74	378	8094,52
Total	5441	91815,64	5681	103087,74	5088	105395,7
Média mensal	453	7651,30	473	8590,65	424	8782,978

Figura 8.4.1-3 Consumo de água anual

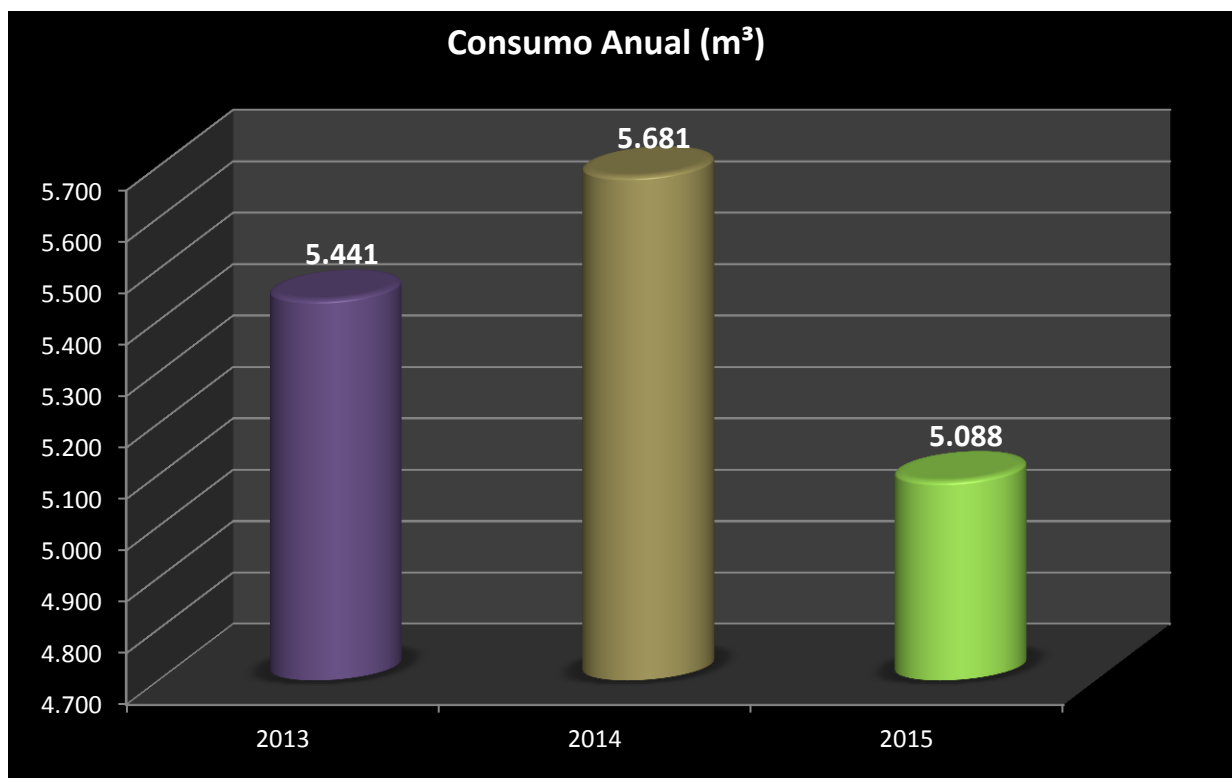
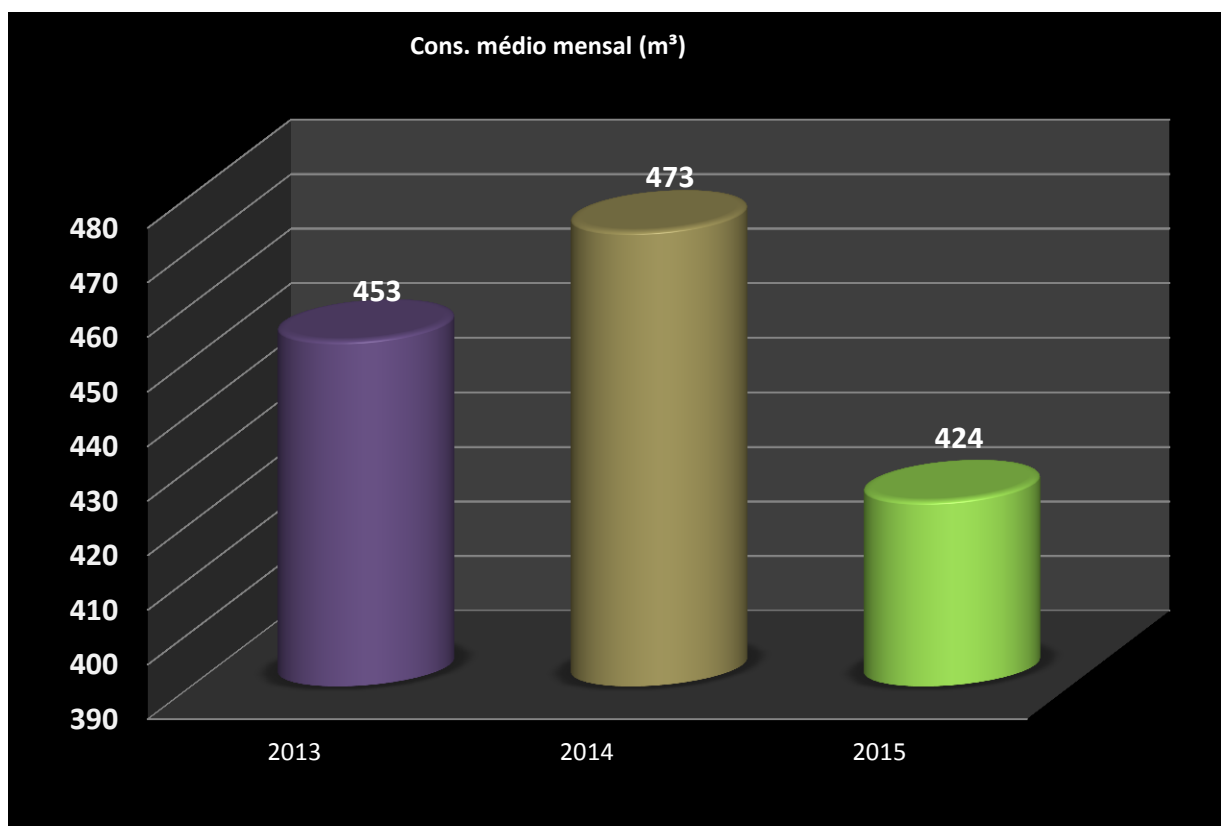


Figura 8.4.1-4 Média de consumo de água mensal



8.5. Gestão de fundos e de programas

8.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Não se aplica na SECEX

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 9.1.1 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				
Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000329/2005-16 59100.000200/2008-42	1154/2014-segunda-câmara	9.7	Ofício 025/2015	28/01/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional que acompanhe a ações do Município de Pinheiros para a conclusão da barragem e, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias finalize a análise da prestação de contas dos Convênios 0764/2005 (Siafi 557898) e 700080/2008 (Siafi 700080/2008), e, caso se faça necessário, que seja instaurada a correspondente tomada de contas especial, dando-se, em seguida, ciência ao TCU a respeito das providências adotadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Os Convênios 0764/2005 e 700080/2008 firmados com o Município de Pinheiros/ES encontram-se na Secretaria de Infraestrutura Hídrica para análise e emissão de parecer técnico conclusivo que respaldará a realização da análise financeira.			
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE			
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000534/2009-05 59100.000074/2011-21	1622/2012-Plenário	9.3	Ofício 160/2016	04/03/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, ao Ministério da Integração Nacional, que por ocasião da liberação de recursos para etapas posteriores aos Termos de Compromisso 118/2009 (Siafi 663932) e 207/2011 (Siafi 668823) e da eventual assinatura de novos instrumentos de transferência de recursos, avalie as condicionantes necessárias à funcionalidade de todos os trechos do Canal, já concluídos ou em execução, em conformidade ao art. 12, incisos II e III, da Lei 8666/1993.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Os Termos de Compromisso 118/2009 e 207/2011 do Estado de Alagoas encontram-se na Secretaria de Infraestrutura Hídrica em acompanhamento de vigência e supervisão das obras.				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE				

CONTROLE			
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000031/2005-06	399/2015-plenário	1.9	Ofício 167/2015	06/03/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/1992, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, caso não tenha havido o recolhimento do débito apurado no âmbito da análise da prestação de contas do convênio 11/2005 (Siafi 525158), firmado com a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, encaminhe tomada de contas especial à Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo - CGU-ES, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II, art. 10, da Resolução TCU 71/2012				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Prestação de Contas Final do Convênio 11/2005 firmado com o Município de Cachoeiro do Itapemirim/ES foi aprovada com ressalva no valor de R\$ 1.064.250,82, e instaurada a Tomada de Contas Especial no valor de R\$ 252.344,72 em desfavor do Sr. Roberto Valadão Almokdice, conforme Parecer Financeiro 001/2016/DTCE/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 15/1/2016. O Processo de TCE nº 59010.000038/2015-09 foi encaminhado à Controladoria-Geral da União em 12/2/2016 para emissão do certificado de auditoria.				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da

				Ciência
59100.000518/2009-12 59100.000399/2011-12	374/2015-plenário	9.2	Ofício 171/2015	10/03/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Recomendar ao Ministério da Integração Nacional e à Companhia Pernambucana de Saneamento, com fundamento no art. 250, III, do RI/TCU que acompanhem o estado das obras da Adutora do Agreste que forem entregues e não tiverem funcionalidade até a conclusão do Ramal do Agreste , identificando os serviços decorrentes de defeitos ou vícios construtivos, e adotem, se for o caso, as providências necessárias à apuração de responsabilidades por sua eventual deterioração, e os consequentes prejuízos ao erário daí advindos.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Os Termos de Compromisso 117/2009 e 239/2011 do Estado de Pernambuco encontram-se na Secretaria de Infraestrutura Hídrica em acompanhamento de vigência e supervisão das obras.				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59250.000029/2013-15	335/2015-plenário	9.4	Ofício 177/2015	10/03/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				

Determinar ao Ministério da Integração Nacional que se abstenha de transferir recursos por força do Convênio n. 782.397/2013-MI em montante superior a 20% do total previsto e que somente realize novos repasses no âmbito do mencionado ajuste após a aprovação da prestação de contas parcial referente às parcelas anteriormente descentralizadas.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O Convênio 782397/2013 firmado com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária encontra-se na Secretaria de Desenvolvimento Regional em acompanhamento de vigência e supervisão das obras.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59050.000752/2010-16	512/2012-plenário	não possui	Ofício 736/2015	25/03/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Fixou prazo de 60 dias para o Ministério da Integração encaminhar ao Tribunal de Contas da União a Tomada de Contas Especial.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi instaurada a tomada de contas especial no valor de R\$ 1.500.000,00 em desfavor da ex-Prefeita Sandra Kennedy Viana em razão da não aprovação da prestação de contas final conforme Parecer Financeiro 250/2014/DTCE/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 30/9/2014, e o processo de TCE 59010.000025/2014-41 foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União em 30/6/2015 para julgamento das contas.				

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE			
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
03900.006327/99-71	1238/2015-segunda câmara	1.7.1.1 - 1.7.1.2	Ofício 1107/2015	06/04/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
<p>Adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, providências, se ainda não as tomou, com vistas a incluir, no bojo das apurações de irregularidades em curso no âmbito do processo n. 03900.006327/99-71, exame concernente aos danos decorrentes de sobrepreços, conforme apuração em tomada de contas especial instaurada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), cujos resultados teriam sido comunicados a esse ministério em junho de 2010, por intermédio do Ofício Caema n. 1250/2010 PR, sem prejuízo de requerer elementos adicionais à mencionada entidade, a título de evidências, se for necessário; comunique a este Tribunal, ao término do referido prazo fixado acima, as medidas adotadas visando ao cumprimento da determinação retro e do item 1.8.1.1 do Acórdão n. 5.745/2014 - 2ª Câmara, encaminhando em anexo a esse comunicado os pareceres conclusivos exarados em relação ao processo original n. 03900.006327/99-71, do Ministério da Integração Nacional.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A prestação de contas final foi aprovada parcialmente no valor de R\$ 17.843.354,30 conforme Parecer Financeiro 286/2015/DTCE/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 23/10/2015, e instaurada a tomada de contas especial no valor de R\$ 5.136.044,13. O processo de TCE 59010.000023/2015-32 foi encaminhado à Controladoria-Geral da União para emissão do certificado de auditoria.</p>				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			
---	--	--	--

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59050.004025/2009-86	2224/2015-primeira câmara	b	755/2015	05/05/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
<p>Determinar ao Ministério da Integração Nacional, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que adote providências visando à apuração dos indícios de irregularidades verificados na execução do Convênio 1279/2009 (Siafi 728469), no valor de R\$ 2.900.000,00, celebrado com o município de Autazes/AM, relatados nestes autos, instaurando, se necessário, a competente tomada de contas especial, para posterior encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil emitiu o Parecer Técnico 2015 400 PT DRR HSCJ, de 18/8/2015, concluindo que o conveniente deverá apresentar documentos e informação complementares a fim de evitar glosa técnica. A Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios aguarda manifestação conclusiva da área técnica para realizar a análise financeira.</p>				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59050.002228/2009-38	258/2014-segunda	9.2	Ofício 1335/2015	26/05/2015

	câmara		
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação			
Ministério da Integração Nacional			
Descrição da Determinação/Recomendação			
Determinar ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, instaure a devida tomada de contas especial (TCE) em relação ao Convênio nº 705.811/2009, celebrado com o município de Licínio de Almeida/BA, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, considerando as irregularidades descritas nestes autos, fixando-se, desde já, o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da abertura, para a conclusão da aludida TCE.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Foi instaurada a tomada de contas especial no valor R\$ 470.905,00 em desfavor do Prefeito Alan Lacerda Leite conforme Parecer Financeiro 060/2015/DTCE/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 4/3/2015. O processo de TCE 59050.002228/2009-38 foi encaminhado à Coordenação de Contabilidade para emissão do relatório de TCE.			
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE			
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000011/2006-16	1400/2015-plenário	1.8 - 1.8.1 - 1.8.2	Ofício 430/2015	26/06/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				

<p>Determinar ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de 90 dias, contados a partir da ciência, encaminhe as seguintes informações a esta Corte: caso tenha havido prestação de contas, conclusões acerca da avaliação de regularidade da prestação de contas do Convênio 75/2006 (Siafi 572375); análise da solicitação de prorrogação de prazo do Convênio 75/2006 (Siafi 572375) realizada pelo município de Macapá.</p>			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
O Convênio 75/2006 firmado com o Município de Macapá encontra-se na Secretaria de Infraestrutura Hídrica em acompanhamento de vigência e supervisão da obra.			
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE			
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000518/2009-12 59100.000399/2011-12	1889/2015-TCU-Plenário	9.2	Ofício 0673/2015	05/08/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Recomendar ao Ministério da Integração Nacional e à Companhia Pernambucana de Saneamento, com fundamento no art. 250, III, do RI/TCU que acompanhem o estado das obras da Adutora do Agreste que forem entregues e não tiverem funcionalidade até a conclusão do Ramal do Agreste, identificando os serviços decorrentes de defeitos ou vícios construtivos, e adotem, se for o caso, as providências necessárias à apuração de responsabilidades por sua eventual deterioração, e os consequentes prejuízos ao erário daí advindos.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Os Termos de Compromisso 117/2009 (Siafi 659479) e 239/2011 (Siafi 668655) do Estado de Pernambuco encontram-se na Secretaria de Infraestrutura Hídrica para acompanhamento de vigência e supervisão das obras.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59050.003076/2010-24 59050.000030/2011-34 59050.000039/2011-45 59050.000042/2011-69 59050.000046/2011-47 59050.000050/2011-13 59050.000051/2011-50	1827/2015-Plenário	1.10	Ofício 2354/2015	30/07/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				

Determinar ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de noventa dias a contar da notificação desta decisão, conclua todos os trâmites necessários à entrada em vigor da metodologia para análise das prestações de contas referentes às transferências obrigatórias para ações de socorro, assistência, restabelecimento e recuperação celebradas com estados e municípios e encaminhe plano de ação relativo às análises e aprovações das prestações de contas ainda pendentes dos recursos repassados com base nas seguintes Portarias MI: 23/2011 (termo de compromisso 4/2011 - Prefeitura Municipal de Sumidouro/RJ - SIAFI 666052); 24/2011 (termo de compromisso 3/2011 - Prefeitura Municipal de Petrópolis/RJ - SIAFI 666051); 25/2011 (termo de compromisso 5/2011 - Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ - SIAFI 666054); 26/2011 (termo de compromisso 1/2011 - Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ - SIAFI 666053); 27/2011 (termo de compromisso 2/2011 - Governo do Estado do Rio de Janeiro - SIAFI 666050); MI 30/2011 (termo de compromisso 7/2011 - Prefeitura Municipal de Bom Jardim/RJ - SIAFI 666076); e 41/2011 (termo de compromisso 8/2011 - Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto/RJ - SIAFI 666084).

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Esta CGCONV aguarda posicionamento conclusivo da SEDEC acerca dos processo acima relacionados a fim de realizar a análise financeira visando aprovação ou não da prestação de contas.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59050.001677/2010-01	3001/2015-plenário	1.7.1	Nota Informativa 0090711	04/12/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				

À Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional que, à vista da documentação encaminhada pela Prefeitura Municipal de São José/SC, em decorrência das recomendações que constam da Análise Técnica n. 01/2015 - AK/DRR, de 5/3/2015, conclua a análise da prestação de contas do Termo de Compromisso n. 411/2010-MI, firmado com o Município de São José/SC, em conjunto com os achados de auditoria contidos no Relatório de Fiscalização n. 1.160/2012 do Tribunal de Contas da União, instaurando, se necessário, a competente Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 8º da Lei n. 8.443/1992 e da Instrução Normativa/TCU n. 71/2012, informando ao TCU, no prazo de até 60 (sessenta) dias, as providências adotadas, alertando-a, sobre a possibilidade da aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei n. 8.443/1992, em caso de descumprimento.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

À Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil emitiu o Parecer Técnico 2015 531 PT DRR ACN sugerindo glosa, estando o Processo 59050.001677/2010-01 nesta CGCONV aguardando realização de análise financeira.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59204.602502/2015-11	2810/2015-plenário	9.1	Aviso 859-Seses-TCU-Plenário	05/11/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				

Recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil -Sedec que:

continue a promover ações e melhorias no sentido de padronizar e estruturar os "processos de transferências de recursos", de modo a contemplar, inclusive, os treinamentos e as capacitações necessários às defesas civis das demais esferas;

seguir ampliando e aperfeiçoando o mapeamento das áreas consideradas de risco e, como base nesses estudos, definir as intervenções prioritárias na área de infraestrutura urbana a serem articuladas com o Ministério das Cidades e demais órgãos envolvidos na prevenção de desastres;

preveja a possibilidade de consultas públicas nos Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID - e Sistema de Gestão Unificado - SGU 2.0, de modo que qualquer cidadão tenha acesso às informações básicas acerca de solicitações de recursos, contratos e termos de compromisso e demais dados estatísticos, a exemplo do que é feito no Portal dos Convênios - Siconv, na modalidade "Acesso Livre", a qual prescinde de senha;

atualize seus manuais de procedimentos de acordo com o previsto no Decreto 7.983/2013, em especial à necessidade de que os planos de trabalho para a execução de obras de reconstrução sejam acompanhados de orçamentos apresentados em planilhas eletrônicas referenciadas com os códigos das composições de custos e insumos extraídas nos sistemas Sinapi e Sicro;

intensifique os treinamentos e as capacitações de gestores das defesas civis estaduais e municipais com foco nas diferenças de procedimentos havidas entre as modalidades de transferências de recursos voluntárias e obrigatórias;

conclua com a maior celeridade possível o desenvolvimento e a implantação do terceiro e último módulo do sistema S2ID - Fiscalização e Prestação de Contas, a fim de informatizar o processo de fiscalização e prestação de contas dos contratos e Termos de Compromisso;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Encaminhado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC pelo próprio TCU por meio do Ofício nº 0902/2015 - TCU/SeinfraUrbana de 16/11/2015, para atendimento às recomendações contidas no Acórdão 2.810/2015 - Plenário.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE			
---	--	--	--

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			
---	--	--	--

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59204.001766/2015-5	2252/2015	9.4 - 9.6	Ofício 238/2015	12/03/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
<p>Recomendar aos coordenadores da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF (Ministério da Integração Nacional) e do Plano Estratégico de Fronteiras (Ministério da Defesa, Ministério da Justiça e Ministério da Fazenda), que, face à ausência da formalização de uma política nacional de fronteiras, sejam envidados esforços para: recomendar ao Ministério da Integração Nacional, na qualidade de coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, que priorize a criação e aprovação de um Regimento Interno com disposições afetas a, dentre outros, critérios para a designação de representantes dos partícipes, atribuição específica de responsabilidade pela coordenação de cada projeto, definição de indicadores e metas.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, por meio do encaminhamento DEMANDAS 1017/2015-SECEX de 19/03/2015, para manifestação quanto à versão preliminar do Relatório de Auditoria de Naturezas Operacionais nos itens "institucionalização" e "planos e objetivos".				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE				

CONTROLE			
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59204.006309/2015-5	3564/2014-plenário	9.4 - 9.5 - 9.6 - 9.7	Ofício 336/2015	07/07/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				

Determinar ao Ministério da Integração Nacional, em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco do Brasil, que procedam a avaliações sistemáticas dos fundos constitucionais de financiamento sob sua administração, com fundamento nos arts. 71 e 74 da Constituição Federal, c/c os arts. 16 e 20 da Lei 7.827/1989 e o art. 7º do Decreto 6.047/2007, informando os planos de trabalho ao TCU no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contemplando: a geração de resultados em termos de produtos e efeitos socioeconômicos em suas regiões de atuação; a adequação dos resultados ao diagnóstico e às diretrizes da PNDR; o alcance das metas estipuladas para os fundos, em termos de produtos e resultados deles decorrentes, com vistas ao fortalecimento e à ampliação da atividade produtiva em suas regiões de atuação;

Determinar ao Ministério da Integração Nacional que promova a realização e a publicação em meio eletrônico, no prazo de 90 (noventa) dias, do Relatório Anual de Avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional referente aos exercícios de 2011 a 2013, conforme os termos do art. 9º do Decreto 6.047/2007;

Determinar à Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional que informe ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, o cronograma atualizado para a implantação plena do Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional (SNIDR), de acordo com o mandamento do art. 8º do Decreto 6.047/2007, c/c o art. 8º do Decreto 7.472/2011;

Determinar à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional que informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas, em curso e programadas com vistas à melhoria do acompanhamento das diretrizes e prioridades estabelecidas para a aplicação dos recursos dos fundos pelos bancos operadores, assim como os resultados já alcançados pelas providências, com fundamento no art. 21 do Decreto 7.472/2011;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Encaminhado via Memorando Circular nº 60/2015 - SECEX/MI de 17/07/2015 às Secretarias de Fundos e Incentivos Fiscais e de Desenvolvimento Regional para conhecimento da prorrogação do prazo para atendimento ao Acórdão nº 3.564/2014 - TCU/Plenário.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE			
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59204.006464/2015-7	760/2014-TCU-plenário	9.3 - 9.5 - 9.6 - 9.7 - 9.8	Ofício 2104/2015	11/07/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				

Ratificar a recomendação para o Ministério da Integração Nacional e para o Ministério das Cidades, com fulcro no § 3º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010, nos arts. 2º e 6º, em seu inciso IV, da Lei 12.608/2012, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, para que apoiem, no âmbito de suas competências, com a urgência devida em função dos riscos envolvidos, os municípios mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos no Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis), antes mesmo da regulamentação prevista no art. 3º-A, da Lei 12.340/2010, objeto da recomendação do item 9.2. retro, na implementação e na finalização das seguintes ações, previstas no § 2º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010 (item 232.1 deste Relatório): ratificar a recomendação ao Ministério da Integração Nacional, com fulcro no § 4º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, para que, a despeito de ainda não ter sido regulamentado o cadastro previsto no art. 3º-A da Lei 12.340/2010, publique periodicamente, por sua importância preventiva, informações sobre a evolução das ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, nos Municípios já sabidamente sujeitos a esses riscos, ou seja, aqueles que rotineiramente vêm sendo alvos de catástrofes climáticas (item 232.2 deste Relatório); ratificar a recomendação ao Ministério da Integração Nacional que implemente e regule o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, consoante previsto no inciso VIII, e nos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei 12.608/2012 (item 270.1 deste Relatório); ratificar a recomendação para a Secretaria Nacional de Defesa Civil e para o Ministério da Integração Nacional, com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, para que avalie a conveniência e a oportunidade de realização de eventos de capacitação dos gestores estaduais e municipais quanto ao uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (item 254 deste Relatório); determinar à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério das Cidades que informem a este Tribunal, por intermédio da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ), no prazo de 90 dias a contar da ciência do presente Acórdão, as providências adotadas para o atendimento das recomendações, que visam à plena implementação, no estado do Rio de Janeiro, das ações inerentes ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme previsto nas Leis 12.340/2010 e 12.608/2012 (item 304 deste Relatório);

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Encaminhado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil por meio do DEMANDAS 3358/2015-SECEX de 20/07/2015 para análise e providências pertinentes à apresentação de documentos que comprovem as ações desenvolvidas para o cumprimento do Acórdão nº 760/2014 - TCU/Plenário.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE			
---	--	--	--

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			
---	--	--	--

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59202.6000005/2015-80	1382/2013-Plenário	2.2.1	Ofício nº 396/2015	18/08/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Recomendar aos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional que adotem medidas com vistas à institucionalização do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional (Ciman) em nível nacional e em caráter permanente, de modo a possibilitar um efetivo capacitado e equipado para a realização de ações preventivas de forma contínua e articulada entre os órgãos e as entidades envolvidos com a questão das queimadas e dos incêndios florestais				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Encaminhado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil por meio do Despacho SEI 2445 de 1º/09/2015 para providências e manifestação ao demandante.				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59204.007724/2015-2	1421/2015-Plenário	9.3	Ofício 1244/2015	13/08/2015
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				

Recomendar ao Ministério da Integração Nacional que intensifique as ações junto ao Ministério das Cidades e à Fundação Nacional de Saúde, em associação com os governos estaduais e municipais, no sentido de buscar aumentar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário nos municípios relacionados ao Pisf, em especial naqueles com influência direta na qualidade das águas a serem transpostas.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Encaminhado à Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH por meio do Despacho DEMANDAS 3936/2015-SECEX de 21/08/2015 para conhecimento e atendimento às determinações do Acórdão nº 1421/2015 - TCU-Plenário.

9.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Quadro 9.2.1 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Comunicação Expedida
Ofício 5334/2015/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, de 9/3/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação
Ministério da Integração Nacional
Descrição da Deliberação
Solicitou cópia dos pareceres técnicos/financeiros de quatro transferências voluntárias (Convênio 493/2000 - SIAFI 402541; Convênio 145/99 - SIAFI 388639; Contrato de Repasse 575297 e Contrato de Repasse 613694).
Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação
Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios
Síntese da Providência Adotada

Foi emitida a Nota Técnica 093/2015/DIAD/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 14/4/2015, esclarecendo que, quanto ao Convênio 145/99 firmado com o Município de Palotina/PR, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica havia emitido o Parecer Técnico LAO 12/3/2006 concluindo pela manutenção da glosa técnica, encontrando-se o processo 03900.003693/99-22 referente a esse Convênio na Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios aguardando a realização da análise financeira e emissão de parecer conclusivo. Com relação ao Convênio 493/2000 firmado com o Município de Olímpia/SP, o Processo 59000.003510/2000-90 encontra-se na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil aguardando emissão de parecer técnico conclusivo. Sobre os Contratos de Repasse, foi emitida a Nota Técnica 054/2015/DIAD/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 13/3/2015, esclarecendo que a solicitação seria encaminhada ao gestor do contrato 17/2006 firmado com a Caixa Econômica Federal a fim de que prestasse as informações à Controladoria Geral da União.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Positivo: As demandas da CGU auxiliam os concedentes no acompanhamento do emprego dos recursos públicos transferidos, possibilitando apuração de responsabilidade de forma tempestiva. Negativo: Estrutura dos órgãos concedentes incompatíveis com a quantidade de prestações de contas pendentes de análise, o que, quase sempre, gera atrasos na apuração de responsabilidade e, conseqüentemente, resgate dos recursos malversados.

Quadro 2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Comunicação Expedida

Ofício 12028/2015/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, de 22/5/2015

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Ministério da Integração Nacional

Descrição da Deliberação
Solicitação de cópia dos pareceres técnico/financeiro relativos à análise final das prestações de contas de 7 (sete) avenças firmadas entre o Ministério da Integração Nacional e os Municípios de (Muriaé/MG - Convênio 703453/2009; Termo de Compromisso 77/2009; Termo de Compromisso 80/2002), (Pavão/MG - Termo de Compromisso 272/2010), (Carlos Chagas/MG - Termo de Compromisso 263/2010), (Itaúna/MG - Termo de Compromisso 275/2010) e (Brumadinho/MG Termo de Compromisso 76/2009).
Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação
Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios
Síntese da Providência Adotada
Foi emitida a Nota Técnica 161/2015/DIAD/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 24/6/2015, prestando esclarecimentos sobre os Convênios acima citados. Após nova consulta acerca da atual situação desses Convênios, verificou-se que os Processos (59050.000525/2009-49 - Convênio 703453/2009); (59050.001498/2009-21 - Termo de Compromisso 77/2009); (59050.001435/2010-17 - Termo de Compromisso 272/2010); (59050.001436/2010-53 - Termo de Compromisso 275/2010); (59050.001434/2010-64 - Termo de Compromisso 263/2010) e (59050.000896/2009-21 - Termo de Compromisso 76/2009) encontram-se na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC aguardando análise e emissão de parecer técnico conclusivo. Quanto ao Processo (59050.000309/2012-07 - Termo de Compromisso 80/2002), este se encontra na SEDEC em acompanhamento de vigência.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Positivo: As demandas da CGU auxiliam os concedentes no acompanhamento do emprego dos recursos públicos transferidos, possibilitando apuração de responsabilidade de forma tempestiva. Negativo: Estrutura dos órgãos concedentes incompatíveis com a quantidade de prestações de contas pendentes de análise, o que, quase sempre, gera atrasos na apuração de responsabilidade e, conseqüentemente, resgate dos recursos malversados.

Quadro 2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Comunicação Expedida
Ofício 12273/2015/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, de 27/5/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação
Ministério da Integração Nacional
Descrição da Deliberação
Solicitou cópia de parecer financeiro relativo à análise final da prestação de contas do Convênio 728469/2009, firmado com o Município de Autazes/AM.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação
Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios
Síntese da Providência Adotada
Foi emitida a Nota Técnica 158/2015/DIAD/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 23/6/2015, esclarecendo que aguardava-se a emissão de parecer técnico conclusivo. Em 18/8/2015, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil emitiu o Parecer Técnico 2015 400 PT DRR HSCJ, entretanto não se trata de parecer conclusivo.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Positivo: As demandas da CGU auxiliam os concedentes no acompanhamento do emprego dos recursos públicos transferidos, possibilitando apuração de responsabilidade de forma tempestiva. Negativo: Estrutura dos órgãos concedentes incompatíveis com a quantidade de prestações de contas pendentes de análise, o que, quase sempre, gera atrasos na apuração de responsabilidade e, conseqüentemente, resgate dos recursos malversados.

Quadro 2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Comunicação Expedida
Ofício 12409/2015/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, de 27/5/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação
Ministério da Integração Nacional
Descrição da Deliberação
Solicitou o envio do resultado da análise financeira do Convênio 276/2001 firmado com o Instituto Fênix de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação
Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios
Síntese da Providência Adotada
Foi emitido o Parecer Financeiro 176/2015/DTCE/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 25/6/2015, aprovando parcialmente e com ressalva a prestação de contas final do Convênio 276/2001 no valor de R\$ 400.030,98 e instauração da tomada de contas especial no valor de R\$ 100.886,07 em desfavor do Instituto Fênix. Aguarda-se, entretanto, a emissão do Relatório de tomada de contas especial.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Positivo: As demandas da CGU auxiliam os concedentes no acompanhamento do emprego dos recursos públicos transferidos, possibilitando apuração de responsabilidade de forma tempestiva. Negativo: Estrutura dos órgãos concedentes incompatíveis com a quantidade de prestações de contas pendentes de análise, o que, quase sempre, gera atrasos na apuração de responsabilidade e, conseqüentemente, resgate dos recursos malversados.

Quadro 2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	
Comunicação Expedida	
Ofício 18972/2015/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, de 15/9/2015	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	
Ministério da Integração Nacional	
Descrição da Deliberação	
Solicitou informações atualizadas acerca das providências relacionadas à instauração da tomada de contas especial do Convênio 714/2001 firmado com o Município de Alta Floresta do Oeste/RO.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	
Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios	
Síntese da Providência Adotada	
Foi emitida a Nota Técnica 256/2015/DIAD/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 15/9/2015, prestando informações acerca do Convênio.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Realizada análise financeira conclusiva, foi emitido o Parecer Financeiro 006/2016/DTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 3/2/2016, aprovando parcialmente a prestação de contas final no valor de R\$ 3.796.831,70 e instauração da tomada de contas especial no valor de R\$ 1.077.947,93 em desfavor da ex-Prefeita Darcilla Terezinha Cassol. Aguarda-se, entretanto, aprovação do referido parecer financeiro com vistas à emissão do relatório de tomada de contas especial.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Positivo: As demandas da CGU auxiliam os concedentes no acompanhamento do emprego dos recursos públicos transferidos, possibilitando apuração de responsabilidade de forma tempestiva. Negativo: Estrutura dos órgãos concedentes incompatíveis com a quantidade de prestações de contas pendentes de análise, o que, quase sempre, gera atrasos na apuração de responsabilidade e, conseqüentemente, resgate dos recursos malversados.

Quadro 2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Comunicação Expedida
Ofício 22323/2015/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, de 22/9/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação
Ministério da Integração Nacional
Descrição da Deliberação
Solicitou informações acerca do Convênio 726963/2009 firmado com o Município de São Luiz/RR
Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação
Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios
Síntese da Providência Adotada
Foi emitida a Nota Técnica 286/2015/DIAD/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 23/10/2015, prestando esclarecimentos acerca do convênio 726963/2009.
Síntese dos Resultados Obtidos
Por meio do Parecer Financeiro 278/2015/DTCE/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX foi instaurada a tomada de contas especial em virtude de impugnação de despesas no valor de R\$ 836.758,96 em desfavor do Sr. James Moreira Batista e do Município de São Luiz/RR. Aguarda-se, entretanto, emissão do relatório de tomada de contas especial.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Positivo: As demandas da CGU auxiliam os concedentes no acompanhamento do emprego dos recursos públicos transferidos, possibilitando apuração de responsabilidade de forma tempestiva. Negativo: Estrutura dos órgãos concedentes incompatíveis com a quantidade de prestações de contas pendentes de análise, o que, quase sempre, gera atrasos na apuração de responsabilidade e, conseqüentemente, resgate dos recursos malversados.

9.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Secretaria Executiva

Quadro 9.3.1 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

PROCESSO ADMINISTRATIVO	FATO GERADOR	SITUAÇÃO
59000.000371/2013-67	Processo Administrativo instaurado com objetivo de proceder ao acerto de contas entre o Ministério da Integração Nacional e o ex- servidor LEANDRO BARRETO GROppo, por ocasião do recebimento de valores indevidos após a extinção do seu contrato de trabalho, no valor apurado de R\$ 70.243,09 (setenta mil, duzentos e quarenta e três reais e nove centavos).	Processo Finalizado, tendo o ex-servidor procedido à devolução total ao erário do montante dos valores percebidos indevidamente.
59000.000133/2015-13 (SEI)	Processo Administrativo instaurado com o objetivo de apurar valores percebidos indevidamente a título da Gratificação Temporária das Unidades	Processo em vias de finalização. Conclusão pela necessidade de devolução ao erário dos valores

PROCESSO ADMINISTRATIVO	FATO GERADOR	SITUAÇÃO
	dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE pelo servidor VINICIUS DE NEGREIROS FURTADO ORLANDI , e consequente devolução ao erário no valor de R\$ 52.029,93 (cinquenta e dois mil, vinte nove reais e vinte e três centavos).	percebidos indevidamente pelo servidor. Recursos exauridos.
<p align="center">59000.000882/2013-89</p> <p align="center">(SEI)</p>	O Ministério da Integração Nacional patrocinou ao servidor Marcelo Ribeiro Moreira a participação na Pós-Graduação " <i>Master of Public Administration - MPA</i> ", ocorrido no período de 7/10/2013 a 7/3/2015 (18 meses). No entanto, referido servidor solicitou vacância do cargo efetivo que ocupava neste Ministério no dia 10 de junho de 2014, antes da finalização da Pós-Graduação em comento. Conseqüentemente, por não ter cumprido o prazo de permanência no Ministério após a finalização do curso, em atendimento as normativas vigentes acerca do assunto, o mesmo deverá ressarcir ao erário o montante de R\$ 12.056,00 (doze mil e cinquenta e seis reais).	Em novembro de 2014, foi encaminhado Ofício ao órgão de origem do servidor, ou seja, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando providências no sentido de que o débito fosse descontado na folha de pagamento do mesmo e recolhido ao MI. Entretanto, o servidor interpos recurso contra o ressarcimento, que encontra-se em análise.
<p align="center">59000.000307/2011-14 (SEI)</p>	O Ministério da Integração Nacional patrocinou ao servidor Francisco Arruda Vieira de Melo Filho, cedido a esta Pasta para ocupar cargo comissionado, a realização do curso de Especialização " <i>Estado, Governo e Políticas Públicas</i> ", ocorrido no período de 15/3/2011 a 14/9/2012. Porém, em 2013, o mesmo solicitou exoneração do cargo comissionado que ocupava, não cumprindo, assim, o prazo de permanência no Ministério após a finalização do curso, conforme previsto em normativas vigentes acerca do assunto. Dessa forma, o valor de ressarcimento ao erário é de R\$ 11.420,00 (onze mil, quatrocentos e vinte reais),	No dia 24 de julho de 2015 foi encaminhado Ofício ao órgão de origem do servidor, ou seja, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no qual a CGGP solicita providências quanto ao ressarcimento do valor do curso pelo servidor, a ser descontado em sua folha de pagamento e recolhido ao MI. O servidor está procedendo o ressarcimento ao erário mensalmente.

Caixa Econômica Federal

Compete à Caixa Econômica Federal, enquanto mandatária da UJ, a instauração e envio dos autos dos processos de TCE à Controladoria-Geral da União. Após esse envio, não dispomos de informações da tramitação dos processos.

9.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Este Ministério não possui um cronograma oficial para o pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. A ordem observada para realização dos pagamentos é estritamente a chegada do processo na unidade responsável pelo pagamento com todos os seus documentos regulares.

Essa metodologia é utilizada face à impossibilidade de se observar o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, uma vez que, por diversas vezes, as Notas Fiscais/Faturas contêm incorreções e o pagamento fica condicionado a sua retificação e também, por muitas vezes, as empresas deixam de apresentar a documentação necessária para o ateste e o pagamento da despesa. Ademais, há que se considerar ainda os casos em que, apesar de a instrução do processo encontrar-se precisa, não há a liberação de financeiro para realizar o pagamento no momento devido.

Em virtude do exposto, o pagamento é realizado assim que seja liberado o recurso financeiro pela STN, obedecendo a ordem de chegada dos processos com sua instrução regular, de tal forma que a cada mês a ordem se altera, tornando impraticável a elaboração e o acompanhamento de um cronograma.

Não obstante, é possível depreender que, satisfazendo as condições elencadas acima, a data de exigibilidade do pagamento é respeitada.

9.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

- a) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.526/2011 e pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.
- *Em dezembro/2014 foram enviados aproximadamente 45 ofícios as empresas contratadas pelo MI, solicitando manifestação sobre a adesão do Plano Brasil Maior. Todos os contratos geridos pela CGSL (UG/Gestão: 530001) foram analisados no intuito de verificar quais empresas foram alcançadas pelo disposto na Lei nº 12.546/2011 e no Decreto nº 7.828/2012. Verificou-se que somente a empresa Almeida França foi beneficiada pela desoneração da folha de pagamento.*
- b) Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.
- *Após análise dos contratos encerrados, geridos pela CGSL (UG/Gestão: 530001), informo que não foi identificado instrumento contratual que tenha necessidade ser revisto em função do Plano Brasil Maior.*
- c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade, contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

Quadro 9.5.1 Detalhamento sobre os contratos

Unidade Contratante
Nome: Ministério da Integração Nacional

UG/Gestão: 530001						
Informações sobre o Contrato						
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Unidade	Redução de valor contratual (anual).
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e serviços eventuais, com fornecimento de mão de obra, material, peças e componentes de reposição, dos equipamentos e das instalações prediais elétricas (incluindo grupo gerador, estabilizadores e no-breaks), hidrossanitárias, de prevenção contra e combate a incêndio, contra descargas atmosféricas, de ar condicionado, de áudio, cabeamentos diversos (inclusive cabeamento estruturado), estrutura metálica, serviços de manutenção em obras civis, serralheria, soldagem, esquadrias, marcenaria e gesso do CONTRATANTE bem como de suas dependências.	Almeida França Engenharia Ltda. CNPJ: 24.784.167/0002-30	20.04.2012	19.04.2016	CGSL/DGI/ SECEX/MI	R\$ 171.237,72

9.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Principais resultados das ações de publicidade e propaganda notadamente frente aos objetivos da unidade prestadora da conta.

O ano de 2015 foi marcado por diversas mudanças no Governo Federal. Dentre elas, o acolhimento de novos ocupantes para cargos de confiança do novo ministro, empossado em janeiro, ocasionou um período de ambientação dos novos dirigentes, em que poucas demandas de publicidade de utilidade pública surgiram.

Além disso, em consonância com o contingenciamento de gastos, algumas ações periódicas do ministério, que usualmente contam com o apoio da Publicidade de Utilidade Pública, foram adiadas.

Ainda que a Assessoria de Comunicação Social tenha sido pouco demandada, atendemos a duas demandas pontuais de grande relevância. Uma delas consistiu na disseminação de informações sobre a contratação de Fundos Regionais – valores disponíveis a uma diversificada quantidade de empreendedores individuais que, quando contratados, impulsionam o desenvolvimento regional (novos empregos, novas empresas, crescimento de negócios já existentes, etc).

Além disso, foi desenvolvida, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM, uma Campanha sobre a Integração do Rio São Francisco. Na TV, Rádio, Revistas, e Internet veicularam-se informações sobre as ações do governo em prol da Segurança Hídrica na Região Nordeste do Brasil, evidenciando os benefícios sociais já disponíveis à população em decorrência da execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco como: a preservação da Fauna e Flora; ações de revitalização, e; construção de vilas produtivas rurais. Um dos objetivos da campanha era contribuir para a formação de uma percepção adequada e crítica das dimensões de todo o projeto, fazendo contraponto com a recorrente abordagem equivocada e pejorativa adotada pela mídia.

O regimento interno do Ministério da Integração Nacional prevê, em seu artigo 12, inciso IV, que cabe à Coordenação de Publicidade ‘planejar, produzir, distribuir e definir a veiculação de campanhas publicitárias institucionais e promocionais do Ministério’. Além disso, consta do Mapa estratégico do órgão o reconhecimento da instituição na articulação do desenvolvimento regional, a inclusão socioeconômica, a superação de desigualdades regionais, e melhoria da qualidade de vida e a segurança hídrica da população. Tais previsões reiteram a pertinência das ações acima descritas frente aos objetivos da unidade.

Quadro 9.6.1 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa / Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores Pagos
Institucional	Programa de Trabalho 04.131.2101.2017.0001 Natureza de Despesa 33.90.39-93	5.000.000,00 ¹	R\$ 2.143.149,73
Legal ²	Programa de Trabalho 04.122.2111.2000.0001 – item de despesa 33.91.39	800.000,00	R\$ 671.311,46
Mercadológica	-	-	-
Utilidade Pública	Programa de Trabalho 04.131.2111.464.0001 – item de despesa 33.90.39	R\$ 8.463.693,61	R\$ 3.184.045,10

¹ Termo de Execução Descentralizada nº 03/2015 Secom → Ministério da Integração Nacional – Campanha sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco.

² A publicidade legal é executada através do contrato com a Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, gerido pela Coordenação-Geral de Serviços Logísticos.

10. ANEXOS E APÊNDICES

10.1. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

530001

Quadro 10.1.1 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-

Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização	-	-	-	-
Déficit do RPPS	-	-	-	-

Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-

Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			184.911.212,50	184.911.212,50
TOTAL	-	-	184.911.212,50	184.911.212,50
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPEZA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	-	-	174.172.603,93	105.255.301,52	99.697.757,69	-174.172.603,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	68.716.190,18	67.932.451,10	67.456.864,66	-68.716.190,18
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	105.456.413,75	37.322.850,42	32.240.893,03	-105.456.413,75
DESPEAS DE CAPITAL	-	-	10.738.608,57	6.735.410,88	6.618.091,55	-10.738.608,57
Investimentos	-	-	10.738.608,57	6.735.410,88	6.618.091,55	-10.738.608,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	-	-	184.911.212,50	111.990.712,40	106.315.849,24	-184.911.212,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	184.911.212,50	111.990.712,40	106.315.849,24	-184.911.212,50
TOTAL	-	-	184.911.212,50	111.990.712,40	106.315.849,24	-184.911.212,50

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.173.807,43	49.824.125,43	34.194.029,00	33.998.670,01	9.909.118,56	14.090.144,29
Pessoal e Encargos Sociais	37.212,08	609.008,73	519.659,63	519.659,63	126.561,18	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.136.595,35	49.215.116,70	33.674.369,37	33.479.010,38	9.782.557,38	14.090.144,29
DESPESAS DE CAPITAL	3.827.276,40	11.003.534,28	10.495.899,74	10.397.911,82	3.405.183,50	1.027.715,36
Investimentos	3.827.276,40	11.003.534,28	10.495.899,74	10.397.911,82	3.405.183,50	1.027.715,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.001.083,83	60.827.659,71	44.689.928,74	44.396.581,83	13.314.302,06	15.117.859,65

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.220.348,03	365.773,02	284.384,50	926.392,32	375.344,23
Pessoal e Encargos Sociais	-	223.849,34	223.849,34	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.220.348,03	141.923,68	60.535,16	926.392,32	375.344,23
DESPESAS DE CAPITAL	10.016.681,57	519.000,00	782.577,09	2.131.106,28	7.621.998,20
Investimentos	10.016.681,57	519.000,00	782.577,09	2.131.106,28	7.621.998,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	11.237.029,60	884.773,02	1.066.961,59	3.057.498,60	7.997.342,43



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
 ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	15.100.057,96	-
INGRESSOS	172.828.194,55	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	172.828.194,55	-
Ingressos Extraorçamentários	165.506,29	-

Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-
Transferências Financeiras Recebidas	154.678.363,69	-
Arrecadação de Outra Unidade	17.984.324,57	-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos		-
DESEMBOLSOS	-157.728.136,59	-
Pessoal e Demais Despesas	-124.470.115,04	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-118.919.043,13	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-2.425.496,00	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-3.101.293,97	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-24.281,94	-

Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-9.510.697,16	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-9.503.717,16	-
Outras Transferências Concedidas	-6.980,00	-
Outros Desembolsos das Operações	-23.747.324,39	-
Dispêndios Extraorçamentários	-140.606,29	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-23.572.051,45	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-34.666,65	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-17.798.580,46	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-17.798.580,46	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.790.211,95	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-

Outros Desembolsos de Investimentos	-10.008.368,51	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.698.522,50	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.725.910,02	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.027.387,52	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
 ORGÃO
 SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	184.911.212,50	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	176.277.309,49	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	8.633.903,01	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.457.269,17	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	6.176.633,84	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	154.678.363,69	-	Transferências Financeiras Concedidas	23.572.051,45	-
Resultantes da Execução Orçamentária	110.695.331,95	-	Resultantes da Execução Orçamentária	2.774.261,76	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	2.560.632,22	-

Sub-repasse Recebido	110.695.331,95	-	Sub-repasse Concedido	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa	213.629,54
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição	-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos	-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida	-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido	-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido	-
Independentes da Execução Orçamentária	43.983.031,74	-	Independentes da Execução Orçamentária	20.797.789,69
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	43.983.031,74	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.340.204,63
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas	473.260,49
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-	Movimento de Saldos Patrimoniais	17.984.324,57
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-
Recebimentos Extraorçamentários	96.745.194,12	-	Despesas Extraorçamentárias	45.638.816,36
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.674.863,16	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.066.961,59
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	72.920.500,10	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	44.396.581,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	165.506,29	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	140.606,29
Outros Recebimentos Extraorçamentários	17.984.324,57	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	34.666,65
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-
Arrecadação de Outra Unidade	17.984.324,57	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-
Variação Cambial		-	Variação Cambial	-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito	-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão	-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos	34.666,65
Demais Recebimentos		-		-
Saldo do Exercício Anterior	3.725.910,02	-	Saldo para o Exercício Seguinte	1.027.387,52
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.725.910,02	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.027.387,52
TOTAL	255.149.467,83	-	TOTAL	255.149.467,83



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
 ORGÃO
 SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	1.690.341.060,95	1.640.793.791,62	PASSIVO CIRCULANTE	28.187.929,24	37.866.946,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.027.387,52	3.725.910,02	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	14.573.471,02	13.059.200,34
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	12.190.728,89	8.524.306,36
Clientes			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.550,39	3.218,85
Créditos de Transferências a Receber			Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos			Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo	1.422.178,94	16.280.221,10
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo					
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.689.102.028,70	1.636.743.719,85			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			

Estoques	211.644,73	324.161,75			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	177.559.871,83	165.001.497,45	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	28.187.929,24	37.866.946,65
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	1.839.713.003,54	1.767.928.342,42
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	68.702.713,13	-

(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	1.767.928.342,42	1.767.928.342,42
Imobilizado	141.318.527,12	139.972.193,56	Ajustes de Exercícios Anteriores	3.081.947,99	-
Bens Móveis	120.903.346,50	119.591.512,94	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	132.661.863,89	127.446.043,98	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.839.713.003,54	1.767.928.342,42
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-11.758.517,39	-7.854.531,04			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	20.415.180,62	20.380.680,62			
Bens Imóveis	20.415.180,62	20.380.680,62			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	36.241.344,71	25.029.303,89			
Softwares	35.554.026,32	24.341.985,50			
Softwares	35.554.026,32	24.341.985,50			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	687.318,39	687.318,39			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	687.318,39	687.318,39			
(-) Amortização Acumulada de Marcas,	-	-			

Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	1.867.900.932,78	1.805.795.289,07	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.867.900.932,78	1.805.795.289,07

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	1.261.986,88	97.810.539,02	PASSIVO FINANCEIRO	101.835.057,50	170.636.427,42
ATIVO PERMANENTE	1.866.638.945,90	1.707.984.750,05	PASSIVO PERMANENTE	14.097.884,58	-59.940.737,23
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	1.751.967.990,70	1.695.099.598,88

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS	5.276.000,00	276.000,00	SALDO DOS ATOS	114.521.665,59	144.742.081,27

POTENCIAIS ATIVOS		POTENCIAIS PASSIVOS			
Execução dos Atos Potenciais Ativos	5.276.000,00	276.000,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	114.521.665,59	144.742.081,27
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	5.276.000,00	276.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	35.316.485,17	70.287.100,97
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	79.205.180,42	74.454.980,30
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	5.276.000,00	276.000,00	TOTAL	114.521.665,59	144.742.081,27

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-99.864.327,39
Recursos Vinculados	-708.743,23
Operação de Crédito	-708.743,23
TOTAL	-100.573.070,62



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
 ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	358.352.855,56	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	18.554,84	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	18.554,84	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-

Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	189.803.620,93	-
Transferências Intragovernamentais	189.744.947,49	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	58.673,44	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	5.340.459,53	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	408.480,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.931.979,53	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	163.190.220,26	-
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	163.190.220,26	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	269.815.295,54	-
Pessoal e Encargos	69.063.612,48	-
Remuneração a Pessoal	49.116.065,35	-
Encargos Patronais	8.411.605,81	-
Benefícios a Pessoal	4.387.526,64	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	7.148.414,68	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.296.643,12	-

Aposentadorias e Reformas	2.456.422,18	-
Pensões	822.848,65	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.372,29	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	70.516.072,47	-
Uso de Material de Consumo	175.960,93	-
Serviços	66.436.125,19	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.903.986,35	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	64.154.967,61	-
Transferências Intragovernamentais	58.788.635,25	-
Transferências Intergovernamentais	1.044.437,00	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	6.980,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	4.314.915,36	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	614.857,66	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	3.135,96	-
Incorporação de Passivos	335.721,70	-
Desincorporação de Ativos	276.000,00	-
Tributárias	41.546,55	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	36.426,55	-
Contribuições	5.120,00	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-

Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	62.127.595,65	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	62.127.595,65	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	88.537.560,02	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

530002
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530002 - MI/SE/DGE/ORÇAMENTO E FINANÇAS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	8.902.751,00	8.902.751,00	158.114.487,85	149.211.736,85
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	353.551,45	353.551,45
Receitas Imobiliárias	-	-	15.728,22	15.728,22
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	337.823,23	337.823,23
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-

Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	8.736.000,00	8.736.000,00	2.826,62	-8.733.173,38
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	166.751,00	166.751,00	157.758.109,78	157.591.358,78
Multas e Juros de Mora	166.751,00	166.751,00	62.242,54	-104.508,46
Indenizações e Restituições	-	-	157.399.758,26	157.399.758,26
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização	-	-	-	-
Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	296.108,98	296.108,98
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-

Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.902.751,00	8.902.751,00	158.114.487,85	149.211.736,85
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.902.751,00	8.902.751,00	158.114.487,85	149.211.736,85
TOTAL	8.902.751,00	8.902.751,00	158.114.487,85	149.211.736,85
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA	-	2.200.712.379,00	2.200.712.379,00	-

PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	1.068.612.379,00	1.068.612.379,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	610.000.000,00	610.000.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	522.100.000,00	522.100.000,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	414.091.524,00	1.593.749.452,00	-	-	-	1.593.749.452,00
Pessoal e Encargos Sociais	62.844.809,00	71.243.048,00	-	-	-	71.243.048,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	351.246.715,00	1.522.506.404,00	-	-	-	1.522.506.404,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.704.141.913,00	4.638.623.046,00	-	-	-	4.638.623.046,00
Investimentos	3.704.141.913,00	4.638.623.046,00	-	-	-	4.638.623.046,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.118.233.437,00	6.232.372.498,00	-	-	-	6.232.372.498,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.118.233.437,00	6.232.372.498,00	-	-	-	6.232.372.498,00
SUPERÁVIT			158.114.487,85			-158.114.487,85
TOTAL	4.118.233.437,00	6.232.372.498,00	158.114.487,85	-	-	6.074.258.010,15

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESpesas CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESpesas DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESpesas CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESpesas DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530002 - MI/SE/DGE/ORÇAMENTO E FINANÇAS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-62.076.207,51	-
INGRESSOS	17.773.417.291,42	-
Receitas Derivadas e Originárias	158.114.487,85	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	15.728,22	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.826,62	-
Remuneração das Disponibilidades	337.823,23	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	157.758.109,78	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	17.615.302.803,57	-
Ingressos Extraorçamentários	-664,62	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-

Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-
Transferências Financeiras Recebidas	17.615.255.082,05	-
Arrecadação de Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos	48.386,14	-
DESEMBOLSOS	-	-
	17.835.493.498,93	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-

Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
	17.835.493.498,93	
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
	17.652.875.634,69	
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-25.664.301,92	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-156.953.562,32	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-

Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-62.076.207,51	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	114.550.898,50	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	52.474.690,99	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 530002 - MI/SE/DGE/ORCAMENTO E FINANÇAS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	158.114.487,85		- Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	157.802.556,10		- Ordinárias	-	-
Vinculadas	337.823,23		- Vinculadas	-	-
Educação			- Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)			- Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito			- Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos			- Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais			- Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)			- Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações			- Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	337.823,23		- Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos			- Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos			- Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-25.891,48		-		
Transferências Financeiras Recebidas	17.615.255.082,05		- Transferências Financeiras Concedidas	17.652.875.634,69	-
Resultantes da Execução Orçamentária	13.191.218.825,90		- Resultantes da Execução Orçamentária	13.512.841.664,92	-
Cota Recebida	13.157.651.517,64		- Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido			- Repasse Concedido	11.399.412.220,57	-

Sub-repasse Recebido		-	Sub-repasse Concedido	2.113.311.944,35	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa	33.567.308,26	-	Valores Diferidos - Baixa	117.500,00	-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	4.424.036.256,15	-	Independentes da Execução Orçamentária	4.140.033.969,77	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.422.892.307,53	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.138.862.581,32	-
Demais Transferências Recebidas	1.143.948,62	-	Demais Transferências Concedidas	10.462,92	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.160.925,53	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	47.721,52	-	Despesas Extraorçamentárias	182.617.864,24	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-664,62	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	48.386,14	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	182.617.864,24	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	25.664.301,92	-
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	156.953.562,32	-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-

Demais Recebimentos	48.386,14	-			
Saldo do Exercício Anterior	114.550.898,50	-	Saldo para o Exercício Seguinte	52.474.690,99	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	114.550.898,50	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.474.690,99	-
TOTAL	17.887.968.189,92	-	TOTAL	17.887.968.189,92	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530002 - MI/SE/DGE/ORÇAMENTO E FINANÇAS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	53.808.396,55	131.143.471,20	PASSIVO CIRCULANTE	356.557.663,64	2.183.403.656,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	52.474.690,99	114.550.898,50	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber			Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos			Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo	356.557.663,64	2.183.403.656,85

Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.333.705,56	16.592.572,70			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoque	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoque			Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente			Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial			TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	356.557.663,64	2.183.403.656,85
Participações Avaliadas pelo Método de Custo				-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes					
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
			Reservas de Lucros	-	-

(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	-302.749.267,09	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	1.749.510.918,56	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-2.052.260.185,65	-
Imobilizado	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	2.052.260.185,65
Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-302.749.267,09	-
Bens Móveis	-	-			2.052.260.185,65
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			

Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	53.808.396,55	131.143.471,20	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.808.396,55	131.143.471,20

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	53.808.396,55	8.064.886.352,25	PASSIVO FINANCEIRO	356.557.663,64	9.473.669.218,24
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-7.290.265.561,39
		7.933.742.881,05			
SALDO PATRIMONIAL	302.749.267,09	2.052.260.185,65	SALDO PATRIMONIAL		-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-113.374.183,48
Recursos Vinculados	-189.375.083,61
Educação	18.418,60
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-761,05
Operação de Crédito	10.449.744,78
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	892.007,38
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-200.734.493,32
TOTAL	-302.749.267,09



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530002 - MI/SE/DGE/ORCAMENTO E FINANÇAS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	19.861.348.597,03	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.181,23	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.181,23	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-

Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	17.615.255.082,05	-
Transferências Intragovernamentais	17.615.255.082,05	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.244.932.589,45	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.244.932.589,45	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.159.744,30	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.159.744,30	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.111.837.678,47	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-

Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	17.652.875.634,69	-
Transferências Intragovernamentais	17.652.875.634,69	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	458.962.043,78	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	441.726.424,21	-
Desincorporação de Ativos	17.235.619,57	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-

Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.749.510.918,56	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014